

SINGULAR®
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

SOCIAIS E HUMANIDADES

E-ISSN: 2596-2612



Direitos Humanos
Justiça e Educação



ULBRA
PALMAS

Singular. Sociais e Humanidades
v.1, n.7, jan./jun. 2025
e-ISSN: 2596-2612
doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i7>

Expediente

Centro Universitário Luterano de Palmas

Reitor

Me. Marcelo Müller

Direção Acadêmica

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Singular. Sociais e Humanidades

Editora Chefe

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Editores Assistentes

Dra. Irenides Teixeira

Dr. Gustavo Paschoal T. de Castro Oliveira

Leitura de Prova

Dra. Irenides Teixeira

Me. Thaís Gabrielly Fernandes Sousa

Me. Douglas Aquino Moreno

Normalização

Me. Thaís Gabrielly Fernandes Sousa

Comunicação

Me. Douglas Aquino Moreno

Karoliny Santiago Barbosa

Comissão Editorial

Msc. Ana Isabella Bezerra Lau Ribeiro

Dr. Gustavo Paschoal T. de Castro Oliveira

Dra. Irenides Teixeira

Conselho Editorial

Dr. Alexandre Bernardino Costa, UNB, Brasil

Dra. Anabela Gradim Alves, Un. Beira Interior, Portugal

Dra. Darlene Teixeira Castro, Unitins, Brasil

Dr. Edgardo L. Carniglia, Un. Nac. Rio Cuarto, Argentina

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, UFT, Brasil

Dr. Jorge Pedro de Sousa, Un. Fernando Pessoa, Portugal

Dr. José Lauro Martins, UFT, Brasil

Dra. Karylleila dos Santos Andrade, UFT, Brasil

Dra. Liliam Deisy Ghizoni, UFT, Brasil

Dra. Luciana Alves Tisser, Uniritter, Brasil

Dra. Luciene de Oliveira Dias, UFG, Brasil

Dra. Márcia Diegues Leuzinger - UniCEUB, Brasil

Dra. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti, UFT, Brasil

Projeto Gráfico

Paulo Gerson da Silva

Diagramação

Me. Douglas Aquino Moreno

Apoio Técnico

Guilherme Domiciano Silva

Editada em Maio de 2025.

Última edição em Maio de 2025.

Publicada em Maio de 2025.

Nota da Editora: Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

S617 Singular. Sociais e humanidades [recurso eletrônico] / Centro Universitário Luterano de Palmas. - vol. 1, n. 7 (jan./jun. 2025)- . Dados eletrônicos. - Palmas, TO: Ceulp, 2025- .

Semestral.

Modo de Acesso: World Wide Web: <<http://ulbra-br.singular/index.php/SingularSH>>

Descrição baseada em: vol. 1, n. 7 (2025).

eISSN: 2763-7026

DOI: eISSN: 2596-2612

doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i7>

1. Ciências sociais. 2. Direitos humanos. 3. Acessibilidade. 4. Psicologia. I. Centro Universitário Luterano de Palmas. II. Ceulp.

CDU: 3(05)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Thaís Fernandes, CRB-2/1680.

SINGULAR. SOCIAIS E HUMANIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul
Palmas - TO CEP 77.019-900 Caixa Postal nº 85
Fone: (63) 3219 8125
email: revista.singular@ceulp.edu.br

Editorial

Prezados leitores,

É com grande satisfação que o Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) lança a mais recente edição da Revista Singular Ciências Sociais e Humanidades. Esta publicação reúne artigos que refletem a pluralidade de temas e abordagens no campo das ciências sociais e humanas, fomentando um espaço de debate interdisciplinar e de reflexão crítica.

Os trabalhos que integram esta edição são fruto da dedicação de pesquisadores, docentes e profissionais de diversas áreas do conhecimento, enriquecendo as discussões sobre educação, inclusão, direito à saúde, trabalho, políticas públicas, entre outros temas fundamentais para a sociedade atual. A multiplicidade das temáticas abordadas reforça o propósito da Revista Singular de ser um veículo para a difusão do conhecimento científico e para o estímulo ao pensamento crítico.

Agradecemos aos autores que compartilharam suas pesquisas conosco, bem como aos avaliadores que, com suas análises criteriosas, garantiram a excelência dos trabalhos publicados.

Nossa expectativa é que os artigos desta edição suscitem reflexões, debates e novas perspectivas sobre os temas apresentados, reafirmando o compromisso da Revista Singular com a produção científica e o progresso social.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Atenciosamente,

Me. Ana Isabella Bezerra Lau Ribeiro

Professora e Coordenadora do Curso de Direito do
CEULP/ULBRA

Palmas-TO, maio de 2025.

Sumário

A Racionalidade do Populismo Digital

Reginaldo Clécio dos Santos, Albérico Araújo Sial Neto (7 - 16)

Autoeficácia para o Retorno ao Trabalho: uma caracterização multigrupal

Jaqueline Marques Müller, Narbal Silva, Andrea Duarte Pesca (17 - 41)

Dano Psicológico Relacionado à Violência Contra a Mulher

Fernanda Pereira Labiak Roberto Moraes Cruz (42 - 59)

Espiritualidade Organizacional e Bem-Estar dos Empregados: o lado social das práticas sustentáveis

Edson Keyso de Miranda Kubo, Antonella Maria Chagas Sousa, Almir Martins Vieira, Eduardo de Camargo Oliva, Raquel da Silva Pereira (60 - 78)

Fogo na Cinemateca Brasileira! Negligência Governamental e Abrasamento da Memória

Paulo Nunes, Raiany Eduarda Silva (79 - 94)

Mapeando o Domínio Conceitual TPACK de Professores em Formação Inicial: uma análise exploratória

Everton Bedin, Lucas Eduardo de Siqueira, Vinicius Fernando de Lima, Anna Carolina Cunta de Oliveira Viviani (95 - 108)

Mortalidade Materna na Adolescência e a Cobertura de Pré-natal na Região Norte do Brasil: análise temporal, 2018-2022

Maria Cândida Azevedo, Irenides Teixeira (109 - 117)

Narrativa (Auto)Biográfica de Mulheres Empresárias: um estudo das suas trajetórias de vida

Almerinda Maria Skeff Cunha, Elisa Maria Barbosa Amorim-Ribeiro, Luciana Mourão, Álvaro Rafael Santana Peixoto (118 - 137)

O Direito Fundamental de Acesso à Internet como Ferramenta para o Fortalecimento do Desenho de Políticas Públicas e do Estado Democrático: atualizando o debate sobre efetividade de direitos e garantias fundamentais na cultura jurídica brasileira

Wagna Cristiane Ribeiro dos Santos, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, Diva Julia Safe Coelho, Valter Moura do Carmo (138 - 151)

O Grêmio Estudantil e sua Atuação no Ensino Fundamental: um horizonte democrático ou gerencialista da educação?

Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito, Adriano Pereira de Miranda, Joildy Gomes Brito, Rosilene Lagares (152 - 164)

O Paradigma da Jurisdição Paternalista pode ser Rompido pela Cooperação Processual?

Fabiana Marion Spengler, Maini Dornelles (165 - 179)

Pandemia, Encarceramento e a Crise do Direito à Saúde: uma perspectiva constitucional no contexto goiano

Rafael Soares Duarte de Moura, Rafael Gonçalves da Silva, Heitor de Carvalho Pagliaro (180 - 189)

Promovendo a Conciliação e Fortalecendo a Democracia: a arte como ferramenta de Direitos Humanos

Jéssica Painkow Rosa Cavalcante, Nathalia Canhedo, Pedro Henrique Andrade (190 – 200)

Sobre a Redução das Desigualdades: barreiras simbólicas das cidades na Amazônia Legal

Walace Rodrigues (201 – 210)

Sujeito e Subjetividade: perspectivas teóricas e epistemológicas para a pesquisa em educação

Adriana Ziemer Gallert (211 – 228)

Topologia do Ser e as Paisagens do Sertão

Gilvan Charles Cerqueira de Araujo (229 – 244)

Vozes da Inclusão na Amazônia: experiência de acadêmicos com deficiência no Curso de Ciências Contábeis da UFT

Lindomar Lopes dos Santos, Valtuir Soares Filho (245 – 262)

A racionalidade do populismo digital

The rationality of digital populism

Reginaldo Clécio dos Santos^a, Albérico Araújo Sial Neto.

^a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: regiscleciosts@gmail.com.

Resumo: Os estudos acerca do populismo digital defendem que o uso populista das fake news têm por objetivo o apelo à irracionalidade. Esse apelo contribuiria para uma distinção afetiva e identitária entre os seguidores do líder e a elite opositora. No entanto, tal perspectiva é deficitária em vários pontos, sendo os dois mais importantes: (1) não responde o porquê das fake news populistas serem relativamente imunes à checagem de fatos e (2) não oferece ferramentas satisfatórias de combate a essas fake news. Ademais, essas limitações parecem estar diretamente relacionadas a uma visão filosófica equivocada que analisa as fake news populistas apenas pelos critérios de verdade e falsidade. Por sua vez, no lugar de simplesmente apelar às emoções, defendo que o uso populista das fake news tem origem em uma racionalidade que visa introduzir indivíduos numa determinada visão de mundo cujas regras articulam significados e sentidos atravessando processos de subjetivação. Dessa maneira, a partir das reflexões do segundo Wittgenstein, argumento que o uso populista das fake news visa ao estabelecimento de uma normatividade sobre aspectos do mundo. Isso explica o porquê das fake news populistas produzirem graves consequências ao romper com as fronteiras de articulação entre verdade e política. Nesse sentido, o populismo digital oferece um desafio para as democracias atuais, haja vista que a distinção entre os seguidores do líder populista e a elite deixa de ser apenas identitária e afetiva e passa a ser também normativa.

Palavras-chave: Fake News; Normatividade; Populismo Digital; Racionalidade; Visão de Mundo.

Abstract: Studies on digital populism argue that the populist use of fake news aims to appeal to irrationality. This appeal would contribute to an affective and identity distinction between the followers of the leader and the opposing elite. However, this perspective is deficient in points, the two most important of which are: (1) it does not answer why populist fake news is relatively immune to fact-checking and (2) it does not offer several satisfactory tools to combat such fake news. Furthermore, these limitations seem to be directly related to a mistaken philosophical vision that analyzes populist fake news only by the criteria of truth and falsity. In turn, instead of simply appealing to emotions, he argues that the populist use of fake news has its origins in a rationality that aims to introduce individuals into a certain worldview whose rules articulate meanings and meanings going through processes of subjectivation. In this way, based on the reflections of the second Wittgenstein, he argues that the populist use of fake news aims to establish a normativity on aspects of the world. This explains why populist fake news produces serious consequences by breaking the boundaries between truth and politics. In this sense, digital populism offers a challenge to current democracies, given that the distinction between the followers of the populist leader and the elite is no longer just identitarian and affective but also becomes normative.

Keywords: Fake News; Normativity; Digital Populism; Rationality; Worldview.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do populismo ganhou relevância no cenário político atual devido à rápida ascensão de líderes populistas. Essa ascensão é tão marcante que alguns teóricos se referem ao atual período como o momento populista (Mouffe, 2019), o zeitgeist populista (Mudde, 2021) e até mesmo o século do populismo (Rosanvallon, 2021). No geral, tais estudos se dividem em duas abordagens: uma mais atenta às circunstâncias ou condições sociais do populismo (mínima) e outra interessada principalmente na sua natureza e características políticas (máxima) (Urbinati, 2021). Teóricos da vertente minimalista, como Canovan (1982), em diálogo com Husserl, chegam a propor uma fenomenologia do populismo. Enquanto isso, teóricos da vertente maximalista, como Laclau (2005) e Mouffe (2019), influenciados por uma matriz wittgensteiniana, adotam uma perspectiva analítica que não só define o populismo, mas também analisa as práticas que o compõem, propondo uma concepção discursiva desse fenômeno político.

O debate sobre o populismo digital é predominantemente pautado pela perspectiva minimalista. Nesse sentido, a circunstância social de crescente liberdade das pessoas para criar conteúdo, o que seria a força motriz da geração de fake news (Hidalgo et. al., 2020), torna os fatos objetivos menos relevantes para a opinião pública do que a exaltação das emoções (García, et. al. 2020). Essa mudança social seria a principal base para o surgimento do populismo digital, onde os populistas apenas “aprenderam a utilizar as notícias falsas e a mídia [digital] para benefícios próprios” (García, et. al., 2020, p. 78). Portanto, o populismo digital seria uma adaptação das experiências populistas anteriores ao incorporar esse novo elemento contextual.

Ou seja, as pesquisas sobre o populismo concentram-se na análise do populismo digital. Tais análises apontam para uma relação direta entre populismo e disseminação de fake news, que emerge na circunstância social de crescente liberdade das pessoas para criar conteúdo. Essa circunstância seria a força motriz da geração de fake news (Hidalgo et. al., 2020) e tornaria os fatos objetivos menos relevantes para a opinião pública do que a exaltação das emoções (García et. al., 2020). Ademais, a circunstância de liberdade de criação de conteúdo seria a principal base para o surgimento do populismo digital, onde os populistas apenas “aprenderam a utilizar as notícias falsas e a mídia [digital] para benefícios próprios” (García, et. al., 2020, p. 78). Em essência, o populismo digital seria uma adaptação do populismo tradicional, incorporando esse novo elemento contextual. Assim, resumindo, o populismo digital seria um movimento em que, auxiliado pelas fake news e as mídias digitais, inclui “comuns” por meio de um processo paralelo de exclusão no qual o establishment político é a externalidade, a elite, contra a qual o povo deve se posicionar.

Em um mundo amplamente digitalizado, essas análises do populismo digital parecem ineficientes. Elas não conseguem caracterizar de maneira abrangente o populismo digital e não introduz novos elementos analíticos que justifiquem o conceito. Em vez disso, ela simplesmente destaca a adaptação das já conhecidas estratégias populistas ao ambiente digital. Quando considera a relação entre fake news e populismo digital, essa abordagem tende a interpretá-la como uma tentativa de mobilizar emoções de apoiadores por meio de fake news política e fake news eleitoral, negligenciando a objetividade. Baseada na verdade e falsidade, essa interpretação apresenta problemas

epistemológicos, pois indicam que o objetivo das fake news no contexto populista é unicamente desacreditar políticos, o sistema eleitoral e jornalistas. No entanto, essa interpretação é limitada, uma vez que as bases digitais dessas lideranças também disseminam fake news sobre a forma da Terra, eficácia das vacinas e até mesmo sobre extraterrestres que dominam o mundo.

Por sua vez, muito por conta da atualidade desse fenômeno político, a abordagem maximalista do populismo digital ainda é inexistente. Contudo, dada sua inclinação à investigação da natureza do populismo e à análise das práticas que o compõem, é possível dizer que uma investigação máxima do populismo digital não recairá nos mesmo problemas da abordagem mínima. Para tanto, não descarto por completo as considerações feitas pela abordagem mínima, mas realizarei algumas inversões de relação a fim de caracterizar a natureza e as práticas do populismo digital.

Nesse sentido, a inversão mais importante a se fazer está na relação entre populismo e fake news. Assim, em contraste, é possível afirmar que o populismo digital não é meramente uma adaptação do populismo tradicional à era digital. Muito pelo contrário, se levada em consideração que a comunicação populista online está diretamente ligada à difusão estratégica de fake news (Cesarino, 2022; Bruzzone, 2021), é possível dizer que o populismo digital opera uma mutação em relação às experiências populistas passadas. Isso porque a apropriação populista das fake news é caracterizada por uma racionalidade que visa introduzir pessoas numa visão de mundo, isso é, o uso populista da fake news visa introduzir critérios, uma gramática, uma lógica, pelos quais se interpreta o mundo.

Embora não exista uma relação necessária entre verdade e política, é possível afirmar que nenhuma outra experiência fez uso da mentira como seu principal método de atuação. Assim,

enquanto no passado as mentiras eram vistas como instrumentos relativamente inofensivos aos meios violentos na política (Arendt, 2000), hoje, devido ao populismo digital, elas são vistas como uma ameaça à democracia que devem ser prontamente abordadas pelos estudiosos das mais variadas áreas das humanidades (Prereira et. al., 2023).

No entanto, em vez de simplesmente apelar às emoções, as fake news são deliberadamente criadas e estrategicamente difundidas na esfera digital com o propósito de desinformar. Populistas digitais como Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil) e Javier Milei (Argentina), propagam essas desinformações com o objetivo de fortalecer e manter as bases de seguidores. O fortalecimento e a manutenção dessas bases estão mais relacionados ao uso populista das fake news do que ao frenesi emocional que essas fake news podem causar. Isso explica por que, mesmo sendo absurdas, essas fake news ganham proporções significativas no cenário político.

Influenciado pelas reflexões de Wittgenstein, é possível dizer que o uso populista das fake news visa estabelecer normas, regras e restrições, definindo o que é legítimo ou ilegítimo, apropriado ou inapropriado, tudo isso sem depender da interferência da verdade e da falsidade. Quer dizer, o uso populista das fake news assume um aspecto normativo. A ideia de normatividade, desenvolvida pelo segundo Wittgenstein (Investigações Filosóficas, Sobre a Certeza e Zettel) está ligada à compreensão de que regras e convenções determinam significados, práticas sociais e criam critérios pelos quais se avalia estados de coisas. As proposições que exprimem regras não podem ser categorizadas como falsas, uma vez que elas expressam uma limitação no campo de manobra combinatório da articulação entre proposições (Silva, 2020). Assim, o uso populista das fake news não se relaciona com a verificação e atribuição de

verdade a partir de dados empíricos, mas, sim, estabelece parâmetros semânticos-normativos. Dessa forma, as fake news populistas instauram normas que são o fundamento infundado do pensamento e da ação, não sendo apenas mentiras contra rivais políticos.

Nessa perspectiva, no lugar de serem fruto de uma dissonância cognitiva (Rocha, 2023) e/ou serem parte de uma gramática conspiracionista que aponta para causalidades simplificadoras e imaginárias (Cesarino, 2022), essas fake news têm origem em uma racionalidade que visa introduzir indivíduos numa determinada visão de mundo cujas regras articulam significados e sentidos atravessando processos de subjetivações. Assim, o populismo digital instaura uma virada normativa na política. Esse giro normativo permite ao populismo digital ser caracterizado como uma prática que cria uma visão de mundo populista a partir da apropriação da esfera digital. Por consequência, a função populista das fake news vai além dos critérios de verdade e falsidade. Isso porque as diversas formas do uso populista das fake news, que se cruzam e se justapõem, atravessam práticas normativas sobre aspectos do mundo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Antes mesmo do surgimento do populismo digital, teóricos do populismo não ousavam em se referir ao atual período como o momento populista (Mouffe, 2019), o zeitgeist populista (Mudde, 2021) e até mesmo o século do populismo (Rosanvallon, 2021). Nesse contexto, o surgimento do populismo digital potencializou a impressão de que o populismo é uma experiência política corrente em nossa era.

A análise da estrutura de notícias falsas é uma das principais contribuições dos estudos do populismo digital à epistemologia das fake News. Tais análises indicam que são elementos das fake news:

“(1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; (2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; (3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social” (Recuero & Gruzd, 2019, p. 32). Em suma, as fake news consistem em informações ou notícias intencionalmente falsas cujo objetivo é, ora enganar, ora criar falsa percepção.

Dado que a transmissão deliberada de desinformação é uma das marcas do populismo digital, a análise estrutural das fake news se relaciona diretamente como investigação do papel dessas notícias falsas para o populismo digital. Conforme Raquel Recuero e Anatoliy Gruzd (2019), as fake news circulam intensamente entre os simpatizantes de líderes populistas, com o objetivo de deteriorar a imagem dos políticos de oposição. Por sua vez, Rute Rita Maia (2020) argumenta que os líderes populistas utilizam as fake news para fortalecer a narrativa de que os jornalistas são inimigos, descredibilizando aqueles que desmentem as notícias falsas ou verificam os fatos. Além disso, Paulo Mangerotti, Vasco Ribeiro e Patricia González-Aldea (2021) afirmam que as mensagens falsas nas redes sociais populistas culpabilizam as elites e fortalece os medos do povo. Tudo isso reforçando a imagem de autenticidade dos líderes populistas (Maia et al., 2022).

Embora tenham assumido a vanguarda das investigações sobre o populismo digital, essas pesquisas parecem indicar que há apenas uma adaptação das já conhecidas estratégias discursivas do populismo ao âmbito digital. Isso significa que as fake news apenas contribuem com a comunicação populista, que visa três efeitos: (1) fortalecimento da imagem dos políticos como líderes do povo; (2) criação de um discurso que divide a sociedade entre povo (puro, verdadeiro e autêntico) e a elite (corrupta, egoísta e traidora); e (3) a mobilização dos afetos. Apesar dessas

pesquisas esclarecerem a adesão dos líderes populistas às fake news, elas oferecem pouca explicação sobre por que essas notícias falsas têm tanto alcance (Vosoughi et. al., 2018) e por que as verificações de fatos são ineficazes na redução da desinformação política e eleitoral (Pavão et. al., 2022).

Nesse sentido, não é exagero dizer que as análises da relação entre populismo digital e fake news é limitada e não fornece uma compreensão abrangente da atual formação de sujeitos populistas. Isso se dá muito por conta de uma desatenção dos teóricos do populismo ao problema filosófico subjacente. É possível dizer que o problema filosófico que a literatura sobre o populismo enfrenta é a visão limitada de verdade e falsidade. Ao assumir que a verdade e falsidade é estabelecida apenas pela verificação dos fatos, os teóricos do populismo digital não conseguem oferecer uma resposta satisfatória sobre qual a racionalidade está por trás do populismo digital. Com isso, a fim de responder às questões ainda não respondida pelos teóricos do populismo mostrarei que o populismo digital opera um uso das fake news que é anterior a verdade, um uso semântico-normativo.

Para tanto, analisarei algumas fake news que geralmente não são examinadas pelos pesquisadores, aquelas que carecem de um inimigo direto e frequentemente são consideradas absurdas. Exemplos incluem as fake news que dissertam sobre o formato da terra ou as que dissertam sobre a existência de uma organização formada por agentes humanos e/ou alienígenas que controla todo o mundo. Essas fake news absurdas são tipicamente avaliadas apenas com base na verdade e na falsidade, o que limita a compreensão de seu uso político específico. No entanto, uma análise mais abrangente, levando em conta essas fake news como o estabelecimento de regras, revela que essas fake news desempenham um papel crucial como diretrizes para a sustentação do populismo digital. Essa perspectiva

amplia nossa compreensão do populismo digital, pois leva em conta que, a normatividade, seguir uma regra, implica na restrição e condicionamento das possibilidades e ações, não se limitando apenas à verdade e falsidade (Silva, 2020).

Seguindo a perspectiva do segundo Wittgenstein (*Investigações Filosóficas, Sobre a Certeza e Zettel* compreender as fake news populistas por uma perspectiva semântico-normativa significa dizer que, no lugar dessas proposições serem testadas pela experiência empírica, elas são as regras dos testes, justamente porque elas resistem às evidências recalcitrantes. Assim, é possível dizer, o fato de essas fake news dificilmente serem falsificadas (Pavão et. al., 2022) é um forte indicativo de que não sejam proposições de caráter epistêmico.

Como é sabido, a noção de regra de teste está associada às noções de jogos de linguagem e forma de vida elaboradas por Wittgenstein. Os jogos de linguagem são práticas que envolvem o uso da linguagem em diferentes contextos. Eles representam a relação entre linguagem e ações, como seguir regras, comunicar, dar ordens. Esses jogos são permeados pelos usos estabelecidos em práticas coletivas. Desse modo, o conceito de jogos de linguagem se refere à totalidade dos proferimentos linguísticos entrelaçados com atividades não linguísticas. Esse entrelaçamento é constituído pelo consenso preliminar em uma forma de vida compartilhada intersubjetivamente ou por meio da pré-compreensão de uma prática comum regulada por instituições e costumes.

As instituições e costumes que regulam a prática comum são as regras do jogo de linguagem. As regras do jogo de linguagem são regras constitutivas, como as regras da gramática, que são padrões para o uso correto. É o uso correto que determina o significado de uma expressão. Sendo que o termo correto não é sinônimo de verdadeiro, haja vista que “se pode utilizar um termo de acordo com regras linguísticas sem que se diga que algo é

verdadeiro" (Glock, 1998, p. 193). Além disso, o significado das palavras e das ações depende fundamentalmente de como tais palavras e ações são usadas em um contexto de acordo com certas regras. Isso significa dizer que o significado de uma palavra emerge da prática de seguir as regras estabelecidas pela comunidade.

Assim, são as regras dos jogos de linguagem que estabelecem quais proferimentos são válidos ou inválidos, justos ou injustos. Mas não só isso, tais regras estabelecem quais proposições são de constituição empírica e quais não são. Na verdade, "é correto dizer que a mesma proposição pode ser tratada ora como passível de teste pela experiência, ora como regra do teste" (SC §98). Desse modo, as proposições empíricas podem passar a ser proposições que desempenham funções diferentes dentro dos mais variados contextos linguísticos, podem virar proposições dobradiças.

As proposições dobradiças são proposições que regulam os sistemas de referência, as relações conceituais, cumprindo o papel normativo de regras do jogo. Elas são a base dos jogos de linguagem, a estrutura sobre a qual o conhecimento se baseia. Nesse sentido, ao desempenhar um papel normativo-constitutivo, as proposições dobradiças se distanciam da empiria e do valor de verdade determinável e se aproximam do modo de ação (Pich, 2015). Isso é, por serem constitutivas, tais proposições são os passos do jogo (Pich, 2015).

Ademais, há contextos em que as proposições dobradiças são negadas. Esses contextos são contextos de falência comunicacional. Isso porque, se, por um lado, as proposições empíricas geralmente estão inseridas em um contexto favorável à dúvida, por outro, as proposições dobradiças não estão inseridas nesse contexto favorável à dúvida. Ou seja, conforme Wittgenstein, "todo teste, toda corroboração e refutação de uma assunção ocorre já no interior de um

sistema. E esse sistema não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário e duvidoso para todos os nossos argumentos; ele pertence, antes, à essência daquilo que chamamos argumento" (SC §105).

É justamente no seguimento de uma ou várias regras que está a normatividade. Nesse sentido, a normatividade refere-se à conformidade com as regras, com os conceitos e com as convenções estabelecidas dentro de uma comunidade linguística específica. Com isso, quem "discorda profundamente de alguém não entende que essa pessoa está simplesmente errada, mas que ela é absurda. Aquilo que o outro defende não se insere em um sistema mais geral de crenças do qual temos certeza" (Jourdan, 2021, p. 71). Nesse contexto, os desacordos ocorrem na medida em que sistemas mais gerais de crenças não coincidem entre si. Ou seja, "estamos muito certos disso' não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação" (SC, §298).

Isso significa que as regras, mesmo quando não são explícitas, são consideradas devido à educação dentro de uma comunidade que compartilha certas práticas epistêmicas e forma de vida (Coliva, 2015). Ou seja, "critérios e regras são sempre pressupostos para a determinação do sentido proposicional" (Silva, 2021, p. 264), e esses critérios e regras são fundamentais para atribuir significados às descrições. Devido à natureza constitutiva, as regras estabelecem o "arcabouço conceitual, inferencial e normativo a partir do qual classificamos, descrevemos e julgamos coisas no mundo" (Silva, 2021, p. 265). Com isso, comunidades com práticas epistêmicas distintas tendem ao desacordo, uma vez que as normas não se referem "não representam verdadeiramente ou falsamente um estado de coisas" (Silva, 2021, p. 263).

Nessa perspectiva, levando em conta (1) que podemos entender uma regra pelo seu uso, sem que tenhamos que formulá-la explicitamente (Silva, 2020) – concepção extremamente influente na teoria do discurso (Törfing, 1999) –, e também, (2) que o uso populista das fake news, isso inclui as fake news absurdas, não pode ser investigado apenas pelos critérios de verdade e falsidade, cabe indagar: se o significado de uma proposição consiste no uso, então, qual o uso populista dessas fake news absurdas que as torna significativas?

O uso populista dessas fake news absurdas se dá justamente na sua reprodução como certeza para a qual as dúvidas não fazem sentido. No geral, essa reprodução das fake news absurdas como certezas ocorre em contextos em que se afirma saber daquilo que está sendo divulgado. Esse saber é reforçado pelos membros do grupo ou por supostas autoridades que legitimariam esse saber. Ademais, esse saber vem com evidências válidas para a circunstância de compartilhamento, que não necessariamente são evidências baseadas em observação ou fundamentos lógicos. De todo modo, o compartilhamento das fake news absurdas fortalece as convicções, que são as bases das certezas. É justamente a convicção que pertence ao método do duvidar e do investigar (SC, §151).

Seguindo o raciocínio de que as convicções são anteriores às evidências, indagar qual o uso populista que torna as fake news significativas é também indagar o que faz com que essas fake news se tornem uma convicção. Nesse sentido, não cabe abandonar as categorias de verdade e falsidade em detrimento das categorias de emprego apropriado ou inapropriado. As categorias de verdade e falsidade são norteadoras para a detecção de uma fake news. Todavia, quando os critérios de verdade e falsidade não oferecem uma interpretação sobre a função de uma fake

news dentro do círculo populista, é cabível ampliar os critérios de investigação.

Com isso, defendo que as comunidades digitais ligadas aos líderes populistas, como Trump, Bolsonaro e Milie, com ampla divulgação de fake news absurdas, operam principalmente no contexto de criar uma outra comunidade ligada pela ciência e pela educação. Esses grupos divulgam informações e elaboram conceitos que, supostamente advindos de personalidades que ocupam o lugar privilegiado da certeza, corroboram para a formação de regras normativamente centrais para que se torne possível julgar as coisas. Os membros dos grupos compartilham esse pano de fundo fortalecendo o quadro de referências para julgar as coisas como verdadeiras. A partir desse atravessamento normativo, proposições que facilmente seriam vistas como empíricas, como aquelas sobre o formato da terra, passam a ser proposições basilares da visão de mundo populista. E quando aparecem pessoas que duvidam dessas proposições dobradiças, não há compreensão dessa dúvida, muito menos compreensão do que essas pessoas aceitariam como prova.

Nesse sentido, as comunidades de seguidores digitais dos líderes populistas conseguem estabelecer novas regras e novos jogos de linguagem. Esses novos jogos estabelecem, por exemplo, que quem faz uso indagativo das proposições dobradiças dessa comunidade, quem faz o uso indagativo dessas fake news, é visto como alguém que não sabe jogar o jogo da dúvida. Com isso, esse uso populista das fake news estabelece desafios para as democracias atuais, haja vista que a distinção entre os seguidores do líder populista e a elite deixou de ser apenas identitária e afetiva, passando a ser também normativa.

Com isso, é possível dizer que não decorre que o termo populismo digital caracteriza apenas a inserção de um determinado líder populista e os seus seguidores no âmbito digital. O termo

populismo digital caracteriza algo muito mais complexo e politicamente desafiador: a construção de uma visão de mundo populista por meio da utilização da esfera digital. Essa visão de mundo é estabelecida pela circulação de fake news que se consolidam como normatividade a partir da troca de certezas, sendo a certeza pressuposto da ação, entre os diversos simpatizantes do líder populista.

3 METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa se concentrou na revisão de literatura de algumas das principais discussões sobre o populismo digital, a fim de identificar fragilidades e contradições na abordagem minimalista do populismo digital, ao mesmo tempo em que reconheceu suas contribuições. Com base nisso e em consonância com as ideias e conceitos do segundo Wittgenstein, tentei desenvolver uma abordagem maximalista que investigou a natureza e as práticas do populismo digital, ampliando os critérios de análise das notícias falsas e destacando seu aspecto normativo, sugerindo que o populismo digital representa uma experiência populista distinta de populismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos principais resultados é a contribuição para o desenvolvimento de uma perspectiva maximalista sobre o populismo digital. Além disso, a presente discussão possibilita uma nova perspectiva sobre como o populismo digital e as fake news estão interligados. Isso inclui o esclarecimento da racionalidade por trás do uso populistas das fake news, mostrando com essa racionalidade molda a opinião pública e consolida o poder de lideranças populistas. Mas não só, tal discussão contribui para o entendimento de como as fake news populistas influenciam a formação de subjetividade dos seguidores

de líderes populistas. Isso inclui a identificação de estratégias específicas que os líderes populistas usam para fortalecer sua base de seguidores. Evidentemente, tais contribuições estão associadas à uma agenda de pesquisa que necessita de maior desenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

Dado que a emergente ascensão de líderes populistas é impulsionada pela esfera digital, a presente pesquisa visa contribuir para a caracterização do populismo digital, enriquecendo a sua compreensão. Ao reconhecer o populismo digital como uma prática que envolve a disseminação intencional de fake news com o objetivo de construir uma visão de mundo populista, será possível explorar os paradigmas que surgem a partir da ruptura da fronteira de articulação entre verdade e política. Além disso, essa estrutura teórica facilitará uma compreensão mais aprofundada de como os líderes populistas mobilizam a opinião pública e a sociedade civil por meio das plataformas digitais, oferecendo uma base sólida para pesquisas futuras sobre o tema.

A hipótese defendida é que a noção de populismo digital caracteriza uma prática que tem como principal método político a transmissão deliberada de desinformação, por meio da esfera digital, a fim de criar uma visão de mundo populista. Isso vai além de simplesmente difamar oponentes políticos ou reforçar a imagem de um líder; também visa ao estabelecimento de uma normatividade sobre aspectos do mundo que rege os testes e as análises sobre os eventos políticos e interdita o espaço da contradição.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o**

Futuro. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 282-325.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo.** São Paulo: Contexto, 2021.

CANOVAN, Margaret. Two Strategies for the Study of Populism. **Political Studies**, v. 30, n. 4, p. 544-552, 1982.

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo: Ubu, 2022.

COLIVA, Annalisa. **Wittgenstein Rehinged: the relevance of *On Certainty* for contemporary epistemology.** Nova York: Anthem Press, 2022.

GARCÍA, Santiago Alonso; GARCÍA, Geraldo Gómes; PRIETO, Mariano Sanz; MORENO, Antônio José; JIMÉNEZ, Rodríguez. The impact of Term Fake News on the Scientific Community - Scientific Performance and Mapping in Web of Science. **Social Sciences**, n. 9, p. 1-16, 2020.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. HIDALGO, Claudia Rodríguez; SANMARTÍN, Catalina Mier; SALAS, Gabriela Coronel. *Fake News y Política: nuevos desafíos para las campañas electorales.* Risti, p. 351-362, 2020.

JOURDAN, Camila Rodrigues. Desacordos Profundos na Guerra das Formas de Vida. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 49, p. 57-77, 2021.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, Francisco (comp.). **El Populismo Como Espejo de la Democracia.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MAIA, L. R. H., SPANIOL, B. P. N., KLEIN, E. J. da C. Populismo digital e Autenticidade Fabricada na Campanha de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2022

MAIA, Rute Rita. Um Estudo Sobre Populismo e Redes Sociais Online. **Revista Comunicando**, v. 9, n. 1, 2020.

MANGEROTTI, Paulo, RIBEIRO, Vasco, GONZÁLEZ-ALDEA, Patricia. Populismo, Twitter e Comunicação Política: análise dos tweets de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. **Braz. Journal. Res.** v.17, n. 3, p. 1-32, 2021.

MOUFFE, Chantal. Wittgenstein, Political Theory and Democracy. In: MOUFFE, Chantal (org.). **Por um Populismo de Esquerda.** São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MUDDE, Cas. "O Zeitgeist Populista". **EXILIUM Revista De Estudos Da Contemporaneidade** v. 2, n 3, p. 263-298, 2021.

PAVÃO, Nara, PEREIRA, Frederico B., BUENO, Natália S. NUNES, Felipe. Fake News, Fact Checking, and Partisanship: The resilience of rumors in the 2018 Brazilian Elections. **The Journal of Politics**, v. 84, n. 4, p. 2188-2201, 2022.

PEREIRA, Frederico B., BUENO, Natália S., NUNES, Felipe, PAVÃO, Nara. DOS SANTOS, João P. O., WIRTSCHAFTER, Valerie. Detecting Misinformation: The Spread of False News by Political Leaders in the Global South. **No prelo**.

PICH, Roberto Hofmeister. Wittgenstein Sobre a Certeza, Regras e Normas. **Dissertatio**, volume suplementar, p. 151-179, 2015.

RECUERO, Raquel & GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *Fake News* Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia**, n. 41, p. 31-47, 2019.

ROCHA, João Cesar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico – retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROSANVALLON, Pierre. **O Século do Populismo**. Rio de Janeiro: Ateliê de humanidades editorial, 2021.

SILVA, Marcos. Contra o Dogmatismo Realista: notas sobre acordos e jogos. **Trans/form/Ação**, v. 44, n. 3, p. 287-312, 2021.

SILVA, Marcos. Verificacionismo, Expressivismo, Inferencialismo: Uma leitura normativa. **Veritas**, v. 65, n. 3, p. 1-15, 2020.

TORFING, Jacob. **New Theories of Discourse**. Oxford: Blackwell, 1999.

URBINATI, Nadia. A Teoria Política do Populismo. **Exilium**, n. 3, p. 299-334, 2019.

VOSOUGHI, Soroush, ROY, Deb, ARAL, Sinan. The Spread of True and False News Online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Fichas (Zettel)**. Lisboa: Edições 70, 1989.

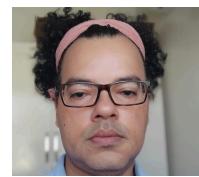
WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Lisboa: Caloustre Gulbenkian, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Sobre a Certeza**. Lisboa: Edições 70, 2022.



ALBÉRICO ARAÚJO SIAL NETO

Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Bolsista CNPq.



REGINALDO CLÉCIO DOS SANTOS

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Autoeficácia para o retorno ao trabalho: uma caracterização multigrupal

Self-efficacy for returning to work: a multigroup characterization

Jaqueline Marques Müller^a, Narbal Silva, Andrea Duarte Pesca.

^aUniversidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: Jac-muller@hotmail.com.

Resumo: O retorno ao trabalho (RT) após licença médica é influenciado por fatores psicosociais relacionados ao trabalho. O objetivo do estudo foi comparar as dimensões da escala ROSES-BR para as versões LME e TMC com as variáveis independentes: sustento familiar; tipo de vínculo; tempo de trabalho; período afastado; benefício previdenciário; e diagnóstico psicológico ou dor física. O estudo, de abordagem quantitativa e de campo, utilizou para a coleta de dados o questionário de perfil do trabalhador e o instrumento ROSES-BR validado no Brasil pelos autores deste estudo. Os dados foram analisados a partir da Análise Multivariada de Variância por Permutações (PERMANOVA), a fim de investigar possíveis diferenças entre grupos nos níveis das dimensões da escala ROSES-BR. Os resultados da PERMANOVA apontaram diferenças entre grupos para as variáveis 'benefício previdenciário' e 'tipo de vínculo', enquanto as variáveis 'sustento familiar', 'tempo de trabalho', 'período afastado' e 'diagnóstico' não apresentaram diferenças. Em nosso contexto de estudo, não houve diferenças entre os grupos de trabalhadores com TMC ou LME, corroborando com o que foi apresentado em pesquisas anteriores sobre o RT. Os resultados podem subsidiar discussões a respeito das políticas organizacionais e sugerem intervenções para a reabilitação de trabalhadores com atenção aos fatores psicosociais relacionados ao trabalho.

Palavras-chave: Autoeficácia; Trabalhadores; Retorno ao trabalho.

Abstract: Return to work (RTW) after sick leave is influenced by work-related psychosocial factors. The aim of the study was to compare the dimensions of the ROSES-BR scale for the CMD and MSD versions with the independent variables: family support; type of link; working time; period away; pension benefit; and psychological diagnosis or physical pain. The quantitative and field approach study used the worker profile questionnaire and the ROSES-BR instrument validated in Brazil by the authors of this study for data collection. Data were analyzed from the Multivariate Analysis of Variance by Permutations (PERMANOVA), in order to investigate possible differences between groups in the levels of dimensions of the ROSES-BR scale. The results of PERMANOVA showed differences between groups for the variables social security benefit and type of job, while the variables family support, working time, period away and diagnosis did not show differences. In our study context, there were no differences between the groups of workers with CMD or MSD, corroborating what was presented in previous research on RT. The results can support discussions about organizational policies and suggest interventions for the rehabilitation of workers with attention to psychosocial factors related to work.

Keywords: Self-efficacy; Workers; Return to work.

Submetido em: 25/09/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

O retorno ao trabalho (RT) após licença médica é um processo complexo influenciado por diversos elementos. Fatores psicológicos, físicos e contextuais, que incluem a condição de vida e de trabalho, as políticas internas da organização e questões ligadas à previdência social, são variáveis destacadas na literatura especializada que versa sobre o processo de RT após licença médica (Henderson *et al.*, 2005; Løvvik *et al.*, 2014; Gragnano *et al.*, 2022). Dentre os fatores contextuais relacionados ao trabalho, a duração média da licença, características da história ocupacional e maior tempo na função estão associadas ao RT (Lagerveld *et al.*, 2010; Silva-Junior *et al.*, 2017).

Contudo, tão importante quanto identificar fatores que influenciam de forma negativa o RT, é fundamental estudar os recursos pessoais do trabalhador para superá-los. Nesse sentido, expectativas positivas ou negativas, que podem estar relacionadas com os obstáculos percebidos durante o RT e crenças de autoeficácia sobre a superação desses, podem influenciar significativamente o RT de trabalhadores (Corbière *et al.*, 2017). Dessa forma, um construto psicológico considerado em pesquisas como variável preditora do absenteísmo e do RT é a autoeficácia (Lagerveld *et al.*, 2010; Corbière *et al.*, 2017; Gragnano *et al.*, 2022). A autoeficácia diz respeito às crenças pessoais acerca das próprias capacidades em realizar determinadas tarefas (Bandura, 1977).

A partir do modelo conceitual de autoeficácia de Bandura (1977), Lagerveld *et al.* (2010) definem a autoeficácia para o retorno ao trabalho como a crença dos trabalhadores na sua capacidade de se comportar das formas necessárias para retomar suas atividades laborais. Os autores propuseram possivelmente o primeiro estudo de investigação e desenvolvimento de uma medida específica para este construto. Além da

medida para o construto em questão, considera-se importante o desenvolvimento de pesquisas, avaliações e intervenções envolvendo as variáveis preditoras para um RT sustentável. Ainda são poucos os estudos que se propuseram a investigar a relação entre os fatores biopsicossociais e o RT. Uma tendência, ainda discreta, observada nas pesquisas atuais sobre o RT bem-sucedido tem sido a inclusão de variáveis psicológicas (i.e., autoeficácia) (Corbière *et al.*, 2017; Silva-Junior *et al.*, 2017).

Outro aspecto importante diz respeito à população; os estudos que se propuseram a incluir variáveis psicossociais como preditoras do RT analisam, em um grupo específico de trabalhadores, por exemplo, transtornos mentais ou lesões físicas, e a literatura tem evidenciado que os fatores que dificultam o RT geralmente são comuns a todas as populações (Black *et al.*, 2017; Vlasveld *et al.*, 2012).

ROSES-BR é um instrumento de medida apropriada para este fim. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida para medir várias barreiras de RT percebidas por trabalhadores em licença médica e sua autoeficácia para superá-las. ROSES adota uma abordagem que se concentra nos fatores comuns que preveem a duração da licença médica ou o RT em várias patologias; seu conteúdo é, portanto, adequado para a maioria das condições de saúde que afetam a participação no trabalho. Até o momento, ROSES foi validado para trabalhadores com transtornos mentais comuns (Corbière *et al.*, 2017), distúrbios musculoesqueléticos (Corbière *et al.*, 2017) e doenças cardiovasculares (Gragnano *et al.*, 2022), e possui estudo de adaptação com evidências de validade no Brasil desenvolvido pelos autores deste estudo.

Incluir variáveis psicossociais relacionadas ao trabalho no escopo das investigações realizadas no contexto de RT com trabalhadores brasileiros poderá subsidiar pesquisadores, profissionais e

organizações em seus projetos que visem à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores em processo de RT, bem como o RT bem-sucedido.

Em face ao exposto, o objetivo do estudo foi identificar associações entre as dimensões da escala ROSES - BR das versões transtornos mentais comuns (TMC) e lesões musculoesqueléticas (LME), e as variáveis de perfil do trabalhador: a) Sustento familiar; b) Tipo de vínculo (CLT ou servidor público); c) Tempo de trabalho; d) Período afastado; e) Benefício previdenciário; e f) Diagnóstico psicológico ou dor física.

2 MÉTODO

Será descrito, nesta seção, os métodos e procedimentos realizados nesta pesquisa.

2.1 Natureza e delineamento da pesquisa

Este estudo se caracteriza como descritivo, de natureza aplicada, de abordagem quantitativa, com delineamento metodológico de campo, buscando-se fontes primárias para o alcance de seus objetivos. Para Vergara (2015), pesquisas descritivas são levantamentos de dados que buscam revelar as características específicas do fenômeno sob estudo e sua relação com o contexto. Na pesquisa aplicada, conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados e gerar impacto (Cozby, 2009; Domenico; Cassetari, 2009; Richardson, 2017). A seguir, apresenta-se o detalhamento do processo metodológico aplicado.

2.2 Participantes e contexto da pesquisa

Este estudo recorreu à fonte primária de uso de dados, com a aplicação de escala de mensuração em trabalhadores brasileiros em processo de retorno ao trabalho. A seleção dos participantes foi

classificada como não probabilística e por conveniência (Cozby, 2009; Creswell, 2010), e incluiu trabalhadores que se enquadravam nos seguintes critérios: (1) estar ausente do trabalho devido a TMC ou LME; (2) vínculo de trabalho com o mesmo empregador de antes da licença médica; (3) idade mínima de 18 anos; (4) residir no território nacional brasileiro. Quanto aos critérios de exclusão: (1) trabalhadores autônomos; (2) trabalhadores que não trabalhavam no momento do diagnóstico (TMC ou LME); (3) trabalhadores com diagnóstico de deficiência intelectual ou deficiência cognitiva importante; (4) trabalhadores afastados que não estivessem em processo de retorno para o trabalho, como aposentados/segurados por invalidez permanente.

O acesso aos participantes ocorreu por meio de instituições de atenção ao trabalhador: centro de referência em saúde do trabalhador, sindicatos de diversas categorias profissionais, associações de trabalhadores, serviços de assistência especializada ao trabalhador, profissionais ligados à área de saúde do trabalhador e organizações. Além disso, foram convidados a participar do processo de divulgação da pesquisa pesquisadores, coordenadores e integrantes dos laboratórios de pesquisa relacionados a “organizações e trabalho” existentes nas cinco regiões do Brasil.

Os profissionais responsáveis foram contatados com uma breve apresentação do projeto e aqueles que concordaram em colaborar foram solicitados a apresentar a pesquisa aos seus usuários/pacientes com TMC ou LME e encaminhar o link para acesso ao questionário via e-mail, WhatsApp e redes sociais. A versão de ROSES adaptada e o questionário sociodemográfico foram inseridos em modo online por meio do Google Forms e esteve disponível por seis meses, de março a agosto de 2022. Convites presenciais (face a face) também foram feitos para potenciais pesquisados no estudo.

Participaram deste estudo 158 trabalhadores que responderam à versão da escala ROSES-TMC, com idade variando entre 24 e 61 anos ($M= 40,95$, $DP = 8,24$); dentre eles, a maioria se declarou do gênero feminino ($n= 94$, 59,49%), casadas ($n= 120$, 75,95%) e com ensino médio completo ($n= 50$, 31,64%). Por outro lado, 212 trabalhadores responderam à

versão ROSES-LME; suas idades variaram entre 23 e 64 anos ($M= 42,07$, $DP= 8,65$), a maioria homens ($n= 113$, 53,30%), casados ($n= 147$, 69,34%) e ensino médio completo ($n= 75$, 35,37%). A Tabela 1 descreve o perfil demográfico das duas amostras considerando as variáveis independentes deste estudo.

Tabela 1 – Caracterização das variáveis independentes deste estudo

Variável	F_{TMC}	$\%_{TMC}$	F_{LME}	$\%_{LME}$	Variável
Sustento familiar					Sustento familiar
Não	11	6,96%	14	6,60%	Não
Parcialmente	95	60,12%	102	48,11%	Parcialmente
Sim	52	32,91%	96	45,28%	Sim
Tipo de vínculo					Tipo de vínculo
Servidor público	38	24,05%	34	16,03%	Servidor público
CLT	120	75,95%	178	83,96%	CLT
Tempo de trabalho					Tempo de trabalho
Até 1 ano	19	12,02%	35	16,51%	Até 1 ano
2 a 5 anos	66	41,77%	89	41,98%	2 a 5 anos
6 a 10 anos	43	27,21%	58	27,35%	6 a 10 anos
11 a 15 anos	16	10,12%	17	8,20%	11 a 15 anos
15+ anos	14	8,86%	13	6,13%	15+ anos
Período afastado					Período afastado
Até 2 semanas	33	20,88 %	51	24,05%	Até 2 semanas
2 a 4 semanas	16	10,12%	36	16,98%	2 a 4 semanas
5 a 8 semanas	33	20,88 %	40	18,86%	5 a 8 semanas
9 a 12 semanas	31	19,62%	41	19,34%	9 a 12 semanas
12+ semanas	45	28,48%	44	20,75%	12+ semanas
Benefício previdenciário					Benefício
Não	37	23,42%	55	25,94%	Não
Sim	121	76,58%	157	74,06%	Sim
Diagnóstico de TM					Diagnóstico DF
Ansiedade	19	12,02%	22	10,37%	Artrite
Depressão	54	34,17%	77	36,32%	Cervical
Estresse	53	33,54%	10	4,71%	Ciático
Síndrome do Pânico	29	18,35%	39	18,39%	Lombalgia
Transtorno de Personalidade	3	1,90%	13	6,13%	M. Inferiores
---	-	-		24,05%	M. Superiores

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Na Tabela 1, observa-se no grupo dos participantes com TMC que a maioria sustentava parcialmente o grupo familiar (60,12%), era contratada por meio de regime CLT (75,95%), possuía vínculo de trabalho com o empregador entre 2 e 5

anos (41,77%), estava ausente do trabalho há mais de 12 semanas (28,48%), recebia benefício previdenciário (76,58%) e havia sido diagnosticada por depressão (34,17%), seguido por estresse (33,5%). Quanto aos participantes que responderam ao

questionário de LME, a maioria era parcialmente responsável pelo sustento familiar (48,11%), regime celetista (83,96%), vínculo de trabalho com o empregador entre 2 e 5 anos (41,98%), estavam ausentes do trabalho há no máximo 2 semanas (24,05%), recebiam benefício (74,06%) e possuíam lesão na cervical (36,32%).

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Foram coletadas informações de perfil dos trabalhadores e dados objetivos referentes aos níveis de obstáculos e autoeficácia para o RT, por meio dos seguintes instrumentos de coleta de dados:

I - Questionário de perfil do trabalhador: instrumento elaborado pelos autores deste estudo para delinear o perfil dos participantes. Para as duas versões, TMC e LME, foram elaboradas as seguintes questões: a) gênero; b) idade; c) escolaridade (fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo, pós-graduação); d) estado civil (solteiro/a, casado/a, viúvo/a, divorciado/a, outro); e) se responsável pelo sustento do grupo familiar (sim, não, parcialmente); f) tempo de atuação no mercado de trabalho (até 10 anos, até 20 anos, até 30 anos, 30 ou mais); g) tipo de vínculo (CLT/carteira assinada, servidor público, outro); h) ramo de atividade que trabalha (indústria, comércio, prestação de serviços, outro); i) porte do local de trabalho por número de funcionários (até 19 empregados, de 20 a 99, de 100 a 499, acima de 499); j) função atual; k) tempo de trabalho no vínculo atual (até 1 ano, de 2 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 15 anos, mais de 15 anos); l) período afastado do trabalho (até 2 semanas, de 2 a 4 semanas, de 4 a 8 semanas, de 8 a 12 semanas, mais de 12 semanas); m) se beneficiário da previdência no momento da pesquisa (sim, não); e n) diagnóstico psicológico pelo qual estava afastado do trabalho - para a versão TMC (ansiedade, burnout,

depressão, estresse, síndrome do pânico, transtorno adaptativo, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de personalidade, transtorno obsessivo compulsivo, outro); e parte do corpo afetada pela dor ou lesão - para a versão LME (parte superior das costas, parte inferior das costas, dor nas costas que se irradia para a perna - ciática, membros superiores - braços, membros inferiores - pernas, artrite reumatoide, cervical, lombalgia, outro - especificar exatamente qual parte do corpo).

II - Questionário ROSES-BR, validado no Brasil (Müller *et al.*, 2023): O instrumento avalia possíveis obstáculos para o retorno ao trabalho com a mensuração da autoeficácia para a superação dos obstáculos percebidos pelo trabalhador. Além disso, são avaliados fatores biopsicossociais no retorno para o trabalho de trabalhadores afastados com TMC ou LME. O participante escolhe o questionário correspondente à sua patologia (TMC ou LME); ambos possuem estrutura e itens semelhantes, o que os diferencia é o termo “problema de saúde mental” ou “problema musculoesquelético” nos itens que relacionam a dimensão pesquisada ao quadro de saúde do trabalhador. O instrumento possui 46 itens distribuídos em 10 dimensões conceituais que cruzam as duas populações estudadas e não há uma definição específica para cada dimensão; o conteúdo de cada dimensão (ou seja, itens) refere-se ao título dessa mesma dimensão.

Este instrumento é resultado do processo de adaptação do Return-to-Work Obstacles and Self-Efficacy Scale (ROSES) para trabalhadores brasileiros, desenvolvido nesta tese. Para as análises deste estudo, foram considerados os 10 fatores da escala ROSES-BR: medo de recaída (MR); dificuldade cognitiva (DC); dificuldade relacionada à medicação (DrM); demandas de trabalho (DT); sentimento de injustiça organizacional (SIO); relação difícil com o

chefe imediato (RDci); relação difícil com colegas (RDc); relação difícil com a previdência social (RDps); difícil equilíbrio entre vida pessoal e trabalho (DEvt); e perda da motivação para retornar ao trabalho (PMrt).

O instrumento ROSES-BR possui duas partes (parte A e parte B). A avaliação da situação que o trabalhador poderá enfrentar ao retornar para o trabalho (um possível obstáculo) é descrita na parte A; a parte B avalia a autoeficácia para superar o obstáculo percebido. Após responder o primeiro item da parte A (resposta de 1 a 7, onde 1 não é obstáculo e 7 é um grande obstáculo), o participante deve responder o primeiro item da parte B se sua resposta no mesmo item da parte A for 2 ou mais; se for 1 (não é um obstáculo), ele deixa de responder este item da parte B e é direcionado ao segundo item da parte A, e assim sucessivamente. A formação das questões da parte A e parte B são iguais, assim como o tipo de respostas (escala do tipo Likert de 1 a 7).

2.4 Procedimentos de análise de dados

Os dados foram tabulados no software Excel e analisados via linguagem R de programação (R Core Team, 2022). A normalidade dos dados foi averiguada a partir do teste de Kolmogorov-Smirnov, no qual resultados significativos apontam distribuição assimétrica (Field, 2013). A partir disso, análises comparativas foram realizadas, considerando os fatores da escala ROSES para as versões LME e TMC com as variáveis independentes: a) Sustento familiar; b) Tipo de vínculo; c) Tempo de trabalho; d) Período afastado; e) Benefício Previdenciário; f) Diagnóstico psicológico ou dor física.

Desta maneira, a Análise Multivariada de Variância por Permutações foi realizada (PERMANOVA), com o intuito de avaliar dois modelos estatísticos, o primeiro considerando apenas as 10 dimensões da escala ROSES na versão LME e o segundo

analisando as 10 dimensões na versão TMC. Para tanto, o pacote vegan (Oksanen *et al.*, 2013) foi utilizado para o modelo multivariado, além do pacote pairwiseAdonis (Arbizu, 2020), que serviu para comparar os pares entre as variáveis independentes.

2.5 Aspectos éticos

Os instrumentos e procedimentos de coleta de dados foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

3 RESULTADOS

Serão apresentados na sequência os resultados das associações entre as dimensões de ROSES-BR e as variáveis de perfil, obtidas por meio do questionário de perfil do trabalhador, relevantes para as correlações com o instrumento com base no referencial teórico sobre autoeficácia para o retorno ao trabalho.

Apresentar os resultados de maneira organizada e lógica, fornecer ao leitor as informações mais representativas, extrair os dados mais relevantes e essenciais dos resultados obtidos e apresentar em um quadro coerente do panorama identificado.

3.1 Comparações entre grupos para a versão TMC

Inicialmente, os resultados do modelo multivariado, o qual avalia todas as variáveis dependentes em uma única vez, apontaram diferenças estatisticamente significativas para as variáveis independentes ‘benefício previdenciário’ e ‘tipo de vínculo’. Por outro lado, as variáveis ‘sustento familiar’, ‘tempo de trabalho’, ‘período afastado’ e ‘diagnóstico’ não apresentaram diferenças entre os grupos, conforme aponta a Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados do teste comparativo do modelo multivariado

	F	gl	R ²	P
Sustento familiar	1,955	2	0,026	0,180
Benefício	5,776	1	0,039	0,035*
Tipo de vínculo	5,050	1	0,034	0,049*
Tempo de trabalho	0,151	4	0,004	0,963
Período afastado	1,032	4	0,028	0,406
Diagnóstico TM	0,544	4	0,014	0,667

Modelos univariados foram analisados considerando cada dimensão da escala ROSES, a fim de investigar se esse padrão se repete entre as variáveis dependentes deste estudo. Ressalta-se que o modelo univariado identifica as

diferenças significativas de cada dimensão independentemente das outras, ou seja, as variáveis independentes que surtem efeito nas variáveis dependentes. Os resultados dos testes univariados podem ser conferidos na Tabela 3.

Tabela 3 – Associações evidenciadas no teste univariado para a versão TMC

	Sustento familiar	Benefício	Tipo vínculo	Tempo trabalho	Período afastado	Diagnóstico TM
MR _{TMC}	0,621	0,344	0,137	0,393	0,409	0,019*
DC _{TMC}	0,454	0,265	0,661	0,458	0,510	0,111
DrM _{TMC}	0,536	0,002*	0,218	0,798	0,019*	0,237
DT _{TMC}	0,170	0,426	<0,001*	0,344	0,664	0,058**
SIO _{TMC}	0,227	0,730	<0,001*	0,194	0,078	0,115
RDci _{TMC}	0,450	0,422	<0,001*	<0,001*	0,319	0,010*
RDc _{TMC}	0,672	0,398	0,058**	0,147	0,020*	0,711
RDps _{TMC}	0,362	<0,001*	<0,001*	0,223	0,044*	0,089
DEvt _{TMC}	0,164	0,021*	0,016*	0,344	0,631	0,411
PMrt _{TMC}	0,631	0,504	0,158	0,010*	0,400	0,173

Nota. * Nível de significância p < 0,05. ** Nível de significância limítrofe (p = 0,05)

Conforme os dados apresentados da Tabela 3, no modelo univariado algumas associações significativas foram identificadas entre as variáveis, as quais serão descritas a seguir.

3.1.1 Medo de recaída (MR)

Ao testar o modelo univariado da dimensão MR, os resultados indicaram diferenças estatisticamente significativas

apenas entre os grupos de trabalhadores com diagnósticos de transtornos mentais diversos. Sendo assim, a comparação pareada foi realizada apenas para a variável dependente, na qual as diferenças significativas foram atestadas na análise, indicando que trabalhadores com Síndrome do Pânico apresentaram diferenças significativas em níveis de MR quando comparados com trabalhadores com Depressão [$F(1) = 10,910$, $R^2 = 0,118$, $p = 0,030$]. Por outro lado, trabalhadores com Ansiedade, Estresse e Transtornos de Personalidade não apresentaram diferenças entre si ou com as variáveis supracitadas.

3.1.2 Dificuldade cognitiva (DC)

Para a variável DC, os testes comparativos não evidenciaram diferenças entre os grupos analisados; comparações pareadas não foram realizadas, pois são indicadas apenas quando há associações no modelo univariado.

3.1.3 Dificuldade relacionada à medicação (DrM)

Posteriormente, testou-se o modelo univariado da dimensão MrD, o qual apontou diferenças estatisticamente significativas entre pessoas que recebem benefício previdenciário e trabalhadores com diferentes faixas de período afastados do trabalho, além da interação entre o benefício previdenciário com o tipo de vínculo, tempo de trabalho com diagnóstico de TM e a interação entre sustento familiar, benefício previdenciário e diagnóstico de TM.

Nas comparações pareadas entre os grupos, foi possível perceber que pessoas que recebem benefício previdenciário apresentaram maiores níveis de DrM quando comparadas a pessoas que não recebem ($I-J = 0,676$, $p = 0,003$, $R^2 =$

0,058). Além disso, trabalhadores afastados de 4 a 8 semanas ($I-J = -0,750$, $p = 0,030$, $R^2 = 0,110$) e até 2 semanas apresentaram DrM menores quando comparados a trabalhadores afastados há mais de 12 semanas ($I-J = -1,144$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,233$). Posteriormente, a análise evidenciou diferenças entre trabalhadores em regime CLT que recebem benefício previdenciário e servidores públicos que não recebem tal benefício ($I-J = 1,576$, $p = 0,036$, $R^2 = 0,096$), demonstrando que servidores públicos, ainda que não recebam benefício previdenciário, apresentam menores indicadores de DrM que trabalhadores CLT. Por outro lado, a análise também evidenciou diferenças significativas entre servidores públicos que recebem e não recebem benefício previdenciário ($I-J = 1,482$, $p = 0,024$, $R^2 = 0,197$), indicando que servidores que recebem benefício apresentam maiores indicadores de DrM que servidores que não recebem.

Por fim, por mais que a análise comparativa tenha evidenciado diferenças significativas para as interações entre tempo de trabalho com diagnóstico de transtorno mental, além da interação entre sustento familiar, benefício previdenciário e diagnóstico de transtorno mental, os testes pareados não indicaram diferenças significativas entre os grupos.

3.1.4 Demandas de trabalho (DT)

O modelo univariado da variável DT apresentou diferenças estatisticamente significativas entre trabalhadores com diferentes tipos de vínculo e diferenças limítrofes ($p = 0,058$) para pessoas com diagnósticos de transtornos mentais diferentes. Além disso, foi possível inferir diferenças significativas na interação entre tempo de trabalho na organização e

período afastado. Sendo assim, comparações pareadas foram realizadas com as variáveis que apresentaram diferenças entre grupos.

Nesse sentido, as comparações pareadas indicaram que trabalhadores com regime CLT apresentaram níveis de DT maiores que servidores públicos ($I-J = 0,675$, $p = 0,001$, $R^2 = 0,088$). Contudo, para os demais grupos não foram identificadas diferenças.

3.1.5 Sentimento de injustiça organizacional (SIO)

Posteriormente, o modelo univariado foi testado considerando a variável dependente SIO e os resultados apontam diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de vínculo e na interação do sustento familiar com o tipo de vínculo.

Sendo assim, as comparações pareadas foram realizadas para a investigação dos fatores que atestaram diferenças significativas. Pode-se inferir que trabalhadores CLT possuem maiores níveis de SIO que servidores públicos ($I-J = 1,028$, $p < 0,001$, $R^2 = 0,121$). Além disso, as comparações pareadas considerando a concatenação entre as variáveis sustento familiar e tipo de vínculo indicaram diferenças entre: a) Trabalhadores em regime CLT e que sustentam suas famílias apresentam maiores níveis de SIO que servidores públicos que sustentam parcialmente suas famílias ($I-J = 0,986$, $p = 0,030$, $R^2 = 0,196$); b) Trabalhadores em regime CLT que sustentam parcialmente suas famílias apresentam maiores níveis de SIO que servidores públicos que também sustentam parcialmente suas famílias ($I-J = 1,567$, $p = 0,015$, $R^2 = 0,262$); c) Servidores que sustentam parcialmente suas famílias apresentam níveis de SIO menores que servidores que não sustentam suas famílias ($I-J = -2,011$, $p = 0,045$, $R^2 = 0,349$).

3.1.6 Relação difícil com o chefe imediato (RDci)

Nas análises dos modelos univariados, a variável RDci apresentou diferenças estatisticamente significativas para as variáveis 'tipo de vínculo', 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de transtorno mental'. Além disso, apresentou interações significativas entre 'sustento familiar' com 'benefício previdenciário', 'tempo de trabalho' e 'período afastado'; 'benefício previdenciário' com 'tempo de trabalho'; 'tempo de trabalho' com 'período afastado' e com 'diagnóstico de transtorno mental'; e 'tempo de trabalho' com 'período afastado'. Por fim, as interações triplas apresentaram diferenças significativas entre 'sustento familiar' com 'tempo de trabalho' e 'período afastado'; 'sustento familiar' com 'benefício previdenciário' e 'diagnóstico de transtorno mental'; e 'benefício previdenciário' com 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de transtorno mental'.

Diante disso, comparações pareadas indicaram que trabalhadores com contrato CLT apresentam maiores níveis de RDci que servidores públicos ($I-J = 0,790$, $p = 0,001$, $R^2 = 0,075$). Quanto ao tempo de trabalho, os trabalhadores que tinham de 2 a 5 anos apresentaram níveis maiores de RDci que trabalhadores com 6 a 10 anos ($I-J = 0,743$, $p = 0,040$, $R^2 = 0,089$) e mais de 15 anos ($I-J = 1,019$, $p = 0,050$, $R^2 = 0,107$). Já para diagnósticos de transtornos mentais, não foi possível inferir diferenças entre os grupos.

Quanto às interações entre as variáveis, a interação entre 'sustento familiar' e 'benefício previdenciário' não apresentou diferenças significativas ($p > 0,05$). Entretanto, a interação entre 'sustento familiar' e 'tipo de vínculo' evidenciou que trabalhadores em regime CLT que sustentam parcialmente suas famílias apresentaram níveis maiores de RDci que servidores públicos que sustentam parcialmente suas famílias ($I-J = 1,121$, $p = 0,015$, $R^2 = 0,150$). Além disso, trabalhadores que recebem benefício

previdenciário e com tempo de trabalho de 6 a 10 anos apresentaram níveis menores de RDci que trabalhadores que recebem benefício, mas com tempo de trabalho de 2 a 5 anos ($I-J = -1,038$, $p = 0,045$, $R^2 = 0,171$).

Quanto à interação entre tipo de vínculo e diagnóstico de transtorno psicológico, a comparação evidenciou diferenças entre trabalhadores em regime CLT com síndrome do pânico e servidores públicos com estresse ($I-J = 1,717$, $p = 0,036$, $R^2 = 0,475$), indicando que os trabalhadores celetistas apresentam maiores níveis de RDci que os servidores públicos, nesta comparação. Ademais, servidores públicos com estresse apresentaram menores níveis de RDci que trabalhadores em regime CLT com estresse ($I-J = -1,298$, $p = 0,036$, $R^2 = 0,248$) e depressão ($I-J = -1,393$, $p = 0,036$, $R^2 = 0,224$).

As interações entre ‘tempo de trabalho’ e ‘período afastado’, ‘tempo de trabalho’ e ‘diagnóstico de transtorno mental’ e ‘período afastado’ e ‘diagnóstico de transtorno mental’ não apresentaram diferenças estatisticamente significativas pelo método da comparação pareada. Por fim, as interações entre três variáveis fatoriais também não apresentaram significância estatística.

3.1.7 Relação difícil com colegas (RDc)

O modelo univariado da variável RDc foi testado de modo a investigar se houve diferenças estatisticamente significativas para os grupos analisados neste estudo. Os resultados indicaram diferenças para ‘tipos de vínculo’, ‘período afastado do trabalho’, além das interações entre ‘sustento familiar’ e ‘tempo de trabalho’, ‘benefício previdenciário’ e ‘tempo de trabalho’, ‘tipo de vínculo’ e ‘período afastado’ e a interação entre três variáveis, composta por ‘sustento familiar’, ‘tempo de trabalho’ e ‘diagnóstico de transtorno mental’.

Diante disso, comparações pareadas foram realizadas, de modo a investigar diferenças entre grupos, além da concatenação destes. Contudo, ainda que o teste univariado tenha atribuído diferenças significativas entre os grupos, as comparações pareadas não evidenciaram os pares que se diferenciaram entre si, apontando que os grupos investigados apresentaram resultados semelhantes de RDc.

3.1.8 Relação difícil com a previdência social (RDps)

Seguindo com as análises univariadas, a variável RDps apresentou diferenças estatisticamente significativas entre trabalhadores que recebem ou não benefício previdenciário, tipos de vínculo e períodos afastados diferentes, além da concatenação entre o sustento familiar e o tipo de vínculo do trabalhador.

Diante disso, comparações pareadas foram realizadas com o intuito de investigar quais grupos especificamente se diferenciam entre si, em níveis de RDps. Conforme os resultados, pessoas que recebem benefício previdenciário apresentaram maiores níveis de RDps que pessoas que não recebem o benefício ($I-J = 1,781$, $p = 0,001$, $R^2 = 0,269$). Além disso, trabalhadores com regime CLT apresentaram maiores níveis de RDps que servidores públicos ($I-J = 0,746$, $p = 0,004$, $R^2 = 0,048$). Por fim, trabalhadores com período afastado de até 2 semanas apresentaram diferenças significativas com trabalhadores com período afastado de 2 a 4 semanas ($I-J = -1,159$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,247$), de 4 a 8 semanas ($I-J = -1,940$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,439$), de 8 a 12 semanas ($I-J = -2,062$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,534$) e mais de 12 semanas ($I-J = -2,075$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,442$), indicando que o período afastado de até 2 semanas se diferenciou dos demais por apresentar os menores níveis de RDps.

Ademais, as comparações pareadas evidenciaram diferenças significativas para

a interação entre 'sustento familiar' e 'tipo de vínculo', indicando que trabalhadores que sustentam parcialmente suas famílias apresentam maiores níveis de RDps que servidores públicos que sustentam parcialmente suas famílias ($I-J= 1,213$, $p = 0,015$, $R^2= 0,127$). Além disso, servidores públicos que sustentam parcialmente suas famílias apresentaram menores níveis de RDps que servidores públicos que não sustentam suas famílias ($I-J = -2,219$, $p = 0,030$, $R^2= 0,313$).

3.1.9 Difícil equilíbrio vida e trabalho (DEvt)

O modelo univariado da variável DEvt apresentou diferenças significativas entre os grupos de trabalhadores que recebem benefício previdenciário com os que não recebem, além dos tipos de vínculo (CLT x servidor público) e a interação entre sustento familiar e tipo de vínculo.

Desse modo, as comparações pareadas foram realizadas e houve diferenças significativas entre trabalhadores que recebem benefício previdenciário com trabalhadores que não recebem ($I-J= 1,781$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,035$), indicando que trabalhadores que recebem benefício apresentam maiores níveis de DEvt que trabalhadores que não recebem. Além disso, foi possível observar que colaboradores em regime CLT apresentaram maior nível de DEvt quando comparados com servidores públicos ($I-J= 0,746$, $p = 0,045$, $R^2= 0,026$).

3.1.10 Perda da motivação para retornar ao trabalho (PMrt)

Finalmente, o modelo univariado da variável PMrt foi testado e foram identificadas diferenças estatisticamente significativas apenas entre o 'tempo de trabalho' e a interação entre 'sustento

familiar', 'benefício previdenciário' e 'diagnóstico de transtornos mentais'. Diante desses resultados, comparações pareadas foram realizadas para investigar as diferenças entre os grupos específicos.

As comparações pareadas, por sua vez, não apontaram diferenças significativas entre as faixas de tempo de trabalho com a organização. De maneira semelhante, a interação entre o 'sustento familiar', 'benefício previdenciário' e o 'diagnóstico de transtorno mental' não apresentou diferenças estatisticamente significativas, indicando que apenas a diferença global entre as variáveis foi atestada, como consta no resultado do modelo univariado.

3.2 Comparações entre grupos para a versão LME

Os resultados do modelo multivariado indicaram diferenças estatisticamente significativas para as variáveis 'benefício previdenciário' e 'tipo de vínculo'. Ademais, resultados significativos foram obtidos na análise das interações entre 'sustento familiar' com 'benefício previdenciário' e 'tempo de trabalho'; 'sustento familiar' com 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de dor física'; e 'tempo de trabalho' com 'período afastado' e 'diagnóstico de dor física'. Os resultados podem ser conferidos na Tabela 4.

Tabela 4 – Modelo multivariado de LME

	F	gl	R ²	p
Sustento familiar	1,911	2	0,010	0,181
Benefício previdência	7,984	1	0,022	0,018*
Tipo de vínculo	5,948	1	0,016	0,044*
Tempo de trabalho	0,889	4	0,009	0,473
Período afastado	3,256	4	0,036	0,069
Diagnóstico DF	0,828	4	0,011	0,515
Sus*Ben*TT	9,477	2	0,053	0,019*
Sus*TT*DF	6,115	4	0,068	0,028*
TT*Afas*DF	9,057	2	0,050	0,029*

Fonte: dados da pesquisa.

Desta maneira, realizou-se a investigação dos modelos univariados de cada variável dependente da análise, i.e.,

as dimensões da Escala ROSES BR. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 5 e serão descritos a seguir.

Tabela 5 – Associações evidenciadas no teste univariado para a versão LME

	Sustento Familiar	Benefício	Tipo vínculo	Tempo trabalho	Período afastado	Diagnóstico DF
MR _{LME}	0,669	0,061	0,132	0,041*	0,134	0,046*
DC _{LME}	0,223	0,446	0,272	0,008*	0,613	0,029*
DrM _{LME}	0,135	<0,001*	0,315	0,357	0,015*	0,002*
DT _{LME}	0,689	0,299	<0,001*	0,490	0,216	0,100
SIO _{LME}	0,374	0,852	<0,001*	0,827	0,137	0,588
RDci _{LME}	0,981	0,367	0,041*	0,100	0,613	0,141
RDc _{LME}	0,850	0,001*	0,269	0,958	0,799	0,254
RDps _{LME}	0,712	<0,001*	0,007*	0,001*	0,012*	0,172
DEvt _{LME}	0,005*	0,013*	0,032*	0,678	0,320	0,651
PMrt _{LME}	0,143	0,847	0,191	0,440	0,061	0,510

Nota. * Nível de significância p < 0,05.

3.2.1 Medo de recaída (MR)

Inicialmente, o resultado do modelo univariado da primeira dimensão da escala ROSES apresentou diferenças estatisticamente significativas apenas para

a variável ‘tempo de trabalho’ e o ‘diagnóstico de dor física’.

Comparações pareadas foram realizadas para investigar possíveis diferenças diretas entre pares de grupos investigados e não houve diferenças

significativas entre o tempo de trabalho, contrastando com os resultados iniciais do modelo univariado. Por outro lado, trabalhadores com dores na cervical apresentaram maiores níveis de MR que trabalhadores com dores nos membros inferiores ($I-J= 1,261$, $p = 0,015$, $R^2= 0,117$). Além disso, trabalhadores com dores nos membros superiores apresentaram maiores níveis de MR que trabalhadores com dores nos membros inferiores ($I-J= 1,345$, $p = 0,015$, $R^2= 0,015$). Por fim, trabalhadores com artrite também apresentaram maiores níveis de MR que trabalhadores com dores nos membros inferiores ($I-J= 1,388$, $p = 0,045$, $R^2= 0,267$).

3.2.2 Dificuldade cognitiva (DC)

Posteriormente, o modelo univariado com a dimensão DC foi testado, obtendo-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de 'tempo de trabalho' e 'diagnósticos de dor física' diferentes. Além disso, foi possível atestar diferenças significativas na interação entre 'sustento familiar', 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de dor física'.

A análise das comparações pareadas evidenciou que apenas trabalhadores com dores físicas em membros superiores e inferiores apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Desta maneira, pode-se inferir que trabalhadores com tempo de trabalho de até 1 ano apresentaram menores níveis de DC quando comparados a trabalhadores com tempo de trabalho de 2 a 5 anos ($I-J= -0,706$, $p = 0,067$, $R^2= 0,020$) e mais de 15 anos ($I-J= -1,054$, $p = 0,050$, $R^2= 0,155$). Além disso, trabalhadores com dores nos membros inferiores apresentaram índices de DC menores que trabalhadores com dores na cervical ($I-J= -1,142$, $p = 0,045$, $R^2= 0,090$) e com dores nos membros superiores ($I-J= -1,253$, $p = 0,015$, $R^2= 0,240$).

3.2.3 Dificuldade relacionada à medicação (DrM)

Posteriormente, o modelo univariado da variável DrM apresentou diferenças significativas para os grupos 'benefício previdenciário', 'período afastado' e 'diagnóstico de dor física'. Além disso, as interações entre 'sustento familiar' e 'benefício previdenciário', 'sustento familiar' com 'período afastado' e 'tipo de vínculo' com 'diagnóstico de dor física' também apresentaram diferenças significativas entre os grupos. Por fim, as interações triplas entre 'tipo de vínculo', 'tempo de trabalho' e 'período afastado'; 'sustento familiar', 'benefício previdenciário' e 'diagnóstico de dor física'; e 'sustento familiar', 'tipo de vínculo' e 'diagnóstico de dor física' apresentaram diferenças significativas entre os grupos.

A partir disso, realizaram-se comparações pareadas entre os grupos evidenciados pelo teste univariado, as quais apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre trabalhadores que recebem benefício previdenciário e aqueles que não recebem, indicando que trabalhadores que recebem o benefício apresentam maiores níveis de DrM que trabalhadores que não recebem ($I-J= -0,510$, $p = 0,006$, $R^2= 0,041$). Além disso, trabalhadores afastados de até 2 semanas apresentaram menores níveis de DrM quando comparados a trabalhadores afastados de 2 a 4 semanas ($I-J= -0,732$, $p = 0,030$, $R^2= 0,107$), de 8 a 12 semanas ($I-J= -0,621$, $p = 0,050$, $R^2= 0,090$) e com mais de 12 semanas ($I-J= -0,815$, $p = 0,010$, $R^2= 0,145$). Entretanto, não é possível inferir diferenças entre trabalhadores afastados de até 2 semanas e trabalhadores afastados de 4 a 8 semanas. Quando comparados os tipos de diagnósticos de dor física, trabalhadores com dores na cervical apresentaram maiores níveis de DrM que trabalhadores com dor no ciático ($I-J= 1,211$, $p = 0,015$, $R^2= 0,117$).

Quanto às comparações das interações entre as variáveis,

trabalhadores que sustentam suas famílias e recebem benefício previdenciário apresentam maiores níveis de DrM que trabalhadores que sustentam sua família, mas não recebem benefício ($I-J= 0,986$, $p = 0,015$, $R^2= 0,134$). Não foi possível inferir diferenças significativas nas demais interações.

3.2.4 Demandas de trabalho (DT)

A partir disso, testou-se o modelo univariado da variável DT. Os resultados indicaram diferenças significativas entre os tipos de vínculo e nas interações entre 'tipo de vínculo' e 'período afastado', além da interação entre 'sustento familiar', 'tempo de trabalho' e 'período afastado'. Diante disso, comparações pareadas foram realizadas para investigar diferenças diretas entre pares de grupos.

O teste pareado evidenciou que trabalhadores em regime CLT apresentaram maiores níveis de DT quando comparados a servidores públicos ($I-J= 0,604$, $p = 0,001$, $R^2= 0,047$). Entretanto, não foi possível inferir diferenças significativas das interações entre as variáveis independentes evidenciadas no teste univariado.

3.2.5 Sentimento de injustiça organizacional (SIO)

O modelo univariado da variável SIO apresentou diferenças estatisticamente significativas apenas para o tipo de vínculo e a interação entre 'sustento familiar', 'tipo de vínculo' e 'período afastado'. A partir disso, as comparações pareadas destas variáveis foram realizadas.

Foi possível inferir que trabalhadores em regime CLT apresentaram maiores níveis de SIO que servidores públicos ($I-J= 0,804$, $p = 0,001$, $R^2= 0,091$). Por outro lado, a interação entre 'sustento familiar', 'tipo de vínculo' e 'período afastado' não evidenciou diferenças entre os pares.

3.2.6 Relação difícil com o chefe imediato (RDci)

O modelo univariado da variável RDci foi avaliado e houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de tipos de vínculo. Além disso, foi possível inferir diferenças significativas entre as interações de 'tipo de vínculo' com 'tempo de trabalho', e 'sustento familiar' com 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de dor física'.

Diante disso, as comparações pareadas foram realizadas e não indicaram diferenças entre trabalhadores em regime CLT e servidores públicos. Por outro lado, foi possível inferir diferenças entre grupos na interação entre 'tipo de vínculo' e 'tempo de trabalho', na qual servidores públicos com tempo de trabalho de 6 a 10 anos apresentaram menores níveis de RDci quando comparados a servidores públicos com tempo de trabalho de 2 a 5 anos ($I-J= -1,328$, $p = 0,045$, $R^2= 0,475$), e trabalhadores em regime CLT com tempo de trabalho de até 1 ano ($I-J= -0,898$, $p = 0,045$, $R^2= 0,226$) e de 2 a 5 anos ($I-J= -1,019$, $p = 0,045$, $R^2= 0,147$). Por outro lado, a interação tripla entre 'sustento familiar', 'tempo de trabalho' e 'diagnóstico de dor física' não apresentou diferenças significativas entre os grupos pareados.

3.2.6 Relação difícil com colegas (RDc)

Posteriormente, o modelo univariado da variável RDc apresentou diferenças significativas apenas entre os grupos de trabalhadores que recebem ou não o benefício previdenciário. Por outro lado, apresentou diferenças significativas das interações entre as variáveis independentes, sendo elas: a) sustento familiar e benefício previdenciário; b) benefício previdenciário e tipo de vínculo; c) sustento familiar e período afastado; d) tipo de vínculo e período afastado; e) benefício previdenciário e diagnóstico de dor física; f) período afastado e diagnóstico de dor física.

Sendo assim, comparações pareadas foram realizadas com as variáveis que apresentaram significância estatística no modelo univariado. Nos resultados, trabalhadores que recebem benefício previdenciário apresentam menores níveis de RDc que trabalhadores que não recebem ($I-J= -0,390$, $p = 0,013$, $R^2= 0,031$). Em contrapartida, trabalhadores que sustentam parcialmente suas famílias e não recebem benefício previdenciário apresentaram maiores níveis de RDc quando comparados com trabalhadores que não sustentam suas famílias e recebem benefício ($I-J= 1,147$, $p = 0,030$, $R^2= 0,268$). Demais interações não apresentaram diferenças estatisticamente significativas, contrastando com o resultado do modelo univariado da variável RDc.

3.2.7 Relação difícil com a previdência social (RDps)

Para a variável RDps do modelo univariado, houve diferenças significativas para as variáveis 'benefício previdenciário', 'tipo de vínculo', 'tempo de trabalho' e 'período afastado'. Além disso, também foi possível observar diferenças entre as interações duplas de 'benefício previdenciário' com 'tempo de trabalho' e 'tempo de trabalho' com 'período afastado'. Já no caso das interações triplas, só foi possível observar diferenças entre grupos em 'sustento familiar' com 'tipo de vínculo' e 'diagnóstico de dor física'.

As comparações pareadas evidenciaram que trabalhadores que recebem benefício previdenciário apresentam maiores níveis de RDps que trabalhadores que não recebem ($I-J= 0,834$, $p < 0,001$, $R^2= 0,087$). Por outro lado, as comparações pareadas indicaram não haver diferenças entre servidores públicos e trabalhadores em regime CLT. Quanto ao tempo de trabalho, foi possível inferir que trabalhadores com 11 a 15 anos apresentaram maiores níveis de RDps quando comparados a trabalhadores com

6 a 10 anos ($I-J= 1,300$, $p = 0,010$, $R^2= 0,202$) e mais de 15 anos ($I-J= 1,611$, $p = 0,010$, $R^2= 0,409$). Quando comparados os períodos de afastamento, é possível observar que trabalhadores afastados até 2 semanas apresentaram menores índices de RDps quando comparados a trabalhadores afastados de 4 a 8 semanas ($I-J= -0,773$, $p= 0,010$, $R^2= 0,111$), de 8 a 12 semanas ($I-J= -1,068$, $p= 0,010$, $R^2= 0,198$) e mais de 12 semanas ($I-J= -1,214$, $p= 0,010$, $R^2= 0,235$).

Quanto às comparações pareadas das interações, estas indicaram que trabalhadores que não recebem benefício previdenciário e com tempo de trabalho de até 1 ano apresentam menores indicadores de RDps que trabalhadores que recebem benefício e com tempo de trabalho de até 1 ano ($I-J= -1,846$, $p = 0,036$, $R^2= 0,341$) e de 11 a 15 anos ($I-J= -2,056$, $p = 0,036$, $R^2= 0,567$). Resultados semelhantes são vistos quando comparados trabalhadores que recebem benefício previdenciário e com tempo de trabalho de 6 a 10 anos, que apresentam menores indicadores de RDps quando comparados a trabalhadores que recebem o benefício, mas com tempo de trabalho de 11 a 15 anos ($I-J= -1,176$, $p = 0,036$, $R^2= 0,180$). É possível perceber ainda que os trabalhadores que recebem benefício e apresentam tempo de trabalho de 11 a 15 anos apresentam maiores indicadores de RDps quando comparados a trabalhadores que não recebem benefício e tempo de trabalho de 2 a 5 anos ($I-J= 1,305$, $p = 0,036$, $R^2= 0,280$), trabalhadores que não recebem benefício e tempo de trabalho de 6 a 10 anos ($I-J= 1,833$, $p = 0,036$, $R^2= 0,514$) e trabalhadores que recebem o benefício e com tempo de trabalho de mais de 15 anos ($I-J= 1,514$, $p = 0,036$, $R^2= 0,381$). As outras interações não apresentaram diferenças significativas entre os grupos.

3.2.8 Difícil equilíbrio vida e trabalho (DEvt)

Quando testado o modelo univariado da variável DEvt, diferenças significativas foram atestadas nos grupos de 'benefício previdenciário', 'tipo de vínculo' e na interação entre 'sustento familiar' e 'tipo de vínculo'. Diante disso, comparações pareadas foram realizadas.

As comparações pareadas, por sua vez, evidenciaram que trabalhadores que não sustentam suas famílias apresentaram menores níveis de DEvt quando comparados a trabalhadores que sustentam suas famílias ($I-J = -0,987$, $p = 0,006$, $R^2 = 0,076$) e sustentam parcialmente ($I-J = -0,954$, $p = 0,012$, $R^2 = 0,084$). Além disso, foi possível observar diferenças entre grupos de benefício previdenciário, indicando que trabalhadores que recebem benefício apresentam maiores níveis de DEvt que trabalhadores que não recebem ($I-J = 0,463$, $p = 0,010$, $R^2 = 0,032$). Por outro lado, ainda que não seja possível atestar diferenças entre os tipos de vínculo, foi possível inferir diferenças estatisticamente significativas entre a interação de 'benefício previdenciário' e 'tipo de vínculo'. Servidores públicos que não recebem benefício previdenciário apresentaram menores níveis de DEvt que trabalhadores em regime CLT que recebem benefício ($I-J = -0,909$, $p = 0,012$, $R^2 = 0,077$) e CLT que não recebem benefício ($I-J = -0,050$, $p = 0,012$, $R^2 = 0,178$).

Perda da motivação para retornar ao trabalho (PMrt)

Por fim, o modelo univariado considerando a variável PMrt apresentou diferenças significativas apenas entre as interações entre 'benefício previdenciário' e 'tempo de trabalho' e 'sustento familiar' e 'período afastado'. Sendo assim, as comparações pareadas entre estes grupos foram investigadas.

Entretanto, o teste das comparações pareadas não evidenciou diferenças significativas entre os pares de grupos investigados através do modelo univariado, contrastando com o modelo univariado, e indicam que não há diferenças significativas entre os grupos testados neste estudo.

4 DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar associações entre as dimensões da escala ROSES - BR, para as versões TMC e LME, e as variáveis de perfil do trabalhador: a) Sustento familiar; b) Tipo de vínculo (CLT ou servidor público); c) Tempo de trabalho; d) Período afastado; e) Benefício previdenciário; e f) Diagnóstico psicológico ou dor física. A estrutura e o conteúdo da escala ROSES-BR são adequados para avaliar potenciais obstáculos para o RT de trabalhadores com TMC ou LME e sua autoeficácia para superá-los, ou seja, incorpora tanto a noção de potenciais obstáculos para o RT, quanto os recursos para enfrentamento do trabalhador (autoeficácia).

A PERMANOVA consiste em analisar todas as variáveis dependentes no modelo estatístico, que nesse caso são os valores totais das dimensões de ROSES (a soma das pontuações), as quais foram comparadas com os grupos delimitados por meio das variáveis independentes, a fim de identificar as diferenças (Anderson, 2001). Assim, inicialmente, o modelo multivariado foi investigado, comparando todos os grupos e todas as variáveis dependentes juntas, para as duas versões de ROSES, TMC e LME, e foram obtidas diferenças estatisticamente significativas para as variáveis 'benefício previdenciário' e 'tipo de vínculo', enquanto as variáveis 'sustento familiar', 'tempo de trabalho', 'período afastado' e 'diagnóstico' não apresentaram diferenças entre os grupos.

As variáveis consideradas neste estudo são apontadas como fatores com efeito no RT de trabalhadores em licença

médica. A literatura destaca elementos pessoais e contextuais, com efeito no RT de trabalhadores; as variáveis contextuais envolvem pessoas interessadas (colegas de trabalho, supervisor e médicos) e sistemas (organização, saúde e previdência) (Gragnano *et al.*, 2022).

Desse modo, o RT está inserido em um contexto amplo, no qual há diversas partes interessadas. As 10 dimensões conceituais de ROSES se relacionam com características do indivíduo e dos sistemas organizacionais, de saúde e previdência (Corbière *et al.*, 2017). Dentre os fatores que facilitam ou dificultam o RT de trabalhadores em licença médica, a Previdência Social é verificada por meio da variável 'relação difícil com a previdência social' – RDps e foi relatada por trabalhadores que recebiam benefício previdenciário, nas versões TMC e LME, comparados aos que não recebiam o benefício.

Identificou-se, ainda, diferenças significativas entre trabalhadores com tempo de afastamento de até 2 semanas com todos os outros grupos (2 a 4 semanas; 4 a 8 semanas; 8 a 12 semanas; 12+), indicando que quanto menor o período afastado, menores níveis de RDps para ambas as versões de ROSES. Deste modo, trabalhadores ausentes do trabalho há no máximo 2 semanas, possivelmente não beneficiários, não apresentaram níveis significativos de RDps, enquanto trabalhadores afastados há mais tempo, relataram maiores níveis de RDps.

No Brasil, a legislação sobre a previdência social determina que o empregador mantenha o pagamento integral do salário ao trabalhador ausente por doença comprovada pelo período de até 15 dias. Somente a partir desse período cabe à previdência social o papel de auxiliar financeiramente trabalhadores contribuintes que necessitam se afastar do trabalho, de forma temporária ou permanente (Brasil, 1991). Ressalta-se, contudo, que os países possuem suas próprias legislações; na Holanda, por

exemplo, a concessão de benefício por incapacidade para o trabalho ocorre somente a partir do 21º dia (Silva-Junior, 2017).

Outra particularidade, também relacionada à dimensão de ROSES RDps, refere-se ao regime de previdência social. Enquanto na Itália a previdência social é essencialmente pública (Gragnano *et al.*, 2022), no Brasil há dois regimes de previdência social: o geral (Regime Geral de Previdência Social, RGPS), destinado a trabalhadores de empresas privadas ou regulamentados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e o próprio (Regime Próprio de Previdência Social, RPPS), voltado a trabalhadores efetivos de empresas públicas, ou seja, servidores públicos (Brasil, 1991; 1998). Nesta pesquisa, na versão TMC, trabalhadores que possuíam regime de trabalho CLT apresentaram maiores níveis de RDps que servidores públicos. Já em LME, trabalhadores com tempo de trabalho com o empregador entre 11 e 15 anos tiveram maiores níveis de RDps comparados aos trabalhadores com 6 a 10 anos e mais de 15 anos.

O relacionamento com a previdência social parece ser um obstáculo de RT para os trabalhadores desta pesquisa. Embora seja difícil comparar realidades de diferentes países, devido à adoção de legislações específicas, sua relevância é reconhecida pela literatura de RT (Corbière *et al.*, 2017; Gragnano *et al.*, 2022), bem como a de incapacidade para o trabalho (Loisel; Anema, 2013). Orientações nestes dois campos de pesquisa sugerem um modelo de avaliação pericial que leve em conta dimensões biopsicossociais do trabalhador e de seu processo de retorno ao trabalho.

Características da organização e do trabalho também são fatores que desempenham um papel importante no RT. A percepção de características positivas da organização aumenta a probabilidade de RT, ou seja, elementos da organização (políticas internas, cultura

organizacional etc.) que antecipam um acolhimento positivo do trabalhador levarão a expectativas positivas do processo, fortemente associadas ao RT bem-sucedido (D'Amato; Zijlstra, 2010; Corbière *et al.*, 2017). Sobre o processo de RT, a interação do trabalhador e a política organizacional da empresa emergiram como importantes facilitadores na acolhida após o afastamento. A realização de um exame médico ocupacional, as modificações nas condições de trabalho e o apoio dos colegas foram elementos que contribuíram para um retorno mais eficaz (Silva-Junior, 2016).

Na presente pesquisa, a dimensão conceitual de ROSES SIO se associou ao tipo de vínculo trabalhista, que corresponde ao regime de trabalho com o empregador, celetista ou servidor público. Trabalhadores celetistas (CLT) apresentaram níveis maiores de SIO para ambas as versões, TMC e LME. Essa dimensão não havia sido abordada no contexto de RT de indivíduos com TMC ou LME antes de ROSES (Corbière *et al.*, 2017). Além de SIO, para a variável DT, trabalhadores que possuíam regime de trabalho CLT também relataram mais níveis de DT, comparados ao grupo de servidores públicos, para TMC e LME.

A dimensão de ROSES DT foi utilizada em outros questionários que avaliam o RT. Nieuwenhuijsen *et al.* (2006) utilizaram com população de TMC, por meio de um único item (“Tenho que trabalhar muito”); Lagerveld *et al.* (2010) incluíram dois itens (“Serei capaz de lidar com situações emocionalmente exigentes” e “Consigo lidar com as exigências físicas do meu trabalho”), enquanto Vlasveld *et al.* (2012) incluíram cinco itens na dimensão demandas psicológicas (por ex. “Meu trabalho exige que eu trabalhe rápido”). Com relação às LME, Marhold *et al.* (2002) utilizaram a dimensão carga de trabalho física e nocividade, composta por oito itens, como “Tenho muito o que fazer no meu trabalho” ou “Um dia no meu trabalho contém muitas tarefas pesadas de

trabalho”. Por fim, Shaw *et al.* (2011) incluíram demandas de trabalho como uma das três dimensões, relacionadas à qualidade, quantidade e velocidade de trabalho. Trata-se, portanto, de uma variável importante, analisada de modo específico nos estudos (demandas físicas, cognitivas ou psicológicas) a depender do diagnóstico; em ROSES não é especificada.

Em investigações com foco em analisar as características do trabalho com impacto no RT, fatores modificáveis e não modificáveis que dificultam este processo para trabalhadores com TMC foram investigados. No grupo de fatores modificáveis, estariam os estressores de trabalho (Cornelius *et al.*, 2011). Mudanças na organização das atividades e adequação das tarefas do trabalhador são necessárias no processo de RT; modificações no conteúdo e contexto do trabalho influenciaram na efetividade do processo de reinserção laboral de trabalhadores com transtornos mentais (Silva-Junior, 2016).

A autoeficácia para possíveis adaptações das tarefas de trabalho, bem como a obtenção de acomodações necessárias, também foram avaliadas no RT de trabalhadores com dor física relacionada ao trabalho (Shaw *et al.*, 2011). Segundo estudo de Corbière *et al.* (2017), para a dimensão DT, a percepção de obstáculos prevê o RT para trabalhadores com LME, enquanto a percepção de autoeficácia foi significativa para trabalhadores com TMC. Uma possível explicação, segundo os autores, é que para pessoas com LME as demandas de trabalho podem ser revisadas no local de trabalho (por exemplo, reduzir a carga de trabalho) com a orientação do médico, mas para trabalhadores com TMC a acomodação no trabalho pode ser mais difícil, já que as demandas do trabalho são mais complexas de avaliar e as restrições médicas também podem ser menos explícitas. Assim, pessoas com TMC podem sentir que a sua autoeficácia (quanto ao uso de estratégias) é mais

importante ao negociar adaptações no local de trabalho com o empregador.

Há outros elementos no local de trabalho - superior imediato e colegas, que interferem de modo direto no RT. Crenças de autoeficácia sobre a obtenção de ajuda de colegas de trabalho e superior imediato são preditoras importantes de RT (Brouwer *et al.*, 2015). O bom relacionamento com o supervisor imediato previu o RT de trabalhadores após LME (Boot *et al.*, 2014) e TMC (Huijs *et al.*, 2012; Nieuwenhuijsen *et al.*, 2013), sendo importante, desse modo, estimular o bom relacionamento entre os diversos níveis hierárquicos na organização.

A relação com o supervisor imediato foi avaliada por meio da dimensão de ROSES Rdci; trabalhadores em regime CLT apresentaram maiores níveis de RDci quando comparados aos servidores públicos, assim como entre trabalhadores com menos tempo de trabalho na organização. Ou seja, ter menos tempo de vínculo com o empregador e atuar em organizações privadas revelou níveis maiores de RDci entre trabalhadores com TMC. Por outro lado, para a versão LME, houve diferenças na interação entre tipo de vínculo e tempo de trabalho; servidores públicos com tempo de trabalho de 2 a 5 anos e trabalhadores em regime CLT com tempo de trabalho de até 1 ano apresentaram maiores níveis de RDci comparados aos servidores públicos que possuíam tempo de trabalho entre 6 e 10 anos.

Em instrumentos para mensuração da autoeficácia para o RT, dimensões como comunicar necessidades aos supervisores e colegas de trabalho (Shaw *et al.*, 2011) e crenças de apoio social no trabalho (Black *et al.*, 2016) já foram investigadas. Na medida de Brouwer *et al.* (2011), por exemplo, dos três domínios (lidando com a dor; obter ajuda do supervisor; obter ajuda de colegas), dois se referem a supervisores e colegas, sendo apropriada para avaliação da autoeficácia para o RT de trabalhadores afastados por

LME. Para a dimensão de ROSES RDc, a única associação encontrada neste estudo foi para trabalhadores que recebiam benefício previdenciário, os quais apresentaram menores níveis de RDc para TMC e LME, quando comparados aos que não recebiam o benefício.

O equilíbrio vida/trabalho não havia sido investigado no contexto de RT após TMC ou LME e ainda é pouco estudado como preditor de RT, de modo geral (Gragnano *et al.*, 2022; Corbière *et al.*, 2017). Na dimensão de ROSES DEvt, que se refere às demandas conflitantes entre trabalho e vida pessoal, trabalhadores que recebiam benefício previdenciário apresentaram maiores níveis, bem como trabalhadores celetistas comparados aos servidores públicos, para as duas versões de ROSES. Por outro lado, para a versão LME, níveis menores de DEvt foram identificados entre os trabalhadores que não sustentam suas famílias, quando comparados a trabalhadores que sustentam total ou parcialmente o grupo familiar.

A motivação para retornar ao trabalho, por sua vez, tem sido amplamente operacionalizada na literatura de RT (Corbière *et al.*, 2017). A autoeficácia tem um papel importante sobre a motivação, podendo influenciar a pessoa a aumentar, diminuir ou manter a motivação. Por outro lado, quando as pessoas não acreditam que suas ações produzirão resultados desejados, dificilmente se motivam para agir ou perseveram diante de obstáculos (Molero *et al.*, 2018). No contexto do RT, crenças de autoeficácia levam o indivíduo a uma maior motivação para retomar o seu papel profissional. Neste estudo não houve associações significativas para a dimensão de ROSES PMrt.

Medo de recaída, dificuldades cognitivas e relacionadas à medicação são dimensões de ROSES que estão relacionadas às consequências da doença. ROSES é o primeiro estudo que aborda a dimensão conceitual DrM no contexto de

RT de indivíduos com TMC ou LME (Corbière *et al.*, 2017). Em ambas as versões de ROSES, DrM esteve relacionada a um menor período de afastamento das atividades laborais. Em TMC trabalhadores afastados do trabalho entre 4 e 8 semanas e até 2 semanas apresentaram DrM menores, quando comparados a trabalhadores afastados há mais de 12 semanas. Para a versão LME, trabalhadores afastados até 2 semanas apresentaram menores níveis de DrM quando comparados a trabalhadores com tempo de afastamento de 2 a 4 semanas, de 8 a 12 semanas e com mais de 12 semanas. Desse modo, pessoas afastadas por um período menor apresentaram menores níveis de DrM quando comparadas às pessoas que estavam afastadas por período mais prolongado.

A literatura também destaca associações importantes entre o período de ausência e o tempo para o RT. Isso significa que, em um período de ausência maior, há uma sobreposição de fatores que dificultam o RT (Loisel; Anema, 2013; Vooijs *et al.*, 2015). Do mesmo modo, em estudo com trabalhadores brasileiros, quanto mais longo o afastamento, maior é a dificuldade para o trabalhador planejar seu futuro, o que pode levar à perda de sua identidade vinculada ao trabalho (Toldrá *et al.*, 2010).

Por fim, DrM foi relatada por trabalhadores que recebiam benefício para TMC, bem como indivíduos com lesão na cervical apresentaram maiores níveis de DrM comparados aos que eram diagnosticados com lesão no nervo ciático, em LME.

A dimensão da escala ROSES 'dificuldade cognitiva', a qual também está relacionada a patologia, foi evidenciada apenas no grupo de indivíduos com diagnóstico de LME nesta pesquisa. De acordo com nossos resultados, trabalhadores com lesões nos membros inferiores apresentaram níveis menores de DC que trabalhadores com lesões na cervical e membros superiores; e

trabalhadores com tempo de trabalho de até um ano apresentaram menores níveis de DC, quando comparados àqueles cujos tempos de trabalho eram de 2 a 5 anos e mais de 15 anos.

A dimensão de ROSES MR apresentou diferenças significativas entre os grupos de trabalhadores com diagnósticos de transtornos mentais, no qual trabalhadores com Síndrome do Pânico apresentaram níveis mais elevados de MR, quando comparados aos trabalhadores que apresentavam outros diagnósticos de transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade, estresse. Na versão LME, por outro lado, trabalhadores com lesão na parte superior do corpo e artrite apresentaram maiores níveis de MR comparados aos que apresentavam lesão na parte inferior do corpo. Quando a dimensão de ROSES é mais externa ao indivíduo (por exemplo, relacionamento difícil com o superior imediato), a percepção de obstáculos (Parte A do questionário) é mais significativa para o RT, enquanto a autoeficácia (Parte B) se aplica quando a dimensão é mais interna, como medo de uma recaída, por exemplo (Corbière, *et al.*, 2017), por isso a importância de considerar ambos os conceitos conforme a natureza da dimensão.

Finalmente, nesta pesquisa não foram constatadas diferenças entre os grupos de trabalhadores com TMC ou LME, corroborando o que foi apresentado em estudos de revisões sistemáticas sobre o RT de trabalhadores. Vooijs *et al.* (2015) analisaram indivíduos em licença médica com LME ou doenças cardiovasculares e a revisão de Ebrahim *et al.* (2015) incluiu indivíduos com TMC, LME, câncer ou doença cardiovascular; ambos não identificaram diferenças entre as populações analisadas.

Resultados que generalizam as condições de saúde viabilizam o desenvolvimento de um conceito abrangente do processo de RT. Conforme Gragnano *et al.* (2018), uma conceituação

que cruza os limites de doenças específicas promove uma visão teórica e facilita a gestão de RT para as partes interessadas, para além da reabilitação profissional, como formuladores de políticas públicas governamentais, serviços de previdência social, sindicatos e gestores.

Analizando algumas das associações que mais se acentuaram, o grupo tipo de vínculo (CLT ou servidor público) se destacou dentre todos os grupos considerados neste estudo, demonstrando ser uma importante variável de RT em nosso contexto de estudo. Para TMC e LME, o tipo de vínculo se associou às dimensões de ROSES DT, SIO, Rdci e RDps. Em ambos os casos, são variáveis contextuais que destacam a importância de se discutir a respeito das políticas organizacionais praticadas.

Trabalhadores autônomos e profissionais liberais foram excluídos do estudo porque o conteúdo de alguns itens do instrumento é adequado apenas para situações de trabalho formal. Além disso, até onde se sabe, modalidades de contrato formal (CLT e servidor público) não haviam sido incluídas em estudos sobre o RT de trabalhadores com TMC ou LME, mas informações relacionadas ao trabalho, como empresa pública ou privada e estabilidade no emprego, já foram consideradas na literatura internacional (Gragnano *et al.*, 2022). Por outro lado, o tipo de relação com a empresa/vínculo (contratado, terceirizado ou concursado) foi estudado em um grupo de trabalhadores com transtornos mentais brasileiros e não teve efeito sobre o RT (Silva-Junior *et al.*, 2016).

A dimensão de ROSES RDps, por sua vez, esteve relacionada às variáveis 'benefício previdenciário', 'tipo de vínculo' e 'período afastado', conforme foi apresentado no início desta seção, evidenciando a necessidade de se promover discussões a respeito desse tema em nosso contexto de estudo.

Para contribuir com tais discussões, a teoria da autoeficácia oferece muitas oportunidades para subsidiar o desenvolvimento de ações para melhorar o RT de trabalhadores. Para as organizações, após a alta médica, por exemplo, o retorno do empregado à empresa pode ocorrer de forma gradual e com a participação em programas para prepará-lo para o RT, levando em consideração fatores psicossociais. Ao analisarem intervenções de reabilitação para o RT, Hegewald *et al.* (2019) concluíram que os programas de reabilitação que utilizam estratégias combinadas de aconselhamento psicológico e físico afetaram positivamente o RT e recomendam que, nas intervenções, sejam incluídos os fatores relacionados ao trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como estudar o retorno ao trabalho após a licença médica sem considerar fatores biológicos (a saúde do trabalhador), psicológicos e contextuais (políticas da organização, previdência social, renda etc.), os quais são influentes no retorno ao trabalho. Compreender fatores psicossociais, bem como os recursos para enfrentamento de possíveis obstáculos percebidos pelo trabalhador, pode contribuir com a atuação profissional e com a produção do conhecimento nas áreas de saúde, psicologia, trabalho e organizações. Paralelamente, é fundamental a utilização de escalas específicas e adequadas ao contexto e à população-alvo, que garantem a qualidade das avaliações realizadas.

Esta pesquisa se propôs a verificar a relação entre as dimensões da ROSES-BR para as versões TMC e LME com algumas variáveis de perfil do trabalhador. Verificou-se na literatura científica a escassez de investigações que abrangem nosso escopo de investigação. Apesar da limitação de instrumentos de avaliação desenvolvidos especificamente para a

autoeficácia para o RT, sobretudo no Brasil, foi possível alcançar o objetivo do estudo, demonstrando a importância de avaliar não somente construtos que se refiram às habilidades psicológicas do trabalhador, mas também aos fatores contextuais subjacentes ao processo de RT de trabalhadores.

Como o RT está inserido em um contexto amplo no qual as partes interessadas têm influência, pode-se esperar que uma variedade de outros fatores contextuais possam desempenhar um papel na previsão do RT que não foram incluídos neste estudo. Além disso, com exceção do diagnóstico do trabalhador, não consideramos neste estudo outros fatores pessoais. Diante disso, sugere-se que outros estudos considerando outras variáveis relacionadas ao trabalho e variáveis pessoais (idade e nível de escolaridade, por exemplo), as quais são evidenciadas na literatura internacional com impacto no RT, a fim de conferir a magnitude desses eventos em nosso contexto de estudo e complementar os resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Marti J. A new method for non-parametric multivariate analysis of variance. *Austral ecology*, v. 26, n. 1, p. 32-46, 2001.

ARBIZU, Pedro Martinez. pairwiseAdonis: Pairwise multilevel comparison using adonis. R package version 0.4, v. 1, 2020.

BANDURA, Albert. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological review*, v. 84, n. 2, p. 191, 1977.

BLACK, Oliver et al. A return-to-work self-efficacy scale for workers with psychological or musculoskeletal work-related injuries. *Quality & Quantity*, v. 51, p. 413-424, 2016.

BLACK, Oliver et al. Early-claim modifiable factors associated with return-to-work self-efficacy among workers injured at work: are there differences between psychological and musculoskeletal injuries? *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, v. 59, n. 12, p. e257-e262, 2017.

BOOT, Cécile RL et al. Differences in predictors for return to work following musculoskeletal injury between workers with and without somatic comorbidities. *International archives of occupational and environmental health*, v. 87, p. 871-879, 2014.

BRASIL. **Lei 8.213 de 24/07/1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998.** Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 out. 2024.

BROUWER, Sandra et al. Return-to-work self-efficacy: development and validation of a scale in claimants with musculoskeletal disorders. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 21, p. 244-258, 2011.

BROUWER, Sandra et al. The predictive validity of the return-to-work self-efficacy scale for return-to-work outcomes in claimants with musculoskeletal disorders. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 25, p. 725-732, 2015.

CORBIÈRE, Marc et al. Development of the return-to-work obstacles and self-efficacy

scale (ROSES) and validation with workers suffering from a common mental disorder or musculoskeletal disorder. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 27, p. 329-341, 2017.

CORNELIUS, L. R. et al. Prognostic factors of long term disability due to mental disorders: a systematic review. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 21, p. 259-274, 2011.

COZBY, P. C. *Métodos em Pesquisa Comportamental* (10a ed.) McGraw Hill, 2009.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. *Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*, 2010.

D'AMATO, Alessia; ZIJLSTRA, Fred. Toward a climate for work resumption: the nonmedical determinants of return to work. *Journal of occupational and environmental medicine*, v. 52, n. 1, p. 67-80, 2010.

DOMENICO, Viviane G. C.; CASSETARI, Leila. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia*. Edicon, 2009.

FIELD, Andy. *Discovering statistics using IBM SPSS statistics: (and sex and drugs and rock'n'roll)*: Andy Field. Sage, 2013.

GRAGNANO, Andrea et al. Common psychosocial factors predicting return to work after common mental disorders, cardiovascular diseases, and cancers: a review of reviews supporting a cross-disease approach. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 28, p. 215-231, 2018.

GRAGNANO, Andrea et al. Adaptation and validation of the cardiovascular version of the Return-to-Work Obstacles and Self-Efficacy Scale (ROSES-CVD) to the Italian context. *Disability and*

Rehabilitation, v. 45, n. 21, p. 3573-3581, 2022.

HEGEWALD, Janice et al. Interventions to support return to work for people with coronary heart disease. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 3, 2019.

HENDERSON, Max; GLOZIER, Nicholas; ELLIOTT, Kevin Holland. Long term sickness absence. *Bmj*, v. 330, n. 7495, p. 802-803, 2005.

HUIJS, Jenny JJM et al. Differences in predictors of return to work among long-term sick-listed employees with different self-reported reasons for sick leave. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 22, p. 301-311, 2012.

LAGERVELD, Suzanne E. et al. Return to work among employees with mental health problems: development and validation of a self-efficacy questionnaire. *Work & Stress*, v. 24, n. 4, p. 359-375, 2010.

LOISEL, Patrick; ANEMA, Johannes R. *Handbook of work disability. Prevention and management.*: Springer, 2013.

LØVVIK, Camilla et al. Expectations and illness perceptions as predictors of benefit recipiency among workers with common mental disorders: secondary analysis from a randomised controlled trial. *BMJ open*, v. 4, n. 3, p. e004321, 2014.

MARHOLD, Charlotta; LINTON, Steven J.; MELIN, Lennart. Identification of obstacles for chronic pain patients to return to work: evaluation of a questionnaire. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 12, p. 65-75, 2002.

MOLERO, María del Mar; PÉREZ-FUENTES, María del Carmen; GÁZQUEZ, José Jesús. Analysis of the mediating role of self-efficacy and self-esteem on the effect of workload on burnout's influence on

nurses' plans to work longer. *Frontiers in psychology*, v. 9, p. 2605, 2018.

MÜLLER, Jaqueline Marques et al. Adaptação e evidências de validade de return-to-work obstacles and self-efficacy scale (ROSES) para o contexto brasileiro. 2023. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

NIEUWENHUIJSEN, Karen et al. Predicting the duration of sickness absence for patients with common mental disorders in occupational health care. *Scandinavian journal of work, environment & health*, p. 67-74, 2006.

NIEUWENHUIJSEN, Karen et al. Return to work perceptions and actual return to work in workers with common mental disorders. *Journal of occupational rehabilitation*, v. 23, p. 290-299, 2013.

OKSANEN, Jari. Vegan: community ecology package. <http://vegan.r-forge.r-project.org/>, 2010.

R Core Team. R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2022. <https://www.R-project.org/>.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: Métodos e técnicas (4a ed.). Atlas, 2017.

SHAW, W. S. et al. Development of the return-to-work self-efficacy (RTWSE-19) questionnaire-psychometric properties and predictive validity. *Scand J Work Environ Health*, v. 37, n. 2, p. 109, 2011.

SILVA JÚNIOR, João Silvestre da. Retorno ao trabalho após afastamento de longa duração por transtornos mentais: um estudo longitudinal com trabalhadores do mercado formal. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA JUNIOR, João Silvestre da et al. Brazilian cross-cultural adaptation of "Return-to-work self-efficacy"

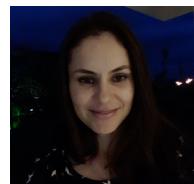
questionnaire. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, 2017.

TOLDRÁ, Rosé Colom et al. Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador-SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, p. 10-22, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. Atlas, 2008.

VLASVELD, M. C. et al. Predicting return to work in workers with all-cause sickness absence greater than 4 weeks: a prospective cohort study. *Journal of Occupational Rehabilitation*, v. 22, p. 118-126, 2012.

VOOIJS, Marloes et al. Disease-generic factors of work participation of workers with a chronic disease: a systematic review. *International archives of occupational and environmental health*, v. 88, p. 1015-1029, 2015.



JAQUELINE MARQUES MULLER

Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Psicóloga e professora em cursos de graduação e pós-graduação.



NARBAL SILVA

Pós-Doutorado em Psicologia Positiva nas Organizações, no Trabalho e em outros Espaços de Vida, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da Universidade
Federal de Santa Catarina.



ANDRÉA DUARTE PESCA

Pós Doutorado em Psicologia
do Desporto pela Faculdade
de Motricidade Humana
(FMH) da Universidade de
Lisboa, mestre e doutora em
Psicologia pela Universidade
Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGP – UFSC e Laboratório de Psicologia
Positiva nas Organizações e no Trabalho (UFSC).

Dano psicológico relacionado à violência contra a mulher

Psychological damage related to violence against women

Fernanda Pereira Labiak^a, Roberto Moraes Cruz.

^aUniversidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fernanda_labiak@yahoo.com.br.

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos-conceituais associados ao dano psicológico no contexto da violência contra as mulheres. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão narrativa da literatura em 4 bases de dados (PsycINFO, PubMed, Web of Science e Scopus). A seleção final abrangeu 54 documentos, nos quais foram identificados padrões, tendências e relações que contribuíram para a compreensão do dano psicológico na seara psicojurídica. A partir das contribuições dos documentos pôde-se tecer entendimentos acerca: (a) das distinções conceituais de dano psicológico, emocional e moral; (b) das características específicas do dano psicológico relacionado às situações de violência quando as vítimas são mulheres; e (c) sobre os desafios da avaliação psicológica do dano psicológico. Pondera-se, portanto, que compreender as nuances do dano psicológico enfrentado pelas vítimas de violência é essencial para garantir uma resposta adequada por parte da sociedade, do sistema de justiça e da área da saúde, a fim de promover o bem-estar e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Dano psicológico; Violência contra a mulher.

Abstract: This study aims to analyze the theoretical-conceptual foundations associated with psychological damage in the context of violence against women. To this end, a narrative literature review was carried out in 4 databases (PsycINFO, PubMed, Web of Science and Scopus). The final selection covered 54 documents, in which patterns, trends and relationships were identified that contributed to the understanding of psychological damage in the psycholegal field. From the contributions of the documents, it was possible to create understandings about: (a) the conceptual distinctions of psychological, emotional and moral damage; (b) the specific characteristics of the psychological damage related to situations of violence when the victims are women; and (c) about the challenges of psychological assessment of psychological harm. It is considered, therefore, that understanding the nuances of the psychological damage faced by victims of violence is essential to guarantee an adequate response on the part of society, the justice system and the health sector, in order to promote well-being and health. women's rights.

Keywords: Psychological damage; Violence; Woman.

Submetido em: 16/10/2024.
Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um fenômeno multifacetado, estrutural e estruturante, atravessado pelos marcadores históricos, políticos, econômicos e sociais, no qual ocorre em diferentes culturas, classes sociais,

orientação sexual, religiões, entre outras intersecções (Caballero, Alfaro; Nuñez; Torres, 2009; Labiak *et al.*, 2022). Esse tipo de violência imprime formas de submissão às mulheres e está vinculada ao desequilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres, em que pese alguns

avanços nas legislações nacionais e internacionais a favor da igualdade de direitos (Labiak, 2023; Rodríguez-Berrocal, 2022).

A violência contra as mulheres tem consequências diretas, não só para o seu próprio bem-estar e qualidade de vida, mas também para a sua família e comunidade, caracterizando um problema social e de saúde pública. A forma ou a manifestação da violência (física, psicológica, sexual etc.), o contexto (doméstico, laboral, acadêmico etc.), o meio social e cultural, as características individuais do autor da violência e da vítima são elementos importantes para entender as suas repercussões sociais e os danos para a vítima na esfera física, psicológica, econômica, entre outras (Labiak; Araújo, 2023; Labiak *et al.*, 2022; Tullio *et al.*, 2021).

O caráter estrutural e estruturante move a engrenagem da violência contra as mulheres. Cerca de 43% da população feminina brasileira declarou ter vivenciado, ao longo da vida, ao menos uma das formas de violência física, sexual ou psicológica, sendo que, em todas as situações, o autor foi um parceiro íntimo (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). A violência contra as mulheres é uma realidade inegável, e os índices estatísticos evidenciam a sua presença destrutiva na sociedade. No entanto, esses números por si só não conseguem expressar plenamente as consequências profundas e devastadoras dessa violência, particularmente os danos psicológicos causados às vítimas. As estatísticas fornecem apenas uma visão superficial dos casos registrados, muitas vezes subestimando a extensão dos danos psicológicos vivenciados pelas mulheres.

As experiências das mulheres em situação de violência, perpetradas em função do seu gênero, tendem a estar conectadas a questões de conflito interno, sentimento de culpa e sofrimento contínuo. As situações de violência no cotidiano das mulheres podem servir

como um mecanismo subjacente para associações entre estresse pós-traumático e resultados suicidas (ideação suicida, tentativa e mortes). Mesmo mulheres resilientes podem ser desafiadas por tais experiências, o que pode levar a sintomas ou a resultados danosos à saúde física, psicológica e social (Arce; Fariña, 2009; Labiak, 2023; Rivas-Rivero; Bonilla-Algovia, 2020; Wolford-Clevenger; Smith; Kuhlman; D'Amato, 2019). Nesse sentido, é necessário entender melhor as experiências das mulheres que passaram ou estão em situação de violência e os possíveis danos psicológicos a elas relacionadas, a fim de prover intervenções efetivas nas searas da saúde e jurídica.

Os danos psicológicos dessas experiências agressivas foram amplamente ignorados em intervenções clínicas e em pesquisas publicadas, bem como na seara jurídica, no que concerne à reparação do dano psicológico e à penalização daquele que causou o dano psicológico. Por isso, a importância de entender as concepções teóricas sobre dano psicológico para abordar a ampla gama de resultados complexos e potencialmente letais associados à violência contra as mulheres. Nesse sentido, esta pesquisa de revisão narrativa da literatura tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos-conceituais do dano psicológico no contexto da violência contra as mulheres.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura de caráter exploratório (Elias *et al.*, 2012). Esse delineamento oferece liberdade metodológica, permitindo a seleção de textos que contribuam para o desenvolvimento de um constructo teórico específico, ao invés de focar exclusivamente na análise dos estudos em suas dimensões de origem e metodologia. A revisão narrativa da literatura proporciona a construção teórica desejada e facilita a aquisição e a atualização

eficiente do conhecimento, devido a sua natureza qualitativa e interpretativa. Desse modo, outros materiais relevantes podem ser incluídos para fortalecer o embasamento teórico, como a incorporação de manuscritos referenciados nos documentos selecionados. Essa flexibilidade pode tornar difícil replicar o procedimento metodológico utilizado na revisão narrativa da literatura (Green; Johnson; Adams, 2006).

Para este tipo de revisão foi adotado quatro etapas como procedimentos:

1 - *Identificação do problema:* Quais são os fundamentos teóricos-conceituais do dano psicológico no contexto da violência contra as mulheres? Qual a distinção conceitual entre dano psicológico, dano emocional e dano moral?

2 - *Definição dos critérios para extração e seleção dos documentos:* Foram utilizadas quatro bases de dados, PsycINFO, PubMed, Web of Science e Scopus (Elsevier), nas quais foram selecionadas devido seus enfoques em saúde e pesquisa relacionada a violência contra as mulheres. O processo de busca incluiu os seguintes descritores: ("psychological injury" OR "psychological injuries" OR "psychological damage" OR "psyc damage" OR "emotional damage" OR "moral damage") AND (violence OR "gender violence" OR "violence against women" OR "domestic violence") AND women. Para restringir o processo de pesquisa, foram aplicados filtros, incluindo: (a) inglês, português e espanhol, (b) texto escrito por humanos, (c) periódicos e livros, e (d) todas as pesquisas. A seleção dos documentos nacionais e internacionais foi feita entre 01 e 28 de fevereiro de 2024, e abrangeu o período de janeiro de 2006 a janeiro de 2024.

3 - *Procedimentos para análise dos documentos selecionados:* os documentos selecionados foram analisados com base em cinco filtros sequenciais: a) inicialmente, foram retirados os

documentos duplicados extraídos das bases de dados; b) em seguida, foram excluídos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (considerada anteriormente na ferramenta de busca "todas as pesquisas"); c) com base na leitura dos títulos e *abstracts*, foram excluídos os documentos que não contemplavam o conceito de dano psicológico e dos outros termos investigados; d) foram excluídos os documentos que mencionam conceitos de outros autores para descrever o dano psicológico e os demais termos investigados, desde que não trouxessem contribuições originais para o desenvolvimento do estudo. Essa exclusão ocorreu quando esses conceitos já tinham sido abordados neste estudo por meio do acesso ao texto original; e) por fim, foi realizada uma leitura completa dos documentos restantes para identificar aqueles que eram pertinentes aos objetivos deste estudo. Durante essa leitura, também foram examinadas as referências bibliográficas dos documentos, o que resultou na inclusão de novos documentos para compor a amostra documental.

4 - *Análise dos documentos selecionados:* foi feita a apreciação crítica e detalhada dos documentos por meio da leitura cuidadosa, desmembrando o material em suas partes constituintes e identificando os elementos essenciais para responder às questões de pesquisa empreendidas. Tais conteúdos foram agrupados em cinco seções, de acordo com suas semelhanças e diferenças, para o estabelecimento e análise de padrões e tendências. Na primeira seção foi contextualizado o dano psicológico na seara jurídica. Na segunda seção foi apresentado as contribuições teóricas de autores consolidados na psicologia para o entendimento de dano psicológico. Na terceira seção foi ponderado as distinções conceituais entre dano psicológico, emocional e moral. Na quarta seção foi identificado as características específicas

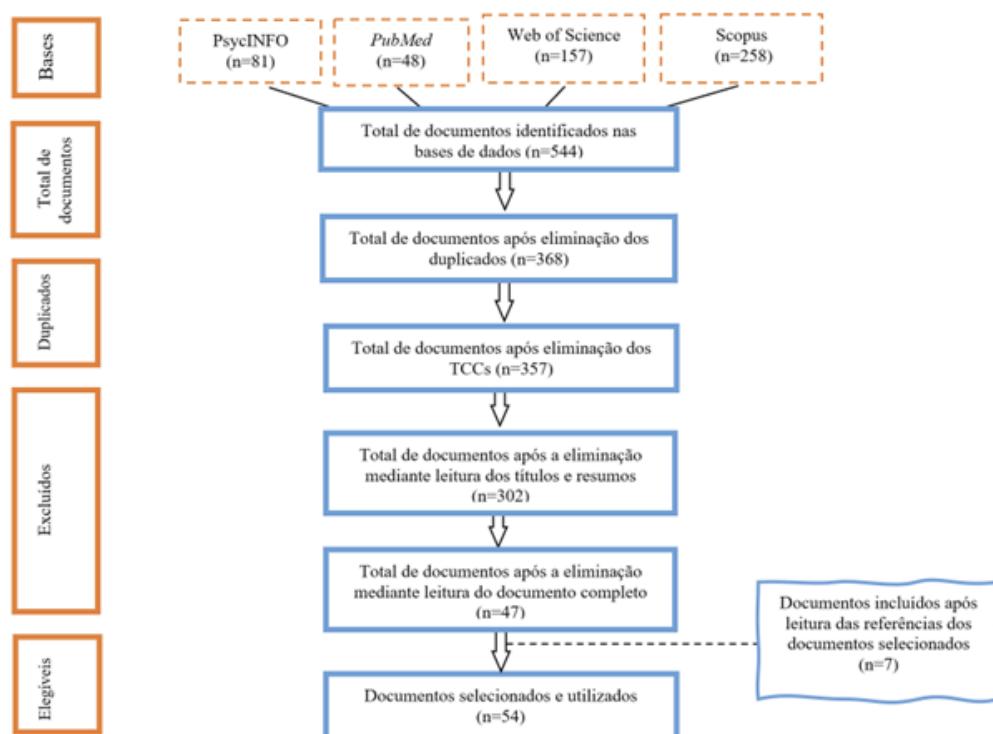
do dano psicológico relacionado às situações de violência quando as vítimas são mulheres; e, por fim, na quinta seção, foi ponderado sobre a avaliação psicológica do dano psicológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir dos procedimentos adotados na revisão narrativa da literatura pode ser visualizado na Figura 1.

A pesquisa com os referidos descritores gerou uma amostra geral de 544 documentos, distribuídos nas respectivas bases de dados: 81 na *PsycINFO*; 48 na base *PubMed*; 157 na *Web of Science* e, 258 na *Scopus (Elsevier)*. Após os critérios de exclusão e inclusão adotados, a amostra final foi composta por 54 documentos.

Figura 1 – Fluxograma dos resultados da seleção dos documentos na revisão narrativa da literatura



Fonte: elaborada pelos autores.

3.1 Explorando o dano psicológico: perspectivas jurídicas

A Academia Brasileira de Letras - ABL (2020) assim como a Real Academia Espanhola - RAE (2014) definem o termo dano como um efeito de danificar ou prejudicar a forma, a constituição, a integridade e a funcionalidade, comprometendo a natureza ou as

qualidades de algo ou de alguém. O efeito do dano pode causar prejuízo, lesão, menoscabo, dor ou moléstia. O conceito de dano possui variações dependendo do contexto analisado e da abordagem teórico-científica utilizada.

No que concerne ao enquadramento legal do dano no Brasil, pode-se considerá-lo como elemento da etiologia da responsabilidade civil, ocorre quando

em desfavor de um sujeito é realizado um ato culposo ou danoso, e como consequência deste ato um bem juridicamente tutelado é lesado, promovendo perdas de natureza patrimonial (perda de bens ou coisas que tenham valor econômico) e/ou extrapatrimonial (Brasil, 1988; Brasil, 2002). A compreensão de dano patrimonial e extrapatrimonial, concentra-se na relação de causalidade (condição necessária e suficiente para produzir efeitos) ou de concausalidade (condição necessária, mas não única ou suficiente, para produzir efeitos) entre fatos de cunho nefastos à integridade de alguém (física, psicológica e social) ou de alguma coisa (objeto) e suas consequências (Arce; Fariña, 2009; Vilarino, 2015; Puhl; Izcurdia, Oteyza, Gresia Maertens, Beatriz, 2017).

O dano de natureza extrapatrimonial é imaterial, não palpável, abrange a esfera íntima e a subjetividade psicológica do sujeito, repercutindo no seu modo de ser (biopsicossocial) temporariamente e/ou permanentemente. O dano extrapatrimonial apresenta como espécies: o dano moral, o dano estético, o dano existencial, o dano decorrente da perda de uma chance e o dano psicológico. Contudo, acrescenta-se que não existe um consenso entre juristas brasileiros e pesquisadores quanto à existência de tais espécies de danos. Um exemplo disso, é que a doutrina e a jurisprudência não se encontram sedimentadas entre dano moral e dano psicológico, uma vez que muitos juristas compreendem o dano moral como gênero e o dano psicológico como espécie do dano moral (Trindade, 2017). Juridicamente, admite-se a existência do dano extrapatrimonial, em regra, desde que comprovado

a existência do dano, do nexo de causalidade entre o fato e dano, bem como, fundamentalmente, a culpa *lato sensu* (culpa – imprudência, negligência ou imperícia – ou dolo) (Nery; Nery Junior, 2019, não paginado).

Ao identificar a transgressão de seus direitos, o sujeito pode buscar pela reparação na justiça civil para os atos que estejam ensejando em danos (Guilland; Labiak; Lopes, 2023). Além da esfera civil, a ocorrência do dano pode repercutir no âmbito do direito penal com a penalização do autor do dano, especialmente, quando esse dano deriva de violência. Já que o dano pode ser considerado como uma lesão ao bem jurídico tutelado penalmente (a vida, a integridade física, a propriedade, a honra, a liberdade, entre outros).

O dano desempenha um papel fundamental no direito penal, uma vez que é um dos elementos essenciais para a configuração de alguns tipos de crimes. No Brasil, há legislações brasileiras específicas (Lei nº 14.188/2021 e Decreto-Lei nº 2.848/1940 – art 163) que consideram a criminalização da violência quando um dano é causado à vítima. Essas leis reconhecem a importância de avaliar e mensurar o dano psicológico como uma forma de evidência em casos de violência contra as mulheres (Brasil, 1940, 2021). Em outras palavras, para que alguém seja responsabilizado penalmente por um crime, geralmente é necessário demonstrar que essa pessoa causou um dano a um bem jurídico protegido pela lei, juntamente com outros elementos, como a conduta criminosa e a culpabilidade.

3.2 Compreendendo o dano psicológico a partir de abordagens psicológicas contemporâneas

O dano psicológico (também conhecido como dano psíquico) vem sendo estudado na psicologia, ao longo dos anos, no intuito de compreendê-lo, conceituá-lo e mensurá-lo. Conforme exprime a etimologia das palavras dano (prejuízo, perda e/ou estrago) e psicológico (estudo da mente) é possível entender essas duas palavras associadas como mente danificada ou com perdas significativas (Academia Brasileira de Letras, 2020).

A partir da compreensão do dano psicológico como mente danificada, as teorias clássicas de teóricos como Sigmund Freud (1856-1939), Carl R. Rogers (1902-1987), Burrhus F. Skinner (1904-1990) e Lev S. Vygotsky (1896-1934) desempenharam um papel significativo na análise e na avaliação desse fenômeno. Cada uma com sua própria abordagem e ênfase, devido às diferentes epistemologias existentes, nos seus aspectos filosóficos e concepções de ser humano, que repercutem em distintas formas de entender um determinado fenômeno psicológico.

Freud desempenhou um papel pioneiro na teoria do trauma psicológico, ao descrever o impacto duradouro das experiências traumáticas na mente humana. Sua teoria do inconsciente foi essencial para compreender como os traumas são armazenados e manifestados por meio de comportamentos e pensamentos. O dano psicológico resulta de traumas que foram reprimidos, ou seja, experiências emocionais dolorosas ou assustadoras que foram inconscientemente enterradas na memória do sujeito como uma forma de proteção contra a dor emocional. Conforme a perspectiva freudiana, esses traumas reprimidos podem afetar negativamente o comportamento e as funções psicológicas do sujeito, mesmo que ele não esteja ciente da origem desse sofrimento (Freud, 2010, 2014). Assim, a avaliação do dano psicológico pode ser realizada por meio da análise das experiências de vida do sujeito.

Rogers na teoria da personalidade centrada no sujeito, acreditava que a autoatualização é o objetivo final da vida humana e que o ambiente em que uma pessoa vive é crucial para o seu desenvolvimento pessoal. Quando uma pessoa é exposta a um evento traumático, isso pode afetar negativamente a sua autoatualização, resultando em dificuldades nas áreas como a autoestima e a autoconfiança. O dano psicológico, por sua vez, pode ser avaliado por meio da

análise da relação entre o sujeito e seu ambiente (Rogers, 2019).

Skinner na teoria do condicionamento operante, destacou a importância do ambiente e do comportamento na formação dos padrões de pensamento e comportamento humano. Isso foi importante para o entendimento de como os traumas e experiências negativas podem levar a padrões disfuncionais de comportamento e de pensamento. O dano psicológico, nessa perspectiva, pode ser avaliado por meio da análise dos estímulos e respostas que o sujeito experimenta (Skinner, 2003).

A teoria da aprendizagem sociocultural de Vygotsky apresenta que o desenvolvimento cognitivo é influenciado por sua interação com o ambiente social e cultural em que o sujeito vive. Quando ele é exposto a um evento traumático/estressante, isso pode afetar negativamente sua interação com o ambiente social, resultando em dificuldades em áreas como a comunicação e a resolução de conflitos. Por isso a importância de uma avaliação que leve em conta as normas culturais e históricas, em vez de apenas critérios universais (Vygotsky, 2007).

Em conjunto, as perspectivas de Freud, Rogers, Skinner e Vygotsky oferecem uma compreensão mais abrangente do dano psicológico e de como ele pode impactar o desenvolvimento humano. Elas contribuem para uma visão mais aprofundada das consequências psicológicas de eventos traumáticos, e de como tais experiências podem afetar a capacidade de um sujeito alcançar o seu pleno potencial no mundo. Além disso, essas perspectivas servem de base para o desenvolvimento de concepções teóricas na psicologia jurídica, as quais têm evoluído ao longo do tempo, influenciadas por fatores sociais, culturais, políticos e legislativos tanto gerais quanto específicos de cada localidade.

3.3 Dano psicológico, emocional e moral

A distinção entre dano psicológico, dano emocional e dano moral é importante porque cada um deles tem implicações legais e consequências diferentes para o sujeito que os sofreu e para quem é responsável por causá-los. Embora esses termos sejam frequentemente usados de maneira intercambiável na linguagem cotidiana, compreender as diferenças entre eles pode ajudar no entendimento da natureza do dano e na avaliação desses danos causados pela conduta do autor de violência. Dessa forma, é possível ter uma abordagem adequada e eficaz para garantir a reparação e a penalização dos danos na esfera jurídica e no seu tratamento na esfera da saúde.

3.3.1 Dano Psicológico

O dano psicológico pode resultar de um evento, série de eventos ou conjunto de circunstâncias que é vivenciado por um sujeito como fisicamente, psicologicamente ou emocionalmente prejudicial, estressante ou ameaçador e, que tem efeitos adversos duradouros no funcionamento e no bem-estar físico, social, psicológico ou emocional. Os eventos e/ou circunstâncias podem incluir a ameaça real ou extrema de danos físicos ou psicológicos ou a retenção de recursos materiais ou relacionais essenciais para o desenvolvimento biopsicossocial saudável. Tais eventos e/ou circunstâncias podem ocorrer uma única vez ou repetidamente ao longo do tempo (Andersen, 2012; Griffin, 2012; Huang *et al.*, 2012; Wilson; Ford, 2012).

Os efeitos adversos de longa duração sobre o sujeito resultam da experiência individual diante de eventos e/ou circunstâncias, envolvendo características únicas e específicas, como sua constituição biopsicossocial. Essa constituição determina como o evento é sentido, percebido, internalizado e ressignificado. Tais efeitos podem manifestar-se imediatamente ou ao longo

do tempo, apresentando-se de forma controversa. Em algumas situações, o sujeito pode não reconhecer a conexão entre esses efeitos e os eventos. Em outras ocasiões, pode ocorrer uma alteração na constituição neurofisiológica, afetando a saúde e o bem-estar contínuos (dificuldade em lidar com o estresse normal, confiar e se beneficiar de relacionamentos, gerenciamento de emoções, memória, atenção, pensamento e comportamento, entre outros). Esse estado também pode levar a uma condição hipervigilante e constante de excitação, resultando em desgaste físico, mental e emocional do sujeito (Andersen, 2012; Griffin, 2012; Huang *et al.*, 2012; Wilson; Ford, 2012).

Nas perspectivas de Daray (2006), Gerent (2022) e Rovinski (2019), o dano psicológico é conceituado como uma lesão à integridade psicológica do sujeito, comprometendo seu bem-estar emocional, cognitivo e relacional, afetando seu funcionamento diário e desenvolvimento psicossocial. Esta lesão repercute na capacidade cognitiva, memória e pensamento do sujeito, resultando em sofrimento e prejudicando sua qualidade de vida. Originado de eventos traumáticos, violentos ou degradantes, o dano pode ocasionar desequilíbrio emocional e baixa autoestima, entre outros desdobramentos.

Na mesma linha de raciocínio, conforme apresentado por Ballone (2003, 2005), Cruz (2019), Cruz e Maciel (2005), Cruz *et al.* (2022) e o dano psicológico é caracterizado pela deterioração de funções psicológicas e suas manifestações comportamentais. Essa deterioração advém de experiências ou eventos traumáticos e/ou críticos, capazes de perturbar o equilíbrio emocional, a autonomia e a capacidade de controlar a incidência de sintomas de transtornos mentais e comportamentais. A contribuição de Brito (1999) enfatiza que essa alteração do equilíbrio básico do sujeito pode agravar patologias

preexistentes, impactando a normalidade do sujeito em relação a si mesmo e aos outros.

Diversos eventos traumáticos, como acidentes, violência, abuso, negligência, estresse crônico ou doenças mentais, têm o potencial de desencadear danos psicológicos. Nesse contexto, a avaliação deste dano requer uma análise cuidadosa da natureza, frequência e intensidade do evento, considerando também as características pessoais, culturais e sociais da vítima (Andersen, 2012; Cruz *et al.*, 2022; Daray, 2006; Griffin, 2012; Huang *et al.*, 2012; Rovinski, 2019; Wilson; Ford, 2012). Ademais, a ausência de apoio emocional e psicológico adequado pode intensificar os impactos do dano psicológico, aumentando o risco de desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (Rovinski, 2019).

3.3.2 Dano Emocional

Dano psicológico e dano emocional possuem conceitos distintos, ainda que sejam resultado de uma conduta ilícita ou imprudente de outrem. A etimologia da palavra emoção auxilia identificar as especificidades do dano emocional, pois indica a sua origem no latim – *emotio* – que significa movimento, agitação, perturbação. Esse termo é formado pelo prefixo *e-*, que indica movimento para fora e pelo substantivo *motio*, que significa movimento (Academia Brasileira de Letras, 2020). Esse significado pode ser interpretado de modo a demonstrar que, é a emoção que leva uma pessoa a reagir diante de um acontecimento; e, como, ao termo dano foi conferido o significado de danificar, é possível ponderar que o dano emocional se refere a danificação da expressão de emoções que fazem parte da vida humana, nas quais levam o sujeito a reagir diante de um evento e/ou acontecimento. Isto é, o dano emocional refere-se à deterioração da capacidade de

perceber, compreender, lidar e ressignificar emoções, podendo impactar a maneira como o sujeito experimenta sentimentos como felicidade, tristeza, raiva, entre outros.

Na perspectiva de Rovinski (2013, 2019), o dano emocional pode resultar em toda ou qualquer reação emocional dolorosa (tristeza, raiva, ansiedade, medo, frustração, vergonha, entre outros). Essas emoções podem ser uma resposta normal e esperada a uma situação específica (traumática e/ou estressante), como a perda de um ente querido, relacionamentos disfuncionais, separação conjugal, doença grave ou podem ser uma resposta a estressores crônicos, como um ambiente de trabalho hostil entre outros. O dano emocional, ao contrário do dano psicológico, não necessariamente leva a um comprometimento da saúde mental devido incorrer como uma resposta emocional intensa, imediata e transitória a um evento ou situação.

A distinção entre dano emocional e dano psicológico é subjetiva e pode variar de acordo com a perspectiva teórica e a interpretação dos autores. Contudo, ao entender que a esfera psicológica engloba diferentes dimensões como emocional, cognitiva, afetiva, conativa e outras, subentende-se que o dano emocional é apenas a danificação de um domínio da esfera psicológica. Portanto, quando se refere a dano psicológico é fundamental considerar e abordar as diferentes áreas afetadas, reconhecendo a interdependência entre elas.

Com efeito, a diferença entre os dois conceitos reside na gravidade e na extensão dos efeitos na esfera mental do sujeito, sendo o dano psicológico uma lesão mais séria e duradoura para saúde mental, que requer intervenção terapêutica, enquanto o dano emocional pode ser uma reação temporária e adaptativa à eventos estressantes ou traumáticos (Cruz, 2019; Rovinski, 2013, 2019). Ambos os tipos de danos podem ser objeto de avaliação psicológica e podem

ser levados em consideração em processos jurídicos e outras situações em que a saúde mental do sujeito está em questão.

3.3.3 Dano Moral

A exata definição de dano moral apresenta desafios devido às várias aplicabilidades do termo no cotidiano, impedindo a sua uniformização. Nesse sentido, ao entender a etimologia do termo moral é possível perceber o que o difere do dano psicológico e emocional em termos conceituais, ainda que ele tenha um caráter subjetivo influenciado pela percepção do sujeito e pelo meio em que está inserido. A palavra moral vem do latim *moralis*, deriva do substantivo latino *mos*, que significa hábito ou costume. A partir dessa raiz, a palavra moral evoluiu e apresenta vários desdobramentos, entre eles, o de ser um conjunto de valores, princípios e normas que orientam o comportamento humano em sociedade (Academia Brasileira de Letras, 2020). Ao relacionar os termos dano e moral, pode-se inferir que o dano moral conceitualmente se refere à violação ou deterioração dos valores, princípios e/ou normas do sujeito. Isso se dá a partir do conceito de danificação, que evolui para a noção de dano.

O dano moral, enquanto um conceito na esfera jurídica, refere-se a uma lesão aos direitos personalíssimos, como a honra, a intimidade, a imagem, a dignidade e a liberdade, que afetam o bem-estar e a integridade física e/ou psicológica da vítima. A Lei brasileira 10.406 de 2002 introduziu o entendimento de dano moral no Código Civil brasileiro com a redação:

Art.186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar o direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito (Brasil, 2002, art. 186).

O dano moral como uma violação de um direito extrapatrimonial pode ser resultante de diversos tipos de situações, como violação de direitos fundamentais, práticas discriminatórias, ofensas à imagem e à reputação, entre outras. É um fenômeno complexo e subjetivo, que pode ser avaliado por meio da análise das condições e circunstâncias em que ocorreu a violação do direito e dos impactos econômicos, físicos, psicológicos etc. sofridos por alguém (Bonna, 2021; Gonçalves, 2020; Moraes, 2018).

A avaliação adequada do dano moral é importante para que sejam tomadas medidas compensatórias. Esse tipo de dano é indenizável na esfera civil, desde que se prove a sua ocorrência e se demonstre o nexo causal entre a conduta do agente e o prejuízo sofrido pela vítima (Bonna, 2021). No direito penal, o dano moral, por si só, não é um conceito jurídico diretamente aplicável como ocorre no direito civil. No entanto, aspectos relacionados ao dano moral podem ser considerados em casos penais quando estão relacionados a certos tipos de crimes, especialmente aqueles que envolvem violência ou ofensas à dignidade humana.

3.4 Dano psicológico relacionado à violência contra as mulheres

O tipo de dano psicológico pode ser diferente quando surge como consequência de violência em comparação a outros eventos estressantes, devido à sua natureza imprevisível e potencialmente letal. Isso porque a violência pode ser definida como o uso intencional de força física, ameaça ou poder, contra si mesmo ou outra pessoa, resultando ou possibilitando resultar em ferimento, morte, dano psicológico ou desenvolvimento biopsicossocial prejudicado (Organização Mundial da Saúde, 2002). As manifestações da violência podem variar em psicológica, física, sexual, moral, negligência, entre outras.

Os efeitos da violência na saúde mental podem ser particularmente graves, intensos e duradouros do que outros eventos estressantes, pois a violência pode ser experimentada como uma ameaça à segurança, à dignidade e à autonomia pessoal. Eventos estressantes não relacionados à violência, como desemprego, mudanças de vida, dificuldades financeiras, podem ter efeitos negativos na saúde mental, mas geralmente não têm o mesmo potencial para danos graves à saúde mental que a violência (Ballone; Moura, 2017; Greeson; Johnson; Adams, 2020; Jongh *et al.*, 2016; Karam *et al.*, 2014; Kilpatrick *et al.*, 2013; Van der Werff; Schrijvers; Boer; Lindauer, 2019).

Existem diferenças significativas nas características e nos padrões de violência enfrentados por homens e mulheres, o que pode ter influência direta nas consequências para sua saúde mental, física e social. Embora ambos os gêneros possam ser vítimas de violência, as mulheres geralmente enfrentam um maior risco de violência doméstica, incluindo abuso físico, sexual e psicológico, perpetrado por parceiros íntimos. Por outro lado, os homens são mais propensos a experimentar violência física fora do contexto doméstico, muitas vezes relacionada a confrontos interpessoais ou agressões em ambientes públicos. Esses padrões de violência diferenciados podem resultar em diferentes impactos na saúde, uma vez que fatores como a frequência, a intensidade, a intencionalidade e o contexto da violência podem variar, numa esfera macro, entre homens e mulheres, e numa esfera micro, de acordo com as especificidades de cada sujeito. Portanto, é fundamental reconhecer essas diferenças para abordar adequadamente as necessidades de apoio e intervenção para cada grupo, levando em consideração os fatores específicos relacionados à violência que enfrentam (Bourdieu, 2020; Labiak *et al.*, 2021).

A maneira como as mulheres experimentam, internalizam e atribuem

significado à violência contra elas pode ser distinta da vivência dos homens, devido a uma série de fatores individuais, sociais, culturais e estruturais que influenciam a percepção e a experiência de situações violentas. Em geral, as mulheres têm uma maior probabilidade de serem vítimas de violência que tem o gênero como fio condutor. O que pode gerar sentimentos de vulnerabilidade, medo, insegurança, sentimento de impotência e desamparo. Como resultado, as mulheres podem internalizar a violência de forma mais intensa e duradoura, afetando sua autoestima, autoimagem, autoconceito, confiança em si mesmas e bem-estar psicológico. Esses efeitos podem ser amplificados pela perpetuação de normas culturais e estruturas sociais que marginalizam e diminuem o valor das mulheres, reforçando ainda mais sua experiência de violência (Cheong; Park, 2018; Davies, 2015; Labiak, 2023).

Outro fator que pode influenciar a forma como as mulheres internalizam a violência é o papel de gênero que lhes é atribuído na sociedade. As mulheres são frequentemente educadas para serem submissas, passivas e dependentes, o que pode dificultar a sua capacidade de se expressar e de buscar ajuda. Geralmente cultua-se na sociedade que a responsabilidade é da vítima pela violência que sofre, o que pode levar as mulheres a se sentirem envergonhadas e culpadas, criando barreiras adicionais para buscar apoio médico, psicossocial, jurídico e de segurança (Cheong; Park, 2018; Kuijpers; Van Der Knaap; Lodewijks, 2021; Labiak, 2023).

Embora homens e mulheres possam sofrer dano psicológico relacionado à violência, existem diferenças nas prevalências e nos tipos de sintomas experimentados por esses grupos. Nos estudos de Cheong e Park (2018) e de Kuijpers, Van Der Knaap e Lodewijks (2021) as mulheres quando vítimas de violência foram mais propensas a apresentar sintomas de depressão, ansiedade, transtornos de estresse pós-traumático e

baixa autoestima em comparação com os homens. Elas relataram um maior impacto psicológico negativo em sua vida diária e um sentimento de impotência em relação à sua situação de violência. Nas mulheres, as consequências da violência foram mais graves para a saúde mental, especialmente quando teve violência psicológica associada com as violências física e/ou sexual.

Os danos psicológicos decorrentes da violência podem compartilhar algumas semelhanças prejudiciais para homens e mulheres (Cheong; Park, 2018; Kuijpers; Van Der Knaap; Lodewijks, 2021; Labiak, 2023). Contudo, é importante atentar para as particularidades de cada caso e gênero, demonstrando sensibilidade às necessidades e experiências específicas da vítima, a fim de realizar uma avaliação e intervenção adequadas. Ao reconhecer e compreender as disparidades no impacto psicológico da violência, torna-se viável estruturar uma avaliação psicológica mais precisa.

3.5 Avaliação psicológica do dano psicológico

A avaliação psicológica é uma ferramenta essencial para o entendimento do impacto negativo da violência na vida da vítima. A avaliação pode fornecer informações sobre a gravidade do dano psicológico, o tempo de exposição à violência, as estratégias de enfrentamento utilizadas pela vítima e as possíveis consequências a longo prazo, bem como permite a elaboração de características psicológicas do autor de violência, o que pode contribuir para a formulação de medidas protetivas efetivas para a vítima e na definição de medidas reparatórias para a vítima, entre outras questões legais. E, ainda, pode fornecer informações importantes para a formulação de intervenções terapêuticas adequadas, que visem o tratamento do dano psicológico e o restabelecimento da saúde mental da vítima (Bizarro; Moreira, 2018; Fontes; Frota, 2019; Guimarães; Guimarães, 2019;

Pinto, 2018; Poletto; Lunardi; Wagner, 2019; Yanes, 2019).

Por meio de uma avaliação psicológica bem estruturada é possível verificar a extensão dos danos psicológicos causados à vítima e como isso pode afetar sua saúde mental e a sua qualidade de vida. Nesse sentido, a avaliação é essencial para que as vítimas possam ser reconhecidas como sujeitos de direitos e para que possam receber a assistência necessária para tratar os danos psicológicos que surgiram como consequência da violência. Além de permitir entender os prejuízos econômicos decorrentes do dano psicológico, como o impacto na carreira profissional ou na renda (Bizarro; Moreira, 2018; Fontes; Frota, 2019; Guimarães; Guimarães, 2019; Labiak, 2023; Pinto, 2018; Poletto; Lunardi; Wagner, 2019; Yanes, 2019).

A avaliação psicológica do dano psicológico relacionado à violência contra as mulheres é essencial na esfera jurídica, mas também é uma tarefa complexa e delicada, na qual ainda existem desafios a serem superados durante o processo de avaliação, conforme abrangem os estudos analisados (Alchieri; Cruz, 2003; Arce; Fariña; Vilariño, 2015; Labiak, 2023), entre eles:

a) Subjetividade: a avaliação do dano psicológico é subjetiva, pois depende das percepções e experiências individuais da mulher afetada. O que pode ser considerado grave para uma mulher pode não ser tão significativo para outra;

b) Ausência de evidências objetivas: diferentemente das lesões físicas, o dano psicológico é mensurado ou avaliado com base no funcionamento das funções psicológicas, abrangendo dimensões como o funcionamento cognitivo, emocional, afetivo, comportamental e social do sujeito, entre outras. Esse processo é complexo, pois envolve variáveis subjetivas e depende de instrumentos e técnicas especializadas capazes de captar

nuances sutis que não são diretamente visíveis.

c) Complexidade do fenômeno: a violência contra as mulheres é um fenômeno complexo e multifacetado, que pode se manifestar de diversas formas, tornando desafiadora a identificação e a correlação direta com o dano psicológico;

d) Viés de autorrelato: as vítimas de violência podem relatar seus sintomas e experiências de maneiras diferentes, dependendo de seus traços de personalidade, experiências de vida e outros fatores. Portanto, pode haver um viés de autorrelato na avaliação do dano psicológico;

e) Estigma e vergonha: muitas vezes, as mulheres vítimas de violência se sentem envergonhadas ou estigmatizadas, o que pode dificultar a avaliação do dano psicológico. As vítimas podem hesitar em relatar a violência ou minimizar a sua gravidade; e

f) Necessidade de avaliação a longo prazo: o dano psicológico relacionado à violência pode ser duradouro e pode levar anos para se manifestar completamente. Por isso, a avaliação a longo prazo pode ser uma alternativa para entender o impacto negativo da violência nas mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever e discutir o estado da arte do dano psicológico relacionado à violência contra as mulheres, foi possível distinguir conceitualmente dano psicológico, dano emocional e dano moral. Isso é importante, pois comumente eles são confundidos e, ao diferenciá-los, contribui para identificar a natureza do problema, repercutindo na promoção do tratamento biopsicossocial adequado e no amparo legal, auxiliando a determinar a responsabilidade civil e/ou penal pelo dano causado.

O dano psicológico é um fenômeno abrangente, que envolve a deterioração

das funções psicológicas e comportamentais em dimensões como a emocional, cognitiva, afetiva, entre outras, decorrente de eventos traumáticos ou estressores. Essa ampla gama de efeitos prejudiciais pode impactar negativamente a forma como a mulher vive e se relaciona na sociedade, afetando seu bem-estar e sua qualidade de vida. Dentro desse contexto, o dano emocional emerge como uma das dimensões do dano psicológico, caracterizando-se pela deterioração do estado emocional da pessoa em resposta a situações traumáticas, estressores ou experiências adversas.

De modo geral, cabe destacar que, tanto o sistema de justiça penal quanto o civil têm mecanismos distintos para abordar legalmente o dano psicológico relacionado à violência contra as mulheres. No contexto do sistema de justiça penal, primariamente orientado para a imposição de penas, elas visam alcançar múltiplos objetivos, incluindo a prevenção do crime, a retribuição, a ressocialização do condenado e a proteção da sociedade. Por outro lado, dentro do sistema de justiça civil, o foco reside na reparação do dano extrapatrimonial, que diz respeito à compensação por danos não relacionados a bens materiais como o dano psicológico. Essa reparação, visa assegurar que as vítimas sejam compensadas e tenham seus direitos fundamentais protegidos quando sofrem danos, intentando restaurar a dignidade, desestimular a prática de atos ilícitos e promover a justiça no contexto das relações interpessoais.

Contudo, embora seja possível responsabilizar o autor da violência nos âmbitos da justiça penal e civil, é crucial destacar, sob a perspectiva psicológica, que, uma vez ocorrido o dano psicológico — ou seja, quando há deterioração das funções psicológicas e comportamentais —, a recuperação completa tende a não ser mais factível. Este cenário pode impactar adversamente a capacidade da mulher em lidar com a manifestação de transtornos mentais e comportamentais, ao mesmo

tempo em que pode agravar patologias preexistentes.

A violência pode causar danos psicológicos profundos, intensos e duradouros nas vítimas, em comparação a outras formas de estressores, devido às suas consequências adversas significativas para a saúde mental das mulheres expostas a esse fenômeno. Isso porque a violência é uma das formas mais extremas de estresse humano. Embora a gravidade e o tipo de dano psicológico possam variar de pessoa para pessoa, devido à sua constituição biopsicossocial distinta, é estudado que a severidade da exposição à violência guarda correlação direta com a gravidade do dano psicológico que dela decorre.

A avaliação psicológica do dano psicológico na esfera jurídica deve ser realizada de forma criteriosa, sistemática, cuidadosa e ética, e levar em consideração que tanto as mulheres quanto os homens podem ser vítimas de violência. No entanto, quando se tem conhecimento da disparidade de direitos entre os gêneros e das desigualdades estruturais de gênero, como a discriminação e o sexism, comprehende-se que fatores sociais, culturais e estruturais podem atribuir um caráter de maior vulnerabilidade para as mulheres em relação a violência e trazer especificidades para as mulheres na esfera do dano psicológico relacionado à essas violências.

Além de identificar o grau, a natureza e as possíveis causas e consequências do dano psicológico, a avaliação psicológica pode contribuir para sugerir acompanhamento e tratamento especializado para lidar com as consequências psicológicas e comportamentais da violência sofrida, na elaboração de medidas protetivas efetivas para a vítima e para a formulação de políticas públicas de prevenção à violência e, consequentemente, de prevenção à novos danos psicológicos. Para isso, é necessário aprimorar os instrumentos psicológicos utilizados na avaliação do

dano psicológico, por meio de novos estudos que contribuam para o desenvolvimento de melhores práticas de avaliação e intervenção.

Este estudo não pretendeu esgotar a discussão sobre a temática, e apresentou algumas limitações, como a dependência de fontes secundárias, ou seja, por ser uma pesquisa bibliográfica narrativa, depende-se de fontes secundárias (análises e interpretações de outros autores), o que pode comprometer a precisão dos resultados obtidos. Também é possível que os descriptores utilizados não tenham abarcado todos os trabalhos publicados, já que foi considerada, principalmente, o dano psicológico relacionado à violência contra as mulheres no contexto psicojurídico. Todavia, reconhece-se que, apesar destas limitações, este estudo contribui para abrir e estimular o debate sobre a necessária reflexão acerca do dano psicológico em mulheres que vivenciaram ou estão em situação de violência.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Companhia Editora Nacional, 2020.

ALCHIERI, J. C.; Cruz, R. M. *Avaliação psicológica: conceito, métodos e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ANDERSEN, R. *Trauma and Trauma-Informed Care Experts Meeting*. [s. l.]: SAMHSA's, 2012.

ARCE, Ramón; FARIÑA, Francisca. *Evaluación psicológica forense de la credibilidad y daño psíquico en casos de violencia de género mediante el sistema de evaluación global*. In: FARIÑA, Francisca; ARCE, Ramón; BUELA-CASAL, G. (ed.) *Violencia de género: tratado psicológico y legal*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 147-168. Disponível em:

<https://uforense.org/wp-content/uploads/2020/12/2009-seg-para-casos-de-violencia-de-gxnero-por-xarce-y-farixax-2009x-2020-12-22.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARCE, Ramón; FARIÑA, Francisca; VILARIÑO, Manuel. Daño psicológico en casos de víctimas de violencia de género: estudio comparativo de las evaluaciones forenses. **Revista Iberoamericana de Psicología y Salud**, [S. l.], v. 6, n.2, p. 72-80, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2171206915000046>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BALLONE, G. Dano Psíquico. **Psiqweb – Portal de Psiquiatria**. [S. l.], 2003. Disponível em: www.psiqweb.med.br. Acesso em: 21 mar. 2023.

BALLONE, G. Avaliação e valoração médico-legal do dano psíquico. **Psiqweb – Portal de Psiquiatria**. [S. l.], 2005. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=165&sec=78>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BALLONE, G. J.; MOURA E. C. Abuso nos Relacionamentos Íntimos. **PsiqWeb – Portal de Psiquiatria**. [S. l.], 2017. Disponível em: www.psiqweb.med.br. Acesso em: 21 mar. 2023.

BIZARRO, L.; MOREIRA, R. F. Violência doméstica e familiar contra a mulher: uma abordagem psicológica. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 224-236, 2018.

BONNA, A. P. **Dano moral**. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência

da República, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Decreto – Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940.

BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Presidência da República: Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14188.htm#art4. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRITO, C. Consideraciones acerca del daño psíquico: El Dictamen Pericial Psicológico y la sentencia. In: CONGRESO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 3., 1999, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999, p. 80-85.

CABALLERO, July; ALFARO, Milena; NUÑEZ, Yesenia; TORRES, Harold. Violencia psicológica contra la mujer por su pareja en el Perú, 2004-2007. **Revista Peruana de Epidemiología**, Lima, Perú, v. 13, n. 3, p. 1-7, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203120367006>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CHEONG, C.; PARK, Y. Gender differences in the effects of psychological and physical intimate partner violence on mental health. **Health and Social Work**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 231-237, 2018.

CRUZ, R. M. Perícia psicológica trabalhista. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; ROVINSKI, S. L. R.; LAGO,

V. M. de (org.). **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K. Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 120-129, 2005.

CRUZ, R. M. et al. Perícia de danos psicológicos no processo judicial. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 1., p. 1489-1504, 2022.

DARAY, H. **Daño psicológico**. Buenos Aires: Astrea, 2006.

DAVIES, M. Emotional abuse and controlling behaviours in intimate relationships: a conceptual framework and an exploration of gender differences. **Journal of Family Violence**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 157-167, 2015.

ELIAS, Claudia de Souza Rodrigues et al. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100008. Acesso em: 21 mar. 2025.

FONTES, L. S.; FROTA, S. F. A violência psicológica como fator de risco à saúde mental de mulheres. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S. l.], v. 72, n. 6, p. 1619-1626, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4. ed. [S. l.]: Instituto DataFolha, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FREUD, Sigmund. **Recordar, repetir e elaborar**: volume 10: obras completas.. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e angústia**: volume 17: obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GERENT, J. **Dano psíquico**: aspectos sociológico, psiquiátrico, psicológico e jurídico. Curitiba: Editora Juruá, 2022.

GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva Educação AS, 2020.

GREEN, Bart N.; JOHNSON, Claire D.; ADAMS, Alan. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: Secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, [S. l.], v. 5, n.3, p. 101-117, 2006.

GREESON, M. R.; KENNEDY, A. C.; BYBEE, D.; ADAMS, A. E. The impact of exposure to intimate partner violence on children's mental health: a systematic review. **Child Abuse & Neglect**, [S. l.], v. 101, e104363, 2020.

GRiffin, E. **Presentation at the NIDA/ACYF experts meeting on trauma and child maltreatment**. [S. l.: s. n.], 2012.

GUILLAND, R.; LABIAK, F. P.; LOPES, C. C. Perícia judicial de avaliação do nexo de causalidade ou concausalidade entre o assédio moral no trabalho e o dano psicológico. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 473-492, 2023.

GUIMARÃES, L. A.; GUIMARÃES, T. B. Violência psicológica contra a mulher: uma abordagem crítica. **Revista de Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 353-371, 2019.

HUANG, L. N.; PAU, T.; FLATOW, R.; DE VOURLSEY, D.; AFAYEE, S.; NUGENT, A. Trauma-Informed Care Models Compendium. [S. l.: S. n.], 2012.

JENNINGS, A. **Models for developing trauma-informed behavioral health systems and trauma-specific services.** [S. l.: S. n.], 2012.

JONCH, de A. *et al.* Consensus statement on trauma treatment in complex posttraumatic stress disorder. **European journal of psychotraumatology**, [S. l.], v. 7, n.1, 1250450, 2016.

KARAM, E. G. *et al.* Trauma and PTSD in the WHO World Mental Health Surveys. **European Journal of Psychotraumatology**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-16, 2014.

KILPATRICK, D. G. *et al.* National estimates of exposure to traumatic events and PTSD prevalence using DSM-IV and DSM-5 criteria. **Journal of traumatic stress**, [S. l.], v. 26, n. 5, p. 537-547, 2013.

KUIJPERS, K. F.; VAN DER KNAAP, L. M.; LODEWIJKS, I. A. Psychological intimate partner violence against men and women: a meta-analysis. **Aggression and Violent Behavior**, [S. l.], v. 57, e101597, 2021.

LABIAK, Fernanda Pereira. Violência psicológica contra a mulher: artefato do patriarcado para gerar submissão. *In:* EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL (org.). **Open Science Research X**. v. 10. 1. ed. Guarujá: Editora Científica Digital, 2023, p. 2234-2251. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221211548.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LABIAK, Fernanda Pereira.; ARAÚJO, Pedro Henrique de Moura. Feminicide and physical violence against women: when do these crimes occur? **International Journal of Human Sciences Research**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/artigo-revista/feminicidio-e-violencia-fisica-contra-as-mulheres-quando-estes-delitos-o-correm>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LABIAK, F. P.; CRUZ, R. M.; DE MOURA ARAÚJO, P. H.; GUILLAND, R.; CAMPOS, I. C. M.; VIEIRA, J. E.; KNAPIK, J. Violência psicológica contra mulheres em Santa Catarina: onde estão os registros?. **Revista Plural**, v.3, n.4, p. 47-60, 2022. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Artigo-violencia-psicologica-em-SC-Revista-Plural.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LABIAK, Fernanda Pereira *et al.* Feminicídio: um desfecho fatal para a desigualdade de gênero. *In:* ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Desigualdade social e de gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços**. 1. 1. ed. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. p. 114-136. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Feminicidio-um-desfecho-fatal-Fernanda-Labiak.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MORAES, M. C. N. de. Conceito, função e quantificação do dano moral. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2019.

NERY, R. M. de A.; NERY JUNIOR, N. Capítulo XXV: dano e responsabilidade. *In:* NERY, R. M. de A.; NERY JUNIOR, N. **Instituições de Direito Civil**. v. 1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PINTO, R. A. O papel do psicólogo jurídico na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 13, n. 1, p. 209-223, 2018.

POLETO, M.; LUNARDI, L. V.; WAGNER, A. Avaliação psicológica de vítimas de violência doméstica: uma revisão integrativa. **Revista Interdisciplinar de**

Direitos Humanos, Bauru, SP, v. 6, n. 2, p. 207-224, 2019.

PUHL, Stella Maris; IZCURDIA, M de los Ángeles; OTEYZA, Gabriel R.; GRESIA MAERTENS, Beatriz H. Peritaje psicológico y daño psíquico. **Anuario de Investigaciones**, v. 24, p. 251-260, 2017.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. 23. ed. Madrid: Real Academia Española, 2014.

RIVAS-RIVERO, Esther; BONILLA-ALGOVIA, Enrique. Salud mental y miedo a la separación en mujeres víctimas de violencia de pareja. **Revista iberoamericana de psicología y salud**, [S. I.], v. 11, n. 1, p. 54-67, 2020. Disponível em: <https://rips.cop.es/pdf/art352020.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RODRÍGUEZ-BERROCAL, Pío. Violencia psicológica contra la mujer en la narrativa regional andina. **Investigación Valdizana**, Huánuco, v. 16, n. 1, p. 51-57, 2022. Disponível em: <https://revistas.unheval.edu.pe/index.php/riv/article/view/1310>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

ROVINSKI, S. L. R. **Fundamentos da perícia psicológica forense**. São Paulo: Votor, 2013.

ROVINSKI, S. L. R. Avaliação de dano psíquico na área cível. In: HUTZ, C. S. et al. (org.) **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 364-375.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRINDADE, J. **Manual de psicología jurídica para operadores do direito**. 8. ed. Porto Alegre: Livro do Advogado, 2017.

TULLIO, Valéria et al. Violence against women in heterosexual couples: A review of psychological and medico-legal considerations. **Medicine, Science and the Law**, [S. I.], v. 61, supl. 1, p. 113-124, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33591871/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VAN DER WERFF, L.; SCHRIJVERS, D.; BOER, F.; LINDAUER, R. J. The impact of interpersonal violence on mental health in Dutch men and women: a cross-sectional study. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, [S. I.], v. 54, n. 1, p. 89-99, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILSON, C.; FORD, J. **Trauma and trauma-informed care experts meeting**. [S. I.]: SAMHSA's, 2012.

YANES, J. Violência psicológica: uma análise psicológica do fenômeno. In: CAMPOS, M. C.; OLIVEIRA, V. M. M.; GOMES, J. M. O. (org.). **Psicologia jurídica na prática**. São Paulo: Pearson, 2019. p. 135-150.

WOLFORD-CLEVINGER, Caitlin; SMITH, Phillip N.; KUHLMAN, Shane; D'AMATO, Darcey. A preliminary test of the interpersonal-psychological theory of suicide in women seeking shelter from intimate partner violence. **Journal of interpersonal violence**, [S. I.], v. 34, n. 12, p. 2476-2497, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27456533/>. Acesso em: 21 mar. 2025.



**FERNANDA PEREIRA
LABIAK**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Mestra em Educação pela UFSC. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Brasil. Psicóloga pela UFU. Professora no ensino superior. Pesquisadora e autora de diversas publicações na área de Psicologia Jurídica, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Conselheira no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC). Colaboradora na Comissão Especial de Psicologia, Justiça e Segurança Pública do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CEPJUSP/CRP-12).



ROBERTO MORAES CRUZ

Pós-doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Brasil; em Medicina Molecular, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Brasil; e em Ciências Humanas, pela Universitat de Barcelona - Espanha. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFB) Brasil. Psicólogo pela UFB. Professor do Departamento de Psicologia da UFSC. Editor-chefe da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho.

Espiritualidade organizacional e bem-estar dos empregados: o lado social das práticas sustentáveis

Organizational spirituality and employee well-being: the social side of sustainable practices

Edson Keyso de Miranda Kubo^a, Antonella Maria Chagas Sousa, Almir Martins Vieira, Eduardo de Camargo Oliva, Raquel da Silva Pereira.

^aUniversidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). E-mail: edson.kubo@online.uscs.edu.br.

Resumo: Este artigo tem como objetivo descrever como se configura a espiritualidade organizacional para o bem-estar subjetivo (BES) dos empregados no cenário da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, metodologicamente delineada como exploratória e descritiva, sendo que a coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionário disponibilizado em plataforma digital, com posterior análise pelo auxílio do software Atlas.TI (versão 9.0). A produção acadêmica sobre a temática da espiritualidade organizacional é crescente em nível internacional, não ocorrendo o mesmo com as publicações nacionais. Isso foi observado por meio de um panorama sobre a espiritualidade organizacional em cenário de restrições pandêmicas e associadas ao bem-estar dos empregados. Constatou-se também valores alinhados entre empregados (sem cargo de gestão) e organização, com predominância de preceitos afetivos e de convergência humanística. Na ótica dos empregados, os domínios equilíbrio emocional e paz interior, bem como empatia, gratidão e solidariedade se sobressaíram. Foram evidenciadas dimensões incipientes de espiritualidade organizacional, com indicativos de interligação com o BES referentes aos elementos trabalho significativo, emoções positivas, relacionamentos, engajamento e sentido de comunidade. As dimensões de espiritualidade investigadas contribuíram para o BES dos empregados e para o gerenciamento de possíveis comportamentos profissionais de desalentos e desempenhos improductivos.

Palavras-chave: Espiritualidade; Bem-estar subjetivo; Práticas sustentáveis; Gestão de recursos humanos; Covid-19.

Abstract: This article aims to describe how organizational spirituality is configured for the subjective well-being (SWB) of employees in the Covid-19 scenario. This is a qualitative research, methodologically designed as exploratory and descriptive, with data collection occurring through the application of a questionnaire available on a digital platform, with subsequent analysis using the Atlas.TI software (version 9.0). Academic production on the topic of organizational spirituality is growing at an international level, while national publications are not the same. This was observed through an overview of organizational spirituality in a scenario of pandemic restrictions and associated with employee well-being. Aligned values were also found between employees (without a management position) and the organization, with a predominance of affective precepts and humanistic convergence. From the employees' perspective, the domains emotional balance and inner peace, as well as empathy, gratitude and solidarity stood out. Incipient dimensions of organizational spirituality were highlighted, with indications of interconnection with SWB regarding the elements of meaningful work, positive emotions, relationships, engagement and sense of community. The spirituality dimensions investigated contributed to employees' SWB and to the management of possible professional behaviors of discouragement and unproductive performance.

Keywords: Spirituality; Subjective Well-being; Sustainable practices; Human resources management; Covid-19.

Submetido em: 05/12/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica sobre a temática da espiritualidade organizacional é crescente em nível internacional, não ocorrendo o mesmo com as publicações nacionais. Isso foi observado por meio de um panorama sobre a espiritualidade organizacional em cenário de restrições pandêmicas e associadas ao bem-estar dos empregados, na base de dados da *Web of Science*, em recorte temporal de 2015 a 2021.

Brooks *et al.* (2020), West *et al.* (2020), Lima *et al.* (2020), ponderam que os impactos da enfermidade COVID-19 podem causar danos para além da saúde física e mental intervindo, sobremaneira, no setor econômico, político, social, educacional e ambiental. Reputa-se, desse modo, a necessidade de investigar como organizações locais estão desenvolvendo ações para a qualidade de vida e bem-estar subjetivo (BES) dos empregados, e como a espiritualidade organizacional pode trazer benefícios indicados por Karakas e Sarigollu (2019), Boyd *et al.* (2018) e Aboobaker, Edward, Zakkariya (2019). Ressalta-se, ainda, a emergência de uma realidade pandêmica que requer adaptações rápidas e globais (Silva; Santos; Soares *et al.*, 2020; Stawicki *et al.*, 2020).

Vale também discorrer que a abordagem da Psicologia Positiva introduziu componentes essenciais para a exploração do construto BES. Por esse ângulo, Seligman (2012), sistematizaram categorias de aspectos para a compreensão do BES, e em termos de base teórica, elas atendem às perspectivas deste estudo. Isso porque compreendem assentos teóricos para a investigação sobre a maneira como os empregados

pesquisados avaliam o bem-estar no contexto da COVID-19. Nesse contexto, interessa discutir como a espiritualidade organizacional pode beneficiar o BES dos empregados (Balkhi; Nasir; Zehra; Riaz, 2020; Lague *et al.*, 2019; Hashemi; Marzban; Sebar, 2020; Jia; Liu; Shi, 2017; Lai *et al.*, 2020; Mahmood; Khan; Ellahi, 2019; Matamá *et al.*, 2017; Reppold *et al.*, 2019; Scorsolini-Comin *et al.*, 2016; Seligman, 2012).

Considera-se promissor estimular estudos que carreguem concepções e práticas sustentáveis com vistas ao cumprimento da espiritualidade organizacional em um quadro recorrente de conturbação no contexto socioeconômico da sociedade global e, por conseguinte, das organizações brasileiras. A esse respeito, as vivências doloridas de luto, a não ritualística de despedida e as experiências de dor e luto traduzem um panorama impositivo de mudanças comportamentais em todos os setores da vida humana.

Tais mudanças comportamentais se assemelham às das ocupações de profissionais da área militar, de saúde, de gestão e de docência, as quais vivenciam, no exercício de suas funções, altos níveis de estresse emocional, ansiedade e pressão por resultados. Estudos nesses ambientes indicam que as consequências atribuladas foram atenuadas com a espiritualidade organizacional, as quais geraram resultados expressivos de equilíbrio e BES nos empregados (Crepaldi *et al.*, 2020; Damião; Oswaldo; Vieira, 2020; Julião *et al.*, 2017).

Seguindo essa lógica de experiências adversas, reputando-se imprescindivelmente a identificar como a espiritualidade organizacional é percebida

pelos empregados no atual cenário de pandemia, com o propósito de que os gestores de pessoas alinhem as atividades produtivas às dimensões de bem-estar no ambiente laboral, intentando estabelecer o equilíbrio de interesses entre as pessoas e a organização. Portanto, esta é a proposição central a ser alcançada dentro da esfera deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Temas como a espiritualidade organizacional e o bem-estar dos empregados ensejam delineamentos que fazem parte do desenvolvimento deste artigo, discutidos mediante três tópicos: Ponderações sobre o cenário da COVID-19 e afetação do BES; Dimensões conceituais de espiritualidade organizacional e; Esboço conceitual de BES na literatura da Psicologia Positiva.

2.1 Ponderações sobre o cenário da Covid-19 E afetação do BES

A manifestação súbita e global da Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), decorrente da Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SRAS-CoV-2), além de promover um intenso debate paralelo ao caos urbano, provocou grandes impactos na saúde pública, na estrutura geral da sociedade e na vida das pessoas. Diante dessa nova patologia, que se propagou de modo imprevisível, rápido e sem fronteiras geográficas, cientistas da área de saúde do mundo inteiro passaram a buscar evidências clínicas para o mapeamento e a compreensão da doença. No campo científico, estudos continuam em pauta, denotando que o controle da manifestação da COVID-19 corresponde a um desafio de saúde pública mundial ainda em discussão (Brooks *et al.*, 2020; Lai *et al.*, 2020; Stawicki *et al.*, 2020).

Assim, dentre as evidências consubstanciadas na literatura, é mister destacar os impactos psicológicos “pós-pandêmicos” nos indivíduos

acometidos pela doença em epígrafe, tendo em vista apresentarem uma relação adversa com o estado de bem-estar. Consoante à bibliografia consultada, as manifestações comportamentais subsequentes à COVID-19, tais como estresse emocional, confusão mental, ansiedade, medo, raiva e depressão, podem fornecer dados relevantes para as organizações elaborarem políticas e ações que atendam às dimensões de bem-estar dos empregados impactados pela pandemia. Tais achados também indicam pontos de melhorias para um trabalho significativo e ressignificação do sentido da vida, em resposta aos efeitos da referida epidemia (Abd-Alrazaq; Alhuwail; Househ; Hamdi; Shah, 2020; Balkhi; Nasir; Zehra; Riaz, 2020; Brooks *et al.*, 2020; Hashemi; Marzban; Sebar, 2020; Lai *et al.*, 2020).

Ao fazer referência a mudanças comportamentais, pode-se dizer que, em razão da COVID-19, os estudos contemporâneos associam-se com maior expressividade às circunstâncias estressoras do medo da morte e às ameaças à saúde mental dos indivíduos. No mesmo caminho, achados da revisão da literatura apontam o crescimento dos coeficientes de ansiedade em indivíduos e/ou grupos de pessoas submetidos a rotinas de isolamento e distanciamento social, ou seja, aqueles cuja liberdade foi controlada. Outros estão relacionados a baixos níveis de autoestima pessoal e coletiva, de apoio social e de afetos positivos. Deduz-se que esses achados podem fornecer subsídios para programas e práticas organizacionais capazes de aumentar os níveis de bem-estar dos empregados e impactar positivamente o seu desempenho individual (Balkhi; Nasir; Zehra; Riaz, 2020; Brooks *et al.*, 2020; Hashemi; Marzban; Sebar, 2020; Lai *et al.*, 2020; West *et al.*, 2020).

Assim, dialogando com as dimensões conceituais fundamentais deste estudo, incorpora-se o entendimento de que os níveis de bem-estar e desempenho dos empregados desvelam um componente

valorativo de sua vida interior, e por intermédio de seu desempenho no trabalho, concretizam o sentido individual de sua espiritualidade. Nesse sentido, argumenta-se que a exploração do sentido da espiritualidade, frente a uma realidade imersa em sofrimentos e mudanças comportamentais, pode revelar novos significados e preencher uma lacuna importante nas práticas organizacionais (Abd-Alrazaq; Alhuwail; Househ; Hamdi; Shah, 2020; Ashmos; Duchon, 2000; Balkhi; Nasir; Zehra; Riaz, 2020; Başer; Ehtiyar, 2020; Hashemi; Marzban; Sebar, 2020; Lima *et al.*, 2020; Pawar, 2017).

2.2 Dimensões conceituais de espiritualidade organizacional

A temática da espiritualidade organizacional ocupa espaço nos estudos e nas práticas de pesquisa, aglutinando conhecimentos acadêmicos e construções conceituais diversas, sendo mais expressivas em publicações internacionais do que na literatura brasileira. A propósito, no tocante à produção nacional, muitos questionamentos emergentes na gestão contemporânea, associados à espiritualidade, ao significado do trabalho e ao bem-estar das pessoas, passaram a fazer parte de produções acadêmicas e debates corporativos. Salienta-se que um novo espectro de realidade se faz presente e, por conseguinte, novos desafios são introduzidos no contexto das organizações e no comportamento dos indivíduos. Isso posto, manifesta-se o interesse deste estudo em abordar a extensão de práticas de espiritualidade organizacional e BES, com foco nas mudanças observadas no estágio atual da sociedade (Crepaldi *et al.*, 2020; Fotaki; Altman; Koning, 2019; Garg, 2017; Gardner, 2019; Rahman *et al.*, 2019; Rezapouraghdam *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2017; West *et al.*, 2020).

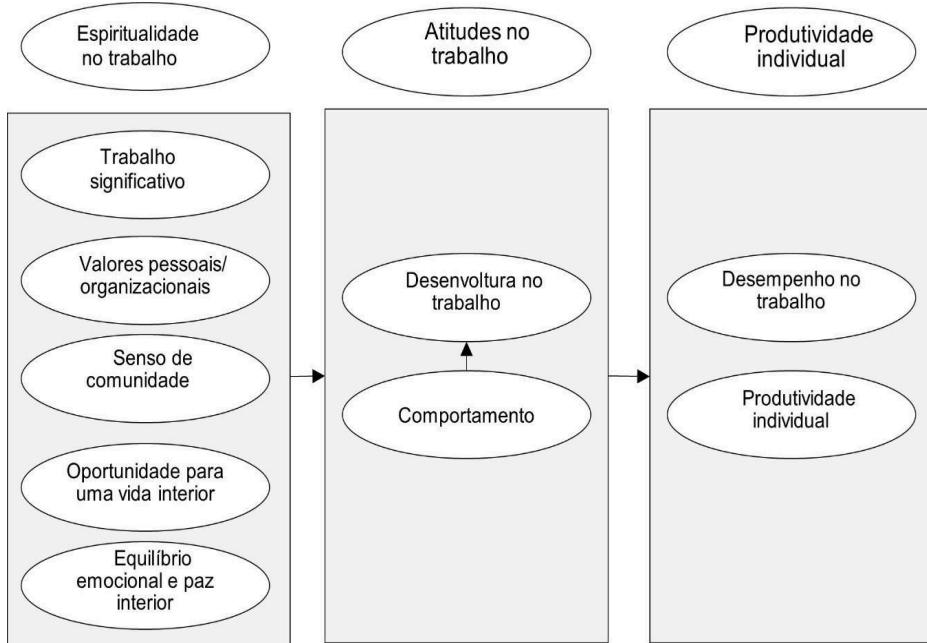
Assim, delimita-se como vertente de discussão, para efeito deste estudo, a emergência da Covid-19, uma doença infecciosa que tomou proporções

mundiais e preocupa a comunidade universal, autoridades governamentais e profissionais, interferindo no bem-estar da saúde física, mental, psicológica, emocional e espiritual da sociedade global. Com isso, mudanças bruscas no dia a dia familiar, comunitário e laboral, a exemplo da quarentena e do isolamento social, foram impostas como medidas de segurança no enfrentamento desse evento sem precedentes (Balkhi *et al.*, 2020; Brooks *et al.*, 2020; CDC, 2020; Crepaldi *et al.*, 2020; Lee, 2020; OPAS, 2020; West *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que as pesquisas sobre a espiritualidade organizacional e o bem-estar subjetivo (BES) desvelam relevos de conexões significativas. O argumento desta proposta consiste nas experiências idiossincráticas de empregados imersos em uma realidade pandêmica de alcance global e, sobretudo, de privação de liberdade. Pesquisas acerca da COVID-19 indicam que os indivíduos estão sendo acometidos por estados psicológicos de medo, insegurança, estresse emocional, desmotivação, ansiedade, instabilidades de humor, preocupações financeiras e expectativas futuras, ou seja, um quadro extremo que, por certo, torna preocupante a saúde mental e o bem-estar das pessoas e, por conseguinte, a saúde organizacional. Nesse panorama de afetação de alcance mundial, supõe-se a relação acadêmica, científica e social com a temática da espiritualidade organizacional (Balkhi *et al.*, 2020; Brooks *et al.*, 2020; Gardner, 2019; Lee, 2020, Pfaltzgraff-carlson, 2020).

Seguindo esse raciocínio, cabe apresentar o modelo conceitual de espiritualidade organizacional de Joelle e Coelho (2019), representado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo conceitual de Espiritualidade Organizacional



Fonte: Joelle e Coelho (2019, p. 21).

Observa-se que esse modelo apresentado na Figura 1, flui da esquerda para a direita no qual a Espiritualidade no trabalho e suas respectivas dimensões servem de antecedentes para as atitudes do trabalho e produtividade individual em uma perspectiva gerencialista.

2.3 Delineamento conceitual de BES na literatura da psicologia positiva

No cenário da chamada Psicologia Positiva, perspectivas mais saudáveis da vida humana passaram a ser investigadas e admitidas tanto pelos indivíduos quanto pelas organizações, nomeadamente no que tange a conteúdos como satisfação com a vida, qualidade de vida e felicidade. Logo, se aspectos positivos sobre emoções e vivências individuais representaram achados relevantes para a ciência e as organizações, então, pode-se inferir que essas características da natureza humana são capazes de ser favoráveis no enfrentamento de vicissitudes experimentadas pelos indivíduos em seu dia a dia, tendo em vista, ainda, que não são fraquezas e disfunções, mas virtudes e forças positivas que interessam à aplicabilidade da

Psicologia Positiva (Diener, 2013; Scorsolini-Comin *et al.*, 2016; Seligman, 2012).

Dessa maneira, diz-se que ordenar novos ângulos de estudos do construto BES, a partir de significados priorizados pelos empregados, à luz das práticas da espiritualidade organizacional em contexto pandêmico de Covid-19, é trazer à reflexão situações de uma realidade dinâmica em que as pessoas experimentam intensos estados emocionais e questionamentos sobre o sentido da vida. Tendo isso em vista, justifica-se o foco de interesse deste estudo em explorar percepções sobre como a intensidade dessas experiências de vida afetaram o BES dos pesquisados no atual momento, dadas às implicações da COVID-19.

Observa-se, assim, coadunando as abordagens de Diener (1984, 2013) que se, de um lado, não existe um conceito que congregue todas as dimensões e os significados de bem-estar, por outro, admite-se que entre os estudiosos, há investigações que demonstram convergência nas expressões que caracterizam o fenômeno do BES. De fato, a frequência estatística em abordagens na

qual os elementos felicidade, satisfação com a vida e afetos aparecem na construção desse construto levam à inferência de que são relevantes em sua definição. Ademais, resultados constantes em pesquisas quantitativas indicam que quanto mais alto for o nível de afeto positivo, maior é o grau de satisfação com a vida desfrutado pelo indivíduo. Dessa maneira, deduz-se que quando uma pessoa tem altos níveis de bem-estar, desfruta, também, de altos níveis de afetos positivos e relacionamentos interpessoais mais favoráveis (Diener, 1984, 2013; Galinha; Ribeiro, 2005; Matamá *et al.*, 2017; Zanon, 2017).

Por isso, considera-se que, no atual contexto da Covid-19, vale promover uma familiarização quanto ao estudo do bem-estar na percepção dos indivíduos pesquisados, a fim de examinar que forças pessoais relacionadas ao BES são afetadas e podem ajudar os profissionais de gestão de pessoas a programarem, em cenários similares, suas ações e práticas organizacionais, atentando para o diagnóstico de demandas atuais sobre aspectos substanciais para os empregados (Brooks *et al.*, 2020; Hashemi; Marzban; Sebar, 2020; Jia; Liu; Shi, 2017; Matamá *et al.*, 2017; West *et al.*, 2020; Wood Jr; Tonelli; Cooke, 2012).

Dito isso, o arcabouço conceitual de Seligman (2012) acerca do BES, as dimensões conceituais da espiritualidade organizacional tomadas como recorrentes (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019; Rego; Souto; Cunha, 2007) e as evidências dos efeitos adversos da Covid-19 na saúde mental das pessoas, retratados na literatura vigente (Brooks *et al.*, 2020; Lee, 2020; West *et al.*, 2020), constituem a base de sustentação teórica deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Para este estudo, assumiu-se a abordagem de cunho qualitativo, com aplicação em ambiente virtual, tendo

como pressuposto teórico as dimensões conceituais dos construtos espiritualidade e BES, frente ao fenômeno incomum da COVID-19 (Creswell, 2010). Foram estabelecidos como sujeitos investigativos do estudo, empregados ocupantes do cargo de Gestão de Recursos Humanos e empregados sem cargos de gestão, vinculados a empresas localizadas na cidade de Teresina, estado do Piauí, classificadas nos ramos econômico de serviços de saúde, serviços públicos, educação privada e profissionalizante e atacado e varejo. Dispuseram-se, de modo livre e esclarecido, tendo dito previamente conhecimento e aceite do Termo de Consentimento Livre e Remoto (TCLE), a participarem respondendo às questões de estudo, por meio de questionário *on-line*, sistematizado pelo *google forms*, devidamente aprovados por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Os tipos de organizações participantes estão distribuídos nos ramos de atividades econômicas serviços de saúde, serviço público, ensino particular profissionalizante e atacado e varejo, totalizando a representação de 9 (nove) empresas. Quanto aos pesquisados, perfazem a quantidade total de 37 (trinta respondentes), sendo 7 gestores e 30 empregados sem cargos de gestão.

Os procedimentos de tratamento e análise dos dados estão fundamentados na técnica de análise de conteúdo, atentando para os critérios da exclusão mútua, da pertinência, da objetividade e da fidelidade. O manejo das fases da análise foi feito em duas etapas: a primeira, um processo manual e meticuloso de leitura integral das mensagens transcritas e, em seguida, a sistematização em unidades temáticas, codificação de segmentos e a geração de categorias (Bardin, 1977; Santos, 2012); a segunda, para dar maior consistência aos dados levantados, contou com apoio do software ATLAS.TI (versão 9.0).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo os modelos teóricos expostos neste artigo, os resultados são apresentados e discutidos de modo a elucidar as principais categorias de análise desta pesquisa.

4.1 Significado do trabalho

No cerne do significado do trabalho, reside a base de sustentação da vida (Ashmos; Duchon, 2000), sendo que, por meio dele, os indivíduos experenciam laços de amizade, de conhecimento e de aprendizagem, formam um autoconceito, auferem uma remuneração que supostamente atende as suas necessidades de conservação e sobrevivência, encontram oportunidades de realização pessoal, satisfação, enfim, exercitam sua condição humana (Andrade; Tolfo; Dellagnelo, 2012; Neves *et al.*, 2018). Considerando tais motivos, diz-se que o trabalho cumpre um papel prioritário na gestão da vida humana (Onça; Bido, 2019; Liu; Cooper; Tarba, 2019).

Diante da diversidade de compreensão dos significados do trabalho, encontram-se, nos achados de Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), duas contribuições: a racionalidade instrumental e a racionalidade substancial. A primeira dá ênfase a traços utilitários do trabalho, como retorno financeiro, segurança financeira, utilidade para a empresa, recompensa financeira e material. Por sua vez, a segunda visa autonomia, relacionamentos harmoniosos, satisfação, autorrealização, aprendizagem e desenvolvimento, sentimento de pertencimento e saciedade (Andrade; Tolfo; Dellagnelo, 2012).

Já a abordagem explorada por Onça e Bido (2019) realça que, em pessoas na condição de desempregados, o potencial do autoconceito criativo no trabalho é de maior importância, entendendo como avaliação positiva de si próprio, suas qualidades e virtudes. Isso fornece

subsídios de que o significado do trabalho representa uma força motivacional e entusiástica na carreira profissional. Tal percepção conduz o empregado ao desempenho produtivo, ao compromisso e à cidadania organizacional. Ao tempo em que o leva a uma melhor adaptação ao ambiente laboral, ao desfrute de um bem-estar intrínseco e ao sentimento de pertencimento (Onça; Bido, 2019).

Inserem-se nesta lógica de trabalho significativo, também, os fundamentos teóricos de Ashmos e Duchon (2000) e Joelle e Coelho (2019) ao ponderarem que a essência do trabalho deve convergir para o senso de comunidade, sentimento prazeroso, equilíbrio emocional e autorrealização. Para esses autores, de posturas complementares, a investigação, sobre a desenvoltura e as atitudes, no trabalho, traz a possibilidade de compreender o trabalho significativo; sendo esse um componente esclarecedor da espiritualidade organizacional (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019).

Nos achados contributivos dos trabalhos mencionados, encontra-se a base teórica para proceder a sistematização de dois códigos gerados com base nos relatos dos respondentes sobre o significado do trabalho para a empresa, as pessoas e a sociedade. Isso fica evidente em algumas expressões, quais sejam: grande importância; função relevante; extrema importância; contribui para um serviço de qualidade; tem significado muito importante; desenvolve pessoas; peça estratégica para o sucesso da empresa; tem utilidade para as pessoas; favorece a margem de lucro da empresa. A despeito do que esses trechos trazem implícitos, ocupa-se do entendimento de que o trabalho é significativo quando a pessoa se sente útil, tanto para a empresa, quanto para os indivíduos (Andrade; Tolfo; Dellagnelo, 2012). A perspectiva dos respondentes é de que o trabalho constitui uma experiência materializada em resultados, ou seja, tem uma finalidade útil. Por isso, é um artefato de

condicionamento material, cuja categoria passa a ter essa mesma denominação.

Os trechos das respostas selecionadas a seguir servem como demonstração do significado do trabalho compreendido pelos respondentes:

O trabalho que exerce carrega grande importância. Para a empresa, é uma função relevante, que embora substituível, ainda precisa existir. [...] (ss1).

[...] meu trabalho é de extrema importância para o estabelecimento por ser complementar em todas as funções que são desenvolvidas na matriz. (ss2).

Penso que o meu trabalho, [...], é que o permite a consecução da atividade fim da instituição. [...] Assim, na medida em que desempenho essa atividade de apoio à atuação de [...], contribuo para que a Instituição como um todo preste um serviço de qualidade à sociedade. (sp5).

o meu trabalho para a empresa tem um significado muito importante pois temos uma responsabilidade de estar com as preventivas sempre em dias. (ss9).

Contribuir para o desenvolvimento de pessoas e seus talentos. (epp11).

[...] me vejo como uma dessas molas que ajudam a empresa em seus objetivos estratégicos, a alcançar suas metas e atingir o sucesso esperado. Cada um de nós somos uma parte que trabalhamos juntos em prol de um único objetivo. (ss13).

[...] é de suma importância para toda a sociedade [...]. (ss15).

Servi bem as pessoas. (ss16).

É de vital importância para a população [...]. (ss17).

a minha função é fundamental na instituição, principalmente a instituição que pensa em racionalizar o uso de materiais e medicamentos, pensa em otimizar processos e facilitar o trabalho de toda a equipe multidisciplinar. [...] o meu trabalho favorece [...] maior margem de lucro [...] além disso a sociedade é beneficiada porque cuidamos do nosso descarte [...] e quando falamos de uso racional evitamos que muitos materiais sejam descartados pois são usados de maneira consciente. (ss21).

Para a empresa o meu trabalho é importante pois estou cooperando com o crescimento da mesma, meu trabalho nesse momento tá sendo uma forma de servir a comunidade em meio essa pandemia. (av24).

O trabalho que desenvolvo é simples, mas para à empresa é importante [...]. (av2).

[...] faz toda a diferença pra instituição e pra população [...]. (ss28).

Observa-se, ainda, nas expressões citadas supra, além da densidade à sujeição material, os participantes pautam seus desempenhos nos propósitos organizacionais, colocando seus esforços em função de resultados que dão sentido à missão organizacional, na qual é plausível a inferência de que o trabalho exercido tem o seu significado apreendido de modo positivo pelos entrevistados quando é importante para a organização e tem o reconhecimento externo. Nesses segmentos dos respondentes, dois itens são identificados como achados singulares: a importância percebida pelo empregado e o reconhecimento da sociedade em geral do trabalho realizado.

Ao atentar para o contexto pandêmico, em curso durante o estudo, a saúde física, mental e emocional das pessoas, bem como todas as instâncias organizacionais e setores da vida humana estão sendo intensamente afetados (Brooks *et al.*, 2020; Lee, 2020; West *et al.*, 2020). Inseridos nessa realidade atípica, o significado do trabalho passa a ter uma acuidade considerada alta pois em sua essência cultiva elementos tidos como essenciais, quais sejam: o apoio social, os contatos interpessoais, o desfrute do sentimento de pertença, o sentir-se útil; um propósito para a vida; autorrealização (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019).

Outra parcela dos respondentes é inserida no código sentido substancial, que acredita na importância do seu trabalho, entretanto, avaliam que não têm o reconhecimento nem das pessoas, tampouco da sociedade. Nota-se que o não reconhecimento pelas pessoas e pela

sociedade é uma queixa para um trabalho, o qual é considerado importante. Os recortes a seguir denotam essa compreensão: é muito importante, apesar de não ser reconhecido por grande parte da população; é uma atividade qualificada e de grande relevância, porém não é valorizada; para a sociedade não tem como dimensionar. Encontra-se nesses fragmentos que os respondentes têm a autonomia de realização de uma atividade significativa e, de modo consciente, estão satisfeitos, contudo, sentem a necessidade do reconhecimento simbólico não obtido. Assim, tais assertivas se enquadram na categoria condicionamento afetivo, ancorado no aporte teórico de Andrade; Tolfo; Dellagnelo (2012), Ashmos e Duchon (2000) e Joelle e Coelho (2019).

Acredito que o meu trabalho seja muito importante. Ele faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Instituição em que trabalho, que visa assegurar direitos a pessoas que, muitas vezes, são invisibilizadas pela nossa sociedade, apesar da importância que efetivamente possui, meu trabalho não é reconhecido por grande parte da população [...]. (sp6). Para empresa, apesar de exercer uma atividade qualificada e de grande relevância rotineiramente não somos valorizados, o mesmo pensamento é visto em relação a grande maioria das pessoas e sociedade. (sp12). Para a sociedade não tenho como dimensionar [...]. (sp14).

Embora em menor número, a categoria condicionamento afetivo aponta para o quanto é essencial o reconhecimento externo do nível de entrega do trabalho que é considerado importante para quem executa. E, nesse sentido, foi identificado não só a importância material da atividade laboral, mas fundamentalmente o agastamento pela ausência de reconhecimento da empresa, das pessoas e da sociedade.

Evidencia-se, dessa maneira, que no ambiente laboral, o simbolismo afetivo pode refletir em um comportamento mais produtivo e espiritualizado, uma vez que

surge como um elemento que espelha a satisfação pessoal de um trabalho significativo (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019).

4.2 Sentido de comunidade

O sentido de comunidade encontra nas experiências coletivas o seu sustentáculo e, quando se reporta ao desempenho laboral, pode favorecer, nos empregados, um propósito de vida. Embora traga benefícios de pertencimento, identidade profissional, conexão e saúde mental dos indivíduos, não reflete de maneira uniforme a realidade dos ambientes de trabalho. Manifestações de individualidades, relações hierarquizadas, conflitos interpessoais e entre as diferenças são mais frequentes e perduram no trabalho (Ashmos; Duchon, 2000).

Alia-se a essa apreensão do discernimento comunitário o enfoque de que valores como lealdade, integração, apoio, identificação e confiança, dão créditos à literatura pertinente à espiritualidade organizacional (Başer; Ehtiyyar, 2019). Tal construto de espiritualidade organizacional é realçado por indicadores associados a uma gestão humanizada e uma cultura de alinhamento de valores e propósitos entre todos os membros; além do desfrute de equilíbrio emocional e paz interior (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019).

Ao tomar como referência nas alusões sobre senso de comunidade, são examinados, nas respostas dos respondentes, os pontos que sinalizem esse desígnio, são eles: pertencimento; vontade de contribuir com o todo; contar com todos da organização; não estamos sós; relação simbiótica; troca orgânica de contribuições; parte de algo maior; aquilo que partilhamos; enxergar o outro; todos em harmonia; envolver toda a equipe; respeitar o direito do próximo; praticar a empatia, ser gentil; tais registros denotam alguma coisa que se anseia obter no

convívio social. Essas expressões dão a ideia de como os entrevistados acatam o clima de comunidade no ambiente de trabalho, logo, podem levar ao entendimento de que ocorre uma vinculação social favorável aos relacionamentos positivos (Ashmos; Duchon, 2000; Joelle; Coelho, 2019).

Para aferir o que foi observado nas respostas, transcrevem-se abaixo algumas narrativas quanto ao senso de comunidade:

uma mistura de senso de pertencimento misturada a vontade de contribuir com o todo. (ss1).

é poder contar com os demais integrantes dela, para o seu desenvolvimento pessoal, e, ao mesmo tempo, estar disposto a contribuir com eles, com o restante dessa comunidade. É uma relação simbiótica, uma troca orgânica de contribuições. (sp5).

envolvemos toda a equipe para mantermos todos em harmonia com um trabalho em equipe. (ss9).

[...] respeitar o direito do próximo, e praticar a empatia e ser gentil. [...] (ss13).

Muitos dos termos das respostas remetem a valores afetivos indicando a importância do outro, o não se sentir sozinho, respeitar o direito do outro. Identifica-se, ainda, nessas expressões, o quanto fatores como presença, troca, contribuição do outro, partilha, harmonia uns com os outros, empatia e gentileza estão apontadas nas narrativas dos entrevistados. Servem, pois, para definir o sentido de comunidade para esse grupo de respondentes.

Assim, é admissível dizer que o ambiente laboral se aproxima do sentido de comunidade quando as pessoas tendem a serem acolhedoras, gentis, compreensivas, camaradas e partilharem valores e alvos comuns. Diz-se, ainda, que tais atributos podem contribuir para o compromisso e satisfação com o trabalho e com a organização (Joelle; Coelho, 2019).

Por outro lado, é aceitável dizer que práticas organizacionais como gestão participativa, comunicação adequada, reciprocidade e respeito aos empregados, política de reconhecimento social e recompensas materiais devam ser garantidas (Başer; Ehtiyar, 2019).

Na sequência, cabe apreender no conjunto das mensagens quais elementos, de fato, dão sustentação às vivências de comunidade no ambiente laboral. Nesse sentido, ocupa-se de uma confissão sobre sentido de comunidade considerada significativa, quando um dos respondentes aponta: “[...] é sim muito importante. Contudo, ainda um desafio” (eep11). Na perspectiva da frequência de análise de conteúdo, poderia ser insuficiente, entretanto, traz uma suposição do quanto a presença e a colaboração recíproca do outro, embora pertinente, não é algo que se contempla de maneira ordinária no ambiente de trabalho.

Sabe-se, no entanto, que o sentido de comunidade no dia a dia, no ambiente de trabalho, inclui muitos outros ângulos, além do pertencimento. O que acontece na dinâmica dos processos de trabalho, nas comunicações entre os grupos hierárquicos e nos modelos de gestão, por exemplo, podem ser outras referências não consideradas dos respondentes. Daí, a inferência de que as narrativas acerca do senso de comunidade, enquanto uma extensão da espiritualidade organizacional, não possibilitaram uma melhor compreensão se ocorrem indícios de espiritualidade organizacional (Başer; Ehtiyar, 2019).

Contornos contrários quanto ao sentido de comunidade, pelo código indisposição comunitária no trabalho, são evidentes nos termos: verticalização e distanciamento entre as pessoas; diferenças de cargos e funções; pessoas preocupadas consigo mesmas, sem se importar com o outro; juntos, aqui, nem todos pensam assim, nem sempre ocorre esse senso de comunidade, nem sempre, e em todos os ambientes, sempre vão existir

pessoas desinteressadas e pouco colaborativas. Ao diligenciar o significado dessas confissões, verificam-se nuances de uma atmosfera não propícia ao senso comunitário, assim, o fator competição parece estar inserido nos vínculos de trabalho.

No que diz respeito ao fator competição entre os pares no ambiente laboral, as estruturas organizacionais burocráticas e verticalizadas caminham de modo mais evidente com o distanciamento entre cargos e funções, o medo de partilhar ideias e interações pessoais, o individualismo e a ausência de cooperação mútua. Desse modo, não há estímulo para o desenvolvimento, nem do sentimento comunitário e nem da espiritualidade organizacional (Başer; Ehtiyar, 2019). Nesse contexto, enquadram-se os códigos de indisposição comunitária no trabalho.

4.3 Alinhamento entre valores pessoais e organizacionais

Incluem-se, nesse questionamento, aspectos que tratam de valores, tanto individuais como organizacionais e, para melhor entendimento, os estudos de Nunes *et al.* (2018) enfatizam que os valores da organização fazem parte de um todo maior, no qual os valores das pessoas são partes integrantes. Cabe salientar as proposições de Ashmos e Duchon (2000) e Rego, Souto e Cunha (2007), realçando o alinhamento dos valores como ensejo da oportunidade para uma vida interior no trabalho.

Dessa forma, com a perspectiva de inquirir quais valores individuais importam para os participantes e como eles percebem os valores da organização em que trabalham, trechos foram selecionados com suas frequências e agrupados em códigos. Identificou-se no código alinhamento de valores, a maior frequência dos respondentes. Estas, em suas citações, emitiram frases e/ou expressões com significados próximos e

representativos para o interesse no estudo. Dentre os valores pessoais mais importantes para os respondentes estão: empatia; solidariedade; olhar humanizado; honestidade; responsabilidade; respeito; gratidão; reconhecimento; ética; integridade; lealdade. As citações abaixo demonstram essas ocorrências:

[...] empatia pelo outro, senso de solidariedade e um olhar humanizado [...]. A [...], ao meu ver, tem esses valores na sua base, por isso me identifico com ela e sua missão institucional. A luta que a instituição trava na defesa dos necessitados demanda todos esses valores, de forma incontestável [...]. (sp5). Alguns dos valores que considero mais importantes são honestidade, responsabilidade, solidariedade, respeito e gratidão/reconhecimento. Acredito que esses valores também são compartilhados por toda a instituição, mas posso falar com mais propriedade do núcleo em que trabalho [...]. (sp6).

Respeito, ética, humanização, empatia. De maneira geral a empresa segue os mesmos valores, fato que me faz continuar a trabalhar na instituição, uma vez que se esses valores fossem diferentes não me sentiria motivada a continuar em um ambiente em que não acredito no propósito. (ss13).

Integridade, lealdade, responsabilidade, no momento todos tão sendo defendidos pela empresa onde trabalho. (av24).

Acerca dos valores citados pelos respondentes, observa-se a empatia como um valor pessoal, afetivo e comportamental inserido na disposição laboral, uma vez que é dito fazer parte, também, dos valores organizacionais e, por isso, acontece a identificação entre o respondente e a organização.

Além disso, a empatia traz proximidade com solidariedade, ética, humanização, respeito, gratidão, assinalando que, suplantando trâmites burocráticos, nessas organizações existe um clima favorável para o bem-estar dos empregados e práticas de espiritualidade organizacional.

Os valores entre os participantes e a organização onde são vinculados denotam conteúdos de cunho fortemente afetivos e de convergência humanística. Demo, Fernandes e Fogaca (2017) defendem a abordagem do alinhamento de valores como parte da cultura organizacional para beneficiar a relação entre empregados e gestores, assim como as condições laborais; do contrário, acarretam desalinhamento nas questões interacionistas, no desempenho e na satisfação no trabalho (Fogaca; Coelho Junior; Paschoal; Ferreira; Torres, 2021; Paz; Fernandes; Carneiro; Melo, 2020). Presume-se a partir do predomínio de conteúdos emocionais uma influência das ocorrências pandêmicas, causadoras de uma maior sensibilidade humana ao BES (Brooks *et al.*, 2020; Lee, 2020).

Sobre o código desalinhamento de valores entre empregados e organização, apresentam-se citações que o descrevem, a saber:

Ética. A empresa tenta, mas os colaboradores não. (epp10).
[...] infelizmente os valores que eu prego, são distintos em parte do que é realizado na instituição ao qual pertenço. Os meus valores são conflitantes com o da empresa e as vezes ocorre um prejuízo pessoal. Um exemplo clássico do que ocorre é que para o exercício de determinada função, é indicado a pessoa que é mais próximo dos postos de direção e chefia, ao invés de se buscar os quadros mais preparados. (sp12).
[...] Por parte da empresa nos falta empatia. (ss15).
[...] O que difere são as pessoas que fazem parte da empresa. Cada um traz seus valores e crenças. Em alguns momentos, traz prejuízo ao ambiente de trabalho. (av27).
[...] Infelizmente a empresa na teoria é uma coisa, mas a prática ainda tá muito longe de se aproximar da teoria [...]. (28). Senso de Justiça, Respeito e Empatia. Esses são valores que devem acontecer sem distinção de pessoas, infelizmente não acontece para todos no ambiente de trabalho. (eep30).

A partir do recorte dessa frase “A empresa tenta, mas os colaboradores não (eep10)”, já se depreende a dificuldade colaborativa nas rotinas de trabalho, quando a organização adota como norma a ética, e os colaboradores não a reconhecem como uma prioridade. Outro fato conflitante é a diferença de critérios para a indicação do ocupante de função, envolvendo pontos de vista que, além de opostos, deduz-se ter interesses adversos, como diz outro respondente: “e às vezes ocorre um prejuízo pessoal” (ssp12); semelhante percepção na fala “Em alguns momentos, traz prejuízo ao ambiente de trabalho” (av27).

Dentro desse contexto de códigos, desafia-se a entender a mensagem implícita da expressão “[...] por parte da empresa nos falta empatia.” (ss15) pois, o termo empatia considera o sentir das emoções do outro, podendo, ainda, resultar em uma ação de ajuda. Embasado nesse raciocínio, a ausência de empatia no escopo dos valores organizacionais leva à inferência de que ela não reconhece os valores pessoais, isto é, a gestão assinala abordagens diferentes de gerenciamento de pessoas.

O recorte do item empatia foi realçado, tendo em vista apresentar uma relação tanto de alinhamento presente no convívio no local de trabalho (código alinhamento de valores) quanto na inexistência dele a causar o desalinhamento (código desalinhamento de valores). Das respostas dos participantes, avulta-se a empatia como um valor determinante para o bem-estar dos empregados em atividades laborais, essencialmente, em situações de distanciamentos sociais pertinentes a ciclos pandêmicos em curso.

4.4 Contexto pandêmico

Observou-se um grupo de respondentes bem adaptados, cujas confissões mostram o modo resiliente

como estão passando pelos efeitos decorrentes das medidas de segurança a transmissão do vírus da COVID-19. Para esses, faz-se necessário aceitar as mudanças como medida de segurança, lidando com as dificuldades, um dia de cada vez, para tornar suportável o cenário. Para isso, a capacidade individual de cada um aglutina forças para enfrentar o trabalho, cito remoto, virtual, à distância ou com exceções no ambiente laboral. As mensagens abaixo confirmam esses achados:

Hoje bem, mas já estive bem pior no sentido de me adaptar as circunstâncias que vivemos. (ss1).

Fluindo de acordo com o cenário. (ss2). Conseguí me adaptar, percebi que muitos cuidados que estão sendo enfatizados agora, já deveriam fazer parte da minha rotina, o que trouxe aprendizados também nesse momento. (ss3).

Insegura mas ao mesmo tempo conformada. (ss7).

Dolorida de revolta, mas ainda assim resiliente. (sp8).

Um pouco estressante, mas superável. (av27).

Já os respondentes incorporados na categoria incomodados com as mudanças indicam dificuldades em se acomodarem a incertezas e riscos de saúde. Assim, sentem-se impactados de modo negativo durante esse período em que acontecem os isolamentos, temor de ser contaminado e incerteza do final da transmissibilidade da doença. Essa propensão à não resiliência, de modo fácil, é relatada nos trechos a seguir:

[...] Embora, é claro, certos aspectos ainda me incomodem. (sp5).

[...] Questão X se torna o medo, insegurança pra onde viramos vemos e temos medo isso desse vírus maldito q cada dia se modifica mais geneticamente e só me pergunto: terá fim algum dia? Ou esse vírus vai dizimar metade da população brasileira e/ou mundial? Ele tem destruído famílias, sonhos, tudo que todo ser humano tem de mais precioso [...]. Família. (ss28).

Ao abordar sobre o modo de adaptação pandêmica, os dados coletados revelam um enfrentamento suportável e positivo, ao contrário de dados que mostram o que acontece em eventos traumáticos e de proporções mundiais (Brooks *et al.*, 2020; Lee, 2020). Entende-se, pois, que foram incorporadas ao dia a dia, levando em conta o amparado recebido, ou por recursos próprios (virtudes e forças pessoais) ou apoio organizacional (atividades remotas) (Seligman, 2012; Zanon, 2017).

Já nas citações dos gestores de pessoas, observam-se ações indicativas que delineiam situações de comunidade entre os empregados e organização, tais como: recorrem ao setor para conversar ou pedir algo coisa; interatividades festivas, celebrações e reconhecimento de desempenho; zelo e compromisso com os empregados e clientes; diálogo, cuidados e preocupação com o conforto e bem-estar; assistência médica, merenda, treinamentos da CIPA. Consoante ao entendimento de comunidade, as menções recortadas entre os gestores entrevistados, intencionalmente ou não, apresentam disposição para conquistar e manter o bem-estar dos empregados e, desse modo, beneficiam o sentimento de comunidade nas rotinas de trabalho.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu inferir que a espiritualidade organizacional, a partir da abordagem dos gestores de pessoas, é aplicada nas organizações e atende de maneira satisfatória ao bem-estar dos

empregados. Em situações cotidianas no local de trabalho, elementos constitutivos tanto da espiritualidade quanto do BES são atendidos, embora, configurados como pontuais em ações comemorativas, integrativas, cuidados elementares com a saúde mental e diálogos em questões instrumentais de trabalho.

Para os empregados, é admissível que a espiritualidade organizacional ocorra sem, no entanto, ser expressa pela organização; as indicações são aleatórias, fragmentadas e diluídas nas atuações dos profissionais gestores de pessoas. Sob esse prisma, considera-se que as organizações pesquisadas não adotam intencionalmente a espiritualidade em suas conotações valorativas e no local de trabalho.

Ainda assim, constata-se a preocupação organizacional com o bem-estar dos empregados, essa se revela por meio de discursos e ações associadas a programas de qualidade de vida no trabalho, pesquisa de clima organizacional, meritocracia, bem como pela adoção de conteúdos motivacionais colocados em mídias diárias em suas páginas eletrônicas associadas aos interesses organizacionais. Não se observando, porém, em tais procedimentos, evidências mais aprofundadas que denotem um ambiente que tenham embasamentos de espiritualidade organizacional.

Tais indicativos de espiritualidade organizacional proeminentes na pandemia, e citadas acima, foram identificadas como relevantes na ótica dos empregados das organizações pesquisadas. Ressalta-se, contudo, que o mesmo grau de importância das categorias equilíbrio emocional, a empatia e o senso de comunidade não foram atribuídos as demais dimensões conceituais selecionadas para estudo.

Este trabalho mostrou que, quando se analisa a espiritualidade organizacional, segundo fundamentos conceituais de categorias formadoras, nem todas as

dimensões são valorizadas de modo equânime. Isso pode estar associado à falta de uniformidade de compreensão deste tema pelas organizações no contexto brasileiro, em um cenário pandêmico.

Em síntese, a espiritualidade organizacional no contexto brasileiro pode ser caracterizada, com base no cenário estudado, como fragmentada, desbalanceada e pontual. Nem todas as dimensões de espiritualidade aplicadas são contempladas pelas organizações, apenas aquelas que não implicam custos econômicos recebem apoio institucional.

Diante das evidências, o potencial contributivo desta pesquisa, no que tange ao impacto social, é a confirmação de que as dimensões conceituais da espiritualidade organizacional investigadas, embora apresentadas inclinações sutis, são benéficas ao BES dos empregados. Em cenários de pandemia, tal como este, pode ser útil para o gerenciamento de possíveis comportamentos profissionais de desalentos e desempenhos improdutivos, pois aprimora a qualidade das emoções, do sentido de comunidade, dos relacionamentos positivos e a realização pessoal.

Quanto às limitações, em uma análise geral, o estudo alcançou um número considerado pequeno de participantes voluntários de profissionais da gestão de Recursos Humanos; a impossibilidade de observações *in loco*, em razão das restrições das medidas sanitárias pandêmica da COVID-19; o ambiente virtual de aplicação da pesquisa, estreitando a possibilidade de se intercalarem (com subitens) as respostas advindas da própria dinâmica dos participantes e; o cenário pandêmico que influenciou o não aceite dos convidados, seja em suas questões pessoais como o próprio tempo para dispor, indisposição e/ou não acesso de internet no ambiente doméstico para o uso.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se envolver empresas de portes maiores e regiões diversificadas, aprofundar a abordagem com outras técnicas qualitativa e superar todos os pontos limitantes relacionados.

REFERÊNCIAS

- ABD-ALRAZAQ, A.; ALHUWAIL, D.; HOUSEH, M.; HAMDI, M; SHAH, Z. Main concerns of tweeters during the COVID-19 pandemic: Infoveillance Study. *Journal of medical Internet research*, [S. I.], v. 22, n. 4, abr. 2020, p. e19016. DOI: <https://doi.org/10.2196/19016>
- ABOOBAKER, N.; EDWARD, M.; ZAKKARIYA, K. A. Workplace spirituality, employee wellbeing and intention to stay: a multi-group analysis of teachers' career choice. *International Journal of Educational Management*, [S. I.], v. 33, n. 1, p. 28-44, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJEM-02-2018-0049>
- ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do trabalho e rationalidades instrumental: interfaces entre a administração e a psicologia. *Revista de Administração Contemporânea*, [S. I.], v. 16, n. 2, p. 200-216, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552012000200003>.
- ASHMOS, D. P.; DUCHON, D. Spirituality at work: a conceptualization and measure. *Journal of Management Inquiry*, v. 9, n. 2, p. 134-145, jun. 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/105649260092008>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BALKHI, F.; NASIR, A.; ZEHRA, A.; RIAZ, R. Psychological and Behavioral Response to the Coronavirus (COVID-19) Pandemic. *Cureus*, [S. I.], v. 12, n. 5, 2 maio 2020. e7923. DOI: <https://doi.org/10.7759/cureus.7923>
- BAŞER, G.; EHTIYAR, R. The understanding of workplace spirituality among a group of human resource managers: Meaning, influencing factors and practices. *Egitimde Nitel Araştırmalar Dergisi. Journal of Qualitative Research in Education - JOQRE*, [S. I.], v. 7, n. 2, p. 668-687, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14689/issn.2148-2624.1.7c.2s.9m>.
- BOYD, N. *et al.* Sense of community, sense of community responsibility, and public service motivation as predictors of employee well-being and engagement in public service organizations. *American review of public administration*, [S. I.], v. 48, n. 5, p. 428-443, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0275074017692875>.
- BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *Rapid Review*, [S. I.], v. 395, n. 10227, p. 912-920, mar. 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8) Acesso em: 3 abr. 2025.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Coronavírus (COVID-19). **CDC**. [S. I.], 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- CREPALDI, M. A. *et al.* Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 37, e200090, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMIÃO, W. S.; OSWALDO, Y. C.; VIEIRA, A. M. Espiritualidade na perspectiva de trabalhadores e futuros trabalhadores: análise dos níveis de domínio por parte de estudantes amazonenses. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, [S. I.], v. 11, n. 2, p. 3130-3149, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v11n2p3030-3149>.

DEMO, G.; FERNANDES, T.; FOGAÇA, N. A. influência dos valores organizacionais na percepção de políticas e práticas de gestão de pessoas. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, [S. I.], 23, p. 89-117, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.093.57040>

DIENER, E. F. Subjective Well-Being. American Psychological Association, **Boletim Psicológico**, [S. I.], v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.95.3.542>

DIENER, E. F. The remarkable changes in the science of subjective well-being. **Perspectives on Psychological Science**, v. 8, n. 6, p. 663-666, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/1745691613507583>

FOGAÇA, Natasha; COELHO JUNIOR, Francisco A.; PASCHOAL, Tatiane; FERREIRA, Mario C.; TORRES, Camila C. Relações entre desempenho, bem-estar no trabalho, justiça e suporte organizacional: uma perspectiva multinível. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210108>.

FOTAKI, M.; ALTMAN, Y.; KONING, J. Spirituality, Symbolism and Storytelling in Twenty first-Century Organizations: Understanding and addressing the crisis of imagination. **Organization Studies**, [S. I.], v. 41, n. 1, p. 7-30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840619875782>

GALINHA Iolanda; RIBEIRO, J. L Pais. História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo, **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 6, n. 2, p. 203-214, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36260208.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GARG, N. Workplace spirituality and organizational performance in Indian context: mediating effect of organizational commitment, work motivation and employee engagement. **South Asian Journal of Human Resources Management**, [S. I.], v. 4, n. 2, p. 191-211, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F2322093717736134>

GARDNER, D. G. The importance of being resilient: Psychological well-being, job autonomy, and self-esteem of organization managers. **Personality and Individual Differences**, [S. I.], v. 155, n. 109731, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.109731>.

HASHEMI, N.; MARZBAN, M.; SEBAR, B. Perceived discrimination and subjective well-being among middle eastern migrants in Australia: the moderating role of perceived social support. **International Journal of Social Psychiatry**, [S. I.], p. 1-10, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0020764020940740>

JIA, X.; LIU, X.; SHI, B. Perceived discrimination and subjective well-being in Chinese migrant adolescents: collective and personal self-esteem as mediators. **Frontiers in psychology**, [S. I.], v. 8, p. 1213, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01213>

JOELLE, M.; COELHO, A. M. The impact of spirituality at work on workers' attitudes and individual performance. **The International Journal of Human Resource Management**, [S. I.], v. 30, n. 7, p. 1111-1135, 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1080/09585192.2017.1314312>

KARAKAS, F.; SARIGOLLU, E. Spirals of Spirituality: A Qualitative Study Exploring Dynamic Patterns of Spirituality in Turkish Organizations. **Journal Bus Ethics**, [S. I.], v. 156, p. 799–82, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3619-y>. Acesso em: 3 abr. 2025.

LAI, C. *et al.* Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2) and coronavirus disease–2019 (COVID-19): The epidemic and the challenges. **International Journal of Antimicrobial Agents**, [S. I.], v. 55, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijantimicag.2020.105924>

LEE, S. A. Coronavirus anxiety scale: a brief mental health screener for COVID-19 related anxiety. **Death Studies**, [S. I.], v. 44, n. 7, p. 393–401, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/07481187.2020.1748481>

LIMA, C. K. T. *et al.* The emotional impact of Coronavirus 2019-nCoV (new coronavirus disease). **Psychiatry research**, [S. I.], v. 287, p. 112915, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112915>. Acesso em: 3 abr. 2025.

LIU, Y.; COOPER, C. L.; TARBA, S. Y. Resilience, wellbeing and HRM: a multidisciplinary perspective. **The International Journal of Human Resource Management**, [S. I.], v. 30, n. 8, p. 1227–1238, 2019. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/09585192.2019.1565370>.

MAHMOOD, N.; KHAN, M. M.; ELLAHI, R. M. Workplace spirituality and organizational performance: a structural equation modelling approach. **Revista Inclusiones**, [S. I.], v. 5, n. esp., p. 357–370, 2019. DOI: <https://ssrn.com/abstract=3670169>

MATAMÁ, J. *et al.* Bem-estar subjetivo: uma revisão narrativa da literatura. **Revista de estudios e investigación en Psicología y Educación**, [S. I.], v. extr., n. 5, p. 2386–7418, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2664>

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; PORTO, J. B. Bem-estar subjetivo e florescimento no trabalho: o impacto da realização profissional. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [S. I.], v. 22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210117>

ONÇA, S. S.; BIDO, D. S. Antecedentes e consequentes do trabalho significativo. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [S. I.], v. 20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190096>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Folha informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. **OPAS**, [S. I.], 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PAVAR, B. S. The relationship of individual spirituality and organizational spirituality with meaning and community at work: an empirical examination of the direct effects and moderating effect models. **Leadership & Organization Development Journal**, [S. I.], v. 38, n. 7, p. 986–1003, 2017. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1108/LODJ-01-2016-0014>.

PAZ, M. G.; FERNANDES, S. R. P.; CARNEIRO, L. L.; MELO, E. A. A. Bem-estar pessoal nas organizações e qualidade de vida organizacional: o papel mediador da cultura organizacional. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**, [S. I.], v. 21, n. 1, p. 1–37, São Paulo, 2020.

<https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD200122>

PFALTZGRAFF-CARLSON, R. Reconceptualizing organizational spirituality: theological roots for scientific and practical fruits. *Journal of Management, Spirituality & Religion*, [S. I.], v. 17, n. 3, p. 249-269, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14766086.2020.1762712>

PINHEIRO, L; FROELICH; C; KONRATH, K. Espiritualidade no ambiente de trabalho: evidências em três casos. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 8, n. 2, p. 41-62, jul. 2019 DOI: <https://doi.org/10.18316/desenv.v8i2.5026>

RAHMAN, M. S. et al. Mediating effect of employee's commitment on workplace spirituality and executive's sakes performance: an empirical investigation. *Journal of Islamic marketing*, [S. I.], v. 10, n. 4, p. 1057-1053, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/JIMA-02-2018-0024>.

REGO, A.; SOUTO, S.; CUNHA, M. P. Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho. *Revista Comportamento Organizacional e Gestão*, [S. I.], v. 13, n. 1, p. 7-36, 2007. <http://hdl.handle.net/10400.12/145>

REPPOLD, C. T. et al. Avances de la Psicología Positiva en Brasil. **Psicología para América Latina**, [S. I.], n. 32, p. 133-141, 2019. Disponible en: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X201900020005. Acesso em: 3 abr. 2025.

REZAPOURAGHDAM, H.; ALIPOUR, H.; ARASLI, H. Workplace spirituality and organization sustainability: a theoretical perspective on hospitality employees' sustainable behavior. *Environment development and sustainability*, [S. I.], v. 21, ed. 4, n. 3, p. 1583-1601, 2019.

<https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-018-0120-4>

SCORSOLINI-COMIN, F. et al. Fatores associados ao bem-estar subjetivo em pessoas casadas e solteiras. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 33, n. 2, p. 313-324, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-027520160002000013>

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SILVA, A. C. C.; DURANTE, D. G.; BISCOLI, F. R. V. Espiritualidade no ambiente de trabalho: estudo bibliométrico da produção acadêmica nacional 2010-2014. *Revista da Gestão e Secretariado - GeSec*, São Paulo, v. 8, n. 2, 2017. <https://doi.org/10.7769/gesec.v8i2.594>

SILVA, D. S. C.; SANTOS, M. B.; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, [S. I.], v. 15, n. 4, p. 128-147, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10722>.

STAWICKI, S. P. et al. Novel coronavirus (Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2) pandemic: um joint american college of academic international medicine-world academic council of emergency medicine multidisciplinary COVID-19 working group consensus paper. *Journal of Global Infectious Diseases*, [S. I.], v. 12, n. 2, p. 47-93, 2020. https://doi.org/10.4103/jgid.jgid_86_20

WEST, R. et al. Applying principles of behaviour change to reduce SARS-CoV-2 transmission. *Nature Human Behaviour*, [S. I.], v. 4, p. 451-459, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0887-9>. Acesso em: 3 abr. 2025.

WOOD JR.; T.; TONELLI, M. J.; COOKE, B. Para onde vai a gestão de pessoas? P.

21-24. **GVEXECUTIVO**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v11n2.2012.22409>

ZAWADZKI, P. *et al.* Valores Organizacionais: Antecedentes de Bem-Estar no Trabalho para Sucessores Rurais. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG220118>

ZANON, C. Felicidade e indicadores de psicopatologia em brasileiros, **Avaliação Psicológica**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 452-457, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1604.12857>. Acesso em: 5 abr. 2025.



EDSON KEYSO DE MIRANDA KUBOA

Doutor em Administração pela FGV-EAESP. Professor na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) - Mestrado e Doutorado (PPGA). São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil.



ANTONELLA MARIA CHAGAS SOUSA

Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul



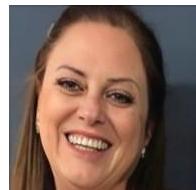
ALMIR MARTINS VIEIRA

Doutor em Educação pela UNESP. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie-Mestrado e Doutorado (PPGA). São Paulo, Brasil.



EDUARDO DE CAMARGO OLIVA

Pós-Doutor e Doutor em Administração pela FEA USP. Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) - Mestrado e Doutorado (PPGA). São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil.



RAQUEL DA SILVA PEREIRA

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) - Mestrado e Doutorado (PPGA). São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq) para o segundo coautor.

Fogo na cinemateca brasileira! negligência governamental e abrasamento da memória

Fire at the Brazilian Cinematheque! Government Neglect and Memory Burning

Paulo Nunes^a, Raiany Eduarda Silva.

^aUniversidade Federal de Itajubá. E-mail: paulonunes@unifei.edu.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a preservação e o desmantelamento da memória sócio-histórica nacional mediante a perspectiva de imagens incendiárias, tendo o fogo como elemento capaz de embever e integrar o imaginário coletivo. A partir desse pressuposto, foi feito um inventário não exaustivo de episódios em que as brasas saltaram para as instituições culturais e de preservação da memória coletiva no país, dando destaque a cinco incêndios ocorridos na Cinemateca Brasileira. Tendo por alicerce metodológico os estudos de Aby Warburg e Didi-Huberman, bem como os suportes teóricos de Susan Sontag e Phillippe Dubois acerca da leitura das imagens, o artigo utilizou-se, principalmente, da indicialidade e da sobreposição de imagens para a apresentação de uma prancha em fotografias P&B como uma coleção de memórias e eventos, onde brasas e cinzas são relacionados à luz e sombras, revelando o vínculo entre o que é lembrado e o que é, deliberadamente, esquecido. Como resultado, o presente trabalho demonstra a crise da memória coletiva através de imagens incendiárias, as quais estão ligadas ao imaginário brasileiro, confirmando a hipótese de que o perecimento da identidade nacional é legitimado e permitindo que a conflagração da memória nacional seja tanto metafórica quanto real.

Palavras-chave: Memória; incêndio; Imagens incendiárias; Instituições de memória; Estudos culturais; Fotografia.

Abstract: This paper aims to reflect on the preservation and dismantling of the national socio-historical memory through the perspective of incendiary images, with fire as an element capable of enrapturing and integrating the collective imagination. Based on this propose, a non-exhaustive inventory of facts in which embers jumped to cultural institutions and the preservation of collective memory in the country was made, highlighting five fires that occurred at the *Cinemateca Brasileira*. Based on the studies of Aby Warburg and Didi-Huberman, as well as the theoretical support of Susan Sontag and Phillippe Dubois on the reading of images, the research used mainly the indiciality and the superimposition of images for the presentation of a board in B&W photographs as a collection of memories and events, where embers and ashes are related to light and shadows. revealing the link between what is remembered and what is deliberately forgotten. Concluding, the present work demonstrates the crisis of collective memory through incendiary images, which are linked to the Brazilian imaginary, confirming the hypothesis that the perishing of national identity is legitimized and allowing the conflagration of national memory to be both metaphorical and real.

Keywords: Memory; fire; Incendiary images; Memory institutions; Cultural studies; Photography.

Submetido em: 04/12/2024.
Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

A história recente do Brasil tem colecionado múltiplos casos de incêndios em patrimônios históricos e equipamentos culturais emblemáticos, que tiveram seu ponto de culminância na trágica queima do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 2 de setembro de 2018. Tal episódio ajudou a comprovar a triste e criminosa constância do consumo de prédios e acervos causada pelas chamas de nossa negligência política e administrativa, especialmente a partir de 2016. Essa e muitas outras construções fundamentais à preservação da memória de nosso país foram quase inteiramente destruídas pelo fogo (Bochner, 2018), comprovando que o perecimento das instituições de conservação de nossa memória coletiva está, para lá dos sinais de apatia frente aos novos arranjos de poder (Hamel, 2023), associado ao despreparo ao combate aos incêndios.

Investigando esta problemática, seus porquês, derivas e continuidades, neste artigo nos propomos a elaborar um inventário não exaustivo dos incêndios que acometeram as diferentes instituições de preservação da memória nacional durante a segunda metade do século XX e início do século XXI. Na busca pelas fontes de pesquisa foi utilizado o acervo digital do Jornal *O Estado de São Paulo*, o qual evidenciou a ausência de cautela do Estado do Rio de Janeiro no tocante ao arruinamento do conjunto de saberes e de bens materiais e imateriais de seus equipamentos culturais (Leite, 2018). No artigo *Fogo já destruiu vários acervos no Brasil*, o autor pontua ocorrências de incêndios importantes: o Palácio do Catete, que abrigava o Museu da República no Rio de Janeiro, em 1969; o Museu da Imagem e do Som (MIS), em 1981; o Museu de Arte Moderna (MAM - RJ), em 1978 e 1982; e o antigo Museu do Índio, no Maracanã, em 2013 (Leite, 2018). Tais episódios constituem um passado desolador no que diz respeito à preservação da cultura brasileira na capital carioca.

Nesse estado, para além dos museus, nota-se o abandono deliberado de outros equipamentos públicos, sendo as instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o exemplo mais emblemático dessa situação. Suas unidades acadêmicas já arderam diversas vezes em chamas (Ferreira, 2020; Gonçalves, 2018; Leite, 2018; Souza, 2009), a exemplo dos incêndios ocorridos na Capela São Pedro de Alcântara, em 2011; na Faculdade de Letras, em 2012; no Centro de Ciências da Saúde (CCS), em 2014; e no oitavo andar do prédio da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, em 2016. Finalmente, e como citado na abertura deste artigo, no ano de 2018 uma tragédia já prenunciada pelo descaso para com o patrimônio público efetivou-se (Bochner, 2018; Ferreira, 2020; Gonçalves, 2018; Leite, 2018; Souza, 2009): o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi acometido de um incêndio que converteu em cinzas os cerca de 20 milhões de itens de seu acervo (Gonçalves, 2018).

Transladando o inventário realizado para o estado de São Paulo, os achados da pesquisa realizada corroboram o triste cenário de salvaguarda da memória coletiva nacional. Apenas nas duas primeiras décadas deste início de século, as chamas já tomaram o Centro Cultural São Paulo, em 2007; o Teatro Cultura Artística, em 2008; o Instituto Butantan, em 2010; o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), na Universidade Estadual de Campinas, também em 2013; o Auditório Simon Bolívar, pertencente ao Memorial da América Latina, em 2013; o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 2014; e o Museu da Língua Portuguesa, em 2015.

Figura 1 – Arranjo: Arde o Estado de São Paulo



Fonte: internet, montagem pelos autores.

Para lá dessas trágicas ocorrências, na busca realizada no interstício temporal determinado pela pesquisa chamou a atenção a sucessão de conflagrações ocorridas na Cinemateca Brasileira, localizada na capital paulista. Cinco incêndios acometeram suas dependências, registrados nos anos de 1957, 1969, 1982, 2016 e, novamente, em 2021, evidenciando a sutil negligência na conduta da gestão desse importante acervo público. Em razão dessa triste repetição, escolhemos a Cinemateca como caso a ser apresentado na parte principal desse texto. A reincidência do abrasamento sobre essa entidade, bem como a perda recorrente de obras e documentos audiovisuais insubstituíveis que salvaguardam nossa memória imagética na instituição revela, por conseguinte, o quão frágil são as políticas públicas de proteção ao patrimônio e à identidade nacional.

Com os dados inventariados em mãos, chamou-nos a atenção que tais incêndios tenham acometido, repetidas vezes, instituições vinculadas à memória

imagética do país, sejam por constituírem-se de arquivos específicos de imagem (Museu da Imagem e do Som e Cinemateca, por exemplo), seja por servirem de repositório de importantes acervos de pintura e fotografia da coleção nacional. Somado a isso, outro fato importante notado no processamento dos resultados encontrados foi perceber a força narrativa presente nas imagens dos incêndios noticiados pelas fontes secundárias de pesquisa, motivo que nos levou à tessitura do argumento principal, especificamente, em torno das fotografias dos incêndios. Nelas, a presença do fogo ajuda a clarificar, de diferentes modos, a crise de memória em curso no cenário brasileiro.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: FOGO, DEVIR E IMAGENS SOBREVIVENTES

O cosmo, o mesmo para todos, não o fez nenhum dos deuses e nenhum dos homens, mas sempre foi, é e será fogo sempre vivo, acendendo-se segundo medidas e segundo medidas apagando-se. (Heráclito *apud* Martins, 2007, p. 62).

Remontando ao pensamento heraclitiano, aquilo que torna o mundo o que ele é, a substância primordial da natureza, é simbolizada pelo elemento fogo. A ele está vinculado o conceito de devir, isto é, o movimento constante e dinâmico da matéria estruturante do nosso macrocosmo.

De modo extemporâneo, a ideia de *soprar as brasas* proposta pelo filósofo Didi-Huberman dialoga, justamente, com o *vir a ser* do fogo tomado como arché primordial para o estudo de imagens. Por sua “essencial vocação para sobrevivência” (Didi-Huberman, 2015, p. 316), as imagens constitutivas dos inventários arqueológicos, ao transitarem entre as chamas e tornarem-se chamuscadas e queimadas, são um vestígio memorável da impossibilidade de compreender aquilo que foi construído sem também perceber o que foi destruído. Aqui, a brasa assume, metaforicamente, o lugar da informação na fronteira entre apagamento e avivamento, entre morte e ressurreição. Ao tocar o real, a imagem arde por causa da *destruição*, do incêndio que quase a pulverizou, de que ela escapou e de que hoje, por conseguinte, pode oferecer o arquivo e a possível imaginação (Didi-Huberman, 2015, p. 316).

Essa leitura sugere-nos deduzir que os repositórios de memória estão embebidos pelo devir, que transformam-se no decorrer do tempo, condicionados por determinantes físicos, culturais, sociais e históricos.

As imagens, em especial as fotografias, têm sobretudo a finalidade de registrar momentos, validar acontecimentos e ser um lembrete do real. Segundo Sontag (1977, p. 16) “Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu.”, as imagens tornam-se uma coleção de memórias e eventos, e o fotografar é um rito social que busca resguardar a sobrevivência dos acontecimentos (Sontag, 1977). Nesse sentido Philippe Dubois (1998) apresenta em seu livro *O ato fotográfico e outros*

ensaços a compreensão da fotografia como traço de um real, onde versa sobre a condição indicial da fotografia, isto é, a imagem fotográfica como índice - ou ainda foto-índice. Em síntese, o índice é, segundo Dubois, a lógica que “afirma a nossos olhos a existência do que ela [a imagem] representa, mas nada nos diz sobre o sentido dessa representação.” (Dubois, 1998, p. 52).

Sontag (1977) e Dubois (1998) concordam que a significação das fotografias depende da interpretação dos participantes da leitura de imagens, conferindo a estas certa dinamicidade. À vista disso, há de se contestar até que ponto podemos confiar na imagem como descrição do mundo? Apesar da distorção da imagem (em razão das múltiplas interpretações), esta é capaz de guardar e ressuscitar memórias, sentimentos, pensamentos, ações, eventos, sendo, portanto, importante ferramenta para registro - mesmo que momentâneo - da vivência brasileira.

Embora, por vezes, a ocorrência das chamas ocasione o apagamento da memória brasileira nos museus e outras instituições do gênero, ela pode configurar-se, ainda, como importante agente de visibilidade do patrimônio e acervo incendiado. Ao pontuar a história, os incêndios tornam-se uma representação do mundo, isto é, um *Imago Mundi* (Didi-Huberman, 2015), cuja leitura é capaz de resgatar a memória nacional, ainda que revele momentos de crise e de violência contra esta. Nessa dinâmica, cabe à sociedade e seus diferentes grupos refletir sobre as consequências negativas, mas também positivas, engendradas pelos episódios incendiários, sejam eles acidentais ou criminosos.

O fogo, assim como a memória, não é estático, não apresenta um simbolismo único. Enquanto força que impulsiona a humanidade, ele opera de modo fecundo: para além de favorecer a evolução e adaptação humana, as chamas, quando

compreendidas sob a ótica do devir heraclitiano, integram a natureza e a modificam. Sua deflagração representa dinamicidade e, como tal, apresenta interpretações distintas, pois, à medida que o fogo extingue parte do acervo das instituições de preservação de memória, ele relaciona-se, por conseguinte, à própria memória, configurando-se como instrumento de visibilidade do acervo queimado e da transformação da sociedade. Cechinel (2020), nesse sentido, propõe que o simbolismo do elemento não finda em si mesmo quando o tema de estudo com o qual ele se relaciona se trata de obras, arquivos e documentos.

Quando fragmentos histórico-culturais são resgatados, eles ardem em chamas diante de todos, são reverenciados e valorizados, mas, passada a euforia desta novidade, tornam-se apenas fumaça, rastro outro de sua existência. Dissipõe-se o descaso para a manutenção das instituições, favorecendo uma decadência que, especialmente no Brasil, tem tido um final tristemente conhecido. Não raro, nossos acervos são acometidos por incêndios criminosos, antevistos por indícios de falta de manutenção predial e negligenciados pela gestão pública. Em meio a este cenário calamitoso, faz-se importante evocar a sobrevivência das imagens proposta pelo filósofo Didi-Huberman:

Arde a imagem. Por causa do *real* de que ela, a um dado momento, se aproximou [...]. Arde por causa do desejo que a anima, [...] da urgência que ela manifesta [...]. Arde com a *aurora*, quer dizer, com a possibilidade visual [...]. Arde por causa da *dor* de onde provém, e que transmite a quem quer que tome o tempo de a ela se apegar (Didi-Huberman, 2015, p. 316-317).

Baseada nesses pressupostos, a presente pesquisa versa sobre a relação existente entre as imagens incendiárias da Cinemateca Brasileira e a crise da memória nacional. A partir desta temática, discutir-se-á o vínculo existente entre fogo

e memória; mesmo que os acervos sucumbam ao calor, as fotografias dos incêndios que consomem as instituições são vestígios do que a inércia é capaz de provocar e podem vir a ser potência para a capacidade de se erguer das cinzas e seguir na luta da preservação da memória coletiva nacional, a qual não tem sido devidamente valorizada pelo aparato estatal.

3 METODOLOGIA

Em formato ensaístico, o presente artigo advém de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica. A partir de uma revisão de literatura e pesquisa não exaustiva de imagens fotojornalísticas, o artigo busca compreender o abrasamento da memória no Brasil não como evento apenas de caráter metafórico, mas também de presença tangível, vide a urgência demandada pela destruição das instituições nacionais de preservação cultural sócio-histórica.

Dando especial ênfase aos cinco incêndios ocorridos na Cinemateca Brasileira, bem como à história e à importância dessa instituição para a preservação da memória nacional, foram mapeadas fotografias através do acervo do jornal *O Estado de São Paulo - O Estadão*. Inicialmente, notícias acerca dos incêndios foram procuradas no site online de pesquisa Google, o qual direcionou os autores ao acervo do *Estadão*, que, além dos relatos, continha fotografias da Cinemateca em chamas. A partir delas, e com base no método *Forma Atlas* do historiador da arte Aby Warburg (2010), o material foi organizado em uma prancha de “imagens incendiárias”, onde estarão relacionados elementos como fogo e cinzas à luz e sombras nas fotografias em preto e branco (P&B), buscando resgatar vínculos com a memória e com o esquecimento da Cinemateca.

O uso de prancha fez-se pertinente no desenvolvimento dos dados levantados

tendo em vista que se trata de um método “híbrido como linguagem e como forma de pensamento” (Maciel, 2018, p. 196), ajudando-nos a decifrar a leitura e a apreensão dos eventos incendiários ocorridos na Cinemateca Brasileira a partir de uma narrativa própria, na fronteira entre a escrita ensaística e o pensamento filosófico, e em busca da conflagração de novas sínteses.

Na introdução deste artigo, é apresentado um arranjo, uma coleção de imagens com o objetivo de interpretar uma parte do real: a trajetória dos incêndios que acometeram as instituições brasileiras. O arranjo configura-se, portanto, como o recorte de uma prancha, de modo que se evite o excesso, dando foco a uma especificidade daquilo que é narrativa imagética da realidade

Retomando a Filosofia Heraclitiana citada anteriormente, a metodologia warburguiana incita-nos a conceber um instrumento visual caracterizado, justamente, pela colagem das imagens em devir, isto é, a partir da remontagem de recursos visuais. Nesse viés, a compreensão de imagens como linguagem para apreensão do real, das múltiplas ressignificações entre história e memória, estabelece-se a partir do saber-imagem descrito pela Forma Atlas de Warburg, uma vez que, pela disposição em prancha:

as imagens se deslocam por diferentes circuitos culturais [...] agrupando-se mesmo sem motivos aparentemente evidentes. (Maciel, 2018, p. 191).

Os diálogos com o pensamento de autores clássicos como Susan Sontag, Didi-Huberman e Phillippe Dubois, ajudarão a respaldar a leitura das fotografias escolhidas como processo capaz de ressignificar a realidade. Tal como afirmado por Rubiano (2013), a cultura visual tem sido responsável por modificar o modo como a sociedade adquire sua herança cultural, ficando a cargo do

fragmento fotográfico a construção de sentido coletivo. Nessa dinâmica, o espectador não apenas recebe tais informações, como também contribui para a reformulação destas, uma vez que é impossível estudar a imagem sem ser afetado e afetá-la.

Fazendo uso dos mesmos autores, notar-se-á que as fotografias podem se converter a uma mera coleção de informações sobre eventos que se sobrepõem ao longo do tempo. Aqui faz-se necessário ponderar sobre uma advertência importante: do mesmo modo que o nada de imagens pode representar o vazio de memória, o excesso delas pode funcionar como um mecanismo que impede o leitor de ver para além da dança repetitiva e maçante de imagens no *Imago Mundi* contemporâneo (Didi-Huberman, 2015). Em ambos os casos, falta e excesso, não pode haver interpretação possível, tendo em vista que, assim como a ausência de imagens decorre da inexistência de um objeto de análise substancial, a saturação delas pode ofuscar o conjunto de noções, sentimentos e memórias que poderiam vir a serem externadas.

Por fim, realizar-se-ão análises sobre as causas dos incêndios em relação com o descaso da gestão da Cinemateca, com a passividade social e a normalização histórica dos incêndios nos museus e instituições de salvaguarda da cultura no país. Por todos os motivos aqui citados, as imagens presentes na prancha foram escolhidas “a dedo”, e corroboram novas conflagrações sobre o tema da pesquisa, entendidas como possibilidade capaz de revelar o quão efêmera a existência do patrimônio histórico pode ser, especialmente, quando sua manutenção é preterida pelo poder público.

4 CINEMATECA À BAILA DAS CHAMAS DA NEGLIGÊNCIA

Fundada em outubro de 1946, a Cinemateca Brasileira constitui o maior

conjunto de filmes da América do Sul, possuindo um “vasto acervo documental [...] sobre a produção, difusão, exibição, crítica e preservação cinematográfica” (A cinemateca, [202?]). Atualmente, a instituição é constituída de uma sede principal, localizada na Vila Clementino, e de outros três depósitos de acervo satélites distribuídos no Parque Ibirapuera, na Vila Mariana, e na Vila Leopoldina, todos na cidade de São Paulo.

Apesar de sua importância, a entidade resiste, desde sua criação, à ausência de pertencimento no organograma das entidades de patrimônio e memória do governo federal (Ferreira, 2020). Historicamente, pode ser entendida como:

uma teia emaranhada de organizações privadas em mudança, ministérios do governo, rupturas políticas e acidentes desastrosos. (Sadlier, 2021, p. 595).

Sua trajetória iniciou-se em meio à censura e à repressão do governo de Getúlio Vargas, motivo pelo qual a instituição teve suas ações pausadas à força em 1941 (Ferreira, 2019; Souza, 2009), mesmo tendo emergido pouco tempo antes, em 1940, por meio da composição de uma associação privada. Na época, o Primeiro Clube de Cinema de São Paulo foi criado com o objetivo de promover discussões no âmbito da produção e da preservação cinematográfica brasileira. Seus fundadores, o historiador Paulo Emílio Sales Gomes, o professor Décio de Almeida Prado e outros colaboradores, reiniciaram suas atividades, em 1946, com a fundação do Segundo Clube de Cinema de São Paulo.

A mudança de entidade privada para departamento de uma instituição pública ocorreu a partir da vinculação do então Clube como Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em 1949 (Carvalho, 2020). Logo após, as problemáticas administrativas e financeiras ocasionaram a cisão entre o

museu e sua Filmoteca, a qual veio a tornar-se um entidade pública e autônoma em 1956, denominada Associação Civil Cinemateca Brasileira (Sadlier, 2021; Ferreira, 2020; Souza, 2009).

Apesar de desassociada do MAM-SP, a Cinemateca Brasileira permaneceu no mesmo local, Edifício Guilherme Guinle, junto à rua 7 de Abril, no centro da capital paulista. Ali, no dia 28 de janeiro de 1957, a instituição ardeu em chamas pela primeira vez. O incêndio ocorreu devido a autocombustão dos rolos de nitrato de celulose, material altamente inflamável e que ocasionou não só a perda de um terço do acervo da instituição (Ferreira, 2020), como também a destruição de boa parte de sua estrutura predial, minando a incipiente luta pela preservação cinematográfica no país (Ferreira, 2020; Sadlier, 2021; Souza, 2009).

Após esse primeiro incêndio, a Cinemateca teve seu acervo realocado para depósitos localizados no Parque Ibirapuera, mas não obteve sucesso no que concerne às demais iniciativas de subsídio, a exemplo de investimentos em um corpo técnico especializado e em uma estrutura apropriada à conservação dos rolos de nitrato e acetato. Assim, com a finalidade de ser amparada, a instituição converte-se em fundação no ano de 1961, assina um convênio com o Governo paulista e torna-se uma entidade cujo funcionamento se daria a partir de um tripé de atuação estabelecido por seu fundadores (Ferreira, 2020; Sadlier, 2021; Souza, 2009). Nesse viés, a Cinemateca preocupar-se-ia com a pesquisa dos conteúdos audiovisuais, com a conservação/preservação do acervo e com a difusão/exibição do cinema como patrimônio cultural. O Estado paulista, por sua vez, deveria providenciar os recursos necessários à realização das duas primeiras dimensões, enquanto o último não teria intuito monetário (Ferreira, 2020; Sadlier, 2021; Souza, 2009).

Mesmo com o convênio firmado, pouco se fazia para a manutenção e

preservação da instituição, motivo pelo qual foi criada, em 1962, a Sociedade dos Amigos da Cinemateca (SAC), uma associação civil cuja função principal seria auxiliar na efetivação da difusão do cinema nacional. Embora essencial, a assistência da SAC junto ao setor financeiro da instituição, não foi suficiente para evitar que a Cinemateca Brasileira fosse assolada, uma vez mais, pelas labaredas de seu segundo incêndio, ocorrido em fevereiro de 1969. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Fogo [...]*, 1969), na ocasião foram queimados dois mil filmes de nitrato, correspondendo a um quinto de todo o acervo de imagem da coleção.

No decorrer de, aproximadamente, vinte anos, o cenário de abandono para com a Cinemateca Brasileira pouco mudou. Foi nesse panorama que, em 1982, a entidade sofreu seu terceiro incêndio, desta vez, no depósito localizado próximo ao portão quatro do Parque Ibirapuera. Repetindo os gatilhos de fogo anteriores, a falta de manutenção e cuidado para com os rolos de filmes de nitrato ocasionou a autocombustão do material, acumulando o estrago já existente no patrimônio resguardado pela instituição.

Para tentar suprir suas necessidades mínimas, o órgão foi incorporado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1984, através da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), tornando-se uma entidade autônoma incorporada ao governo federal (Ferreira, 2020). A partir de então a Cinemateca Brasileira passou a padecer dos trâmites a cada ciclo de gestão: em 1985, manteve-se incorporada à FNPM, com esta pasta agora pertencente ao Ministério da Cultura (MinC) (Ferreira, 2020); de 1985 a 1991, esteve associada ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e, em 1994, passou a ser um órgão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Ferreira, 2020; Souza, 2009), com sua sede transferida para o antigo matadouro municipal na Vila Clementino, local onde permanece até a atualidade (A Cinemateca, [202?]).

Em 2003, a fundação se torna um órgão pertencente à Secretaria do Audiovisual (SAv), subordinada ao MinC (Ferreira, 2020). Apesar de ter fomentado ações que auxiliaram na manutenção e na modernização da instituição, esta última mudança foi, também, responsável por gerar uma série de conflitos de gestão. Em meio à sua volubilidade administrativa e financeira, a Cinemateca deparou-se com o quarto incêndio de sua história, em fevereiro de 2016, o qual provocou perda de um total de 1003 bobinas (A cinemateca, [202?]), sendo sua maioria composta por originais de produções brasileiras que não possuíam cópia.

Durante o período em que Michel Temer foi presidente, de maio de 2016 a dezembro de 2018, o MinC foi gerido por três diferentes chefias, e somente em março de 2018 o último ministro estabeleceria um contrato entre o MinC, o Ministério da Educação e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) para proteção do acervo filmico. Tal acordo garantiu que esta última associação tornar-se-ia responsável pela administração da Cinemateca Brasileira, sob a supervisão da SAv (Ferreira, 2020).

Em 2019, Jair Bolsonaro, então presidente, além de desmantelar o MinC, tornou a Cinemateca Brasileira responsabilidade do Ministério do Turismo (MTur), ainda em ligação direta com a SAv, a qual ficou subordinada à Secretaria Especial de Cultura (SEC). Para agravar ainda mais a crise institucional em curso no âmbito da pasta da cultura, um ano depois o contrato com a Acerp não foi renovado (Sadlier, 2021). Consequentemente, a entidade deixou de receber os recursos mínimos necessários à sua manutenção e permanência. Ainda assim, a associação geriu a Cinemateca até agosto de 2020, momento em que houve a demissão dos trabalhadores responsáveis por proteger os materiais audiovisuais abrigados pela coleção. O retorno da administração por parte da SAV, requeria a contratação de novos

trabalhadores especializados por parte do governo em curso, o que não se efetivou. Diante desse cenário de negligência e leniência administrativa, a Cinemateca Brasileira ardeu em chamas pela quinta vez no decorrer de sua história, em julho de 2021.

O prédio atingido pelo fogo constituía-se de um galpão onde eram armazenados cerca de um milhão de arquivos da Embrafilme, antiga empresa nacional cinematográfica (Sadlier, 2021). Segundo esse autor, foram feitos uma série de manifestos pró-Cinemateca e alarmes sobre a possibilidade de incêndio na instituição devido a autocombustão do nitrato, mas, ainda assim, o governo não tomou as providências necessárias para evitá-lo.

Tememos pela morte da memória brasileira social, histórica, cultural, cinematográfica e audiovisual. A Cinemateca Brasileira é uma instituição complexa, que exige constância nos recursos e na atuação de sua equipe técnica especializada. Dada a situação atual, pleiteamos o retorno imediato dos trabalhadores para seus respectivos postos de trabalho, cuja experiência é fundamental para a recuperação da instituição [...]. Sem trabalhadores você não pode preservar coleções (Manifesto [...], 2021, p. 593).

Diante da leitura desse trecho do manifesto publicado pelos trabalhadores da Cinemateca, na véspera do incêndio ocorrido em 2021, é possível pensar que o desastre em questão pôde ser premeditado. No documento, os trabalhadores afirmam que “[...] depois de quase oito meses sem zeladoria especializada [...] estamos testemunhando uma tragédia.” (Manifesto [...], 2021, p. 593), uma vez que acervo histórico não recebia as devidas manutenções, estando sujeito a degradações de inúmeras ordens, tal tragédia torna-se prenunciada. Infiltrações, vazamentos e quedas de energia vinham provocando problemas no gerador e nos sistemas de ar do edifício,

motivos que favoreceram a autocombustão dos filmes em rolos de nitrato de celulose. A Secretaria Especial da Cultura do governo federal, na época o órgão responsável pela Cinemateca, já havia sido alertada quanto aos riscos os quais a instituição passava e, ainda assim, manteve congeladas as verbas requisitadas e negados os cuidados de proteção de seus arquivos cinematográficos.

Traçando um paralelo entre os órgãos responsáveis pela Cinemateca, em todos os seus 75 anos de existência, foi possível perceber a preferência por serem reativos ao invés de proativos no que tange à conservação do acervo, uma vez que grandes investimentos à instituição somente eram feitos após a ocorrência dos incêndios (Bochner, 2018), não por preocupação com a conservação e preservação do acervo, mas sim com intentos de mitigar a opinião pública. O percurso apresentado evidencia o descaso com a manutenção predial mínima da maior instituição de memória cinematográfica do Brasil e da América Latina, corroborando o processo de apagamento da memória coletiva engrenado por um padrão de governança leniente, negligente e ineficiente. A passagem do fogo por esta e outras instituições de preservação de memória têm deixado queimaduras profundas, que levarão um bom tempo até cicatrizarem-se.

5 ABRASAMENTO DA IMAGEM

Frente ao excesso de imagens do *Imago Mundi* contemporâneo (Didi-Huberman, 2015), como é possível enxergar imagens sobreviventes? A resposta para esta pergunta exige que seja feita aqui uma digressão importante, antes de serem apresentados os dados encontrados na pesquisa realizada. Para Sontag (1977), no que tange a construção do conhecimento acerca da realidade, a humanidade mantém contínua sua estadia

na caverna de Platão. A autora afirma que, tal qual os personagens dessa alegoria, a sociedade busca, mesmo que de modo irrefletido, interpretar o mundo mediante imagens projetadas diante de si, sob o risco de distorção do real. Nesse viés, conjectura-se que a imagem se eleva graças à existência de uma fonte luminosa; podendo esta ser, assim como no mito de Platão, o fogo, entremeio da luz e sombra, da claridez e trevas.

Dubois (1998, p. 221) afirma que “a fotografia é de qualquer modo uma curiosa questão de circulação de luz com tudo o que isso implica de tenebroso”. Em continuação a esse raciocínio, o mesmo autor diz que a luz é “o que é necessário ao surgimento da imagem, mas também o que pode fazê-la desaparecer, apagá-la, eliminá-la.” (Dubois, 1998. p. 221).

Sob este ângulo, a luz, o fogo – ou ainda, o fogo como substância de luz – torna-se uma relação quase paradoxal, antíteses que unem-se e, sem se destruírem, produzem uma síntese na direção apontada por Dubois. Tal afirmativa é verificada sob a investigação do fogo presente nas postagens de rememoração dos incêndios nas instituições de conservação da memória brasileira, em especial na Cinemateca Brasileira, onde este não somente se apresenta como agente destruidor, mas também ilumina e destrincha o caminho para o entendimento das conflagrações, ao mesmo tempo em que queima lentamente a memória, tornando-se gerador e constituinte desta.

Dubois (1998) admite, ainda, que a manifestação da sombra – ou projeção – é

um processo instantâneo e se aproxima do dispositivo fotográfico, uma vez que, neste, a indacialidade, isto é, o conjunto de significados que constituem a imagem, se efetiva pelo preto e pelo branco; sendo então, a projeção, “escrita pela luz – (foto-grafia)” (Dubois, 1998).

Fundamentada na dinamicidade de significância manifestada pelo fogo e por suas chamas, a compreensão das imagens incendiárias sob a ótica monocromática em preto e branco é evocada neste artigo como resposta à pergunta colocada no início desta seção. A sobrevivência das imagens, ao nosso ver, perpassa pela volta a um olhar minimalista, que contenha os excessos e provoque a ardência desejada por Didi-Huberman (2015). Na escolha da monocromia P&B, o par luz e sombra é tido como princípio analítico intrinsecamente vinculado às cinzas e aos escombros causados pelo devir do fogo. É nessa conjuntura que a prancha “Abrasamento” disposta na figura 2, pretende ser explorada.

A evocação da memória pública é realizada, em numerosas circunstâncias, pelo patrimônio, por um conjunto de bens, instituições e manifestações que atuam como pólos representativos da identidade coletiva de um povo. As comemorações do dia 7 de setembro de 2022, data em que o Brasil completou 200 anos de Independência, ilustrou de maneira exemplar essa afirmação. Dentre os atos comemorativos realizados, foram efetuadas duas inaugurações emblemáticas para o acervo histórico-cultural nacional, a do Museu do Ipiranga, no Estado de São Paulo (figura 2, quarta foto à direita da prancha, de cima para baixo), e a da fachada do Museu Nacional do Rio de Janeiro, equipamento cultural destruído pelas chamas em 2018. A reabertura desses museus superpõe a esfera de valorização que o campo deveria dispor, vinculando-se diretamente à criação desses equipamentos como modelos icônicos, de uma sociedade patriota que se orgulha de suas lutas. Ao mesmo tempo, ela não apresenta a mesma exaltação para a proteção do conjunto total de suas instituições e lugares de memória, vide a inoperância e a negligência que consente a destruição destas pelos incêndios.

Figura 2 – Prancha “Abrasamento”



Fonte: autoria própria.

Nesse contexto, a disposição das imagens localizadas na parte superior da prancha, isto é, as fotografias dos escombros do MAM-SP, do Instituto Butantan, do Mercado Modelo da Bahia e do galpão da Cinemateca Brasileira, aparecem como mecanismos de indagação e reflexão acerca do que a destruição das instituições de memória é capaz de revelar ao leitor/espectador. Tal compreensão é respaldada pelo entendimento de que as imagens – enquanto produtos do fotografar como prática social (Sontag, 1977), estabelecem-se como documento de conservação e resgate da reminiscência histórico-sócio-cultural brasileira, permitindo, portanto, novas apreensões da realidade.

A leitura das fotografias evidenciam que, quando tocadas pelo fogo, as instituições são consumidas, devastadas

pela luz ofuscante das labaredas que queimam seus elementos culturais, reduzindo-as a cinzas e escombros mnemônicos. Mediante a estagnação, tais pólos de reminiscência são postos à sombra, as ações de cuidado para com estes caracterizam-se como obscuras, como uma relação de pouco ou nenhum amparo significativo por parte do governo e dos demais entes responsáveis pela sua conservação. O abandono para com a manutenção e conservação dos acervos, bem como para com as instituições que os guardam, revelam um apagamento da memória brasileira iniciada pelo esvaziamento de sentido do monumento para a sociedade e sua história. Quando deterioradas, queimadas e destruídas, as instituições apresentam-se por meio de destroços, e as imagens das ruínas convocam a reflexão acerca daquilo que está soterrado sob os escombros, entulhos

trazidos à tona pela reincidências dos incêndios.

A análise das imagens da prancha nas quais as chamas se fazem presente e, de modo mais específico, a partir das cinco fotografias dos incêndios na Cinemateca Brasileira dispostas na parte inferior da prancha, convocam o leitor/espectador a refletir acerca de como o fogo, apesar do seu aspecto destrutivo, também pode ser entendido como elemento que revela, isto é, que traz à luz, evidências importantes sobre a gestão e a salvaguarda do nosso conteúdo e memória audiovisual coletiva. Para lá da compreensão de que a fotografia revela a conflagração de uma cultura imagética própria, de um passado e de uma riqueza cultural insubstituíveis, a prancha destaca a compreensão do fogo como símbolo que, visto pela ótica monocromática, revela a configuração de políticas culturais que, infelizmente, ainda admitem o descuido para com a memória nacional.

Nas imagens citadas, o fogo configura-se como a parte mais clara da fotografia, as regiões em branco. Em razão desse índice (Dubois, 1998) – isto é, da possibilidade de afirmar a existência de um evento –, o fogo, como luz, é capaz de tornar conhecidas as deflagrações que atingem as instituições brasileiras, além de direcionar o foco do espectador para aquilo que é a destruição da memória nacional, para a perda cultural que enfraquece a sociedade. O olhar para o fogo trata-se de um processo que golpeia, arde, queima, posto diante de uma verdade que, embora essencial, não tem sido encarada pela sociedade.

Como personificação da luz no processo fotográfico, na coletânea indicada o fogo expõe, quase à força, o descaso governamental com relação à importância da Cinemateca – e demais instituições culturais que pegaram fogo na história do Brasil. Metaforicamente, esta negação faz-se presente por meio das sombras que recaem sobre as extremidades das imagens incendiárias,

uma vez que, tal como estas, o governo coloca-se à margem das instituições que padecem das brasas ateadas sobre si, as quais unem-se às obras, aos arquivos aos documentos num processo oscilante de se tornar cinzas e fumaças.

Corroborando o argumento de que há uma imobilização diante da manutenção e conservação da memória, percebe-se que o armazenamento precário (e errôneo) dos rolos de filme, bem como a estrutura suscetível do depósito (imagens mais antigas em P&B) ocupam o lugar de faíscas na iminência de conceber as chamas. Os rolos de nitrato e acetato apresentam, eles mesmos, uma interessante dualidade: enquanto materiais que preservam a memória e podem implodir uma transformação daquilo que é entendimento de passado, presente e futuro e que se manifesta na atitude revolucionária de quem vê um filme ou assiste a um documentário. É, também, de modo metafórico, uma espécie de bomba, estopim para aquilo que é potência incendiária do próprio acervo cinematográfico e audiovisual.

Na trajetória dos incêndios que acometeram a Cinemateca Brasileira trazidos pelas imagens da prancha, chama a atenção a sobrevivência da fachada da sede principal da instituição, localizada atualmente no antigo matadouro municipal na Vila Clementino, Zona Sul da capital paulista (fotografia ao lado dos rolos de nitrato). Quando comparada aos depósitos em que o acervo – em especial os rolos de nitrato – é armazenado, evidencia-se a salvaguarda de sua integridade, visto que as chamas do fogo não a alcançam. Nessa imagem subjaz a ideia de que a crise de memória do Brasil mantém-se escondida sob o véu de sua fachada imaculada. Ao retomar a reminiscência pública como componente que pode ser evocado pelo patrimônio, há de se discutir as causas para que sua frente principal, a aparência da instituição, mantenha-se intacta, bem como as compreensões que possam surgir a partir da leitura dessas imagens.

A manutenção do frontispício da Cinemateca Brasileira, mesmo com os inúmeros incêndios que a acometeram, representa um microcosmo “Incêndio na Cinemateca” capaz de evidenciar certo modus operandi de gestão da cultura no Brasil que é doente, que incendeia a memória mas que, ao mesmo tempo, mantém a fachada imaculada, arquitetonicamente indiferente à destruição de seus acervos. A justaposição entre a queima dos patrimônios e a custódia para com a sede indica, portanto, a obsolescência de um modelo de governança que não se mostra preocupado com a perda nacional, mas tão somente com a manutenção de uma ficção: a de que os acervos estão protegidos.

Tamanha preocupação demandada à construção do retrato irretocável de sua fachada acaba desviando o olhar dos entes que se preocupam com a manutenção da memória coletiva, gerando um posicionamento que esvazia os museus e as demais instituições de salvaguarda patrimonial seu verdadeiro significado. Trata-se de uma conduta impostora, vide que ao se importar, única e exclusivamente para com a continuação da aparência exterior das instituições, é permitido que estas venham a arder, literal e metaforicamente, de dentro para fora; completando o círculo vicioso da farsa protecionista do patrimônio imaterial nacional. A exemplo disto, há, a conflagração da fronte do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a qual, somada a grande perda de obras, arquivos e objetos históricos, atingiu as antigas estátuas gregas que faziam referência ao conhecimento, abalando suas estruturas e precisando ser completamente substituídas (terceira fotografia à direita da prancha, de cima para baixo; fotografia à esquerda desta). É de se esperar que o fogo que atinge a dinâmica de preservação da cultura e da memória seja capaz de incitar mais cobranças acerca da efetividade do desempenho manifestado pelos entes de preservação da memória.

Finalmente, é importante que repensemos a “política vigente do queimar”, do colocar abaixo para a construção do novo: as estruturas de financiamento e suporte insuficientes para a manutenção dos museus brasileiros revelam um sistema falho de proteção ao patrimônio no Brasil (Ferreira, 2020). Além de ser capaz de construir tessituras dialéticas entre as imagens através do fundo abissal da memória proposto por Warburg (Maciel, 2018), as composições do preto nas fotografias P&B da prancha analisada dialogam com a inexistência e com a obscuridade que permeiam os entes que regulam e protegem a memória, sejam estes cargos, pessoas, associações, órgãos, etc. A observação direcionada para a esfera da governança pública exibe o isolamento e a imobilização das entidades federais, Arquivo Nacional, Iphan, Ibram, SAv e SAC com relação à criação de um corpo administrativo fortalecido para a preservação da memória (Ferreira, 2020). O afastamento nutrido por entes importantes no cenário nacional têm gerado a ausência de ações para a criação de uma política de preservação cultural e de memória no Brasil. Como resultado, a Cinemateca Brasileira e outras tantas instituições do gênero ficam fadadas à sombra, ao desconhecimento, aos incêndios reais e metafóricos que as acometem constantemente. É exatamente nesse hiato que precisam ser consolidadas novas iniciativas de preservação da memória no país.

6 CONCLUSÃO

Tendo por alicerce os estudos de Aby Warburg, Susan Sontag e Phillippe Dubois acerca da leitura das imagens, o artigo utilizou-se, principalmente, da indicialidade e da sobreposição de imagens para a apresentação de fotografias P&B como uma coleção de memórias e eventos, onde brasas e cinzas são relacionados à luz e sombras, revelando o vínculo entre o que é

lembra e o que é, deliberadamente, esquecido.

A coleção de dados apresentados nos fornece novas interpretações acerca do desmantelamento do acervo cinematográfico e do patrimônio imaterial nacional por meio de imagens incendiárias. Na Forma Atlas escolhida para a montagem da prancha (Warburg, 2010), o fogo surge como tema constituinte que revela a crise de memória do país a partir de fotografias de incêndio em diferentes equipamentos culturais nacionais e, em especial, na Cinemateca Brasileira. Esta entidade, bem como outras importantes instituições culturais do país, estão à deriva no que tange a conservação e a manutenção de seus acervos.

O estudo da trajetória de sua gestão, à baila das chamas da negligência, confirma a falta de clareza do processo de gerenciamento da cultura no Brasil, metaforizada pelas imagens da prancha apresentada. A ausência de recursos específicos e de instrumentos de gestão perenes revela uma governança da cultura negligente para a necessária manutenção predial e proteção de arquivos no país. A imobilização do aparato governamental é acompanhada pelo descaso com o armazenamento dos acervos. No que diz respeito aos rolos de filmes de nitrato e acetato armazenados pela Cinemateca Brasileira, tal abandono é percebido quando os filmes, em oposição a sua relevância para a preservação da memória, servem como bomba capaz de queimar a própria memória.

Na trajetória de incêndios que acometeram a Cinemateca Brasileira e as demais instituições culturais percebe-se, ainda, a permanência intacta de suas fachadas administrativas, em detrimento à destruição de seus depósitos de arquivos. Nesse ponto subjaz outro achado importante trazido neste artigo: a crise de memória do Brasil está escondida sob o retrato imaculado de uma conduta governamental que incendeia a memória, ao mesmo tempo em que tenta ocultar a

perda resultante dos incêndios que atingem suas instituições culturais. Nesse sentido, o fogo deve surgir como elemento transformador que promova a cobrança acerca de políticas públicas para a preservação da identidade nacional.

Por essa razão, o uso da prancha “Abrasamento” com fotografias em P&B evidencia a concepção do fogo aqui admitida: como elemento oscilante, ele é dual, podendo ser compreendido tanto como destruição como reconstrução. Ao mesmo tempo em que extingue as obras, os arquivos e os documentos da reminiscência nacional através das chamas, ele relaciona-se ao imaginário social enquanto movimento e dinâmica de transformação das instituições de conservação da memória e de proteção ao patrimônio público. Assim, na prancha analisada, a claridade apresentada pelo fogo tem o papel de atrair a visão do leitor, servir de índice que evidencia as conflagrações das instituições brasileiras, ao mesmo tempo em que expõe a efemeridade da memória e da cultura nacional, agudizada pelos inúmeros descasos da gestão governamental.

É nesse viés, por fim, que se mostra importante a cobrança de constantes políticas públicas para a preservação e conservação da identidade brasileira. Essa pesquisa se justifica exatamente nesse ponto, segundo a intenção de soprar a brasa de cada leitor, para que se acenda a chama de um fogo de reconstrução e transformação da cultura enquanto força que impulsiona a humanidade.

REFERÊNCIAS

BOCHNER, Rosany. Memória fraca e patrimônio queimado. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 13, jul./set. 2018, p. 244-248.

CARVALHO, Laércio Cardoso de. Conheça o Prédio na Rua 7 de Abril Onde Nasceram

O Masp, O Mam, A Cinemateca E Outros Espaços Culturais. **A Vida no Centro**. São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em:
<https://avidanocentro.com.br/blogs/predio-7-de-abril-museus-espacos-culturais/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CECHINEL, Fernanda Moro. Paratexto: fogo, fumaça e cinza. **Outra Travessia (UFSC)**, Florianópolis, v. 1, n. 29, 2021. p. 103-116.

A CINEMATECA. **Cinemateca Brasileira**. [São Paulo, 202?]. Disponível em: <https://www.cinemateca.org.br/>. Acesso em: jan. 2024.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem arde. In: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Falenas**: ensaios sobre a aparição. Lisboa: Kkym, 2015. p. 292-317.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus Editora, 1998.

FERREIRA, Fabiana Maria de Oliveira. **A Cinemateca Brasileira e as políticas públicas para a preservação de acervos audiovisuais no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FOGO queima 2 mil filmes. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 fev. 1969. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690220-28793-nac-0013-999-13-not>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONÇALVES, Janice. O museu está morto. Viva o museu! [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, jul./set., 2018. p. 515 – 522.

HAMEL, Marcio Renan. A ideia de poder no século XXI: do contrato social às democracias modernas. **Revista Singular Sociais e Humanidades**, Palmas, TO, v. 1, n. 5, nov./dez. 2023, p. 6-20.

LEITE, Edmundo . Fogo já destruiu vários acervos no Brasil. **Acervo Estadão**. São Paulo, 17 mar. 2018. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/a-cervo,fogo-ja-destruiu-varios-patrimonios-no-brasil,70002486333,0.htm>. Acesso em: 17 mar. 2024.

MACIEL, Jane Cleide de Sousa. Atlas mnemosyne e saber visual: atualidade de Aby Warburg diante das imagens, mídias e redes. **Revista Ícone**, Recife, v. 16, n. 2, p. 191-209, set. 2018.

MANIFESTO of the workers of the Cinemateca Brasileira. **Black Camera: An International Film Journal**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 592-594, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2979/blac камера.13.1.0592>. Acesso em: 5 maio 2025.

MARTINS, Marcus Vinícius Silva. **O pensamento de Heráclito: uma aproximação com o pensamento de Parmênides**. 2001. Tese (Mestrado em História da Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RUBIANO, Elkin. La experiencia sustituida: hacia la construcción tecnológica de la nostalgia. **Palabra Clave**, Chía, v. 16, n. 2, p. 541-558, ago. 2013.

SADLIER, Darlene J. The Taking of the Cinemateca Brasileira, **Black Camera: An International Film Journal**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 591-610, 2021.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A cinemateca brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WARBURG, Aby. **Atlas Mnemosyne**. Madri: Akal, 2010



PAULO NUNES

Doutor em Sociologia e professor na Universidade Federal de Itajubá. É líder do Núcleo OFF, pesquisador e gestor de equipes e projetos no campo dos Estudos Culturais.



RAIANY EDUADA SILVA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Universidade Federal de Itajubá.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do Programa PIBID-CAPES, no âmbito da Universidade Federal de Itajubá.

Mapeando o domínio conceitual TPACK de professores em formação inicial: uma análise exploratória

Mapping the TPACK Conceptual Domain of Beginning Teachers: an exploratory analysis

Everton Bedin^a, Lucas Eduardo de Siqueira, Vinicius Fernando de Lima, Anna Carolina Cunta de Oliveira Viviani.

^aUniversidade Federal do Paraná. E-mail: bedin.everton@gmail.com.

Resumo: A partir de uma investigação na formação inicial docente, esse artigo visa apresentar as percepções sobre o perfil teórico TPACK que graduandos em Física Licenciatura (GFL) detém. Esta pesquisa, aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná, caracterizada por uma abordagem quantitativa de objetivo descritivo, utiliza o procedimento de survey e possui natureza básica. Para a constituição de dados, com a participação de 13 GFL, utilizou-se um questionário na Escala Likert de 4 pontos, tendo um Alfa de Cronbach de 0,856. A análise de dados, considerando distribuição não normal e heterogênea, confirmada pelo teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, por meio do teste Kruskal-Wallis, revelou existência de diferenças significativas nas tendências centrais das percepções dos GFL em relação às assertivas sobre o TPACK, tendo nível de significância estatística estabelecido em 0,05 ($p < 0,05$). Ao término, percebeu-se que os GFL que estão no 9º período apresentam tendência positiva e densidade central sobre as assertivas CP1 e CTPC2, e que os GFL com idade entre 20 e 23 anos apresentam uma concordância superior em relação à assertiva CT3 e também sobre a assertiva CTC4.

Palavras-chave: Ensino de física; TPACK; Percepções docentes; Análise quantitativa.

Abstract: From an investigation into initial teacher training, this article aims to present perceptions regarding the Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK) theoretical profile held by undergraduates in Physics Education (GFL). This research, approved by the Ethics Committee of the Federal University of Paraná, is characterized by a quantitative approach with a descriptive objective, utilizing a survey procedure and having a basic nature. To collect data from the 13 GFL participants, a questionnaire on a 4-point Likert scale was employed, with a Cronbach's Alpha of 0.856. Data analysis, considering non-normal and heterogeneous distribution as confirmed by the Kolmogorov-Smirnov normality test, through the Kruskal-Wallis test, revealed significant differences in the central trends of GFL perceptions regarding assertions about TPACK, with a statistical significance level set at 0.05 ($p < 0.05$). In conclusion, it was observed that GFLs in the 9th period show a positive trend and central density concerning assertions CP1 and CTPC2. Additionally, GFLs aged between 20 and 23 demonstrate higher agreement with assertion CT3 and also with assertion CTC4.

Keywords: Physics Education; TPACK; Teacher perceptions; Quantitative analysis.

Submetido em: 25/09/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

A formação docente centrada no Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo (TPACK) desempenha um papel vital na atualização e fortalecimento das práticas educacionais, principalmente em disciplinas, como a Física. Conforme delineado por Shulman (1986) e posteriormente aprimorado por Mishra e Koehler (2006), o TPACK proporciona uma base integrada que transcende a mera transmissão de conhecimento científico. Em um cenário onde a tecnologia é ubíqua, os educadores enfrentam a responsabilidade de integrar de maneira significativa as ferramentas e os recursos tecnológicos em suas abordagens pedagógicas, criando assim uma intersecção crucial entre tecnologia, didática e conteúdo (Baran; Chuang; Thompson, 2011).

Na esfera específica da formação docente em Física, o TPACK não apenas capacita os professores a comunicar informações científicas, mas também os inspira a estimularativamente a participação dos alunos, promovendo uma compreensão profunda da relevância e aplicação do conteúdo no mundo real (Siqueira; Bedin, 2023). A perspectiva reflexiva promovida pelo TPACK capacita os professores a transcenderem a simples transmissão de informações e conceitos, oferecendo-lhes ferramentas para criar ambientes de aprendizagem dinâmicos e imersivos. Em vez de apenas repassar fatos e teorias, os educadores são incentivados a desenvolver atividades pedagógicas que estimulem a participação ativa dos alunos, tornando o processo de ensino mais interativo e relevante para o contexto atual.

O TPACK permite que os professores adaptem suas práticas a diferentes estilos de aprendizagem e necessidades individuais, utilizando a tecnologia de forma estratégica para enriquecer o conteúdo e promover um aprendizado mais profundo. Ao incorporar o TPACK em suas metodologias, os educadores

conseguem criar experiências educativas que informam e envolvem os alunos de maneira significativa, incentivando a curiosidade e o pensamento crítico. Ao adotar uma postura reflexiva em relação à integração cuidadosa de ferramentas tecnológicas com propósito pedagógico, os professores demonstram proficiência na abordagem dos desafios potenciais que podem surgir durante a implementação desses recursos (Silva; Siqueira; Bedin, 2021).

Dessa forma, a formação docente tecnológica não se limita apenas à familiarização com as últimas tecnologias, mas se estende a uma compreensão aprofundada de como essas ferramentas podem ser estrategicamente incorporadas para enriquecer a aprendizagem. Ao integrar o TPACK na formação de professores de Física, as instituições educacionais estão promovendo não apenas a competência tecnológica, mas também a capacidade de aplicar essas habilidades de forma reflexiva e eficaz no contexto pedagógico, preparando os educadores para os desafios e oportunidades da educação contemporânea (Bedin; Marques; Cleophas, 2023).

Quando os professores possuem um domínio aprofundado do conteúdo que lecionam, são capazes de escolher as estratégias mais eficazes para tornar esse conhecimento acessível aos seus alunos (Cleophas; Bedin, 2022b). A integração do conhecimento tecnológico a esse processo acrescenta uma dimensão extra, permitindo que os educadores selezionem ferramentas que potencializem tanto a compreensão quanto a exploração do conteúdo. Isso pode ocorrer por meio de simulações digitais, experimentos práticos mediados pela tecnologia ou até o uso de plataformas de ensino online. A estrutura do TPACK (*Technological Pedagogical Content Knowledge*) habilita os professores a ajustar suas metodologias para atender às diversas necessidades e estilos de aprendizado dos estudantes.

A importância do TPACK vai além da simples adequação ao conteúdo escolar, visto desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de competências indispesáveis para o século XXI, como a resolução de problemas, a criticidade e a capacidade de trabalhar em equipe. Professores que dominam essa abordagem estão mais preparados para guiar os alunos na aplicação criativa das tecnologias, seja para aprofundar o entendimento de conceitos científicos, desenvolver projetos inovadores ou colaborar de forma produtiva com seus colegas (Cleophas; Bedin, 2022a). Em essência, a formação docente, quando enriquecida com o TPACK, não só aprimora a qualidade do ensino, como também contribui para a formação de indivíduos mais capacitados para enfrentar os desafios científicos e tecnológicos contemporâneos.

Nesse sentido, é essencial investir na qualificação de docentes da área de Física, de modo que eles possam preparar as futuras gerações com as habilidades e o conhecimento necessários para prosperar em um mundo em constante transformação. Essa capacitação não só melhora o desempenho acadêmico dos alunos, como os prepara para atuar como cidadãos críticos, inovadores e flexíveis, aptos a contribuir de maneira relevante para o avanço da sociedade em um cenário cada vez mais tecnológico e dinâmico.

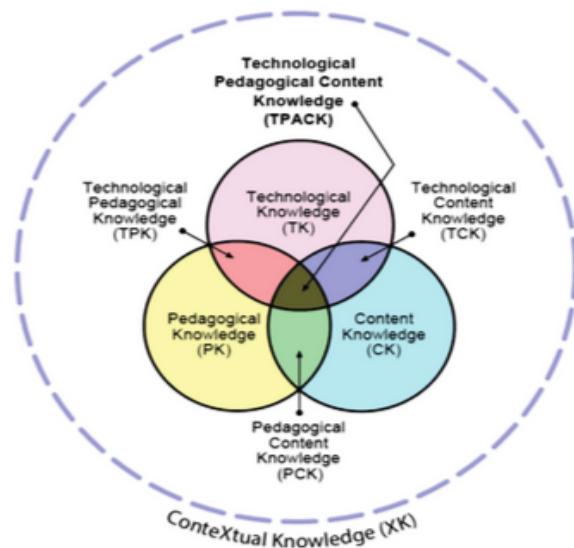
Diante desse contexto, surge a seguinte questão: como os graduandos de Licenciatura em Física percebem seu próprio perfil dentro da estrutura teórica do TPACK? Este artigo, portanto, busca analisar as percepções de futuros docentes de Física sobre o domínio teórico do TPACK, especialmente em relação à sua formação inicial. Essa análise é essencial para entender como os graduandos estão se preparando para utilizar a tecnologia em suas práticas pedagógicas, considerando as exigências de um mundo

educacional cada vez mais digital e interconectado.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A literatura que explora o TPACK destaca que um dos principais desafios enfrentados pela educação atual é a dificuldade em converter o grande volume de informações fragmentadas e desorganizadas em conhecimento estruturado e significativo. O cenário escolar atual exige mais do que a simples transmissão de dados; requer uma capacidade crítica para selecionar, organizar e transformar essas informações em aprendizado relevante (Pérez, 2015). Esse conhecimento deve fazer sentido e ser contextualizado diante da realidade do estudante e do momento de evolução tecnológica em que vive; as novas tecnologias não devem mais ser apenas inseridas, mas também ensinadas. Mishra e Koehler (2008) abordam que um ensino eficaz mediado pela tecnologia deve respeitar três componentes principais: o Conteúdo (C), a Didática (D) e a Tecnologia (T). Todas elas são igualmente importantes e a sua união integra a estrutura primária do TPACK. As superposições desses componentes resultam em três novas bases de conhecimento, além do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo, proposto por Shulman (1987).

Figura 1 – Framework TPACK



Fonte: <https://punyamishra.com/tpack/>.

Basicamente, o modelo na Figura 1 aponta quais são os conhecimentos necessários para o professor desenvolver a sua prática e trabalhe os conceitos necessários por meio de tecnologias, e de práticas pedagógicas que se apropriam das tecnologias, respeitando as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Conhecimento Tecnológico (CT), é um conhecimento que está em constante evolução, e sempre dependerá do momento atual da sociedade. Trata-se da necessidade de se atualizar e se adaptar diante das novas tecnologias que vão surgir. No caso CT, isso incluiria conhecimento de sistemas operacionais e hardware de computador, bem como a capacidade de usar ferramentas de software padrão, incluindo navegadores da Web, simuladores, programas de edição de texto, e-mail, dentre vários outros. Inclui conhecimento básico sobre instalação e atualização de hardware e software, manutenção de arquivos de dados e atualização sobre tecnologias em constante mudança. Nesse aspecto, Baran, Chuang e Thompson (2011) definem que esse conhecimento sobre as várias tecnologias necessárias para o desenvolvimento do perfil transita por

diferentes ferramentas, desde as mais simples, como o lápis e papel, giz e quadro, até mesmo as mais sofisticadas, como os conteúdos digitais, simulações e softwares mais modernos.

Conhecimento do Conteúdo (CC): é o conhecimento sobre o assunto que será aprendido ou ensinado. Claramente, um dos pilares para ser um bom professor é ter o domínio dos conteúdos de sua disciplina, incluindo as teorias e as práticas em um determinado campo intrínseco a área do saber. Os professores também devem entender a natureza do conhecimento, da investigação em diferentes campos e a sua relação com os níveis de dificuldade a depender do público-alvo (fundamental, médio ou superior).

Jang e Tsai (2013) afirmam que o conhecimento que o professor deve ter não é apenas de fatos e conceitos, mas como se é estruturado e quais são as regras norteadoras desses conceitos. O nível de aprofundamento garante boas seleções de conteúdos, apropriadas para os alunos e de maior relevância para suas vidas e questionamentos. Quando se aproxima esse conhecimento ao professor e não a um especialista, a diferença fica na

capacidade que o docente tem em transformar o CC para formatos ensináveis e compreensíveis.

Conhecimento Pedagógico (CP): é um conhecimento aprofundado do processo e da prática de ensino que visa tirar conclusões, valores e objetivos educacionais. É uma forma geral de conhecimento que lida com todos os assuntos de aprendizagem do aluno, gerenciamento de sala de aula, desenvolvimento e implementação de plano de aula e avaliação do aluno. Inclui conhecimento sobre as técnicas ou métodos usados em sala de aula, a natureza do público-alvo e as estratégias para avaliar a compreensão do aluno. Professores com profundo conhecimento de ensino entendem como os alunos constroem conhecimento e adquirem habilidades, desenvolvem hábitos mentais e atitudes de aprendizagem significativas.

Na estrutura do TPACK, existem três componentes do conhecimento representados por três círculos: Tecnologia, Pedagogia e Conteúdo. Importante ressaltar a sobreposição entre esses componentes do conhecimento. A primeira intersecção neste quadro é o Conhecimento Pedagógico e o Conhecimento do Conteúdo, formando o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo. Todavia, Cherner e Smith (2015) propõem uma leve reformulação desse conhecimento, que deve ser feito para os professores do século 21; os autores afirmam ser imprescindível entender todos os elementos necessários para que a escolha do melhor método de instrução em sala de aula, uma vez que o professor é o principal controlador do CP, e envolver todos os alunos, garantindo que eles participem e promovam o pensamento de ordem superior, é um processo significativo e aprofundado.

Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC): a discussão central permeia a representação de conceitos, técnicas de ensino, conhecimento que torna certos conceitos difíceis ou fáceis de

aprender, conhecimento prévio que os alunos possuem e teoria de ensino. O CPC consiste na capacidade de se ensinar um determinado conteúdo, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, adaptando e encontrando as várias maneiras para se usar os materiais necessários nesse processo.

Niess (2011) trabalha a ideia de que para desenvolver esse conhecimento no professor várias discussões ao longo dos anos aconteceram, até se chegar a cinco domínios de conhecimentos, os quais são impactados e devem ser considerados, sendo eles: o assunto, o currículo, a pedagogia, os alunos e as escolas. Niess (2011) ainda afirma que esses domínios devem interagir entre si, reconhecendo a amplitude do contexto educacional, que não se resume a sala de aula.

Conhecimento Tecnológico do Conteúdo (CTC): é uma compreensão das maneiras pelas quais a tecnologia e o conteúdo interagem e restringem reciprocamente. Compreender o impacto da tecnologia, na prática e no conhecimento de uma determinada disciplina, é fundamental para o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas adequadas para fins educacionais. Os professores precisam dominar mais do que os assuntos que ensinam; é interessante que eles tenham uma compreensão profunda das maneiras pelas quais a tecnologia aplicada pode mudar os assuntos. Nesse caso, por exemplo, entram as simulações em Física que modificaram como se realiza um experimento e também a maneira de se representar e compreender os conceitos de Física.

Esse é o conhecimento que mais exige a atualização por parte do professor, pois o mundo e as formas como enxergamos ele está em constante mudanças, sendo que tudo isso precisa ser ensinado para o estudante. Para Brantley-Dias (2014), trata-se não apenas de conhecimento, mas de habilidades que o docente precisa desenvolver para

conseguir promover com eficácia as suas práticas, no intuito de que elas possam atingir os estudantes.

Conhecimento Tecnológico

Pedagógico (CTP): é uma compreensão de como o ensino e a aprendizagem mudam quando tecnologias específicas são usadas. Isso inclui conhecer as possibilidades e as limitações pedagógicas de uma variedade de ferramentas e recursos tecnológicos, conforme elas se relacionam com as estratégias didáticas em cada disciplina. Indica qual é a melhor forma de o professor utilizar determinadas tecnologias para desenvolver seus processos de ensino e aprendizagem. Logo, o CTP envolve a habilidade de escolher tecnologias específicas que se alinhem adequadamente aos objetivos de ensino e aos conteúdos a serem trabalhados. O CTPC não se limita ao uso de ferramentas tecnológicas, mas inclui uma compreensão profunda sobre como essas ferramentas podem ser aplicadas de forma pedagógica para potencializar a aprendizagem (Cibotto; Oliveira, 2017).

Conhecimento Tecnológico

Pedagógico do Conteúdo (TPACK): é a intersecção de todos os três corpos de conhecimento. A compreensão desse conhecimento está acima e além de entender a tecnologia, o conteúdo ou a pedagogia isoladamente, mas em uma forma conjunta, abarcando como essas formas de conhecimento interagem mutuamente. Vai além das múltiplas interações de seus três elementos, engloba o ensino e a aprendizagem de uma determinada disciplina, utilizando técnicas pedagógicas que utilizam adequadamente as tecnologias para abordar o conteúdo diferenciadamente, consoante as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Mishra e Koehler (2008) definem o TPACK como o conjunto de conhecimentos que os professores precisam dominar para utilizar tecnologias no ensino de forma eficaz e com qualidade. Isso demanda uma

compreensão refinada das complexas interações entre tecnologia, pedagogia e conteúdo, a fim de desenvolver estratégias educacionais personalizadas para diferentes contextos e necessidades específicas. Seria como uma nova forma de alfabetização, pautada no desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos na prática, que vai além do conhecimento específico de determinadas disciplinas, tecnologias ou práticas didáticas, mas também do contexto pelo qual o professor está inserido, chamado de *Contextual Knowledge (CK)* (Mishra, 2019), que traduzindo ao português seria o Conhecimento Contextual do Professor (CCP).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, caracterizada por uma abordagem quantitativa de objetivo descritivo, utiliza o procedimento de survey e possui natureza básica. Ou seja, a principal orientação dessa pesquisa reside na coleta e análise de dados numéricos e estatísticos para a descrição de características específicas, sem necessariamente buscar explicações causais. A metodologia empregada na pesquisa é o procedimento de survey, indicando que a coleta de dados ocorre por meio de questionários; método utilizado para obter informações sobre a opinião, comportamento ou características de um grupo específico de pessoas, contribuindo para a compreensão mais aprofundada do objeto de estudo.

Além disso, o estudo é classificado como tendo natureza básica, cuja caracterização significa que a pesquisa visa ampliar principalmente o conhecimento teórico, sem buscar aplicações práticas imediatas. As pesquisas de natureza básica buscam compreender princípios fundamentais e fenômenos, contribuindo para o avanço do conhecimento em uma determinada área. Ademais, o estudo contou com a

participação voluntária de 13 graduandos em Física Licenciatura (GFL) da Universidade Federal do Paraná, sendo selecionada uma turma de estágio curricular supervisionado por conveniência, considerando que o pesquisador é um ex-aluno do referido curso. Vale ressaltar que a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética da instituição, conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE nº. 57500022.3.0000.0102.

No que tange ao delineamento metodológico, este estudo adotou como base um questionário de autorrelato adaptado, conforme proposto por Mishra e Koehler (2006). A confiabilidade do instrumento foi atestada pelo valor do Alfa de Cronbach, que alcançou 0,856, indicando não apenas a confiabilidade, mas também uma alta consistência interna dos dados coletados (Streiner, 2003). Cabe destacar que o questionário foi desenvolvido e aplicado por meio da plataforma Google Formulários, e os participantes tiveram acesso ao mesmo por meio de QRCode (Figura 2). A escolha dessa plataforma se justifica pela sua praticidade, permitindo que as respostas fossem armazenadas de forma assíncrona na nuvem, com a possibilidade de download em formato de planilha Excel em qualquer momento e localidade. Essa abordagem tecnológica proporcionou uma coleta eficiente e uma gestão conveniente dos dados ao longo do estudo.

Figura 2 - Questionário disponibilizado aos licenciandos



Em relação ao questionário, a primeira seção direcionou-se à coleta de dados sobre o perfil dos Graduandos em

Física Licenciatura (GFL). Abordaram-se aspectos relevantes, como informações demográficas, histórico acadêmico e experiências prévias relacionadas à tecnologia e prática pedagógica. Na seção subsequente, adotou-se uma abordagem dissertativa para explorar mais profundamente a percepção dos participantes sobre a interação entre conteúdo, tecnologia e prática pedagógica.

A terceira seção do questionário utilizou questões objetivas para investigar o perfil teórico do Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo (TPACK) de cada GFL. Nessa etapa, os participantes atribuíram pontuações em uma escala Likert de 4 pontos, que variava desde "discordo totalmente" até "concordo totalmente". Importante salientar que, na análise estatística, essas pontuações foram transformadas em variáveis de escala, representadas numericamente de 1 a 4, facilitando a análise quantitativa. Essa escolha de 4 pontos teve como objetivo estimular os participantes a expressarem uma opinião clara e definida, ao invés de se posicionarem de maneira neutra. Essa abordagem foi adotada com a intenção de obter respostas mais engajadas e informadas dos entrevistados (Colton; Covert, 2007).

Diante da distribuição não normal e heterogênea dos dados, confirmada pelo teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, optou-se por utilizar o teste Kruskal-Wallis na análise quantitativa dos dados. Este teste foi escolhido para comparar se há diferenças significativas nas tendências centrais das pontuações de percepção em relação às assertivas sobre o TPACK entre diferentes grupos, considerando especialmente as categorias Idade e Período no Curso dos GFL. O nível de significância estatística foi estabelecido em 0,05 ($p < 0,05$), indicando significância quando o valor de p fosse inferior a esse limiar. Todas as análises estatísticas foram conduzidas utilizando o software SPSS Statistics for Windows, versão 20.0.

Antemão, ressalva-se que a utilização da estatística nesse estudo, com um grupo reduzido de participantes, é justificada por ser na área da Educação, onde cada sujeito é percebido como um lócus de investigação; a estatística possibilitou a agregação e a análise sistemática dos dados, proporcionando uma visão abrangente das tendências e padrões presentes em cada sujeito. Além disso, a justificativa é reforçada pelo valor elevado do Alfa de Cronbach, indicando consistência interna nas medidas utilizadas; isso destacou a importância na busca por resultados confiáveis, promovendo a qualidade e a confiabilidade do trabalho e do questionário respondido pelo grupo de sujeitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao perfil dos GFL, 30,8% (n = 4) possuía idade entre 20 e 23 anos, 38,4% (n = 5) com idade entre 24 e 26 anos e 30,8% (n = 4) com idade igual ou maior que 27 anos. Do total, 30,8% (n = 4) cursava o 8º período da graduação, 46,1% (n = 6) estava no 9º período e 23,1% (n = 3) no 10º período.

A análise a partir do teste de Kruskal-Wallis, presente na Tabela 1, revelou que, para todas as assertivas, apenas a assertiva CP1 [$\chi^2 (2) = 8,100$; $p < 0,05$] (*Eu sou capaz de expandir a capacidade de pensar dos meus alunos criando tarefas desafiadoras para eles*) do grupo de Conhecimento Pedagógico e a assertiva CTPC2 [$\chi^2 (2) = 10,272$; $p < 0,05$] (*Eu consigo selecionar tecnologias para usar em minha sala de aula a fim de enriquecer o que eu ensino, como eu ensino e o que os alunos aprendem*) do grupo de Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo exerceram influência significativa em relação à categoria Período em que os GFL estavam.

Considerando a categoria Idade, as assertivas CT3 [$\chi^2 (2) = 0,033$; $p < 0,05$] (*Eu sou capaz de criar páginas web (sites) na internet*), referente ao grupo do Conhecimento Tecnológico) e CTC4 [$\chi^2 (2) = 3,182$; $p < 0,05$] (*Eu sou capaz de utilizar diferentes tecnologias apropriadas para estudar e aprender o conteúdo de Física*), do grupo do Conhecimento Tecnológico do Conteúdo, exerceram influência estatisticamente significativa.

Tabela 1 – Resultados da análise do teste Kruskal-Wallis para as assertivas

	CC1	CC2	CC3	CC4	CP1	CP2	CP3	CP4	CPC1	CPC2
χ^2	2,250	1,786	0,959	5,250	8,100	1,750	0,238	0,250	3,141	1,889
df	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
p	0,325	0,409	0,619	0,072	0,017	0,417	0,888	0,882	0,208	0,389
(Período)	0,662	0,495	0,758	0,084	0,517	0,369	0,783	0,112	0,427	0,076
p (Idade)	CPC3	CPC4	CT1	CT2	CT3	CT4	CTP1	CTP2	CTP3	CTP4
χ^2	1,167	1,207	0,643	1,273	0,033	1,941	0,000	3,333	0,625	0,097
df	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
p	0,558	0,547	0,725	0,529	0,984	0,379	1,000	0,189	0,732	0,952
(Período)	0,902	0,398	0,293	0,101	0,011	0,153	0,118	0,245	0,910,	0,058
p (Idade)	CTC1	CTC2	CTC3	CTC4	CTPC1	CTPC	CTPC3	CTPC		
						2	4			
χ^2	1,544	2,984	4,691	3,182	3,225	10,272	3,714	0,581		
df	2	2	2	2	2	2	2	2		
p	0,462	0,225	0,096	0,204	0,199	0,006	0,156	0,748		
(Período)	0,370	0,160	0,121	0,008	0,902	0,767	0,417	0,873		
p (Idade)										

Fonte: dados da pesquisa via SPSS, 2023.

Diante dos dados na Tabela 1, é possível ajuizar que a disparidade nas percepções entre os estudantes, em detrimento do período do curso onde se encontram, em relação às assertivas pode ser justificada por uma série de fatores associados à trajetória acadêmica e ao desenvolvimento pedagógico. Por exemplo, os GFL que estão em níveis mais baixos do curso podem demonstrar uma percepção mais desafiadora quanto à capacidade de expandir o pensamento dos alunos, uma vez que ainda estão se familiarizando com estratégias pedagógicas e podem ter experiências limitadas em situações reais de ensino. Além disso, a seleção de tecnologias para enriquecer o ensino pode parecer mais complexa, dada a falta de exposição extensiva a ferramentas educacionais, o que, normalmente, ocorre ao final dos cursos de licenciatura, em disciplinas específicas que abordam tecnologia.

Por outro lado, os GFL que se encontram em períodos mais avançados do curso, que acumularam experiências práticas ao longo de estágios e atividades pedagógicas, podem apresentar percepções mais confiantes em relação a essas assertivas. Sua maturidade pedagógica e conhecimento tecnológico aprimorados ao longo do tempo, influenciam positivamente a capacidade própria de criar tarefas desafiadoras e selecionar tecnologias eficazmente. Assim, a discrepância nas percepções reflete não apenas o progresso acadêmico, mas também o desenvolvimento contínuo de habilidades ao longo do curso, fornecendo insights valiosos para ajustes nas estratégias de ensino e apoio contínuo ao crescimento dos estudantes.

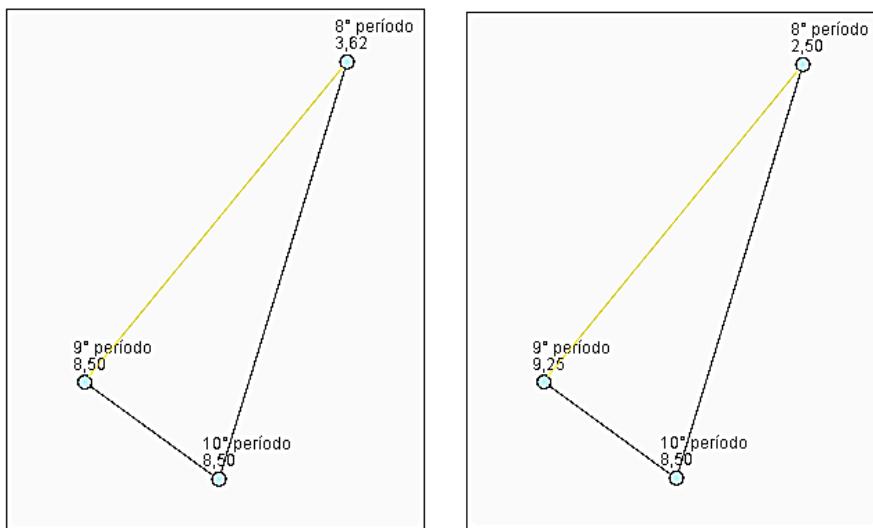
Ainda nesse campo, acredita-se que a desconexão nas percepções entre alunos de idades diferentes em relação às assertivas apresentadas pode ser explicada por uma combinação de fatores relacionados ao acesso prévio à tecnologia, a familiaridade com

ferramentas digitais e a experiências educacionais acumuladas ao longo do tempo. Ou seja, no que diz respeito à capacidade de criar páginas web, os alunos mais jovens podem demonstrar maior confiança, uma vez que cresceram em uma era digital, frequentemente expostos a dispositivos eletrônicos e atividades online desde cedo. Possivelmente, eles podem ter adquirido habilidades tecnológicas de maneira mais natural em comparação com os colegas mais velhos, contribuindo para uma percepção mais positiva em relação a essa assertiva.

Quanto à utilização de diferentes tecnologias para estudar a disciplina de Física, os alunos mais novos podem apresentar uma abordagem mais pragmática e seletiva, baseada em suas experiências acumuladas pelo método prático aprimorado diariamente. Em comunhão, os GFL mais jovem podem ter desenvolvido estratégias de aprendizado mais consolidadas e, consequentemente, ter uma percepção mais fundamentada sobre a seleção de tecnologias apropriadas para a disciplina, derivada do arcabouço de conhecimento sobre aparelhos tecnológicos. Ainda, os alunos mais jovens podem explorar diversas ferramentas de maneira mais aberta, influenciando a própria percepção sobre a eficácia dessas tecnologias no contexto educacional.

Levando isso em consideração, foi necessário adaptar o teste estatístico de Kruskal-Wallis para um teste de múltiplas comparações em pares (MCFP), com o objetivo de identificar quais grupos, dentro das categorias estudadas, exerceram influência significativa sobre as assertivas analisadas. Como ilustrado na Figura 3, no caso das assertivas CP1 e CTPC2, relacionadas à categoria "Período no Curso", observou-se que os GFL do 8º e 9º períodos foram os grupos que influenciaram significativamente ambas as assertivas, com $p = 0,024$ para CP1 e $p = 0,006$ para CTPC2.

Figura 3 – Análise de influência da categoria Período no Curso para as assertivas CP1 e CTPC2



Sobre o disposto na Figura 3, a partir dos dados no Excel, no intento de identificar de que forma o grupo exerce a influência em cada assertiva, como pondera o teste Kruskal-Wallis MCFP, realizou-se um rank. O rank revelou que os GFL que estão no 9º período apresentam tendência positiva e densidade central sobre as assertivas CP1 e CTPC2 em relação aos GFL que estão no 8º período.

Isso se justifica porque à medida que o GFL se aproxima do final de seu curso, sua capacidade aprimorada de expandir a capacidade de pensar dos alunos da Educação Básica e de selecionar tecnologias para enriquecer o ensino ligam-se intrinsecamente à sua jornada educacional. Ou seja, experiências práticas, adquiridas por meio de estágios, supervisões e vivências na sala de aula, proporcionam uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais e das necessidades específicas dos alunos da Educação Básica.

Além disso, o desenvolvimento contínuo de habilidades pedagógicas ao longo do curso contribui para a capacidade do GFL em criar tarefas desafiadoras que estimulam o pensamento crítico dos estudantes, visto já ter passado por diferentes disciplinas que compõem o currículo relacionadas aos conhecimentos de conteúdos, pedagogia e tecnologia. A reflexão sobre práticas pedagógicas,

comumente incentivada no final do curso, permite uma avaliação cuidadosa das estratégias de ensino, proporcionando uma base sólida para que o GFL faça uma escolha estratégica e eficaz de tecnologias educacionais.

A familiaridade mais aprofundada com uma variedade de tecnologias, já associada as atividades durante o curso de formação, atrelada a um conhecimento mais amplo do conteúdo específico de sua área de ensino, possibilita ao GFL no final do curso uma integração mais efetiva de recursos tecnológicos na sala de aula. Orientações de professores experientes e mentores, frequentemente presentes nessa fase do curso, desempenham um papel crucial, fornecendo insights valiosos sobre a aplicação prática de teorias e estratégias de ensino.

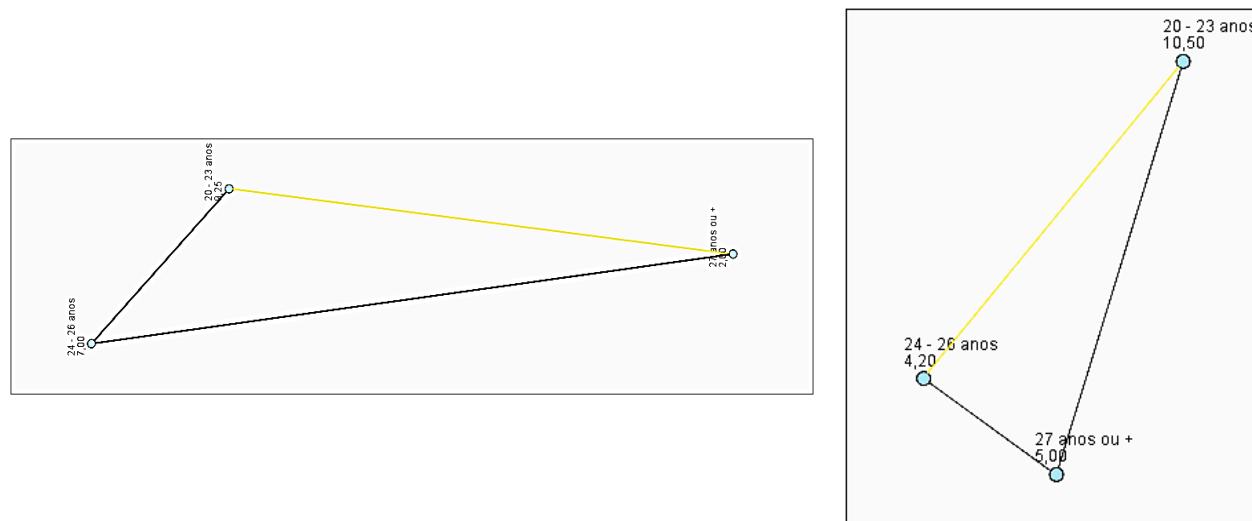
Portanto, o amadurecimento profissional, a combinação de experiências práticas e teóricas, a reflexão sobre práticas pedagógicas e a orientação docente, convergem para capacitar o GFL no final do curso a impactar positivamente a experiência educacional dos alunos da Educação Básica, demonstrando habilidades avançadas na criação de tarefas desafiadoras e na seleção criteriosa de tecnologias educacionais.

Para as assertivas CT3 e CTC4, referentes a categoria Idade, o teste Kruskal-Wallis 1-way ANOVA de múltipla

comparação em forma de par (MCFP) revelou que os CFL com idade entre 20 e 23 anos discordam dos CFL com idade igual ou superior a 27 anos em relação à

assertiva CT3, com $p = 0,09$, e que os CFL com idade entre 20 e 23 anos discordam dos CFL com idade entre 24 e 26 anos, com $p = 0,009$, conforme Figura 4.

Figura 4 - Análise de influência da categoria Faixa Etária para as assertivas CT3 e CTC4



Sobre o disposto na Figura 4, a partir dos dados no Excel, como pondera o teste Kruskal-Wallis MCFP, realizou-se um rank e observou-se que os CFL com idade entre 20 e 23 anos apresentam uma concordância superior em relação aos CFL com idade igual ou superior a 27 anos referente a assertiva CT3, e também em relação aos CFL com idade entre 24 e 26 anos sobre a assertiva CTC4.

Ou seja, os CFL mais jovens possuem habilidades e competências mais aprimoradas no sentido de criar páginas web e utilizar tecnologias para estudar, visto que estão imersos desde cedo na era digital, têm uma exposição precoce a dispositivos eletrônicos e à internet. Essa vivência constante facilitou a familiaridade e o desenvolvimento natural de habilidades tecnológicas ao longo do tempo. A mentalidade aberta e a adaptabilidade dos CFL mais jovens (20 e 23 anos) também contribuem para uma aprendizagem intuitiva de novas tecnologias.

Por outro lado, alunos mais velhos podem ter experimentado uma formação

em um período em que a tecnologia não desempenhava um papel tão proeminente na educação. A falta de exposição precoce pode resultar em uma curva de aprendizado mais desafiadora para adquirir habilidades específicas, como a criação de páginas web. Além disso, a predisposição a métodos de aprendizado tradicionais e a menor familiaridade com as inovações tecnológicas podem influenciar a disposição para explorar e incorporar novas ferramentas digitais.

Portanto, entende-se que a rápida evolução do ambiente educacional, com instituições mais recentes adotando tecnologias de maneira mais proeminente, como escolas da Educação Básica, pode beneficiar professores mais jovens, enquanto professores mais velhos podem enfrentar desafios adicionais ao se adaptarem a novas práticas, necessitando um aperfeiçoamento com viés tecnológico. Portanto, compreender essas diferenças geracionais é crucial ao desenvolver estratégias educacionais que promovam habilidades digitais em

diversos grupos de estudantes, em essencial na formação de professores.

5 CONCLUSÃO

Com relação ao foco desta pesquisa, é relevante destacar que as percepções dos GFL sobre as proposições associadas ao TPACK, de modo geral, são bastante alinhadas. Entretanto, nuances interessantes emergem ao considerar a variável "Período no Curso" e a categoria "Idade". No que se refere ao período do curso, os GFL em fases mais avançadas de sua formação revelam uma tendência maior em ampliar a capacidade de pensamento crítico dos alunos, propondo atividades desafiadoras e selecionando com mais precisão as tecnologias que utilizam em sala de aula. Eles demonstram maior familiaridade e confiança na escolha de ferramentas que suportam e aprofundam o aprendizado do conteúdo de Física.

Por outro lado, quando se considera a categoria "Idade", os GFL mais jovens tendem a se sentir mais à vontade ao utilizar tecnologias como a criação de páginas web e a implementação de diferentes ferramentas digitais. Esses graduandos, apesar de menos experientes, expressam uma confiança maior em relação ao uso de recursos tecnológicos para apoiar o ensino de Física. Isso sugere que, embora a experiência acadêmica e a exposição a práticas pedagógicas aprofundadas influenciem a escolha de tecnologias para o ensino, os estudantes mais jovens, familiarizados com o ambiente digital, demonstram habilidades práticas que podem complementar a formação docente.

Portanto, as percepções dos GFL sobre o TPACK variam de acordo com a fase do curso e a idade, refletindo diferentes níveis de maturidade pedagógica e tecnológica. Esses achados indicam que a formação inicial de professores de Física deve, além de contemplar a integração de tecnologias ao currículo, considerar as especificidades de cada perfil discente, promovendo um

equilíbrio entre o uso de ferramentas digitais e a aplicação de metodologias pedagógicas eficazes.

Estas conclusões ressaltam a significativa influência dos resultados obtidos neste estudo no contexto da formação de professores de Física, evidenciando padrões comportamentais e preferências que podem orientar estratégias pedagógicas mais eficazes para cada grupo específico. Dessa forma, torna-se crucial a implementação de iniciativas que possibilitem aos licenciandos a construção do perfil TPACK, não apenas visando elevar a qualidade do ensino, mas também preparando-os para a era digital.

Essas ações incluiriam o fomento do engajamento dos alunos por meio da tecnologia, personalização da aprendizagem e a integração de práticas inovadoras, alinhadas às diferentes necessidades e características dos futuros educadores. Assim, ao abraçar essas diretrizes, é possível não apenas fortalecer a formação dos profissionais da educação, como também contribuir para uma educação mais adaptada às demandas contemporâneas.

Este estudo, embora ofereça insights valiosos sobre as percepções dos GFL em relação ao TPACK, apresenta algumas limitações que merecem consideração. Uma dessas limitações reside no tamanho da amostra, composta por GFL de uma única instituição. A generalização dos resultados para contextos mais amplos pode ser desafiadora, considerando a diversidade de programas de formação de professores em diferentes instituições e regiões. Além disso, a abordagem quantitativa utilizada pode não capturar nuances mais sutis nas percepções dos participantes, limitando a compreensão holística do fenômeno em estudo.

Para lidar com essas limitações, futuras pesquisas podem explorar abordagens mistas, incorporando métodos qualitativos para obter uma compreensão mais aprofundada das percepções dos GFL. Além disso, expandir a amostra para

incluir participantes de diversas instituições permitiria uma análise mais abrangente e representativa das percepções no contexto da formação de professores de Física. Adicionalmente, uma revisão cuidadosa das questões do questionário pode ser conduzida para garantir a clareza e a compreensão adequada por parte dos participantes.

REFERÊNCIAS

- BARAN, E.; CHUANG, H. H.; THOMPSON, A. TPACK: An emerging research and development tool for teacher educators. *Turkish Online Journal of Educational Technology-TOJET*, v. 10, n. 4, p. 370-377, 2011.
- BEDIN, E.; MARQUES, M. S.; CLEOPHAS, M. G. Research on the Content, Technological, and Pedagogical Knowledge (TPACK) of Chemistry Teachers During Remote Teaching in the Pandemic in the Light of Students' Perceptions. *Journal of Information Technology Education: Research*, v. 22, p. 001-024, 2023.
- BRANTLEY-DIAS, I.; ERTMER, P. A. Goldilocks and TPACK: Is the construct 'just right?'. *Journal of Research on Technology in Education*, v. 46, n. 2, p. 103-128, 2013.
- CHERNER, T.; SMITH, D. Reconceptualizing TPACK to meet the needs of twenty-first-century education. *The New Educator*, v. 13, n. 4, p. 329-349, 2017.
- CIBOTTO, R. A. G.; OLIVEIRA, R. M. M. A. *TPACK-Conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo: uma revisão teórica*. Imagens da Educação, v. 7, n. 2, p. 11-23, 2017.
- CLEOPHAS, M. G.; BEDIN, E. Estudo investigativo do domínio dos professores sobre a tríade do conteúdo científico, pedagógico e tecnológico: uma análise das aulas de Química durante a pandemia. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 28, 2022a.

CLEOPHAS, M. G.; BEDIN, E. Panorama sobre o Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo (CTPC) à luz das percepções dos estudantes. *RENOTE*, v. 20, n. 1, p. 399-408, 2022b.

COLTON, D.; COVERT, R. W. Designing and constructing instruments for social research and evaluation. John Wiley & Sons, 2007.

JANG, S.; TSAI, M. Exploring the TPACK of Taiwanese secondary school science teachers using a new contextualized TPACK model. *Australasian journal of educational technology*, v. 29, n. 4, 2013.

MISHRA, P. Considering contextual knowledge: The TPACK diagram gets an upgrade. *Journal of Digital Learning in Teacher Education*, v. 35, n. 2, p. 76-78, 2019.

MISHRA, P.; KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: A framework for teacher knowledge. *Teachers college record*, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2006.

MISHRA, P.; KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: A framework for teacher knowledge. *Teachers college record*, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2008.

NIESS, M. L. Investigating TPACK: Knowledge growth in teaching with technology. *Journal of educational computing research*, v. 44, n. 3, p. 299-317, 2011.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Educação na era digital: a escola educativa*. Porto Alegre: Penso, 2015.

SHULMAN, L. S. Those who understand: Knowledge growth in teaching. *Educational researcher*, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.

SHULMAN, L. Knowledge and teaching: Foundations of the new reform. **Harvard educational review**, v. 57, n. 1, p. 1-23, 1987.

SILVA, A. S.; SIQUEIRA, L. E.; BEDIN, E. Base conceitual do conhecimento tecnológico pedagógico do conteúdo de professores de ciências exatas. **RiTeCiMa**, v. 1, p. 136-151, 2021.

SIQUEIRA, L. E.; BEDIN, E. Da teoria ao planejamento: oficina formativa e a dimensão do perfil teórico Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo. **REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 11, n. 1, p. e23094-e23094, 2023.

STREINER, D. L. Starting at the beginning: an introduction to coefficient alpha and internal consistency. **Journal of personality assessment**, v. 80, n. 1, p. 99-103, 2003.



VINICIUS FERNANDO DE LIMA

Licenciando em Física (UFPR) e mestrando em Educação em Ciências e em Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR).



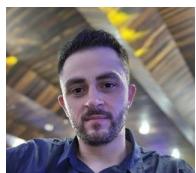
ANNA CAROLINA CUNTA DE OLIVEIRA VIVIANI

Licenciada em Química (IFF) e mestrandona em Educação em Ciências e em Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



EVERTON BEDIN

Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



LUCAS EDUARDO DE SIQUEIRA

Mestre e doutorando em Educação em Ciências e em Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR).

Mortalidade Materna na Adolescência e a Cobertura de Pré-natal na Região Norte do Brasil: análise temporal, 2018-2022

Maternal Mortality in Adolescents and Prenatal Care Coverage in the Northern Region of Brazil: Temporal Trend, 2018-2022

Maria Cândida Azevedo^a, Irenides Teixeira.

^aFundação Escola de Saúde Pública Palmas (FESP/Palmas). E-mail: enf.candidaaz@gmail.com

Resumo: A mortalidade materna é a morte da mulher durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o parto. Este estudo tem como objetivo analisar os óbitos maternos em adolescentes ocorridos na região norte do Brasil e avaliar a cobertura de pré-natal. Trata-se de uma pesquisa descritiva com dados coletados no DATASUS e do Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr) entre os anos de 2018 e 2022. Dessa forma, pode-se constatar que a maioria dos óbitos ocorreram na faixa etária de 15 a 19 anos (91,53%), com maior incidência no Amazonas e Pará, predominante em adolescentes pardas e com baixa escolaridade. A cobertura de pré-natal na região permaneceu acima de 94% ao longo dos anos analisados, atingindo um pico de 96% em 2022. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas para reduzir desigualdades regionais e ampliar o acesso à assistência materna qualificada.

Palavras-chave: Mortalidade materna; Monitoramento epidemiológico; Saúde materna; Epidemiologia descritiva; Adolescente.

Abstract: Maternal mortality is the death of a woman during pregnancy or up to forty-two days after childbirth. This study aims to analyze maternal deaths among adolescents in the northern region of Brazil and assess prenatal care coverage. It is a descriptive study with data collected from DATASUS and the Brazilian Obstetric Observatory (OOBr) between the years 2018 and 2022. The findings show that most deaths occurred in the 15 to 19 age group (91.53%), with the highest incidence in Amazonas and Pará, predominantly among mixed-race adolescents with low educational attainment. Prenatal care coverage in the region remained above 94% throughout the analyzed years, reaching a peak of 96% in 2022. The findings highlight the need for public policies to reduce regional inequalities and expand access to quality maternal care.

Keywords: Maternal mortality; Epidemiological monitoring; Maternal health; Descriptive epidemiology; Adolescent.

Submetido em: 28/02/2025.

Aceito em: 21/05/2025.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define morte materna ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 (quarenta e dois) dias após o término desta, independentemente de sua duração ou localização da gravidez. Ocasiona-se devido a qualquer condição ou complicaçāo referente a gravidez ou por

decisões acerca dela, sendo subdividida entre uma causa direta, onde ocorre durante o ciclo gravídico puerperal, ou indireta que decorre de patologias prévias à gestação e/ou desenvolvidas neste período. Exclui-se deste conceito aqueles originados por causas acidentais ou incidentais. Tendo em vista que a mortalidade materna pode ser evitada em

cerca de 92% dos seus casos, considera-se, portanto, uma das causas mais severas da violação dos direitos das mulheres (Brasil, 2009).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) determina que a supervisão dos óbitos maternos seja realizada através do indicador Razão de Mortalidade Materna (RMM), obtido através de um cálculo do número de óbitos maternos corrigido (multiplicado) pelo fator de correção 1,42 e dividido pelo número de nascidos vivos no mesmo período avaliado. Por intermédio dos resultados conseguidos a partir deste indicador, é possível traçar os perfis demográficos, geográficos e temporais da mortalidade materna, sendo possível ainda a identificação de desigualdades e a necessidade de ações específicas. Dessa forma, a mortalidade materna aponta para a qualidade de vida da população ao escancarar, dentre outros tantos, a desigualdade de gênero e a baixa qualidade assistencial dos serviços de saúde, principalmente em locais com baixos níveis socioeconômicos (Barreto, 2021).

A região Norte do Brasil é marcada por desigualdades socioeconômicas acentuadas e uma alta dependência de internações de complexidade elevada, resultante do significativo isolamento geográfico em relação às demais regiões. Composta por sete estados – Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins – abrange cerca de 45% do território brasileiro. Um estudo da década de 2010 revelou que a região apresenta a maior taxa de mortalidade materna do país, com uma média de 72,47 óbitos por 100.000 nascidos vivos, aumentando anualmente em 3,0%. Em 2022, dentre os nascimentos na região, cerca de 19,7% ocorreram entre mães adolescentes. A gravidez na adolescência, conforme a OMS, está ligada a maiores riscos de complicações para a mãe, o feto e o recém-nascido. O início tardio ao pré-natal (PN) e o acesso inadequado à

assistência no parto são determinantes para o aumento da mortalidade materna (Oliveira *et al.*, 2024; Galvão *et al.*, 2023; Ministério da Saúde, 2023; DATASUS, 2024).

O Brasil registrou sua pior taxa de mortalidade materna, com 107 óbitos por 100 mil nascimentos. Em resposta, o Ministério da Saúde lançou a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI), atualizando a Rede Cegonha para reduzir as taxas de mortalidade. Em 2022, a mortalidade entre mães pretas foi o dobro da média geral, o que levou à criação da Rede Alyne, focada no cuidado humanizado e na redução de desigualdades étnico-raciais e regionais. O novo modelo homenageia Alyne Pimentel, que morreu grávida de seis meses por falta de atendimento adequado na rede pública de saúde no município de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, em 2002 (Catoia, Severi e Firmino, 2020; Mortelaro *et al.*, 2024).

Como signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil assumiu o compromisso da Agenda 2030, que inclui entre suas metas a redução da Razão de Mortalidade Materna para 30 óbitos por 100 mil nascimentos. No contexto brasileiro, a taxa de mortalidade materna continua sendo um dos indicadores mais preocupantes de saúde pública. Este cenário persiste como um desafio significativo a ser enfrentado devido a pandemia declarada pela OMS de COVID-19 resultou em um aumento alarmante de mortes entre gestantes e puérperas no Brasil, colocando o país entre os líderes globais em óbitos maternos associados ao vírus SARS-CoV-2 (Galvão *et al.*, 2023; Gama *et al.*, 2024).

Desta forma, este trabalho propõe analisar a mortalidade materna em adolescentes residentes da região norte do país e a cobertura de pré-natal entre os anos de 2018 a 2022.

2 METODOLOGIA

Estudo descritivo ecológico, de análise dos óbitos maternos de adolescentes residentes na região norte do Brasil, notificados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A cobertura de pré-natal, analisados pelo painel interativo do Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr), no período de 2018 a 2022.

As variáveis, analisadas de forma agrupada, com base no ano de óbito materno, a faixa etária materna (10-19 anos) conforme a definição de adolescentes pela OMS, a cor/raça (branca, preta, parda ou indígena), os tipos de causas obstétricas (diretas, indiretas ou não especificadas), os grupos de causa do óbito materno e o momento do falecimento (durante a gravidez, parto ou aborto, ou no puerpério, até 42 dias após o parto).

Os dados de mortalidade materna foram extraídos por meio do tabulador TabNet, de domínio público. Após, exportados para uma planilha, calculado a porcentagem e a razão de mortalidade materna conforme as variáveis agrupadas e classificados por estados da região norte do país, nenhum dado analisado passou por critério de exclusão. As variáveis da cobertura de pré-natal, extraída do OOBr foram agrupadas em formato de gráfico.

A escolha do período de análise, de 2018 a 2022, justifica-se pela necessidade de compreender possíveis impactos da pandemia de COVID-19 na mortalidade materna em adolescentes e na cobertura de pré-natal na região Norte do Brasil. Para isso, os dados foram comparados entre os dois anos anteriores e os dois anos posteriores à pandemia declarada pela OMS em 2020, permitindo avaliar se houve variações significativas antes, durante e após esse período. Essa abordagem possibilita identificar tendências e eventuais fragilidades no atendimento materno-infantil decorrentes da crise sanitária, contribuindo para a

formulação de estratégias voltadas à redução da mortalidade materna e à ampliação do acesso à assistência pré-natal qualificada.

3 RESULTADOS

Entre 2018 e 2022, a região Norte do Brasil registrou 189 óbitos maternos em adolescentes de 10 a 19 anos. No Brasil, a RMM de adolescentes dessa faixa etária e no período estudado atingiu o pico máximo de 78,64 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2021 e a menor taxa registrada de 50,84/100mil NV em 2022. Dos sete estados da região Norte analisados, apenas três registraram uma RMM igual a zero, sendo Rondônia (2022), Acre (2019, 2021 e 2022) e Amapá (2018, 2019 e 2021). Por outro lado, o estado do Pará apresentou as maiores taxas da região em dois anos consecutivos com 106,52/100mil NV (2018) e 99,74/100mil NV (2019), superando os demais estados, inclusive a média nacional. Em 2020, Roraima atingiu o topo ao registrar uma RMM de 200,77/100 mil NV, enquanto, em 2021, o Pará retomou a liderança com 109,01/100 mil NV. Já em 2022, Tocantins registrou a maior taxa, alcançando 150,62/100 mil NV (Tabela 1).

A maioria dos óbitos maternos ocorreu entre adolescentes pardas, com 9 casos na faixa de 10 a 14 anos e 129 na de 15 a 19 anos, resultando em uma RMME elevada de 64,85 e 59,06 por 100 mil nascidos vivos, respectivamente. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, os óbitos entre brancas, pretas e indígenas apresentaram pouca variação, possivelmente refletindo a distribuição demográfica da região. Já na faixa de 15 a 19 anos, a população indígena registrou 19 óbitos, com uma RMME de 8,69 por 100 mil NV, o que sugere maior vulnerabilidade e dificuldades no acesso a uma assistência materna adequada (Tabela 2).

No que concerne ao estado civil da população estudada, a maior parte dos óbitos ocorreu entre adolescentes

solteiras, com um aumento progressivo de 61% em 2018 para 73% em 2019 e 78% em 2020, seguido por uma redução para 62%

em 2021 e um novo crescimento para 67% em 2022.

Tabela 1 – Razão de mortalidade materna corrigida* por 100 mil nascidos vivos, Brasil e estados da Região Norte, 2018 – 2022.

Região Norte do Brasil	RMM*/100mil NV por ano de óbito				
	2018	2019	2020	2021	2022
<i>Brasil</i>	58,52	57,24	49,48	78,64	50,84
Rondônia	57,78	62,30	104,48	71,08	0
Acre	34,39	0	40,48	0	0
Amazonas	103,59	76,51	81,57	95,95	74,08
Roraima	46,60	88,47	200,77	96,73	107,65
Pará	106,52	99,74	87,36	109,01	49,09
Amapá	0	0	46,49	0	55,97
Tocantins	85,49	30,90	97,63	98,90	150,62

Fonte: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2025).

Tabela 2 – Número absoluto, percentual e Razão de Mortalidade Materna Específica* de óbitos maternos em adolescentes por raça/cor de pele, estado civil e escolaridade, Região Norte do Brasil, 2018 a 2022.

Variável	10 a 14 anos			15 a 19 anos		
	n	%	RMME*	n	%	RMME*
Óbitos Totais	16	8,47%	115,30	173	91,53%	79,21
Raça/Cor de pele						
Branca	1	6,25%	7,20	15	8,67%	6,86
Preta	2	12,50%	14,41	8	4,62%	3,66
Parda	9	56,25%	64,85	129	74,57%	59,06
Indígena	2	12,50%	14,41	19	10,98%	8,69
Ignorado	2	12,50%	14,41	2	1,16%	0,91
Estado Civil						
Solteira	13	81,25%	93,68	115	66,47%	52,65
Casada	0	0,00%	0	7	4,05%	3,20
Outro	2	12,50%	14,41	38	21,97%	17,39
Ignorado	1	6,25%	7,20	13	7,51%	5,95
Escolaridade						
Nenhuma	1	6,25%	7,20	7	4,05%	3,20
1 a 3 anos	3	18,75%	21,61	13	7,51%	5,95
4 a 7 anos	8	50,00%	57,65	62	35,84%	28,38
8 a 11 anos	3	18,75%	21,61	67	38,73%	30,67
12 anos ou mais	0	0,00%	0	5	2,89%	2,28
Ignorado	1	6,25%	7,20	19	10,98%	8,69

Fonte: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2025).

Entre as casadas, o percentual permaneceu relativamente estável, variando entre 0% e 7%, com o maior índice registrado em 2018 e o menor em 2022. Além disso, houve grande quantidade de óbitos classificados como “outros” e “ignorado”, o que pode estar associado à gravidez precoce em uniões informais, muitas vezes em contextos de vulnerabilidade social (Tabela 2).

A baixa escolaridade é um fator de risco em ambas as faixas etárias. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, metade dos óbitos (8 casos – 50%) ocorreram entre aquelas com 4 a 7 anos de estudo, enquanto 3 (18,75%) tinham de 1 a 3 anos, outros 3 (18,75%) de 8 a 11 anos e apenas 1 caso (6,75%) foi registrado como ignorado. Não houve óbitos entre aquelas com 12 ou mais anos de estudo. Na faixa de 15 a 19 anos, a maioria das vítimas tinha de 8 a 11 anos de estudo (67 casos – 38,73%), seguida por aquelas com 4 a 7 anos (62 casos – 35,84%). Além disso, houve 19

casos ignorados (10,98%), 13 óbitos (7,51%) entre adolescentes com 1 a 3 anos de estudo, 7 (4,05%) sem registro de escolaridade e apenas 5 casos (2,89%) entre aquelas com 12 anos ou mais de estudo (Tabela 2).

Referente ao tipo de causa obstétrica, as causas diretas predominaram em ambos os grupos etários, sendo 11 casos (68,75%) na faixa de 10 a 14 anos e 112 casos (64,74%) entre 15 a 19 anos. As causas indiretas corresponderam a 3 casos (18,75%) no grupo de 10 a 14 anos e 52 casos (30,06%) no de 15 a 19 anos. Por fim, as causas não específicas registraram 2 casos (12,50%) na faixa mais jovem e 9 casos (5,20%) entre adolescentes de 15 a 19 anos. Essa distribuição evidencia maior prevalência de complicações obstétricas diretas em adolescentes, com redução proporcional de causas indiretas e não especificadas conforme o aumento da idade (Tabela 3).

Tabela 3 – Número absoluto, percentual e Razão de Mortalidade Materna Específica* de óbitos maternos em adolescentes por tipo de causa obstétrica, estado civil e escolaridade, Região Norte do Brasil, 2018 a 2022.

Variável	10 a 14 anos			15 a 19 anos		
	n	%	RMME*	n	%	RMME*
Tipos de Causa Obstétrica						
Direta	11	68,75%	79,27	112	64,74%	51,28
Indireta	3	18,75%	21,61	52	30,06%	23,81
Não especificada	2	12,50%	14,41	9	5,20%	4,12
Momento do óbito						
Na gravidez, parto ou aborto	7	43,75%	50,44	55	31,79%	25,18
No puerpério, até 42 dias	9	56,25%	64,85	118	68,21%	54,03
Local de ocorrência						
Hospital	14	87,50%	100,89	151	87,28%	69,14
Outro estabelecimento de saúde	0	00,00%	0	3	1,73%	1,37
Domicílio	1	6,25%	7,20	9	5,20%	4,12
Via pública	1	6,25%	7,20	2	1,16%	0,91
Outros	0	00,00%	0	8	4,62%	3,66

Fonte: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2025).

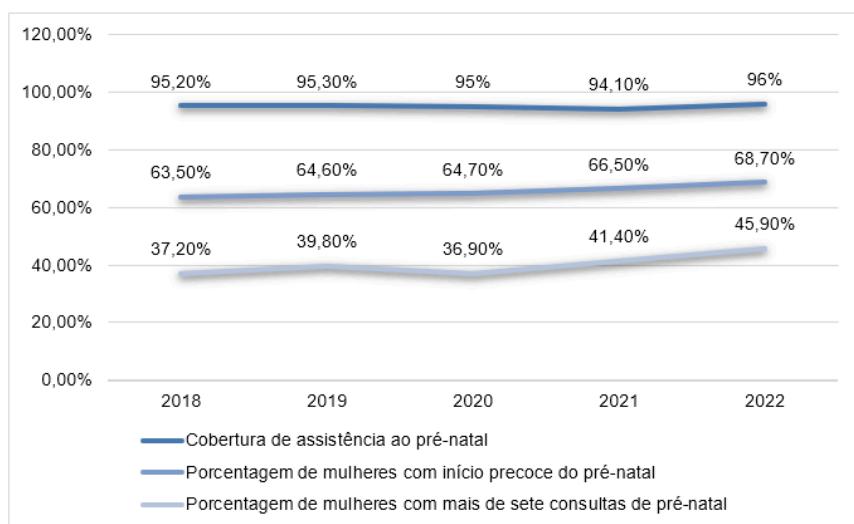
No que diz respeito ao momento do óbito, houve uma prevalência de casos, em ambas as faixas etárias, de óbitos no ocorridos durante o puerpério ou até 42 dias, registrando 9 casos (56,25%) na faixa mais jovem e 118 (68,21%) de 15 a 19 anos. Os óbitos ocorridos na gravidez, parto ou aborto, registraram 7 casos (43,75%) na faixa de 10 a 14 anos e 55 (31,79%) na faixa de 15 a 19 anos.

Já no que diz respeito ao local de ocorrência dos óbitos, é possível observar que na faixa etária de 10 a 14 anos, ocorreram 14 casos (87,50%) em ambiente hospitalar, registrando uma RMME de 100,89/100mil NV. Em seguida, aqueles ocorridos em domicílio ou via pública registraram 1 caso (6,25%) cada e não houve registro ocorridos em outro estabelecimento de saúde. Na faixa de 15 a 19 anos, 87,28% (151 casos) ocorreram no hospital, seguido de 9 casos (5,20%) em

domicílio, 8 casos (4,62%) em outros locais, 3 casos (1,73%) em outro estabelecimento de saúde e 2 (1,16%) em via pública (Tabela 3).

Em relação à cobertura geral de pré-natal da região, foi evidenciado uma permanência elevada no decorrer do período analisado variando de 94,1% em 2021 a 96% em 2022. O percentual de mulheres que iniciaram o pré-natal precocemente apresentou um crescimento gradual, passando de 63,5% em 2018 para 68,7% em 2022. Esse aumento é positivo, pois o início precoce do acompanhamento permite a detecção e o manejo oportuno de possíveis complicações obstétricas. Ainda assim, o índice permanece abaixo do ideal, sugerindo que muitas gestantes enfrentam barreiras no acesso aos serviços de saúde (Gráfico 4).

Gráfico 1: Distribuição da cobertura de assistência ao pré-natal, percentual de mulheres com início precoce ao pré-natal e percentual de mulheres com mais de sete consultas de pré-natal na região norte do Brasil de 2018 a 2022



Fonte: Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr, 2025).

4 DISCUSSÃO

Houve maior frequência de óbitos entre as adolescentes de 15 a 19 anos. Parcela expressiva dos óbitos foi de adolescentes da raça/cor parda, solteiras e com escolaridade de entre 4 a 11 anos. A

maioria dos óbitos ocorreu no hospital, no puerpério, até 42 dias e de causas diretas.

A análise dos dados coletados indicam uma tendência decrescente na mortalidade materna de adolescentes (10 a 19 anos) na região Norte do Brasil entre

2018 e 2022. Observa-se que o número de óbitos diminuiu de 46 em 2018 para 24 em 2022. Entretanto, essa queda não foi linear, pois houve oscilações em 2018 de 46 óbitos 37 óbitos em 2019, e um um leve aumento em 2021 (42 óbitos) antes de uma queda mais acentuada em 2022 (24 óbitos).

A mortalidade materna é um indicador de saúde importante capaz de refletir a qualidade da assistência e atenção à saúde da mulher. Os valores monitorados através do indicador da RMM estão associados a consequência da prestação de serviços ofertadas à mulheres, desde o planejamento familiar, educação em saúde, assistência ao pré-natal e ao puerpério. Portanto, altos indicadores de RMM refletem negativamente à esses fatores (Brasil, 2008).

Os estados do Amazonas e Pará concentraram o maior número de óbitos maternos entre adolescentes, este fenômeno pode ser influenciado por fatores geográficos, socioeconômicos e estruturais. Ambos estados possuem extensas áreas geográficas com grande dispersão populacional, o que dificulta o acesso a serviços de saúde, especialmente para comunidades ribeirinhas e indígenas. Muitas dessas localidades dependem de transporte fluvial para acessar unidades de saúde, o que pode atrasar o atendimento em emergências obstétricas (Azevedo *et al.*, 2021).

Com exceção do estado do Pará, foi evidenciado um aumento significativo da RMM dos estados da região norte do país em 2020, evento que ocorreu simultaneamente ao início da pandemia de COVID-19. Estudos comprovam que a taxa de letalidade entre gestantes internadas por COVID-19 foi de 5,5%, já em puérperas alcançou 12,9%. Em 2021, esse índices aumentaram para 11,5% e 22,3%, respectivamente (Fiocruz, 2021).

A cobertura de assistência ao pré-natal permaneceu acima de 94% ao

longo dos anos, atingindo 96% em 2022. No entanto, apesar dessa ampla cobertura, os óbitos maternos não foram eliminados, sugerindo que a simples presença nas consultas não garante um pré-natal eficaz. A qualidade do atendimento e a continuidade do acompanhamento podem ser fatores determinantes para a redução da mortalidade (Tintori *et al.*, 2022).

O percentual de gestantes que iniciaram o pré-natal precocemente aumentou de 63,5% em 2018 para 68,7% em 2022. Esse crescimento pode ter influenciado a queda na mortalidade materna no período, uma vez que um acompanhamento inicial permite a identificação precoce de riscos obstétricos e a implementação de medidas preventivas. No entanto, o índice ainda é inferior ao ideal, indicando que uma grande parcela das gestantes ainda inicia o pré-natal tarde, o que pode impactar negativamente os desfechos gestacionais.

A análise da cobertura de pré-natal neste estudo considera todas as gestantes, independentemente da faixa etária. Isso ocorre porque os dados disponíveis no Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr) não permitem um recorte específico para gestantes adolescentes, impossibilitando a obtenção de informações exclusivas desse grupo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho apresentam informações relevantes sobre o cenário de saúde materna na região norte do Brasil. Conforme os dados analisados, a persistência de óbitos sugere que apenas ampliar o acesso ao pré-natal não é suficiente; é essencial garantir qualidade no atendimento, diagnóstico precoce de riscos e acompanhamento contínuo das gestantes, incluindo o período pós-parto.

Entretanto, as intervenções para prevenção e redução do número de óbitos

maternos no país não constitui responsabilidade exclusiva do setor saúde. A educação é um elemento chave na promoção da saúde materna, pois influencia diretamente o acesso à informação e a autonomia para a tomada de decisões relacionadas ao pré-natal e ao parto sendo necessário focar também nos determinantes sociais do problema.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO *et al.* Near Miss materno e iniquidades em saúde: análise de determinantes contextuais no Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Ciências em Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 191-201, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/LKbrTyQyg9Ypj6d57kXF9SQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BARRETO, B. L. Perfil epidemiológico da mortalidade materna no Brasil no período de 2015 a 2019. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, Brasil, v. 10, n. 1, p. 127-133, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i1.3709>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Informações de Saúde (Tabnet). **Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde dos Adolescentes. **Gravidez na Adolescência**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/gravidez-na-adolescencia-saiba-os-riscos-para-maes-e-b>

ebes-e-os-metodos-contraceptivos-disponiveis-no-sus#:text=O%20estudo%20S%C3%BAa%C3%BAdo%20do,de%2013%20C4%20%C3%B3bitos). Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. **Indicadores básicos para saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CATOIA, C. C.; Severi, F. C.; Firmino, I. F. C. Caso “Alyne Pimentel”: Violência de Gênero e Interseccionalidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CNfnySYtXWTYbsc987D8n5S/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

GALVÃO *et al.* Mortalidade materna na adolescência e juventude: tendência temporal e correlação com cobertura pré-natal na Bahia, 2000-2020. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32 n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/5vnt9VffG33NBmxdj5xtDCx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2025.

GAMA, *et al.* Mortalidade materna: protocolo de um estudo integrado à pesquisa nascer no Brasil II. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt107723>. Acesso em: 09 fev. 2025.

MEMÓRIAS do Instituto Oswaldo Cruz (Online). **Boletim Observatório COVID-19 – semanas epidemiológicas 20 e 21 de 2021**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-do-observatorio-covid-19-semanas-epidemiologicas-20-e-21-de-2021>. Acesso em: 9 fev. 2025.

MORTELARO *et al.* Da Rede Cegonha à Rami: tensões entre paradigmas de atenção ao ciclo gravídico-puerperal. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ckgS8FzczkCymk86GkC9xwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2025.

OLIVEIRA *et al.* Mortalidade materna no Brasil: análise de tendências temporais e agrupamentos espaciais. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/79GdN5XdfvvQdFNPPGxkzgn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2025.

TINTORI *et al.* Epidemiologia da morte materna e o desafio da qualificação da assistência. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. Disponível em: https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-35-eAPE00251/1982-0194-ape-35-eAPE00251.pdf. Acesso em: 9 fev. 2025.



MARIA CÂNDIDA AZEVEDO

Enfermeira graduada pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (Ulbra/Palmas) e Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Fundação Escola Saúde Pública de Palmas (FESP).



IRENIDES TEIXEIRA

Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Comunicação e Mercado (FACASPER). Pós-graduada em Psicologia Psicosomática (UNILEYA), em Psicologia Clínica (CEULP/ULBRA), em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (ULBRA), em Gestão e Docência no Ensino Superior (ULBRA) e em Teorias da Comunicação (FACASPER). Graduada em Psicologia e em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (CEULP/ULBRA). Graduada em Processamento de Dados (UNITINS). Licenciada em Ciências Sociais (ULBRA) e em Psicologia (ULBRA). Possui Formação em Arteterapia (AQUILAE/CE) e em Fotografia (Centro de Comunicação e Artes – SENAC/SP). Coordenadora do Portal (en)Cena

Narrativa (auto)biográfica de mulheres empresárias: um estudo das suas trajetórias de vida

(Auto)Biographical narrative of women entrepreneurs: a study of their life trajectories

Almerinda Maria Skeff Cunha^a, Elisa Maria Barbosa Amorim-Ribeiro, Luciana Mourão, Álvaro Rafael Santana Peixoto.

^aUniversidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). E-mail: almerindasc@gmail.com

Resumo: A flexibilização das fronteiras entre as esferas produtiva e reprodutiva permitiu que as mulheres navegassem em diversos espaços e ocupassem posições em campos tradicionalmente dominados pelos homens, como o empreendedorismo. Reconhecendo que os caminhos das mulheres envolvem estratégias nos âmbitos pessoal e profissional, este estudo explora as trajetórias de vida das mulheres empreendedoras. Analisamos os elementos socioculturais que moldam e influenciam suas jornadas, bem como as tensões que cada participante encontra ao longo do caminho. Por meio de dez entrevistas narrativas individuais (auto)biográficas, analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temático-Categorial, nossos resultados revelam uma tendência a legitimar o patriarcado como um modelo familiar herdado das famílias nucleares das participantes. Esse padrão se reflete nos negócios da maioria dos participantes e reforça o estereótipo dos papéis das mulheres como inherentemente ligados às tarefas domésticas. Também destacamos as tensões que perpetuam a dominação masculina e a desigualdade de gênero, ressaltando o papel do gênero no campo empresarial em vários níveis. Por outro lado, os participantes expressam um sentimento de autorrealização em suas funções como empresárias, sugerindo uma possível mudança no *habitus* desse cenário empresarial.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Narrativa (auto)biográfica; Campo social; patriarcado; Dominação masculina.

Abstract: The blurring of boundaries between productive and reproductive spheres has enabled women to navigate diverse spaces and occupy positions in traditionally male-dominated fields, such as entrepreneurship. Recognizing that women's paths involve strategies in both personal and professional realms, this study explores the life trajectories of women entrepreneurs. We analyze the sociocultural elements that shape and influence their journeys, as well as the tensions each participant encounters along the way. Through ten individual narrative (auto)biographical interviews, analyzed using Thematic-Categorical Content Analysis, our findings reveal a tendency to legitimize patriarchy as a family model inherited from participants' nuclear families. This pattern reflects in most participants' businesses and reinforces the stereotype of women's roles as inherently tied to domestic duties. We also highlight the tensions that perpetuate male domination and gender inequality, underscoring the role of gender within the entrepreneurial field at various levels. Conversely, participants express a sense of self-fulfillment in their roles as businesswomen, suggesting a potential shift in the *habitus* of this entrepreneurial landscape.

Keywords: entrepreneurship; (Auto)biographical narrative; Social field; Patriarchy; Male domination.

Submetido em: 24/02/2025.
Aceito em: 25/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho originou-se da segmentação entre as esferas produtiva e reprodutiva, sustentando uma visão dicotômica e androcêntrica que hierarquiza os sexos. Essa organização atribuiu aos homens as atividades externas e econômicas, conhecidas como trabalho produtivo, enquanto as mulheres ficaram responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado familiar, caracterizado como trabalho reprodutivo (Zanello, 2016; Hirata; Kergoat, 2020; Bourdieu, 2021; Santos *et al.*, 2022; Fuini; Paula, 2023).

Nos séculos XVIII e XIX, essa divisão de papéis reforçou uma perspectiva de gênero que, além de refletir os aspectos socioculturais da época, legitimava a segregação de tarefas e profissões entre homens e mulheres. Scott (1989) e Saffioti (1976) concebem o gênero como uma construção social e cultural, vinculada ao masculino e ao feminino, não podendo ser reduzida a uma mera divisão biológica dos sexos. A estruturação do trabalho e da economia em base heteropatriarcal ignorava a interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva, perpetuando uma hierarquia desigual entre os sexos e reforçando a lógica de dominação e exploração sob uma supremacia masculina. Essa dinâmica começou a se transformar com eventos históricos, como as revoluções industriais e as Guerras Mundiais (Hirata; Kergoat, 2020; Bourdieu, 2021; Fuini; Paula, 2023).

A organização do trabalho deve ser compreendida dentro de seus contextos sociais e culturais. Nos séculos XVIII e XIX, com o avanço do capitalismo e a promessa de mobilidade social, a divisão sexual do trabalho serviu para justificar desigualdades sociais emergentes. As mulheres, consideradas "homens menores", não tinham os mesmos direitos e reconhecimentos sociais. Com a industrialização, começaram a ingressar no mercado de trabalho assalariado, inicialmente para suprir a demanda por

mão de obra (Zanello, 2016). A entrada das mulheres no espaço público, que antes era predominantemente masculino, sinalizou uma mudança, embora sua presença ainda fosse limitada até o início do século XX (Carrera; Castellaneta, 2023; Sousa; Guedes, 2016).

Os movimentos feministas surgiram como uma resposta à segregação de gênero, buscando flexibilizar as fronteiras entre as esferas pública e privada e promover a igualdade de gênero. Nas décadas de 1960 e 1970, tanto na França quanto no Brasil, esses movimentos impulsionaram o assalariamento feminino e o ativismo contra a desigualdade de gênero, mesmo diante de resistências históricas no ambiente doméstico e social (Comin, 2021; Hirata; Kergoat, 2020; Fuini; Paula, 2023). Na década de 1980, a economia do cuidado surge para questionar a desvalorização de trabalhos dessa natureza e defender a melhoria da remuneração, assim como a distribuição mais justa das responsabilidades de cuidado entre os gêneros (Lázaro, 2020).

Apesar dos avanços, persistem barreiras explícitas e implícitas à inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho. O campo da economia sexista utiliza metáforas como "piso pegajoso", "teto de vidro" e "abelha rainha" para descrever as barreiras invisíveis que limitam a ascensão profissional das mulheres (Derkes; Laar; Ellemers, 2016; Paiva, 2017; Fernandez, 2019; Nunes; Lima, 2021). Outras metáforas, como "labirinto de cristal" e "degrau quebrado", também refletem os desafios na promoção das mulheres em suas carreiras (Goldenberg, 2023).

De acordo com o estudo "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil" do IBGE (2024), 91,3% das mulheres no mercado de trabalho são responsabilizadas por atividades de cuidados ou afazeres domésticos, remuneradas ou não. Quanto à assunção de cargos de liderança, 39,3% desses cargos são ocupados por mulheres,

estando restritos a setores ligados ao cuidado, como educação e saúde (IBGE, 2024).

Embora esse contingente de participação das mulheres em cargos de liderança tenha aumentado, essa presença ainda é inferior à masculina em termos de número e diversidade de funções (Antunes, 2012, 2014; Barros; Mourão, 2020; Teixeira; Bonfim, 2016; Souza, 2020) No Brasil, o empreendedorismo feminino se destaca, embora muitas mulheres empreendam mais por necessidade do que por oportunidade, concentrando-se em setores tradicionalmente associados ao cuidado, como alimentação, moda, beleza e artesanato (Azevedo *et al.*, 2024).

O empreendedorismo pode ser compreendido imerso no campo dos negócios pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, que vê a sociedade estruturada em campos sociais caracterizados por lutas e tensões socioculturais. O campo dos negócios pertence ao campo econômico e constitui o espaço em que agentes e instituições competem pelo sucesso econômico e pelo mercado. Neste campo são valiosos o capital econômico, o capital social (rede de contatos e alianças) e o capital simbólico (reputação, prestígio, reconhecimento). Tanto o campo econômico quanto o campo dos negócios interagem com outros campos sociais, de forma que as práticas empresariais são influenciadas por normas culturais, políticas públicas, e até por valores morais e éticos prevalentes em um dado contexto histórico e social (Bourdieu, 1989, 2005).

A noção de Homologia Estrutural proposta por Bourdieu (1979), sugere que a posição ocupada por um agente ou grupo em um campo pode refletir-se de forma semelhante em outro campo. Isso ocorre porque as lutas e as dinâmicas de poder dentro de um campo frequentemente têm paralelos em outros campos. Assim, ocupar uma posição dominante em um campo contribui para assumir uma posição dominante em outro, devido à equivalência entre os mecanismos de

hierarquia e poder. Isso explica como as práticas, gostos e disposições de grupos sociais em diferentes campos tendem a convergir e a reforçar as divisões sociais.

As trajetórias das mulheres no campo dos negócios tendem a ser influenciadas por suas experiências e pelo *habitus*, um conjunto de disposições sociais internalizadas que moldam suas ações e percepções (Bourdieu, 1989; Lima; Campos, 2019). Transcendendo o âmbito das vivências individuais, as empreendedoras representam uma classe que há muito tempo engloba novas práticas e galga posições antes restritas ao gênero masculino.

As mulheres empreendedoras lidam diariamente com as limitações e disposições do gênero no campo do empreendedorismo. Bourdieu (1979) afirma que o gênero é determinante tanto para o funcionamento dos capitais quanto para a própria estratificação social. Isso ocorre porque as classes sociais são influenciadas pela interação com as características de gênero ou porque o gênero permeia todas as classes sociais. No campo do empreendedorismo, as mulheres, com disposições e possibilidades diferentes, podem ser observadas uma classe fortemente marcada e identificada em termos de gênero (Silva, 1995).

O patriarcado se relaciona de modo amplo à hierarquização e subordinação da posição das mulheres no campo social. Nesse sentido, essa noção descreve os mecanismos que definem a dominação masculina entre homens e mulheres, principalmente na instituição familiar de modo invisível e naturalizado com o passar do tempo. Constitui um obstáculo para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres que precisam travar lutas e enfrentar tensões nos diferentes campos econômico, social e simbólico (Adisa *et al.*, 2019).

Esse estudo explora as trajetórias de mulheres empresárias, com ênfase nos elementos socioculturais que influenciam e

moldam suas carreiras, além de examinar as tensões enfrentadas em seu desenvolvimento profissional. Como afirma Silva (1995, p. 26): “Bourdieu mostra como as diferentes classes desenvolvem diferentes características de acordo com a sua trajetória social”. Para tanto, foi realizado um estudo empírico, cujas estratégias metodológicas são descritas a seguir.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com foco na trajetória de vida e classe das mulheres empresárias. O objetivo é explorar e descrever os fatos e acontecimentos que marcam suas histórias, destacando as questões sociais e identitárias, bem como as suas estratégias

ao longo de suas jornadas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

2.1 Participantes

Participaram do estudo 10 proprietárias e gestoras de empresas, com pelo menos três anos no mercado varejista de Palmas, capital do Tocantins. As empresas estão categorizadas em micro, pequenas e médias. Quanto ao estado civil, seis são casadas, duas divorciadas e duas solteiras, com idades entre 31 e 64 anos ($M=42$; $Dp=10,6$). Oito participantes são mães com até três filhos. No que se refere à formação acadêmica, oito possuem ensino superior completo e duas concluíram o ensino médio. A Tabela 1 abaixo informa os dados sociodemográficos de cada empresária.

Tabela 1 – Perfil das participantes

	Estado Civil	Cidade que Reside	Faixa Etária	Filhos Crianças e Adolescentes	Filhos Adultos	Escolaridade
E.1	Casada	Palmas	64	00	02	Superior Completo
E.2	Divorciada	Palmas	39	01	01	Superior Completo
E.3	Divorciada	Palmas	55	00	02	Superior Completo
E.4	Casada	Palmas	50	00	02	Médio Completo
E.5	Solteira	Palmas	36	01	00	Superior Completo
E.6	Casada	Palmas	31	00	00	Superior Completo
E.7	Casada	Palmas	38	02	00	Superior Completo
E.8	Solteira	Palmas	34	00	00	Médio Completo
E.9	Casada	Palmas	38	03	00	Superior Completo
E.10	Casada	Palmas	36	02	00	Superior Completo

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A partir de conversas informais com duas empresárias em Palmas (a presidente da Associação das Mulheres de Luzimangues – AMLUZ, e uma lojista do shopping da cidade) foi elaborada uma lista de potenciais participantes. Caso uma empresária não aceitasse o convite, o próximo nome na lista era contatado, ou ela sugeria outra empresária para

participar, configurando uma amostra por conveniência por meio de bola de neve (snowball) (Noy, 2008).

2.2 Instrumento

Foi aplicada a entrevista narrativa (auto)biográfica como instrumento para

conhecer a trajetória de vida das participantes. Essa abordagem é entendida como uma pesquisa-formação baseada nas interações sociais, na qual a relação entre narrador e pesquisador é essencial (Bragança, 2018; Vogt; Bulgacov, 2019). A entrevista se configura como uma síntese das interações sociais entre entrevistador e entrevistado, produzindo conhecimento a partir dessa intersubjetividade (Josso, 2020).

As histórias de vida, ao serem narradas, contribuem para a ressignificação pessoal e a reconstrução de memórias individuais e coletivas. O uso dessa metodologia valoriza os aspectos subjetivos do narrador, permitindo a construção de uma cadeia simbólica com elementos consensuais e compartilhados, que culmina em práticas sociais (Simão; Frison, 2020). A técnica também possibilita exploração pela teoria praxiológica de Bourdieu, porque através das narrativas e práticas relatadas, pode-se debater a posição ocupada pela classe das mulheres empreendedoras.

Para aprimorar o instrumento, foi realizada uma entrevista piloto, ajustando-o conforme as necessidades identificadas para as entrevistas subsequentes. A entrevista foi iniciada com a proposição: "Conte sobre sua história de vida e como chegou até este momento". Essa estratégia foi escolhida para permitir que as participantes narrassem suas histórias de vida livremente, explorando de maneira aprofundada e detalhada os elementos importantes para a compreensão da trajetória das empresárias. A trajetória profissional antes e depois de abrir o empreendimento; as motivações, os processos formais e a rede de apoio presentes na abertura do empreendimento; a interface trabalho-família e os papéis exercidos nessas esferas foram os elementos investigados ao longo da entrevista narrativa.

2.3 Procedimento de coleta e análise dos dados

As entrevistas foram previamente agendadas e, preferencialmente, ocorreram nos locais de trabalho das participantes, nas proximidades ou em suas residências, com o objetivo de proporcionar um ambiente familiar e confortável. Todos os encontros foram realizados individualmente, sem interferência de terceiros, com duração aproximada de uma hora e 30 minutos cada. A entrevista iniciava com o estabelecimento de rapport entre a pesquisadora e a participante, momento em que eram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Gravação de Voz. Em situações de objeção ou desistência durante as entrevistas, uma nova participante era convidada.

Para a análise das entrevistas, as participantes foram identificadas como E1, E2, E3, e assim por diante, garantindo o anonimato. Foi elaborado um quadro sinóptico para organizar os temas e categorias relevantes decorrentes das narrativas, o que auxiliou na decomposição do corpus em unidades elementares e na recomposição progressiva em temas mais amplos (Bardin, 2016; Camargo, 2020). Posteriormente, foram feitas sínteses individuais de cada entrevista, facilitando a reconstituição das trajetórias de vida das participantes, com ênfase nas suas carreiras profissionais.

Essas sínteses foram concebidas como reconstruções das etapas marcantes da história de vida de cada empresária, identificando os elementos socioculturais que delineiam suas trajetórias e as tensões enfrentadas ao longo do percurso. Após as sínteses individuais, foi elaborada uma síntese geral que integrou todas as narrativas, utilizando as mesmas categorias das sínteses individuais.

3 RESULTADOS

A maioria dos empreendimentos das participantes são de pequeno porte. Os segmentos escolhidos pelas participantes se distribuíram entre beleza, vestuário, calçados e alimentação. A quantidade de empreendimentos por participantes foi de 2,3 empreendimentos, em média ($D_p=1,16$).

Quanto ao número de funcionários, as microempresas tinham entre 3 e 12 funcionários ($M=7,5$; $D_p=6,3$); as de pequeno porte entre 12 e 50 ($M=20$; $D_p=14,1$); e a de médio porte, 75 funcionários. A Tabela 2 detalha a caracterização dos empreendimentos por participante do estudo.

Tabela 2 – Caracterização dos empreendimentos

SEGMENTO	PORTE EMPRESARIAL	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	FUNCIONÁRIOS	
E.1	Salão de Beleza	Microempresa	01	12
E.2	Salão de Beleza	Pequeno Porte	02	41
E.3	Salão de Beleza	Pequeno Porte	01	50
E.4	Vestuário e Acessórios	Pequeno Porte	03	17
E.5	Alimentação	Microempresa	01	03
E.6	Alimentação	Pequeno Porte	04	17
E.7	Alimentação e Vestuário	Médio Porte	03	75
E.8	Vestuário	Pequeno Porte	02	12
E.9	Vestuário e Calçados	Pequeno Porte	04	29
E.10	Calçados	Pequeno Porte	02	20

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

As narrativas das participantes foram organizadas em quatro categorias, com suas respectivas subcategorias, que revelam a complexa interseção entre aspectos pessoais, formação profissional, gestão empresarial e os desafios enfrentados no desenvolvimento das carreiras das mulheres empresárias. A primeira categoria "Contexto Familiar e Pessoal" destaca como a composição familiar, as dinâmicas de papéis dentro do lar e a gestão das responsabilidades domésticas e financeiras influenciam diretamente as escolhas e oportunidades dessas mulheres no empreendedorismo. A pressão para equilibrar as demandas

familiares com as aspirações profissionais frequentemente cria barreiras, mas também pode ser uma fonte de motivação e suporte. A segunda categoria "Trajetória e Formação Profissional" enfatiza o papel fundamental da educação e das qualificações na preparação para o mundo dos negócios, além de explorar os desafios iniciais na abertura de um empreendimento, como o acesso ao capital e o estabelecimento de uma base sólida para o crescimento.

Além disso, na gestão de seus negócios, as mulheres empresárias enfrentam diversos desafios que vão desde a administração financeira e

operacional até a liderança de equipes e o estabelecimento de redes de apoio. Assim, a terceira categoria "Gestão do Empreendimento" aborda essas questões, ressaltando a importância de habilidades de gestão financeira e a necessidade de construir relações fortes com funcionários, fornecedores e outras partes interessadas. Paralelamente, a quarta e última categoria "Desafios e Conquistas" ilustra as adversidades específicas, como o

enfrentamento de preconceitos e o desenvolvimento de estratégias para superá-los. Nos núcleos de sentido desta categoria também encontramos as realizações que contribuem para o fortalecimento da autoestima e do reconhecimento profissional. A Tabela 3 apresenta uma síntese das categorias, subcategorias e os núcleos de sentido que emergiram das entrevistas com as mulheres empresárias.

Tabela 3 – Síntese das categorias, subcategorias e os núcleos de sentido oriundos das entrevistas com as mulheres empresárias (n = 10)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	NÚCLEOS DE SENTIDO
Contexto Familiar e Pessoal	Família Nuclear (Origem e Atual)	Composição e dinâmicas familiares; e Papéis e responsabilidades dentro do lar
	Gestão do Lar	Provedor do lar; Gestão financeira familiar; e Gestão de cuidados domésticos
Trajetória e Formação Profissional	Formação e Qualificação	Formação escolar e acadêmica; impacto da educação na carreira empreendedora
	Início da Carreira Empreendedora	Processo de abertura do negócio; Capital inicial e fontes de financiamento
Gestão do Empreendimento	Operacional e Financeira	Gestão financeira do negócio; Gestão operacional e tomada de decisão
	Equipe e Recursos Humanos	Funcionários envolvidos; Desafios na gestão de pessoas
	Relações e Redes de Apoio	Relações sociais e redes de apoio; Interações com fornecedores e prestadores de serviço
Desafios e Conquistas	Desafios Enfrentados	Situações de tensão (machismo e preconceito); Estratégias de enfrentamento
	Conquistas e Realizações	Realizações pessoais e profissionais; Impacto na autoconfiança e reconhecimento

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A seguir apresentamos cada categoria, detalhando os principais eixos de sentido abordados pelas entrevistadas e as principais falas representativas desses eixos.

3.1 O contexto familiar

As famílias de origem das empresárias entrevistadas representavam uma família nuclear tradicional com a presença de pais, irmãos e avós no convívio familiar. Na maioria dos casos, a figura masculina, representada pelo pai ou

avô, era a principal fonte da renda familiar em casa, assumindo o papel de provedor. Em geral, a figura feminina, representada pela mãe ou avó (quando mencionada), era tida como fonte dos cuidados dos filhos e da casa. Quando desenvolviam uma atividade econômica paralela, essa renda era compreendida como um complemento da renda familiar. Algumas empresárias tiveram mães líderes e provedoras da família, diante da ausência de um companheiro em casos de falecimento ou abandono.

Em relação à configuração familiar atual, boa parte das entrevistadas tem filhos e, quanto ao estado civil, seis são casadas, duas divorciadas e duas solteiras. Dentre as empresárias casadas, quatro atribuem ao esposo o papel de provedor principal da família e duas consideram exercer esse papel de maneira equitativa com o esposo. As divorciadas tornaram-se provedoras da família após a separação. Dentre as solteiras, uma provê o seu sustento e a outra conta com seus pais para suas principais despesas, sendo sua renda mensal um complemento dirigido aos cuidados com a filha.

O papel dele enquanto homem é ser o provedor da casa, é estar à frente. De repente algum problema mais grave ele tem que intervir... não que a mulher tenha que ser submissa. Mas a mulher tem um papel muito bonito ao lado do marido, os dois são importantes, um completa o outro... (E.4).

O meu marido nunca me ajudou a trocar uma fralda dos meus filhos... ele sempre foi provedor... atencioso... botar a mão na massa, nunca colocou. Ele não se interessava e eu também não dava espaço (E.10).

[...] quando eu me separei, eu fui pro Rio e viver de professora... um salário difícil... com dois filhos pra criar, dois filhos pequenos... Eu preciso dar uma educação para esses meus filhos, eu tenho que me reinventar nisso (E.3).

Porquanto, a categoria "O contexto familiar" evidencia como os papéis tradicionais de gênero ainda influenciam a

trajetória das mulheres empresárias entrevistadas. Os depoimentos delas apontam para uma visão de valorização da família e com reforço dos valores da sociedade patriarcal.

3.2 Formação e Qualificação

A formação profissional complementar antes e depois de iniciar seus empreendimentos abrangeu cursos, treinamentos, workshops e/ou mentorias tanto em vendas quanto em gestão de pessoas, liderança e gestão financeira. As empresárias relataram sentir necessidade de ampliar o conhecimento sobre esses aspectos, por contribuírem diretamente com o desenvolvimento e a manutenção dos empreendimentos.

Algumas mulheres destacaram a falta de tempo para realizar cursos, elegendo a experiência cotidiana ou a contribuição da sua formação acadêmica como fonte de desenvolvimento profissional e aprendizado sobre seus negócios. Dentre as participantes, algumas atuaram ou atuam como consultoras do Sebrae e/ou do Senac, compartilhando suas experiências de empreendimento e tornando-se referência para outras mulheres.

Eu fiz Direito, formei, advoguei, não me identifiquei [...]. Já estou no terceiro curso de gestão que não é só a gestão em si, mas já gestão em liderança. [...] O mundo te obriga hoje a personalizar todo seu atendimento, todo o seu direcionamento seja com funcionário, seja com o cliente, seja com público (E05).

[...] eu dava aula... consultoria pro SEBRAE... em paralelo com todos esses trabalhos... fui fazendo minhas formações, minhas pós-graduações (E02).

A categoria "Formação e Qualificação" revela que, apesar da falta de tempo, as empresárias entrevistadas valorizam o aprimoramento contínuo através de cursos e mentorias. Elas reconhecem a importância dessas práticas

para a gestão e sustentabilidade de seus negócios.

3.3 Início da Carreira Empreendedora

Quanto às influências da história familiar na trajetória profissional, a maioria das participantes têm ou teve pais comerciantes ou algum familiar com empreendimento próprio, caracterizando uma cultura de negócios na família. Na transição da adolescência para a vida adulta, a maioria trabalhou como vendedora. Algumas começaram a empreender informalmente, ainda estudando, por meio de vendas de roupas, cosméticos e/ou alimentação. A principal motivação para empreender foi o aparecimento de oportunidades de negócio e identificação de lacunas em determinados nichos de atividade no território. Além disso, o empreendedorismo é percebido como uma forma de gerar emprego para outras mulheres.

[...] por onde eu passei eu sempre cresci e outras portas foram abrindo e eu fui buscando por novas oportunidades. [...] Em um determinado momento, eu resolvi empreender. [...] eu vi que poderia gerar uma oportunidade de terceirizar a mão de obra para eventos e foi minha primeira investida empreendendo (E.2).

[...] a gente sempre fazia uma noite de vinhos... o pão sírio era sempre péssimo. Então eu comecei a fazer o pão sírio... receita é nossa de família e minha vó nunca permite passar... E fui fazendo... eu voltei a namorar o meu primeiro namorado [...] Aí ele falou que eu era muito acomodada... eu desliguei o telefone... e liguei para minha amiga, que já tinha me oferecido esse ponto... Natália o ponto é meu! (E.5).

[...] eu nunca tive carteira assinada. Sou filha de empresários [...] minha história sempre foi vendo os meus pais largarem aquilo que era limitador. Eu saí da faculdade... todo mundo almejava concurso e estabilidade. Eu sempre olhei pra isso como um teto, mas eu só vou até aqui?... sempre quis ser dona do meu nariz... sempre empreendia, vendia tudo... não porque eu precisava, mas

porque eu gostava. Pra mim a vida é venda. Não tem outro jeito de viver (E09).

Sobre as fontes de capital social no processo de abertura das empresas, as empresárias casadas contaram o apoio do esposo. A participação destes foi fundamental, principalmente nos negócios caracterizados como franquia, disponibilizando seu capital social fruto de posições de liderança em sua trajetória profissional, assumindo o papel de representantes do negócio no contato direto com os franqueadores das marcas.

[...] eu apresentei pra ele [esposo] essa marca é muito maravilhosa, eu conheço eu acho que tem tudo a ver com Palmas. [...] ele começou essa conversa com a marca. [...] E a gente já estava feliz com os resultados e aí o Felipe [esposo] externalizou pro shopping, "olha eu tenho interesse em ter outra operação dentro do shopping (E.7).

Então, eles mesmo falaram assim, "olha, pra vocês é só essa e pra nós é mais uma então, fica com a loja". Então, assim, aquilo que você planta lá atrás, ele [esposo] por ter sido um excelente funcionário, veio de volta pra você como algo muito maior. E aí a gente comprou a parte deles [...] o Max [esposo] era gestor de todas as lojas dele. Foram dezesseis lojas (E.9).

As empresárias divorciadas e solteiras contaram com seu próprio capital social, recorrendo à cooperação de familiares e amigos.

[...] uma amiga minha... tem restaurante há muitos anos... presidente da Abrasel no estado de Tocantins... foi me dando alguns feedbacks [...]. Aí depois de fato que estava aberto... fui correr atrás de informação... eu tenho um amigo que também tem um restaurante... aí eu fui perguntando e ele foi me dando alguns direcionamentos algumas situações que ele passou [...] (E.5).

Em relação ao capital financeiro inicial, as principais fontes foram os bens e reservas financeiras próprias e do esposo (quando casadas). Outras fontes menos

frequentes foram a participação de sócios-investidores e os empréstimos de bancos ou agências de fomento à abertura de novos negócios. Para as divorciadas esse capital veio do ex-marido e de um irmão enquanto sócio investidor.

Muito trabalho, muito suor, empréstimos. [...]. A Hope veio através de empréstimo, através de um lote que a gente tinha aqui em Palmas, que a gente vendeu esse lote, colocou a marca e assumiu dívidas (E.4).

A análise da categoria "Início da Carreira Empreendedora" revela que o ambiente familiar e as oportunidades surgidas no contexto socioeconômico desempenharam um papel fundamental na decisão de empreender. A presença de pais ou familiares com negócios próprios sugere que a cultura empreendedora familiar influenciou diretamente as trajetórias das participantes, proporcionando uma familiaridade precoce com o mundo dos negócios. Além disso, a transição para o empreendedorismo foi facilitada pela identificação de lacunas em nichos de mercado locais, reforçando o papel do contexto territorial nas escolhas empreendedoras. A motivação para empreender também se destaca como uma resposta ativa a oportunidades e como uma maneira de gerar emprego, especialmente para outras mulheres, demonstrando um componente de responsabilidade social atrelado às trajetórias de vida dessas empresárias.

3.4 Gestão do Empreendimento

Para analisar os processos de funcionamento dos negócios dirigidos pelas entrevistadas, são abordadas questões ligadas à tomada de decisão, gestão de pessoas, financeira e operacional.

Todas as entrevistadas lideram seus empreendimentos com ampla participação

na gestão de seus funcionários e na gestão cotidiana operacional, ainda que contem com funcionários em cargos de gestão imediata com papéis no âmbito administrativo e financeiro. Quanto à gestão financeira, ser casada altera a distribuição dos papéis, condição em que o esposo invariavelmente gerencia as finanças do empreendimento.

É a parte dele, do financeiro [...]. Ele até fala assim que dá muito certo por causa disso. Que a gente sabe a função de cada um [...]. O meu é a parte da criatividade, da gestão de pessoas, de salão, de estar a frente da marca, das lojas, de botar a cara pra cliente, a minha parte é da venda" (E.7).

Esse modelo de distribuição de papéis orienta os processos de tomada de decisão nos negócios geridos por mulheres casadas. No âmbito financeiro, os esposos normalmente têm a decisão final, principalmente quando o processo decisório envolve a saúde financeira da empresa. As empresárias assumem as decisões referentes à gestão de pessoas e ao cotidiano operacional das empresas, percebendo essa divisão de papéis com o esposo como uma gestão compartilhada dos negócios.

As empresárias solteiras e divorciadas assumem a responsabilidade das decisões finais em todos os âmbitos do negócio. Exceto uma das empresárias divorciadas que, tendo seu irmão como sócio investidor, necessita recorrer a ele para decisões que envolvam a saúde financeira da empresa.

[...] Comigo é o financeiro. Mas eu vou te dizer hoje é uma estrutura maior. Hoje eu tenho um financeiro administrativo terceirizado. Porque são guarda-chuvas, são segmentos [...]. Eu fico aqui só recebendo a demanda... tomo decisão (E.2).

Observamos, portanto, que a categoria "Gestão do Empreendimento" revela uma clara distinção nos processos

de gestão entre empresárias casadas e empresárias solteiras ou divorciadas. Os dados sugerem que a configuração familiar influencia diretamente o modelo de gestão dos negócios, sendo que a presença de um cônjuge modifica as dinâmicas de tomada de decisão e divisão de responsabilidades.

3.5 Equipe e Recursos Humanos

De acordo com o relato das participantes, a maioria dos funcionários são mulheres, seja em cargos de liderança ou cargos operacionais como de vendedor. Essa questão independe se o negócio tem como público-alvo mulheres ou homens. Um caso específico envolveu uma loja cujo público de clientes é de mulheres e que vende roupas íntimas, retratado no depoimento a seguir.

Lá [na Hope] eu não posso ter masculino, é só feminino porque o masculino ele intimida as clientes. Então a gente não consegue trabalhar com público masculino lá de vendedor (E.4).

Um ponto importante destacado foi a percepção de que, em alguns setores, como no exemplo da loja Hope, a contratação de homens pode intimidar as clientes, impactando negativamente na dinâmica de vendas. Essa escolha estratégica para compor a equipe com base no gênero reflete como fatores socioculturais influenciam as práticas empresariais, revelando uma relação complexa entre gênero, mercado de trabalho e interações com clientes.

3.6 Redes empresariais e Relações de Apoio

As empresárias destacam a constituição e manutenção das redes de contatos empresariais como aspecto importante na gestão do empreendimento. Mesmo sendo um papel mais atribuído aos esposos, no caso das empresárias

casadas, todas as participantes dedicam esforços para ampliar a rede de contatos, posicionando seus empreendimentos no campo dos negócios. As estratégias relatadas envolvem a participação nas reuniões de lojistas do shopping, as conversas informais em cafés entre empresárias e/ou reuniões vinculadas às instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A administração daqui do Capim Dourado... muito próxima do lojista[...]. Existe um café com lojista, acontece para essa escuta também e para apresentar novos projetos[...]. A gente tem uma proximidade muito grande com eles (E.7).

[...] o SEBRAE, o SENAC faz palestras voltada para as mulheres empresárias, um café pra esse networking, mas nada formalizado pra se ter uma constância (E.8).

As interações com outros agentes sociais (fornecedores, terceirizados e prestadores de serviço) no funcionamento cotidiano do empreendimento são caracterizadas como positivas. Em geral as empresárias sentem-se respeitadas no lugar que ocupam, mesmo em ambientes predominantemente masculinos, o que consideram uma forma de reconhecimento social.

Representantes são todos homens. Todos representantes, e a gente tem muito fornecedor [...]. Me tratam muito bem, muito respeito. Eu nunca tive um problema de assédio... são muito respeitosos [...] (E.10).

Possíveis parcerias entre empresárias acontecem por meio de trocas de experiências sobre o tipo de negócio e em situações em que a parceria é vantajosa, superando riscos que envolvem a concorrência. Relações de sororidade aparecem no campo social entre empresárias e funcionárias, pela predominância de mulheres trabalhadoras que sustentam seus filhos.

Tem muitas amigas lojistas de outras cidades... a gente é de outlet... ninguém tem condições de comprar... trinta mil peças que sobram... de uma marca... chama outras lojistas do mesmo ramo pra dividir, aqui as pessoas se apoiam muito se ajudam muito ou pelo menos fingem, né? (E.8).

[...] noventa por cento dos profissionais desse segmento são mulheres, na maioria delas são arrimos de família, são elas que sustentam a família, a maioria sozinha, com filhos. Então é um campo muito feminino (E.1).

Como vimos, as redes empresariais e as relações de apoio emergem como uma dimensão central na trajetória das empresárias entrevistadas, funcionando não apenas como ferramentas estratégicas para o crescimento dos negócios, mas também como espaços de reconhecimento e sororidade. Essas interações reforçam a legitimidade das empresárias em um campo muitas vezes dominado por homens, e refletem uma dinâmica de apoio recíproco, principalmente entre mulheres que compartilham a experiência de serem chefes de família.

3.7 Desafios Enfrentados

Os participantes, especialmente aqueles que são casados e têm filhos, fazem malabarismos com vários papéis ao mesmo tempo como mães, esposas, donas de casa, trabalhadores e empresários. Essa responsabilidade multifacetada representa uma fonte visível de tensão em suas vidas.

Não deixar de exercer a sua principal missão. Pra mim que é a minha casa. Esse pra mim é o maior desafio. Porque na verdade você larga e ser uma empresária de sucesso e viver esse mundo não é difícil, não é. Mas não abandonar aquilo que eu tenho como missão, que é a minha casa, os meus filhos, o meu marido (E.9).

Acho que o desafio é esse, é tu conseguir conciliar tudo. É conseguir, não, não deixar a tua essência pra trás. Tua essência feminina, tua essência de mulher (E.4).

Quanto a vivências relacionadas ao machismo e/ou preconceito, poucas empresárias percebem ter sofrido situações de sexismo em sua trajetória de trabalho. Em um dos exemplos, antes de ser empresária, um superior imediato proferia comentários desmerecendo sua imagem e competência, por ser mulher. No segundo exemplo, já na posição de empresária, a entrevistada percebeu situações de sexismo com um representante de fornecedor e parentes de amigos.

Na primeira situação, o representante do fornecedor insistia para falar diretamente com o dono do negócio, situação que perdurou até ela informar que iria entrar em contato diretamente com o fornecedor. Na segunda situação, o pai de uma amiga a questionou inconsistentemente sobre seus negócios, sem acreditar que ela era proprietária de vários empreendimentos. Há também relatos de entrevistadas sobre a necessidade de transpor a imagem da mulher como objeto de admiração e desejo, para ser respeitada como empresária.

[...] mostrar que você não é só um corpinho bonito, uma carinha bonita. Você tem que mostrar que tem personalidade, que sabe o que quer... eu tive que enfrentar situações anos atrás pra mostrar que realmente não estava ali brincando, né? Eu estava ali pra trabalhar (E.1).

Quanto aos "Desafios Enfrentados", as mulheres empresárias destacam a constante pressão para conciliar múltiplos papéis sociais e profissionais. Essa sobrecarga reflete as expectativas tradicionais de gênero que persistem, mesmo no contexto contemporâneo. A necessidade delas de legitimar sua posição empresarial diante de uma cultura sexista

revela um esforço adicional que essas mulheres enfrentam para serem reconhecidas e respeitadas no ambiente de negócios.

3.8 Conquistas e Realizações

As empresárias percebem conquistas relevantes em várias etapas de suas trajetórias, ampliando seu capital simbólico desde o momento de abertura do empreendimento até serem reconhecidas no campo dos negócios como empresárias de influência e sucesso. Algumas, iniciaram na categorização de Microempreendedor Individual (MEI) e avançaram para microempresa, com o aumento progressivo do faturamento de seus negócios. A contribuição também se amplia para a representação da categoria, a exemplo de uma entrevistada presidente de um dos sindicatos.

Para elas, ter o seu “próprio negócio” representa benefícios no seu cotidiano, como: ter tempo de qualidade com a família e principalmente com os filhos (no caso das mães), a flexibilidade de horários e a possibilidade de conciliar com outras atividades.

[...] no ano passado a gente saiu na revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios. Foi sensacional. Porque ela elencava justamente a questão dos diferenciais da marca (E.2).

Eu acho que esse lugar é meu, eu me vejo pertencente a esse lugar e... eu sempre lutei por isso... é meu de direito porque era onde eu queria. Quando eu vim pra cá, eu falei, eu vou entrar e vou tornar isso aqui um espaço de sucesso, de bom atendimento, de qualidade de profissionais (E3).

[...] nós somos a primeira franquia de outlets do Brasil, a gente conseguiu franquiar ano passado. Então assim é uma história que vem crescendo e que graças a Deus vem sendo sucesso em dez anos (E8).

As conquistas e realizações das mulheres empresárias entrevistadas

refletem a trajetória de crescimento tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Essas empresárias destacam-se não apenas pela expansão de seus negócios, mas também pela influência que exercem no setor empresarial. É relevante que a flexibilidade proporcionada pelo empreendedorismo para gerenciar seu tempo e priorizar a família como um aspecto central dessas conquistas. Na próxima seção discutimos esses resultados à luz das reflexões advindas da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e da literatura sobre empreendedorismo de mulheres.

4 DISCUSSÃO

As narrativas das mulheres empresárias foram fortemente atravessadas por questões de gênero, desde os relatos iniciais sobre os modelos de papéis aprendidos na família de origem até os papéis exercidos nas suas trajetórias pessoais e profissionais. Provenientes de famílias nas quais o homem assumia o papel de provedor, as participantes (principalmente as casadas), reproduzem esse modelo e compreendem essa tarefa como masculina, enquanto os cuidados da casa e a educação dos filhos são de sua exclusiva responsabilidade.

Vemos aqui o gênero como mecanismo de distinção e ainda subjetivado no *habitus* das participantes. É interessante notar que, apesar dos seus empreendimentos alcançarem posições de sucesso no campo do empreendedorismo, ainda reproduzem em suas falas, o status quo do gênero no campo social, em que a missão primordial da mulher é a casa.

Apesar dessa naturalização, ao elegerem como desafio conciliar o cuidado doméstico como papel de empresária, expressam consciência da luta necessária para alcançar uma posição social no campo dos negócios e manter a posição exigida na estrutura familiar. Observa-se arraigado no campo social das participantes as tensões fundamentadas

no patriarcado, na divisão sexual do trabalho, na naturalização de papéis, sobretudo no estereótipo do papel feminino e, por conseguinte, na dominação masculina. A inserção da mulher em novos espaços de trabalho, a partir da flexibilização de fronteiras entre o mundo produtivo e reprodutivo, não desobriga dos afazeres domésticos, acúmulo de papéis que torna mais árdua sua mobilidade nas estruturas sociais (Sousa; Guedes, 2016; Zanello, 2016; Herman; Kaus, 2019).

Dentre as diferentes frentes de gestão dos negócios, a atribuição do gerenciamento das finanças ao esposo, principalmente na esfera decisória, também reproduz matrizes da divisão sexual do trabalho. Tradicionalmente, o papel de provedor da família repercutia na falta de acesso das mulheres à gestão financeira da casa. Esse *habitus* consolidou o estereótipo do homem como mais racional e habilidoso para lidar com finanças. Particularmente, no campo dos negócios, os homens são considerados mais dispostos a assumir riscos, mais rápidos e decisivos, confiantes em seus conhecimentos financeiros (Sesini *et al.*, 2023).

Ao perpetuar desigualdades de gênero, o patriarcado se torna um obstáculo ao avanço das mulheres, enquanto classe no campo do empreendedorismo. Contudo, por meio de suas conquistas, elas desafiam essa dominação e promovem mudanças há muito tempo, mesmo em um ambiente que muitas vezes limita sua mobilidade social. A análise de Bourdieu sugere que as divisões de gênero na família e no trabalho não apenas reforçam papéis, mas também intensificam tensões entre a vida profissional e o trabalho doméstico, buscando a manutenção do *status quo*.

As empresárias entrevistadas escolheram atuar em setores como moda, alimentação e beleza associados a tarefas de cuidado. Em consonância com indicadores descritos por Santos *et al.*

(2022) e pelo LAB do IRME (2023), esses são os ramos mais selecionados por mulheres que iniciam um empreendimento no Brasil. A escolha desses nichos de atuação reforça o estereótipo feminino, perpetuando normas do modelo patriarcal que naturaliza atividades consideradas femininas como "vocação". Essas práticas obedecem ao fundamento da Homologia Estrutural (Bourdieu, 1979), demarcando posições na estratificação social através do *habitus*.

A decisão de empreender foi influenciada por uma "cultura de negócios" na família de origem, que além de inspirá-las, funcionou como uma forma de capital social. Esses familiares constituíram uma rede efetiva de apoio no momento da abertura dos negócios, sozinhas ou com os maridos. Essa rede matricial, expandida por meio das redes de contatos profissionais dos esposos e das redes de amizade dessas empresárias, contribuiu para sua inserção no campo das trocas econômicas e favoreceu o alcance de uma posição social de destaque.

O capital social potencializa o sucesso de mulheres em ambientes onde o homem ocupa uma posição mediadora, por meio do seu prestígio e poder. As chances de sucesso em determinados níveis aumentam proporcionalmente à robustez das redes sociais das mulheres, ampliando seu acesso a informações e recursos (Lima; Campos, 2019; Bourdieu, 2021; Silva, 2021).

Além disso, a sororidade se destaca como um fator relevante na trajetória das empresárias, promovendo alianças entre mulheres empresárias e entre estas e suas funcionárias, criando um espaço de apoio mútuo. Lamazales (2021) observa que essa união é especialmente forte entre empresárias que compartilham laços de amizade e afinidade, ampliando suas oportunidades de sucesso.

Por fim, o campo do empreendedorismo é um campo de forças. Apresenta avanços na posição que

as mulheres ocupam, mas também a força dos mecanismos que impedem sua mobilidade. As tensões previstas pela teoria de Bourdieu emergem nos relatos das empreendedoras brasileiras. Os acúmulos de capitais, as tensões e as estratégias transparecem em seu discurso pela homologia estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das mulheres no campo dos negócios foi impulsionada por uma cultura familiar de negócios, pela identificação de oportunidades de nichos de mercado e pelo capital social partilhado por companheiros, familiares e amigos. Ser casada interfere na configuração dos papéis assumidos no negócio, quando o esposo é considerado mais hábil para tomar decisões financeiras. No espaço doméstico, a dominação masculina se mantém, ainda que essas empresárias tenham elevado faturamento e sejam as proprietárias formais dos empreendimentos, não se intitulam provedoras da casa.

As tensões experimentadas, principalmente pelas mães, foram pouco percebidas no campo dos negócios, estando mais presentes na interface entre o campo dos negócios e o papel exigido na instituição familiar. Nessa interface, há a busca por continuar sendo reconhecida como competente no papel dos cuidados domésticos. Nesse sentido, a relação dominante x dominado é invisibilizada por meio da divisão e hierarquização de papéis em casa e no empreendimento.

As posições alcançadas pelas empresárias no campo dos negócios evidenciam suas possibilidades de sucesso em um espaço que já foi considerado estritamente masculino. A mudança de posição social nesse campo ainda precisa ser acompanhada de mudanças subjetivas e intersubjetivas para alterar o *habitus* na direção da igualdade de gênero.

Uma vez alcançadas essas posições no campo dos negócios, as empresárias podem operar estrategicamente como pontes para outras mulheres partilhando seu capital social. Torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para fomentar e consolidar redes de apoio entre mulheres em diferentes posições sociais. Políticas no âmbito educacional precisam autorizar e democratizar o acesso à educação financeira para mulheres, contribuindo para alterar as crenças pessoais e sociais sobre suas capacidades nesse âmbito.

Estudos futuros poderiam analisar trajetórias de mulheres em outras regiões do Brasil e do mundo, ampliando a diversidade sociodemográfica da amostra. Embora haja compreensão sobre a dominação masculina advinda do patriarcado, ainda é preciso aprofundar a compreensão sobre os mecanismos que o perpetuam.

REFERÊNCIAS

ADISA, T.; COOKE, F.; IWOWO, V. Mind your attitude: the impact of patriarchy on women's workplace behaviour. *Career Development International*, v. 25, p. 146-164, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/cdi-07-2019-0183>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ANTUNES, R. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**: Reestruturação e precariedade. Nueva Sociedad, Edição especial em português, p. 44-59, 2012. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. In: MENDES, A. M. (Org.). **Trabalho & sofrimento**: práticas clínicas e políticas. Juruá, 2014, p. 25-45.

AZEVEDO, A. C.; LIBONI, L. B.; CEZARINO, L. O.; ARAÚJO, G. J. F.; MARTINS, F. P.

Female entrepreneurship: Skills framework for Brazil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.fundace.org.br/_up_revista_artigo/2024_artigo2.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, S. C. da V.; MOURÃO, L. Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. **Psicologia: Estudos e Pesquisas**, v. 25, p. e46325, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TcVkh5RPZsGFvPWVRCpVqP/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BIROL, F.; QUINTELA, D. F. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: Contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho**, v. 1, n. 53, p. 72–89, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaettrabalho/article/view/58489>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, P. **A distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. São Paulo: Bertrand Brasil, 2021.

BRAGANÇA, I. F. de S. História de vida nas ciências humanas e sociais: Caminhos, definições e interfaces. In: BRAGANÇA, I. F. de S. **Histórias de vida e formação de professores**: Diálogos entre Brasil e Portugal. EDUERJ, 2012, p. 37–57.

BRAGANÇA, I. F. de S. Pesquisaformação narrativa (auto) biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; CUNHA, J. L. da.; VILLAS BÓAS, L. (Orgs.). **Pesquisa (Auto)Biográfica: Diálogos Epistêmico-Metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018, p. 65–81.

CAMARGO, B. V. **Métodos e procedimentos de pesquisa em ciências humanas e psicologia**. Curitiba: CRV, 2020.

CARRERA, L.; CASTELLANETA, M. Women and cities. The conquest of urban space. **Frontiers in Sociology**, v. 8, p. 1125439, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/sociology/articles/10.3389/fsoc.2023.1125439/full>. Acesso em: 19 fev. 2024.

COMIN, J. T. Mulheres em movimento: o feminismo no Brasil. **Perspectivas em Diálogo**, v. 8, n. 16, p. 273–295, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/index>. Acesso em: 19 fev. 2024.

DERKS, B.; VAN LAAR, C.; ELLEMERS, N. The queen bee phenomenon: Why women leaders distance themselves from junior women. **The Leadership Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 456–469, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1048984315001551>. Acesso em: 19 fev. 2024.

DOMINGOS SOBRINHO, M. Habitus docente, sens pratique e representações sociais. In: ABDALLA, M. de F. B. (Org.). **Bourdieu e Moscovici**: fronteiras, interfaces e aproximações. Editora Universitária Leopoldianum, 2019, p. 19–46.

FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegaçoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Revista Cadernos de Campo**, v. 26, p. 79–103, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FUINI, L. L.; PAULA, L. I. de. A divisão sexual do trabalho e suas consequências para a precarização do trabalho feminino: Uma pesquisa bibliográfica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 23, p. 292-323, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15333>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GOLDENBERG, M. Equidade de gênero no mundo corporativo: como avançar e garantir equidade de oportunidades. **Organicom**, v. 20, n. 41, p. 69-83, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/206719>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GOMES *et al.* A identidade de mulheres empreendedoras: um estudo no semiárido baiano. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 1, p. 264-287, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329855886_A_identidade_de_mulheres_empreendedoras_um_estudo_no_semiarido_baiano. Acesso em: 19 fev. 2024.

GRANT THORNTON. **Women in business**. 2022. Disponível em: <https://www.grantthornton.global/en/insights/articles/women-in-business/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HERMANN, P.; KAUS, D. Divisão sexual do trabalho: a experiência de três mulheres em cargos de poder e de liderança. **RELACult**, v. 5, n. 1, edição especial, p. 37-39, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331976408_Divisao_Sexual_do_Trabalho_a_experiencia_de_tres_mulheres_em_cargos_de_poder_e_de_lideranca. Acesso em: 19 fev. 2024.

HIRATA, H.; KERCOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, p. 22-34, 2020. Disponível em: **ATUALIDADE DA DIVISÃO SEXUAL E CENTRALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES |**

Política & Trabalho: revista de ciências sociais.
Acesso em: 19 fev. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisa, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9682-estatisticas-de-genero.html>. Acesso em: 19 fev. 2024.

JOSSO, M.-C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 5, n. 13, p. 40-54, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p40-54>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LAMAZALES, C. B. A sororidade como fator de sucesso para a jornada do empreendedorismo feminino através do design thinking. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Design Management) – Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação, Universidade Europeia, Lisboa. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/36886>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LAB – Laboratório de Gênero e Empreendedorismo. **Empreendedoras e seus negócios: 2023**. Instituto Rede Mulher Empreendedora. 2023. Disponível em: <https://institutorme.org.br/lab-irme/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LÁZZARO, A. I. “Los cuidados” como categoría de análisis de lo socioeconómico. Una propuesta teórica de transformación desde la economía feminista. methaodos. **Revista de ciencias sociales**, v. 8, n. 2, p. 258-270, 2020. Disponível em: <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/404>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LIMA, R. de C. P.; CAMPOS, P. H. F. “Campo”, “grupo”, “capital simbólico”: Aproximações entre a teoria das representações sociais (TRS) e elementos da teoria de Pierre Bourdieu. In: ABDALLA, M. de F. B. (Org.). **Bourdieu e Moscovici: fronteiras, interfaces e aproximações**. Editora Universitária Leopoldianum, 2019, p. 119-134. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342135726_Campo_grupo_capital_simbolico_aproximacoes_entre_a_Teoria_das_Representacoes_Sociais_TRS_e_elementos_da_teoria_de_Pierre_Bourdieu. Acesso em: 19 fev. 2024

NOY, C. Sampling knowledge: The hermeneutics of snowball sampling in qualitative research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 11, n. 4, p. 327-344, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13645570701401305>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NUNES, K. K.; LIMA, A. P. Piso pegajoso, teto de vidro e abelha rainha: a tríplice barreira imposta pela economia sexista. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e2410816110, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/16110/15219/216628>. Acesso em: 19 fev. 2024.

PAIVA, A. P. Divisão sexual do trabalho e teto de vidro: o desenvolvimento da carreira de mulheres cientistas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...], Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/150388934_ARQUIVO_TrabalhoAdrianaPontesPaiva.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

REIS, L. S.; MOURÃO, L. Trajetórias de mulheres líderes de diferentes raças e níveis hierárquicos. In: BEJANARO, B.; MOCELLIN, V. C. (Orgs.). **Estudos de gênero: Mudanças e permanências nas relações de poder**. v. 2, p. 48-67. Artemis, 2021. <https://www.researchgate.net/publication/353>

904556_TRAJETORIAS_DE_MULHERES_LIDERES_DE_DIFERENTES_RACAS_E_NIVEIS_HIERÁRQUICOS. Acesso em 19 fev. 2024.

SAFFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Vozes, 1976.

SANTOS, N. M. et al. Female entrepreneurship in Brazil: How scientific literature shapes the sociocultural construction of gender inequalities. **Humanities & Social Sciences Communications**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-022-01359-2.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Columbia University Press, 1989.

SERAFIM, L. de O. et al. Empreendedorismo feminino: A luta pela igualdade. **Revista Mundo Acadêmico**, v. 15, n. 20, p. 56-83, 2022. Disponível em: <https://multivix.edu.br/revista-mundo-academico-v15-n20-artigo03.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, G. O. do V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, V. A. da. Seres moldados: o patriarcado ao longo da história e sua influência nas relações sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís: UFMA, 2021. p. 1-15. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_621_621612d7a2a12cce.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

SIMÃO, A. M. da V.; FRISON, L. M. B. Histórias de vida em pesquisa

(auto)biográfica: Circuito que inclui tempos, lugares e autorregulação da aprendizagem. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 5, n. 13, p. 71-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10718>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MjG4zCKRsNGFVwsqV8KDpFP/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUZA, C. G. de. A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 700-706, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/7dXMbnpFpyGvLmbx6Mzkzp/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SEINI, G.; MANZI, C.; LOZZA, E. Is psychology of money a gendered affair? A scoping review and research agenda. **International Journal of Consumer Studies**, v. 47, n. 6, p. 2701-2723, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jcs.12975>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TEIXEIRA, R. M.; BOMFIM, L. C. S. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 1, p. 44-64, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v10i1.855>. Acesso em: 19 fev. 2024.

VOGT, S.; BULGAVOC, Y. L. M. História de vida de empreendedores: Estratégia e método de pesquisa para estudar a aprendizagem empreendedora. **Revista Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 8, n. 3, p. 99-133, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338617012>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (Orgs.). **Conselho Federal de Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. 178 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2459>. Acesso em: 19 fev. 2024.



ALMERINDA MARIA SKEFF CUNHA

Doutoranda em Psicologia e bolsista FAPERJ, no Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP) na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Mestra em Comunicação & Sociedade pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCom UFT). Graduada em Psicologia pelo CEULP/ULBRA.



ELISA MARIA BARBOSA AMORIM-RIBEIRO

Doutora, Mestre e graduada em Psicologia pela UFBA. Especialista em Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Coordenadora do Interage - Núcleo de estudos em Análise de Redes Sociais e

Processos Psicossociais. Vice-coordenadora do Grupo de Trabalho Cultura Organizacional e Saúde no Trabalho.

LUCIANA MOURÃO



Psicóloga e doutora em Psicologia. Professora da Universidade Salgado de Oliveira e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Aprimora - Núcleo de Estudos em Trajetória e Desenvolvimento Profissional. É bolsista produtividade do CNPq e Cientista do Estado do RJ pela FAPERJ.

concluído em 2023, e mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, obtido em 2018. Graduou-se em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2017. As pesquisas em Psicologia Social se concentram na Teoria das Representações Sociais e sua abordagem Estrutural. Explora conceitos como Práticas Sociais, Dinâmica Representacional, Normas e Ideologia. Os estudos envolvem Educação, com foco nas Práticas Educativas, e religião, especialmente as religiões de matriz afro-ameríndia, como o Candomblé e a Umbanda.

ÁLVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO



Possui doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo,

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGP-UNIVERSO e entidades profissionais parceiras

O direito fundamental de acesso à internet como ferramenta para o fortalecimento do desenho de políticas públicas e do estado democrático: atualizando o debate sobre efetividade de direitos e garantias fundamentais na cultura jurídica brasileira

The Fundamental Right of Access to the Internet as a tool for Strengthening the Design of Public Police Forces and the Democratic State: updating the debate on the effectiveness of rights and fundamental guarantees in the brazilian legal culture

Wagna Cristiane Ribeiro dos Santos^a, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, Diva Julia Safe Coelho, Valter Moura do Carmo.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: wagna.cristiane@gmail.com

Resumo: Atualmente a internet facilita o acesso à informação, promove a liberdade de expressão e estimula a participação cívica, permitindo que os indivíduos se envolvam ativamente no debate público e nas decisões políticas. No entanto, é fundamental considerar desafios como a desigualdade de acesso, os custos associados e o analfabetismo digital, para garantir que o benefício da democracia digital seja verdadeiramente inclusivo e equitativo. O reconhecimento do acesso à internet como um componente essencial da democracia destaca a importância de garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de contribuir e se beneficiar plenamente do ambiente digital. O objetivo geral visa enfrentar a questão sobre a necessidade iminente de que o ordenamento jurídico nacional reconheça a importância do acesso à internet como direito fundamental, e para alcançá-lo, a pesquisa prima por atualizar o debate sobre o que são direitos fundamentais; analisando crítico-reflexivamente de que forma o acesso à internet demonstra ser um direito fundamental; e reforçar os motivos que levam o acesso à internet a ser uma condição essencial para uma vida democrática no Brasil. Com base nos quesitos estabelecidos pela legislação pátria vigente, normas internacionais e relatórios emitidos pela ONU, há a necessidade de positivar o acesso na Carta Magna brasileira, a fim de que a mais alta lei reconheça o direito fundamental que é o acesso à internet na atualidade.

Palavras-chave: Democracia digital; Direito fundamental de acesso à internet; Políticas públicas; Internet.

Abstract: Nowadays, the internet facilitates access to information, promotes freedom of expression and stimulates civic participation, allowing individuals to become actively involved in public debate and political decisions. However, it is essential to consider challenges such as unequal access, the associated costs and digital illiteracy, to ensure that the benefit of digital democracy is truly inclusive and equitable. The recognition of internet access as an essential component of democracy highlights the importance of ensuring that all citizens have the opportunity to contribute to and fully benefit from the digital environment. The general objective is to face the question of the imminent need for the national legal system to recognize the importance of internet access as a fundamental right, and to achieve it, the research aims to update the debate on what fundamental rights are; critically-reflexively analyzing how internet access proves to be a fundamental right; and reinforcing the reasons why internet access is an essential condition for democratic life in Brazil. Based on the requirements established by the current national legislation, international standards and reports issued by the UN, there is a need to

establish access in the Brazilian Magna Letter, so that the highest law recognizes the fundamental right of internet access today.

Keywords: Digital democracy; Fundamental right of access to the internet; Public policies; Internet.

Submetido em: 13/11/2024.
Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a internet se estabeleceu como uma ferramenta onipresente no cotidiano das pessoas em todo o globo. Desde comunicação instantânea até acesso rápido a informações variadas, a internet ressignificou a forma como as pessoas vivem, trabalham, aprendem e interagem. Sem dúvidas, ela oferece uma gama de recursos diversificados, como redes sociais, plataformas de streaming, comércio eletrônico e serviços de educação online, conectando indivíduos de maneiras antes inimagináveis.

O artigo possui o intuito de destacar a lacuna na relação existente entre acesso à internet e fortalecimento da democracia, condensando as ideias a essa percepção para formuladores de políticas, pesquisadores e sociedade em geral. Em razão disso, uma análise documental foi realizada no ordenamento jurídico vigente, como por exemplo a Lei nº 12.965/2014, batizada como Marco Civil da Internet, Constituição Federal de 1988, relatórios da Organização das Nações Unidas e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ainda, a pesquisa valeu-se de dados atuais e relevantes advindos de publicações acadêmicas que se alinham à discussão proposta.

A introdução às formas como a internet amplia os direitos estipulados na Constituição Federal de 1988 destaca-se como um mergulho fascinante na era digital, onde as fronteiras entre o virtual e o real se desvaneçem. Na primeira seção, “Uma breve síntese sobre o conceito de direitos fundamentais”, trata-se sobre como a Carta Magna brasileira, promulgada em 1988, delineou direitos fundamentais que refletem os valores

democráticos e a busca pela igualdade e justiça no cenário nacional.

Na segunda seção, “O direito de acesso à internet como direito fundamental”, elucida-se como na contemporaneidade a internet emerge como uma força transformadora, proporcionando uma ampliação extraordinária desses direitos. Este panorama digital oferece um novo terreno para a expressão da liberdade, a promoção da igualdade, o acesso à informação e a participação cívica, moldando uma sociedade mais conectada e inclusiva. Vamos explorar como a internet, como um fenômeno do século XXI, potencializa e enriquece os princípios consagrados na Constituição, conduzindo-nos por um caminho de análise e reflexão sobre o impacto dessa revolução digital em nossa compreensão e vivência dos direitos fundamentais.

Finalmente, na terceira seção “O acesso à internet como condição essencial para uma vida democrática”, resta demonstrado que a internet desempenha um papel fundamental na facilitação das atividades diárias, acessível por meio de dispositivos móveis e computadores, transformando-se em um elemento essencial para a interação social, a realização de tarefas e o acesso à informação em tempo real. Ainda, pode ser compreendida como uma ferramenta ímpar no que se refere à forma que proporciona democracia em razão de sua capacidade de democratizar o acesso à informação, permitindo que indivíduos de diferentes origens e locais geográficos tenham voz e participem ativamente na troca de ideias e opiniões. Por exemplo, existem diversas plataformas onde as pessoas podem expressar livremente suas

perspectivas, compartilhar conhecimento e se engajar em debates sobre uma variedade de assuntos.

Além disso, a internet possibilita o acesso a recursos educacionais, culturais e políticos, capacitando indivíduos a se informarem e se envolverem em processos democráticos. Redes sociais, fóruns online e outras plataformas permitem que as pessoas se conectem e organizem em torno de interesses comuns, ampliando assim o alcance da participação cívica e política. No entanto, é importante destacar que a democratização proporcionada pela internet também apresenta desafios, como a disseminação de desinformação e a ampliação de divisões sociais, exigindo a promoção de alfabetização digital e o desenvolvimento de mecanismos para garantir um ambiente online mais equitativo e inclusivo.

No entanto, é imperioso lidar com desafios como a disseminação de informações falsas, a polarização e a exclusão digital para garantir que a expansão da internet como espaço de participação política seja inclusiva, confiável e promova um ambiente saudável para o fortalecimento contínuo da democracia. Frente a esse cenário, surge a seguinte indagação: como o uso da internet favorece a ampliação dos espaços de participação pública e contribui para fortalecer o exercício da democracia? Com o presente artigo, espera-se conferir robustez às razões pelas quais o direito de acesso à internet deve ser tratado como uma ferramenta que fortalece a democracia no Brasil.

2 BREVES APORTES SOBRE O CONCEITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CULTURA JURÍDICA BRASILEIRA

Os direitos fundamentais foram descritos por Bobbio (2004, p. 14), como um conjunto de direitos e garantias reconhecidos como essenciais para a

dignidade, liberdade e igualdade de todas as pessoas em uma sociedade, e que não são suspensos ou negados sob qualquer circunstância. São conhecidos de igual modo como direitos humanos, e essa espécie de direitos são inerentes à condição humana e devem ser severamente assegurados por governos e instituições.

Sabe-se que a primeira Constituição a positivar direitos fundamentais no mundo foi a Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, pelo imperador Dom Pedro I (Cunha, 2001). De maneira arcaica, a referida constituição buscava estabelecer princípios fundamentais para o novo país independente e, embora não possuísse uma abordagem contemporânea sobre direitos fundamentais, continha algumas disposições que podem ser interpretadas como garantias individuais para a época.

Maia (2012), aborda os direitos fundamentais que foram inicialmente garantidos. Havia a previsão da garantia de liberdade individual, proibindo prisões arbitrárias e punições cruéis. Entretanto, havia ressalvas, como a possibilidade de prisão por motivo de dívidas. A propriedade privada era reconhecida como inviolável, a menos que fosse de interesse público, mas com ressalvas que permitiam desapropriação em casos específicos. A Constituição garantia a liberdade de imprensa, mas permitia a censura em casos de abuso ou difamação. Também era previsto igualdade perante a lei para todos os cidadãos, embora estivesse condicionada a requisitos como renda mínima para participação política.

É importante destacar que, apesar dessas garantias, a Constituição de 1824 fazia demasiadas ressalvas diante dos direitos fundamentais que estabelecia, e continha elementos que limitavam a participação política a uma parcela restrita da população, como a exigência de renda para votar e ser votado. Além disso, o estabelecimento do "Poder Moderador" conferia ao imperador amplos poderes

para intervir nos outros poderes e na condução do governo (Brega Filho, 2002).

Em comparação com as concepções modernas de direitos fundamentais, a Constituição de 1824 era mais restritiva e refletia o contexto político da época, marcado por uma monarquia centralizada e por influências do período colonial. Maia (2012), discorre sobre o longo da história constitucional do Brasil, e maneira na qual a evolução dos direitos fundamentais ocorreu progressivamente [1], com avanços notáveis em Constituições posteriores, especialmente na de 1988, atualmente vigente, que consagrou uma gama mais ampla e moderna de direitos e garantias fundamentais.

Inclusive, a atual Constituição é conhecida como Constituição Cidadã, e representou um marco significativo na consolidação dos direitos fundamentais no Brasil. Maia (2012), ressalta que foi promulgada após um cenário de autoritarismo e arbitrariedades, fruto do regime de ditadura militar que se instaurou no Brasil no período de 1964 a 1985. Desde então, os direitos fundamentais abrangem diversas áreas da vida, incluindo direitos civis e políticos, como liberdade de expressão, direito à vida, à privacidade e à participação política (Bobbio, 2004).

Também há de evidenciar que no rol de direitos fundamentais brasileiros estão inclusos na Constituição da República de 1988 direitos sociais, econômicos e culturais, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho digno e à moradia nos numerosos incisos dos artigos 5º e 6º (Brasil, 1988).

Finalmente, elucida-se que os direitos fundamentais se encontram consagrados em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e em constituições nacionais. Eles servem como base para garantir a proteção e o respeito aos direitos individuais e coletivos, contribuindo para a construção de

sociedades justas, inclusivas e democráticas.

Frente a esse contexto, e inserindo na discussão sobre direitos fundamentais as inovações provocadas pela inclusão da internet em praticamente todos os processos da vida cotidiana do brasileiro, questiona-se sobre a garantia de que o acesso à internet seja positivado como um direito social tão expressivo quanto o direito à educação, saúde e lazer, tendo em vista a maneira como o acesso à internet ainda não é garantido de maneira isonômica.

3 O DIREITO DE ACESSO À INTERNET COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Revolução Industrial foi um marco relevante para que a humanidade começasse a vivenciar uma evolução tecnológica sem precedentes (Dutra e Oliveira, 2018). A partir de então, a cada instante, novos recursos tecnológicos são disponibilizados e novas tecnologias são desenvolvidas, e de maneira geral, a internet destaca-se como um instrumento de grande relevância no dia a dia, cujo uso ao longo dos anos tem provocado alterações significativas no comportamento e na interação humana.

Com o aumento da conectividade global e seus impactos na sociedade, o acesso à internet passou a desempenhar um papel fundamental na promoção da inclusão social. Tornou-se uma ferramenta essencial para a comunicação, acesso a serviços de saúde, oportunidades de trabalho, transações comerciais, educação, pesquisa e participação política.

Conforme as lições de Dutra e Oliveira (2018), pode-se afirmar que a internet é uma vasta fonte de conhecimento, pois proporciona acesso a uma quantidade imensa de informações, materiais educacionais e recursos de aprendizagem. É a ferramenta responsável, de certa forma, por ampliar e democratizar o conhecimento, permitindo que qualquer

pessoa, independentemente de sua localização geográfica, possa aprender sobre uma variedade de assuntos. O conhecimento passa a ser transmitido através de sites, propagandas virtuais e conectividade com pessoas mundo afora.

Ainda que o poder da internet na atualidade seja inegável, para que seja configurado como direito fundamental indiscutível como definido anteriormente por Bobbio (2004), é essencial garantir que seu acesso seja equitativo para todos. Evidentemente, nem todos podem desfrutar dos benefícios da internet, em razão da existência de diversas desigualdades e exclusões que impedem ou dificultam o seu acesso.

De acordo com os dados fornecidos em 2022 pela União Internacional de Telecomunicações - UIT (2022), estima-se que 5,3 bilhões de pessoas, ou seja, 66% da população global, fazem uso da Internet, refletindo um aumento de 6,1% em relação a 2021.

Em contrapartida, existem 2,7 bilhões de pessoas sem acesso à internet, evidenciando a necessidade de esforços adicionais para alcançar a conectividade global, um dos principais objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 9) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU. O propósito é assegurar que, até 2030, todos tenham acesso a uma conexão de internet rápida, confiável e acessível.

De acordo com os dados da pesquisa TIC Domicílios 2023 (Cetic, 2023), 84% dos domicílios no Brasil possuem acesso à internet, o que representa 156 milhões de pessoas, demonstrando que a conectividade faz parte da rotina dos brasileiros. Esses números posicionam o Brasil acima da média global, a qual, de acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2023) é de 67%. Apesar dos índices altos, os números também apresentam a desigualdade da inclusão digital da população. Os estudos apontam que as desigualdades de renda e

de escolaridade refletem nos indicadores de acesso à internet.

A pesquisa também aponta que, em 2023, 29 milhões de indivíduos no Brasil declararam não ter utilizado a internet. Atualmente, não estar conectado significa estar privado de oportunidades educacionais, busca por emprego, acesso a fontes de renda e transações de bens e serviços online, configurando assim a exclusão digital. Nesse contexto, a exclusão digital não apenas reflete a exclusão social, mas também a reproduz.

Por exemplo a questão do acesso à justiça. No Tocantins, esse acesso é feito em âmbito virtual, tendo em vista que os processos não são mais físicos desde o ano de 2011 (Tocantins, 2023), de modo que toda movimentação processual é feita no sistema Sistema de Processo Judicial Eletrônico - EPROC. No ano de 2015, o Tocantins passou a operar seus trâmites processuais exclusivamente no sistema virtual (Tocantins, 2023), adequando-se à modernidade que a internet confere aos processos do cotidiano e abrangendo o acesso à justiça por todo o Estado.

Frente a esse contexto, o exemplo acima relatado demonstra como o cidadão que não possui oportunidade de acessar virtualmente informações sobre o seu processo judicial por conta própria é prejudicado. Seu direito de acesso à justiça fica limitado, e direitos fundamentais jamais poderão ser limitados ou negados (Bobbio, 2004).

Mas o cenário tocantinense é promissor no que se refere ao crescimento de domicílios que possuem acesso à internet. Conforme dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, no ano de 2021, 457 mil domicílios pesquisados no Estado mais jovem da federação possuíam acesso à internet (IBGE, 2021). Ainda, no ano de 2023, por meio do projeto "Tô na Net", o Governo do Estado do Tocantins, garantiu que internet gratuita fosse finalmente distribuída entre comunidades indígenas

(Tocantins, 2023), ampliando a inserção de povos originários nos meios digitais e garantindo que estivessem revestidos do direito de exercício da cidadania previsto na Lei nº 12.965/2014.

Diante da clara expansão e enraizamento da internet na sociedade, questiona-se se há a possibilidade de afirmar que o acesso à internet é um direito fundamental inerente à pessoa humana. Tendo em vista que existem pesquisadores contemporâneos que debatem o assunto no sentido de que pode e deve ser um direito positivado, Espírito Santo e Pomin (2021) elucidam que os direitos fundamentais encontram-se resguardados antes mesmo da existência de códices escritos, e que eram relativos a noções de liberdade, dignidade, igualdade... E, atualmente, esses direitos estão contidos na Constituição Federal de 1988, a carta magna brasileira.

No entanto, ainda não há ampla previsão do direito do cidadão de acessar a internet na referida Constituição conjuntamente aos demais direitos fundamentais, como por exemplo aqueles previstos no art. 5º e art. 6º ao 11 (Brasil, 1988), dentre outros.

Em razão da rápida incorporação da internet na vida dos brasileiros, a Lei nº 12.965/2014, chamada de Marco Civil da Internet, foi concebida com a finalidade de regular diversos aspectos relacionados à internet no país (Souza e Lemos, 2016), e, sobre o exercício da cidadania, o art. 7º da referida lei diz que “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania” (Brasil, 2014).

O Marco Civil, inclusive, dispõe o seguinte:

Art. 4º - A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:

I - do direito de acesso à internet a todos;

II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;

III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e
IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados. (Brasil, 2014)

A Lei nº 12.965/2014 foi, portanto, uma resposta efetiva à necessidade de regulamentação da rede, garantindo principalmente direitos fundamentais dos usuários ao acesso à internet ser democratizado a todos, pois reforça o direito ao acesso à internet como essencial para o exercício da cidadania (Sarlet; Siqueira, 2021). A promoção da inclusão digital e a busca pelo acesso universal são elementos fundamentais para garantir que todas as camadas da sociedade tenham a oportunidade de participar plenamente das esferas digital e social, pois cria um ambiente online mais equitativo, transparente e acessível a todos. Esses princípios contribuem para a construção de uma sociedade digital mais justa e inclusiva.

Houve algumas tentativas que se relacionam ao Marco Civil da Internet de transmutar o simples acesso na consagração do ato como o direito inerente ao homem de acessá-la no quanto um direito fundamental, como por exemplo com as Propostas de Emendas Constitucionais- PECs de nº 6/2011, 185/2015, 8/2020 e 35/2020 (Sarlet e Siqueira, 2021). As referidas PECs, essencialmente, fazem propostas de alterar o texto constitucional apenas em certos aspectos, o que seria viável ao caso de tornar a previsão do acesso à internet como direito constitucional no Brasil.

Atualmente [2], a Proposta de Emenda Constitucional que se encontra em tramitação no Poder Legislativo Federal é a PEC 47/2021, que tem por meta principal incluir o direito à inclusão digital no rol dos direitos fundamentais no texto constitucional em vigor. Sendo aprovada, o artigo 5º passaria a ter o inciso LXXX "é

assegurado a todos o direito à inclusão digital".

Ainda, Sarlet e Siqueira (2021) expõem a fragilidade do acesso à internet no Brasil, tendo em vista que 25% do total da população brasileira não possui qualquer acesso, quanto outros índices que apontam dificuldades em termos de qualidade de acesso. Sem uma previsão constitucional que assegure o acesso à internet como direito fundamental, a falta de isonomia ainda imperará nessa sociedade, fragilizando a população em questões relevantes como educação e participação social política democrática.

Em cenários internacionais como Alemanha (Sarlet; Siqueira, 2021), Finlândia e Canadá (Vicente, 2020), o direito constitucional de acesso à internet foi positivado e é amplamente assegurado, demonstrando a possibilidade da implantação desse direito no Brasil, nação democrática e que pode cada dia mais buscar evoluir para acompanhar o progresso tecnológico que a internet promove.

Na Índia, o reconhecimento do acesso à internet como um direito fundamental ganhou destaque em janeiro de 2020, quando a Suprema Corte declarou proteção constitucional ao uso da internet no país. Nesta cultura jurídica que tem por base o Common Law o avanço em destaque foi o julgamento do caso *Anuradha Bhasin v. Índia*, que ademais fez referência aos problemas de acesso à internet, notadamente relacionados à dificuldade de acesso devido muitas vezes aos "apagões da internet" na Índia. Concordamos com Sarlet e Siqueira (2021) ao defenderem que a decisão da Suprema Corte Indiana trouxe "proteção constitucional ao uso da internet no país, a fim de viabilizar a efetividade de direitos fundamentais online, especialmente a liberdade de expressão".

Por fim, a Organização das Nações Unidas - ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos e de igual maneira o

Pacto Internacional sobre Direitos Políticos e Civis reconhecem o acesso à internet como sendo um direito social, portanto fundamental. O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos faz a seguinte previsão:

Artigo 19 - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948)

Essa declaração reconhece a importância fundamental da liberdade de expressão como um direito inalienável de todas as pessoas. Ele enfatiza que todos têm o direito de expressar suas opiniões, buscar, receber e transmitir informações e ideias, utilizando qualquer meio de comunicação, sem interferências e independentemente de fronteiras. Dessa forma, o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata do direito à liberdade de expressão, está intrinsecamente relacionado ao acesso democrático à internet.

A conexão entre esses conceitos se baseia na compreensão de que a internet, como um meio de comunicação global, desempenha um papel significativo na facilitação e promoção da liberdade de expressão. No ano de 2011, a ONU emitiu um relatório que reforça a percepção de que o acesso à internet deve ser reconhecido como direito fundamental (Vince; Fachin, 2016).

Posteriormente, no ano de 2012 através do Conselho de Direitos Humanos, a ONU editou a Resolução A/HRC/20/L.13, chamada de Conselho de Direitos Humanos sobre Direitos Humanos na Internet (*Human Rights Council on Human Rights on the Internet*), e expressamente diz o seguinte:

Tomando nota dos relatórios do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião

e expressão, submetido ao Conselho de Direitos Humanos na sua décima sétima sessão, e à Assembleia Geral na sua sexagésima sexta sessão, sobre liberdade de expressão na Internet,

1. Afirma que os mesmos direitos que as pessoas têm offline também devem ser protegidos online, em particular a liberdade de expressão, que é aplicável independentemente de fronteiras e através de qualquer meio de sua escolha, de acordo com os artigos 19 da Lei Universal Declaração dos Direitos Humanos e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;
2. Reconhece a natureza global e aberta da Internet como uma força motriz em acelerar o progresso rumo ao desenvolvimento nas suas diversas formas;
3. Apela a todos os Estados para que promovam e facilitem o acesso à Internet e cooperação internacional destinada ao desenvolvimento da mídia e da informação e instalações de comunicação em todos os países;
4. Encoraja procedimentos especiais para ter em conta estas questões no âmbito das suas mandatos existentes, conforme aplicável;
5. Decide continuar a considerar a promoção, proteção e gozo dos direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão, na Internet e em outras tecnologias, bem como de como a Internet pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento e para o exercício dos direitos humanos, de acordo com o seu programa de trabalho. (ONU, 2012, *online*)

De maneira simplificada, a principal organização internacional reconhece expressamente que quando uma pessoa se conecta à internet, isso é uma extensão do direito fundamental à liberdade de expressão e informação.

4 O ACESSO À INTERNET COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA UMA VIDA DEMOCRÁTICA

Restando mais que confirmado que internet está em todos os ambientes, em todos os nichos de procura e regendo boa parte das atividades cotidianas da sociedade. Por exemplo, se um sistema online falha, órgãos públicos já não conduzem seus afazeres com a mesma agilidade, transparência pública e acesso amplo à sociedade.

Ainda, é evidente que o acesso à informação é um direito fundamental humano, contido no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, bem como regulamentado pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011. Sob o prisma prático, se uma pessoa não utiliza a internet por motivos alheios à sua vontade, pode acabar levando mais tempo para obter informações sobre os mais diversos assuntos, enfrentar dificuldades em encontrar materiais didáticos, pode até mesmo não conhecer a fundo um candidato político que tem pretensões eleitorais em seu município, Estado ou país.

Através da internet, a dinâmica entre o Estado e a sociedade está passando por inovações. Por exemplo, Klein e Adolfo (2020) são muito perspicazes quando explanam o seguinte sobre campanhas eleitorais:

Destaca-se que o mais novo território de disputa e campanha eleitoral encontra-se na Internet. As redes sociais afloraram os meios e canais de comunicação entre representantes e eleitores e, concomitantemente, o desenvolvimento da democracia digital está transformando as relações sociais. (Klein; Adolfo, 2020, p. 5).

Essa falta de acesso à internet, portanto, pode restringir o exercício de diversos direitos da vida pública, resultando em exclusão social e digital de pessoas que se encontram inseridas na sociedade, porém, de certo modo,

impedidos de exercer todos os seus direitos e deveres.

Os progressos tecnológicos, especialmente as ferramentas oferecidas pela internet, têm o poder de estreitar a relação entre o governo e pessoas, fazendo incidir um aumento diretamente na prática da democracia. Conceição e Silva (2020) evidenciam que as ferramentas da internet possuem a capacidade de fortalecer a conexão entre o governo e os cidadãos, resultando em um maior impulso para a prática da democracia.

Alencar reflete o seguinte sobre democracia:

A democracia representa uma temática que não perde a sua atualidade, na medida em que o processo democrático acompanha os avanços sociais experimentados ao longo do tempo, adaptando-se à realidade que lhe é imposta, porém, sem esvaziar a sua essência (Alencar, 2021, p. 63).

Isso acontece porque essas tecnologias possibilitam uma comunicação mais direta, transparente e acessível entre os governantes e a população. Por meio da internet, as pessoas podem participar ativamente na troca de informações, expressar suas opiniões e contribuir com o processo político. Isso cria um ambiente propício para um governo mais responsável, inclusivo e atento às necessidades e demandas dos cidadãos, o que, por sua vez, promove uma democracia mais participativa e efetiva.

No entanto, Schwab (2018, p. 107) ressalta que é fundamental que a sociedade assuma um papel central nas mudanças sociais e políticas, o que requer conscientização sobre a rápida evolução e a influência abrangente da tecnologia no dia-a-dia. Além disso, é essencial assegurar que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades nesse processo, pois assim a democracia estará sendo praticada no âmbito virtual.

Considerando o quadro, seria necessário para incorporar conhecimento de maneira eficiente e ideias de muitas pessoas rumo à inteligência coletiva, o fornecimento de plataformas de deliberação on-line para realizar uma democracia digital melhorada, com maiores oportunidades de participação para os cidadãos, além da própria fiscalização com as informações postadas em rede (Souza e Teixeira, 2022, p. 15).

Caso haja uma maior democratização na distribuição de tecnologias da informação e comunicação - TICs com a finalidade de ampliar a participação popular nos vários níveis, os índices de exclusão digital (Barth et. al., 2021) no Brasil logicamente cairiam, pois mais pessoas estariam conseguindo acessar a internet e haveria uma expansão na participação popular em redes sociais, fóruns de discussão, acompanhar processos legislativos e etc.

A internet tornou-se um meio essencial para transmitir informações e facilitar a comunicação, utilizando uma variedade de ferramentas como mídias online, sites, redes sociais, entre outros. Tanto empresas públicas quanto privadas, assim como órgãos governamentais, utilizam a internet para se aproximar de seu público, seja ele composto por clientes, potenciais clientes, usuários de serviços públicos ou simplesmente cidadãos (Vilela e Silvestrini, 2017). O objetivo é estabelecer confiança através da transparência e da abertura ao diálogo.

Contudo, é importante ressaltar que incluir o acesso à internet como um direito social na Constituição implicará desafios consideráveis para as autoridades.

Assim, o acesso à internet relaciona-se ao fortalecimento da democracia digital, principalmente em razão dos já trabalhados fatores que podem oportunizar espaços de discussões e participação social. Atualmente, torna-se necessário incluir na Carta Magna o acesso à internet como um direito social e, por

consequente, fundamental, visando o bem-estar dos cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de acesso à internet é muito mais do que a simples capacidade de se conectar à rede. Trata-se de um dos principais pilares para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva. A internet, como ferramenta de comunicação e acesso à informação, desempenha um papel fundamental no fortalecimento da democracia sob vários aspectos.

A internet oferece uma quantidade inigualável de informações sobre questões políticas, sociais, econômicas e culturais, permitindo que os cidadãos se informem e compreendam melhor os assuntos que afetam suas vidas. Esse acesso à informação é essencial para que as pessoas possam tomar decisões informadas e participar ativamente do debate público.

De igual modo, por meio da internet os cidadãos podem interagir com representantes governamentais, expressar suas opiniões, debater ideias e engajar-se em atividades cívicas. Isso promove uma participação mais ampla e inclusiva na esfera política, permitindo que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e consideradas. A internet possibilita uma maior transparência nas ações do governo, permitindo que os cidadãos monitorem as atividades das autoridades eleitas e cobrem responsabilidade e prestação de contas. Isso é essencial para garantir uma governança mais transparente e responsável. Garantir o acesso universal à internet é crucial para reduzir as disparidades digitais e promover a igualdade de oportunidades. Isso é especialmente importante em contextos nos quais grupos marginalizados têm menos acesso à informação e participação política.

Portanto, o acesso à internet não é apenas uma comodidade moderna, mas sim um direito essencial que capacita os cidadãos a exercerem sua cidadania de forma plena, contribuindo para uma sociedade mais informada, participativa e igualitária. É fundamental garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo à internet para assegurar um ambiente democrático saudável e inclusivo.

Resta evidente que o acesso à internet é mais do que um simples meio de comunicação ou uma conveniência moderna, é um direito humano fundamental. A capacidade de se conectar à rede não apenas abre portas para a informação e o conhecimento, mas também capacita os indivíduos a exercerem uma série de outros direitos humanos, como a liberdade de expressão, a educação, o acesso à informação e a participação na vida pública.

Como tal, o acesso à internet é inherentemente ligado à realização plena da dignidade humana. Garantir que todos tenham acesso equitativo à internet não é apenas uma questão de igualdade de oportunidades, mas é essencial para a promoção de sociedades inclusivas, democráticas e justas, onde cada pessoa tem a capacidade de participar plenamente na sociedade e no desenvolvimento de suas próprias comunidades.

Reconhecer o acesso à internet como um direito constitucional, deve-se levar em consideração que as tarifas cobradas deveriam ser regulamentadas, semelhante ao que ocorre com serviços essenciais como energia e saneamento básico. O reconhecimento do acesso à internet como um direito fundamental pelo Estado brasileiro acarretará custos e investimentos significativos, que resultarão na democratização ao acesso por todos no país.

A presente pesquisa pôde fornecer uma base robusta para estudos em várias

frentes acadêmicas que se alinhem ao tema proposto. Pesquisas futuras poderão comparar como diferentes jurisdições abordam e abordarão a inclusão do acesso à internet como um direito fundamental. Isso permitirá identificar padrões, diferenças e melhores práticas. Estudos poderão explorar como o reconhecimento do acesso à internet como direito fundamental influencia e influenciará na proteção de outras liberdades individuais, como liberdade de expressão, privacidade e participação cívica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. L. A. **Democracia:** substantivo feminino. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BARTH, N. M.; CAETANO, S. de S.; MENEGOLO, M. de A.; da Silva, F. C. Da democracia representativa à ciberdemocracia: O cidadão na virtualização da política. **Inova+ Cadernos de Graduação da Faculdade da Indústria – No 2/ V. 2 – Agosto/2021**, p. 21-35. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/inovamais/article/view/637>. Acesso em: 28 dez 2023.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Marco Civil da Internet. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 2 jan 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan 2024.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Ementa Constitucional nº 47/2021.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2326575&fichaAmigavel=nao> Acesso em: 25 de ago 2024.

BREGA FILHO, V. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988:** conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

CAMPOS DUTRA, D.; OLIVEIRA, E. **Ciberdemocracia:** a internet como ágora digital. Revista Direitos Humanos e Democracia, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 134–166, 2018. DOI: 10.21527/2317-5389.2018.11.134-166. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosdemocracia/article/view/696> . Acesso em: 19 dez 2023.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Pesquisa TIC Domicílios.** 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domiciliros/> . Acesso em: 19 dez 2023.

CONCEIÇÃO, G.; da Silva, P. M. A democracia digital e os reflexos das desigualdades sociais nos índices de participação popular na esfera pública. Aicta e grupo de pesquisa internacional em governança, constitucionalismo, transnacionalidade e sustentabilidade. **13º Seminário Internacional – Democracia e Constitucionalismo** Universidade do Vale do Itajaí – Brasil – novembro 2020. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/17126>. Acesso em: 7 jan 2024.

CUNHA, A. S. **Todas as Constituições do Brasil:** edição comentada. Campinas, SP: Bookseller, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – TIC** Domicílios e Pessoas. 2021. Disponível em: <https://pnadcontinua.ibge.gov.br/#/mapa?share=WyJvc20iLDUuNTIyODY0MjM0MDIyOTQ1LFstNjA1MTE3My4yODI4MDAwNjksLTE2MDQyODYuMTM4MjU2ODA2XSxbWjJuYXQiLDM4Mix0cnVILDEsMF1dXQ%3D%3D%2F>. Acesso em: 10 jan 2024.

KLEIN, J. S. B; ADOLFO, L. G. S. **A WEB 4.0 E OS RISCOS À DEMOCRACIA. Revista Em Tempo**, [S.I.], v. 20, n. 1, nov. 2020. ISSN 1984-7858. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3132>. Acesso em: 7 jan 2024.

MAIA, M. C. **História do Direito no Brasil: os direitos humanos fundamentais nas Constituições Brasileiras. Revista JurisFIB**, Bauru, SP, v. 3, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.fibbauru.br/jurisfib/article/view/151>. Acesso em: 13 jan 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 jan 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Direitos Humanos sobre Direitos Humanos na Internet. **Resolução A/HRC/20/L.13**. [S. I.], ONU, 2012. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G12/147/10/PDF/G1214710.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jan 2024

SARLET, I.; SIQUEIRA, A. de B. **O direito humano e fundamental de acesso à internet**. Blog Consultor Jurídico - editoriais sem categoria. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-nov-12/direitos-fundamentais-direito-humano-fun>

damental-acesso-internet/ . Acesso em: 3 jan 2024.

SCHWAB, K. **Aplicando a quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SAFE, Diva Júlia; COELHO, Saulo. **Reflexões sobre as origens do Constitucionalismo Brasileiro: Breve memorial ensejado pelos 30 anos da Constituição de 1988**. In: COELHO; DINIZ; SAFE. **Direito, História e Política nos 30 anos da Constituição: experiências e reflexões sobre o contexto constitucional brasileiro**. -1.ed.- Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. (Coleção Experiências Jurídicas nos 30 anos da Constituição; 10).

SOUZA, C. A.; LEMOS, R. **Marco civil da internet: construção e aplicação**. Juiz de Fora: Editar, 2016.

SOUZA, P. M.; TEIXEIRA, A. V. **Os desafios do uso da internet em prol da democracia. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE**, 6., 2022. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2022/11/1.11.pdf>. Acesso em: 3 jan 2024.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **19 de abril**: Wanderlei Barbosa se torna o primeiro governador a levar acesso gratuito à internet para comunidades indígenas do Tocantins. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/19-de-abril-wanderlei-barbosa-se-torna-o-primeiro-governador-a-levar-acesso-gratuito-a-internet-para-comunidades-indigenas-do-tocantins/bx0zh8lor5e>. Acesso em: 3 jan 2024.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. **Eproc chega a 12 anos garantindo agilidade e eficácia aos trâmites processuais no Tocantins**. 2023. Disponível em: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noti>

ncias/eproc-chega-a-12-anos-em-pleno-funcionamento-e-garantindo-agilidade-e-eficiacia-aos-tramites-processuais-no-tocantis. Acesso em: 10 jan 2024.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Measuring digital development: facts and figures 2022. 2022. Disponível em: https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict_mdd-2022/. Acesso em: 3 jan 2024.

VICENTE, G. M. M. O acesso à internet como direito fundamental: uma análise sob a perspectiva histórica da dignidade humana. Trabalho de Graduação Interdisciplinar apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel no Curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2020. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/72ccf1f3-30c0-4181-b993-a272f838e30f/content>. Acesso em: 4 jan 2024.

VILELA, T. R. F.; SILVESTRINI, J. P. A democratização do acesso à internet no Brasil. V Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. Anais do V Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 5, p. 251-264, out. 2017. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/issue/vie/w/41>. Acesso em: 5 jan 2024.



WAGNA CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS

Graduada em Letras e em Direito pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Palmas; especialista em Direito Processual pela Universidade de Santa Catarina, Direito do Estado pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Aluna da Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/Esmat)



GUSTAVO TEIXEIRA DE CASTRO OLIVEIRA

Professor Doutor do Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Palmas, e da Universidade Federal do Tocantins-UFT, vinculado ao Colegiado do Curso de Direito e ao Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Advogado.



DIVA JULIA SOUSA DA CUNHA SAFE COELHO

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas PPGDP-UFG. Pós-Doutora na área de Direito Constitucional Comparado, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Doutora em Ciudadanía y Derechos Humanos pela Universidad de Barcelona - UB, mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás - UFG.



VALTER MOURA DO CARMO

Professor Colaborador do Programa Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH). graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR; mestrado em Direito Constitucional pela UNIFOR com período sanduíche na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutorado em Direito pela UFSC, tendo realizado o doutorado sanduíche na Universidade de Zaragoza (Espanha).

NOTAS

^[1]Sobre a evolução mais detalhada dos Direitos Fundamentais na Constituições Brasileiras cf. SAFE, Diva Júlia; COELHO, Saulo. Reflexões sobre as origens do Constitucionalismo Brasileiro: Breve memorial ensejado pelos 30 anos da Constituição de 1988. In: COELHO; DINIZ; SAFE. **Direito, História e Política nos 30 anos da Constituição**: experiências e reflexões sobre o contexto constitucional brasileiro.

-1.ed.- Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. (Coleção Experiências Jurídicas nos 30 anos da Constituição; 10).

^[2]. Levantamento de informações realizado no 2º semestre de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2326575&fichaAmigavel=nao>
Acesso em: 25 de agosto de 2024.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGDP-UFG, PPGPJDH – UFT/Esmat e entidades profissionais parceiras

O grêmio estudantil e sua atuação no ensino fundamental: um horizonte democrático ou gerencialista da educação?

The student council and its work in elementary school: a democratic or managerialist approach to education?

Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito^a, Adriano Pereira de Miranda, Joildy Gomes Brito, Rosilene Lagares.

^a Universidade Federal do Tocantins. E-mail: katiacristina@mail.uft.edu.br

Resumo: O artigo em tela objetiva analisar a organização estudantil por meio do grêmio em uma escola pública de um município tocantinense e sua repercussão na efetivação da gestão democrática. O estudo está assentado em pesquisa bibliográfica e empírico documental. Os achados evidenciam que a criação e implementação de órgãos intercolegiados, como as agremiações, é um dispositivo fundamental para o fortalecimento da gestão democrática. Conclui-se da necessidade de problematizar a finalidade da agremiação estudantil nas unidades escolares com enfoque no fortalecimento da gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Educação básica; Gestão democrática; Órgão intercolegial; Educação municipal no Tocantins.

Abstract: The aim of this article is to analyze student organization through the guild in a public school in a municipality in the state of Tocantins and its repercussions on the implementation of democratic management. The study is based on bibliographical and empirical documentary research. The findings show that the creation and implementation of intercollegiate bodies, such as associations, is a fundamental device for strengthening democratic management. The conclusion is that there is a need to problematize the purpose of student unions in school units, with a focus on strengthening the democratic management of education.

Keywords: Basic education; Democratic management; Intercollegiate body; Municipal education in Tocantins.

Submetido em: 16/10/2024.
Aceito em: 06/12/2024.

1 INTRODUÇÃO

A educação assentada em princípios democráticos deve oportunizar espaços de participação para a comunidade escolar. Logo, é, também, por meio de espaços coletivos de tomada de decisões que os estudantes desenvolvem habilidades necessárias para o exercício da cidadania. O processo democrático deve se configurar como fundamento das práticas escolares em toda a educação

básica, portanto, desde a educação infantil. Esse movimento formativo passa por um ambiente escolar que considera a participação como meio essencial para o exercício da gestão democrática.

Dentre as diferentes dimensões e possibilidades de construir processos formativos destaca-se a criação, a implementação e o fortalecimento dos órgãos intercolegiais. Em se tratando da comunidade estudantil, o grêmio escolar

se materializa como o espaço propício para os educandos compreenderem como a democracia é construída nas relações diárias e coletivas. Porém, constituir espaços de participação, especialmente nos anos iniciais de escolarização, exige uma postura de diálogo institucional que é desafiadora em todos os contextos.

O presente estudo tem por objetivo analisar a organização estudantil por meio do grêmio em uma escola pública de um município tocantinense e sua repercussão na efetivação da gestão democrática. O estudo está assentado em pesquisa bibliográfica e empírico documental (Severino, 2013), “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 32).

O aporte teórico constitui-se, principalmente, em autores como Idelbrando (2021), Paro (2007; 2014), Chauí (2021), Antunes (2002), Hora (2012), Freire (2018), Sanfelice (2008) e Brito (2019). Embasados na concepção e nos conceitos de gestão democrática e seus dispositivos, tais autores ressaltam que o movimento estudantil e sua materialização nas escolas, por meio das agremiações, é caminho para romper o paradigma de gerencialismo e burocracia que permeia a gestão escolar.

No que diz respeito à análise empírico documental foram considerados documentos oficiais do sistema municipal de um município tocantinense que garantem a criação e efetivação das agremiações: Plano Municipal de Educação (PME), Lei da Gestão Democrática, Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP), bem como os documentos internos do grêmio estudantil: atas, estatuto e regimento.

Para atingir o objetivo proposto, além desta introdução, das considerações finais e das referências, este artigo está organizado em duas seções: na primeira, apresenta-se um histórico do movimento estudantil brasileiro e sua influência na criação de leis que garantem o direito às agremiações. Na segunda, analisa-se

como o grêmio estudantil exerce suas funções e contribui para a gestão democrática escolar em uma escola municipal tocantinense.

2 GRÊMIO ESTUDANTIL: IMPLEMENTAÇÃO EM MEIO A LUTAS E CONQUISTAS

Analizar as agremiações constituídas nas instituições de ensino da educação básica demanda um regresso à história do movimento estudantil brasileiro. O direito adquirido pelos estudantes hodiernos concernente à organização dos grêmios estudantis foi conquistado a partir de intensa luta, resistência e resiliência de uma vanguarda que não se intimidou com a política repressiva e ditatorial que governantes tentaram exercer sobre os discentes nas escolas e universidades.

A história do movimento estudantil brasileiro inicia-se, oficialmente, com a fundação de sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorrida em 1937 (Poerner, 2004). A partir deste momento, os estudantes, organizados em movimento contínuo e perene, participaram de lutas, não apenas por causas sociais ou culturais, mas, também, por participação política e para garantirem o direito de participarem dos momentos deliberativos, conforme ressaltado por Araújo (2007). O movimento estudantil não se inicia apenas quando sua entidade máxima é fundada, mas, antes da consolidação da UNE, as entidades estudantis eram transitórias, funcionando por um período e, depois de um tempo, deixando de existir (Gonçalves Júnior, 2023).

A partir da década de 1960, marcada pelo período do governo civil-militar, que ocasionou disputas acirradas entre os estudantes contra o governo ditatorial, um conjunto de leis foi promulgado para minimizar ou dirimir a atuação estudantil dentro das unidades de ensino e universidades¹. Por conseguinte, esse período de repressão da classe estudantil

estimulou os alunos a adotarem medidas de confronto direto e de resistência ao regime ditatorial instalado no Brasil. De acordo com Sanfelice (2008), a politização do movimento estudantil provocou, entre os governos militares, ações que impediram a atuação dos discentes em pautas políticas.

Poerner (2004) destaca que a luta pela redemocratização e por direitos adquiridos, historicamente, pela classe trabalhadora foi marcante. Houve intensa atuação contra a intervenção do Estado sobre os sindicatos, bem como a busca da anistia integral e ampla a todos os condenados por atos contra o governo e pela redemocratização do país, por meio do voto direto da população o que indica o interesse dos estudantes em participar de discussões de cunho político e social.

Santos (2007, p. 19) ressalta que “os movimentos estudantis têm tido no Brasil, um caráter essencialmente político”. Padilha (2007) corrobora ao afirmar que o papel da escola em todas as modalidades de ensino é o de ensinar e estimular a formação política e cidadã. A esse respeito o autor afirma:

A escola, espaço de relações sociais e humanas, é um campo propício para a discussão política, pois ser político nesse âmbito é conhecer profundamente essa instituição em todas as suas características. É compreender como são estabelecidas as relações de poder no seu interior e saber avaliar como isso repercute nos serviços que a unidade escolar oferece à comunidade (Padilha, 2007, p. 22).

Destarte, a referida formação não se constitui por meio de um processo simples, linear, nem ocorre pela mera transmissão de conhecimentos históricos. O espaço escolar é marcado por lutas de classes, com a elite – por querer se perpetuar no poder hegemônico – não priorizando a educação ofertada aos filhos dos trabalhadores nas instituições de ensino públicas. Saviani (2011, p. 27)

salienta que “a escola está impregnada de ponta a ponta pelo aspecto político”.

Assim, a escola e, principalmente, a sala de aula, não são espaços neutros de formação conteudista, pois, como diz Saviani (2011, p. 13), “a educação não se reduz apenas ao ensino”. Deste modo, o ato de ensinar deve ser permeado por um caráter elucidativo e político, de modo que a escola se preocupe em oferecer aos estudantes uma formação integral tendo como escopo instrumentalizá-los com conhecimentos historicamente construídos pela humanidade que vão além de conteúdos factuais.

A consolidação de processos formativos críticos não ocorre de maneira aligeirada em projetos pontuais, por vezes é um caminho longo e permeado por desafios mas é a senda para a democratização do ensino, uma vez que os estudantes, vivenciarão conteúdos e práticas de maneira sistematizada, na sua integralidade, e adquirirão hábitos de estudo e habilidades essenciais para compreenderem a necessidade de pertencimento a uma organização social. Logo, sua formação em uma perspectiva de emancipação humana contribui para a transformação da gestão escolar e atua, diretamente, na vida pessoal dos estudantes.

Participando das agremiações, os estudantes podem apreender processos de atuação crítica e construtiva, e são nestes espaços que compreendem sua responsabilidade como sujeito social, haja vista que representará um grupo com anseios próprios que se constitui no colegiado estudantil da instituição.

Este é o primeiro aspecto político que os estudantes compreendem ao adentrar em uma agremiação. Essa experiência permite aos discentes a adoção de uma atitude representativa, que requer habilidades necessárias para a participação em reuniões deliberativas com a gestão escolar, entre os próprios

alunos gremistas e em assembleias gerais que são realizadas no âmbito escolar.

É neste movimento de participação deliberativa que o estudante comprehende como os processos democráticos são efetivados. Por isso, é importante que as agremiações que tiverem algum professor conselheiro, tutor (ou outra nomenclatura), tenham uma atitude respeitosa diante da atuação estudantil, pois, os alunos, ao se organizarem livremente, aprendem, de maneira prática, os princípios de democracia.

Os debates conflituosos são elementos constitutivos da agremiação, podendo acontecer entre os gremistas, com o próprio gestor ou outras pessoas de autoridade dentro da escola. Neste sentido:

Alguns traços caracterizam a democracia. Em primeiro lugar, a legitimidade e a necessidade do conflito. A democracia é o único regime político no qual o conflito não é algo que precisa ser exorcizado, ocultado ou terminado, mas aquilo que vivifica o regime político, pois, ao contrário de qualquer outra forma política, a democracia tem a peculiaridade extraordinária de ser a única na qual o conflito é constitutivo de seu modo de ser (Chauí, 2021, p. 183-184).

O entendimento por parte dos discentes acerca do processo democrático é fundamental para a compreensão de que seu exercício vai além dos procedimentos eletivos adotados para a escolha de representantes (voto direto), conforme ressaltado por Brito (2019).

De acordo com Romão e Gadotti (1994, p. 24), “a participação e a democratização num sistema público de ensino é o meio prático de formação para a cidadania”. Essa formação se adquire, da mesma forma, na participação e no processo de tomada de decisões”. Deste modo, a criação e implementação de uma agremiação é fortalecida quando os estudantes são envolvidos no processo

decisório da escola. Segundo Brito (2019, p. 44), participação “significa o acesso a locais de tomada final de decisão, isto é, implica a transferência de alguma capacidade decisória efetiva da base para o topo”.

As agremiações tornam-se um mecanismo perene da gestão democrática quando são instituídas e consideradas como um colegiado importante no âmbito escolar. Não há como falar em gestão democrática sem priorizar a criação ou implementação dos grêmios estudantis. Para que a atuação dos estudantes ocorra de maneira condizente com suas atribuições, é preciso que a escola incentive e oportunize espaços para os discentes participarem e que haja um canal aberto de comunicação entre a gestão e os estudantes.

A criação de um grêmio estudantil apenas formalmente, para cumprir meta, estratégia legal ou do plano de ação pedagógica, repercutirá na negação da gestão democrática. Hora (2012) ressalta que uma gestão democrática e participativa não se dá de maneira espontânea, pois os órgãos intercolegiais não atuam sem provocação ou finalidades:

A gestão democrática na educação inclui, necessariamente, a participação da comunidade no processo educacional, sem o que seria muito mais um arranjo interno dos componentes da escola que atenderia a interesses que certamente não estariam consentâneos com as expectativas comunitárias (Hora, 2012, p. 107).

Os processos decisórios não devem ocorrer de forma centralizada e restrita aos adultos, mas de forma horizontal, contando com a participação dos discentes. É fundamental estimular a participação em reuniões deliberativas, pois o aprendizado que os estudantes constroem nesses espaços, ao conhecerem o processo administrativo e

de gestão da escola, contribui para o crescimento pessoal, superando a individualidade. Neste sentido, os processos participativos são importantes, pois:

A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa. Ninguém nasce sabendo participar, mas como se trata de uma necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la. Com a prática autocritica, a participação vai se aperfeiçoando, passando de uma etapa inicial, mas diretiva a uma etapa superior de maior flexibilidade e autocontrole até culminar na autogestão (Bordenave, 1994, p. 78).

A participação estudantil contribui em outro ponto com a gestão democrática tornando as instituições mais autônomas. Tal autonomia – ainda que relativa – não se concretiza apenas pela ação dos sujeitos ao assistirem às reuniões propostas pela gestão. Não há autonomia sem participação, por isso, é mister que a escola propicie, além da presença dos estudantes nas deliberações, um ambiente acolhedor, articulado, onde os discentes sintam-se à vontade para se expressar e propor sugestões de melhoria. Segundo Demo (2009, p. 129), “participar por participar é a fórmula certa para matar a participação”. Deste modo, é essencial que, após criado o grêmio estudantil, os estudantes sejam instigados, cotidianamente, a participarem das ações da escola e dos processos decisórios por meio de espaços deliberativos.

Quadro 1: Normas garantidoras das agremiações no âmbito escolar no Brasil (1988-2014)

(continua)

NORMA	O QUE PREVÉ A LEI
Constituição Federal de 1988	Garante a implementação da gestão democrática nas Unidades de Ensino (Art. 206). Estabelece que as decisões da escola precisam ocorrer mediante consultas e deliberações com órgãos intercolegiados.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Determina que os sistemas de ensino nas esferas federativas implementem normas e critérios para efetivação da gestão democrática com participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes (Artigo 14, Inciso III).

Os estudantes têm direitos constitucionais e um aparato legal que perpassa todos os entes federativos e garante sua participação em colegiados gremistas. A primeira lei aprovada após o período da redemocratização, e que antecede a Constituição Federal de 1988 (CF), é conhecida como Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7.398/1985). Este preceito legal reconhece o direito dos estudantes de participarem de agremiações nas unidades escolares, independentemente do nível ou modalidade de ensino ao preceituar que os estudantes podem organizar e aprovar seus estatutos de maneira autônoma e discuti-los em assembleia geral; assegura, ainda, aos estudantes o direito de escolher seus representantes por voto direto entre seus pares.

Deste modo, é importante que os estudantes conheçam esse aparato normativo a fim de terem condições de cobrar seus direitos perante as autoridades escolares para criarem e implementarem os grêmios estudantis, além de participarem de momentos decisórios e deliberativos.

No quadro a seguir, explicita-se quatro aparatos legais que garantem a atuação dos estudantes em agremiações: a CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN), o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) e o Plano Nacional de Educação 2014-2024/2025 (PNE).

Quadro 1: Normas garantidoras das agremiações no âmbito escolar no Brasil (1988-2014)

(conclusão)

NORMA	O QUE PREVÊ A LEI
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Assegura que crianças e adolescentes têm direito de se organizar e participar em entidades estudantis (Artigo 53, Inciso V).
Plano Nacional de Educação (PNE)	Possui meta específica que trata da implementação da gestão democrática nos sistemas de ensino (Meta 19) e estratégias (19.4) que asseguram a criação e fortalecimento dos grêmios estudantis nas Unidades de Ensino do Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil (1988; 1996; 1990; 2014).

As normas referenciadas expressam de maneira direta que os estudantes têm o direito às agremiações no âmbito escolar. Ao adentrar os espaços decisórios da escola, o discente comprehende que a política e cidadania vão além do exercício representativo por meio do voto e que sua participação deve ser garantida.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E GRÊMIO ESTUDANTIL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL

É uma atitude comum descentralizar as tarefas aos pais e educandos e centralizar as decisões na gestão, mas com ares de participação (Idelbrando, 2021, p. 15).

Fazer a gestão de uma escola tendo como base os princípios democráticos centrados na autonomia e participação efetiva é um desafio constante para qualquer gestor educacional, entretanto, é dever oportunizar condições para a participação dos diversos órgãos colegiais que alicerçam seu trabalho e a participação dos estudantes gremistas.

De acordo com Idelbrando (2021), quando os estudantes participam de ações que discutem soluções para problemas que os cercam comprehendem que possuem um papel importante naquele ambiente. Assim sendo,

[...] a cada passo, a democracia exige a ampliação da representação pela participação, o que leva ao surgimento de novas práticas que garantam a participação como ato político efetivo, o qual aumenta a

cada criação de um novo direito. Em outras palavras, só há democracia com a ampliação contínua da cidadania (Chauí, 2021, p. 186).

Como ressaltado, os processos democráticos demandam participação efetiva da comunidade, o que deve ir além da mera presença dos gremistas nas reuniões junto a direção escolar. Como dito, anteriormente, também, é por meio da participação nos processos decisórios da escola que o estudante passa a construir sua autonomia reconhecendo-se como um cidadão.

A cidadania em sentido pleno – em uma sociedade democrática estratificada em classes – requer que os sujeitos tenham capacidade de refletir sobre os problemas que o cercam e sejam capazes de elaborar análises contextualizadas da conjuntura que vivenciam e das possibilidades de transformação.

Conforme Manzini-Covre (1999), em vivências democráticas, os sujeitos sociais se organizam na busca de soluções e com suas deliberações emitem pareceres que podem mudar sua comunidade ou pressionar seus representantes governamentais a intervirem na melhoria do coletivo.

A criação de um órgão representativo de alunos, denominado grêmio estudantil, pode constituir-se como um exercício, somando esforços para a manutenção da democracia quando possibilita aos jovens a defesa de seus interesses, dando-lhes voz, possibilidade de reflexão, capacidade de fazer escolhas e participação nas decisões (Idelbrando (2021, p. 27).

No caso em questão, participar é um direito dos estudantes e da comunidade. É por meio da participação que o indivíduo se vê como cidadão e comprehende que o fazer político se dá não apenas em períodos eleitorais, mas permeia todo o cotidiano escolar.

Dialecticamente, a participação efetiva no movimento decisório enfrenta entraves considerando,

[...] tendência histórica à dominação. A sociedade organiza-se através de polarizações hierárquicas predominando a postura de cima para baixo. É peculiar ao fenômeno do poder que haja um lado minoritário que comande, e outro majoritário que seja comandado. Não existe algo preexistente, como se fosse um espaço onde predomina naturalmente a participação (Demo, 2009, p. 18, 19).

Conforme apresentado, a sociedade – inclusive a escolar – é organizada de modo que haja uma perpetuação autoritária de quem está no poder, neste caso do gestor escolar.

As agremiações nas unidades escolares precisam se fortalecer fundamentadas nos princípios da democracia, participação e autonomia. Tais princípios estão interligados e se complementam em um movimento formativo dos estudantes, de maneira elucidativa. Por isso, é essencial que a escola em sua integralidade proporcione vivências e situações concretas de ação coletiva e democrática.

A escola municipal observada nesta pesquisa oferece Ensino Fundamental nos

anos iniciais e finais e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no primeiro segmento; o Sistema Municipal de Ensino é autônomo, pois possui Conselho Municipal de Educação (CME) com função normativa e realiza deliberações sobre a educação municipal. Neste trabalho, foram analisadas normativas municipais procurando desvelar, a partir de tais documentos, a atuação dos estudantes em suas diferentes manifestações. Os registros documentais estudados foram: Plano Municipal de Educação (PME), Lei de Gestão Democrática, Projeto Político-Pedagógico da Escola da Unidade Escolar (PPP) e os documentos internos da agremiação.

Alves (2020) ressalta que os planos de educação têm seus limites e contradições, mas são documentos importantes, precípuos da gestão pública e trazem no seu interior as metas e estratégias que refletem, minimamente, o anseio da sociedade civil, escolar e estudantil. Deste modo, o PME, como epicentro das políticas públicas no âmbito municipal, torna-se o documento norteador para estabelecer a qualidade social da educação básica.

O PME do município analisado foi aprovado pela Lei nº 497/2015, de 15 de junho de 2015, com 20 metas e subdividido em estratégias que contemplam a execução das metas referenciadas. No quadro a seguir, faz-se um comparativo entre a meta 19 do PNE e a estratégia 19.4, que trata da criação e implementação das agremiações, com o que está estabelecido no PME do município pesquisado.

Quadro 2: Comparativo PNE/2014 e PME/2015 com relação à gestão democrática e criação/implementação das agremiações

DOCUMENTO	META 19	ESTRATÉGIA 19.4
PNE (2014-2024) ²	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento as escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
PME (2015-2025)	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, por meio da participação direta da comunidade escolar na eleição de gestores, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas municipais.	O PME não traz estratégia específica que trata da criação e implementação das agremiações no SME.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil (2014) e Tocantínio (2015).

Conforme exposto no quadro anterior, o PNE apresenta meta específica relativa à implementação da gestão democrática nos sistemas de ensino em regime de colaboração, assim como estratégia que prevê a criação e implementação dos grêmios estudantis como órgão intercolegial, garantindo, ainda, espaços adequados e condições de funcionamento nas instituições de ensino. A meta e estratégia em questão deveriam ser recepcionadas no PME do município, para garantir a atuação estudantil nas agremiações, a partir da realidade local.

Nota-se que no município em análise, foi instituído o Sistema Municipal de Ensino, entretanto, não se evidenciam práticas básicas de gestão democrática, especialmente, no que se refere à participação da comunidade, tendo em vista que a elaboração do PME, por meio do Fórum e das Conferências, não contemplou nenhuma estratégia específica que garantisse a atuação estudantil, de maneira autônoma, nas agremiações. Embora no PME não esteja prevista a criação e implementação das agremiações, conforme registro de atas do grêmio, em 2018, estas foram concebidas e implementadas nos anos seguintes para assegurar aos discentes o primeiro contato com um colegiado representativo.

Alves (2020) ressalta que a efetivação da gestão democrática, com a criação e o fortalecimento dos órgãos colegiais – como as agremiações – contribuem para a ruptura de relações autoritárias e opressoras adotadas, historicamente, pelas gestões que não incentivam a participação da comunidade em geral e dos estudantes nos processos decisórios. O autor comenta que:

Democratização caracteriza-se, nessa concepção, como a superação, ou não, das condições de dominação, com a real socialização do poder e das tomadas de decisão, não se restringindo ao mero exercício do voto em processos eleitorais ou a processos consultivos a respeito de decisões pensadas e tomadas por staffs superiores. A democratização assume, pois, uma concepção ampliada quando se tem em vista a construção de um novo tipo de sociedade, que visa à superação da contradição apontada de crescentes níveis quantitativos de participação, mas sem a diluição das formas de poder e de decisão (Alves, p. 403).

Por isso, é essencial que tais processos se deem com a participação dos estudantes, pois estes não estão alheios às necessidades escolares, ao contrário, são os que têm maior interesse.

A Lei de Gestão Democrática do município foi aprovada pelo Decreto nº 089, de 15 de setembro de 2022, e estabelece em seu Art. 10, Inciso II, alínea “d”:

[...] São atribuições do Diretor de Escola, dentre outras previstas neste Decreto e na legislação, as que segue:
[...]

II - Da Gestão Democrática:
[...]

d) Oportunizar a atuação efetiva das instâncias colegiadas (conselho deliberativo escolar, associação de pais e professores e grêmio estudantil, quando houver) nas discussões e deliberações sobre as questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas (Tocantínia, 2022, p. 6, 7).

Observa-se que a Lei de Gestão Democrática do município em análise não prevê a criação dos grêmios estudantis, considerando que não há em todo o texto referência em relação ao seu papel como espaço e mecanismo de gestão.

O PPP da escola estudada registra o seguinte em relação às agremiações:

- Designa o gestor escolar como o responsável pela implementação dos órgãos intercolegiados na escola, contemplando as agremiações;
- Estabelece que os estudantes gremistas participaram dos conselhos de classe bimestrais. Tal momento conta ainda com a presença de um ou dois representantes dos pais, professores e equipe gestora.
- Em anexo ao PPP há o Regimento Interno dos Alunos. O referido documento, no Artigo 2º, inciso IV assegura aos alunos o direito a realizar reuniões entre seus pares para organização do grêmio ou campanhas de cunho educativo, mas desde que aprovadas pela direção.
- O PPP estabelece ainda que para a formação de líderes infantis, o grêmio estudantil será composto pelos representantes de turma e serão os mediadores entre as demandas estudantis juntamente com a coordenação pedagógica e gestão, sendo os próprios protagonistas (Tocantínia, 2023, p. 26, 32, 153).

Os pontos elencados relativos ao PPP evidenciam que o grêmio estudantil da unidade escolar pesquisada não se organiza de forma livre e autônoma, conforme estabelecido na Lei nº 7.398/1985. Ratifica-se que o documento norteador das ações pedagógicas da escola não possui metas ou estratégias voltadas para a participação estudantil, visto que o único espaço para diálogo com este colegiado se dá de maneira representativa nos Conselhos de Classe que são realizados a cada bimestre para discutir o rendimento escolar dos estudantes, por turma.

Nota-se que com esta ação a escola está inibindo a atuação estudantil e estabelecendo ações limítrofes que gerenciam o funcionamento da agremiação. De acordo com Antunes (2002), uma democracia se fortalece quando é vivenciada. Deste modo, o processo eletivo de uma agremiação é o clímax do trabalho realizado pelos estudantes, nas chapas e nas assembleias, para apresentação e discussão do plano de trabalho. É neste movimento eletivo que os estudantes – desde a etapa inicial da educação básica – compreendem que seu voto pode influenciar toda uma classe, por isso a necessidade de escolher e votar não na chapa majoritária, mas na que apresenta propostas eficazes de melhoria para o colegiado estudantil. Neste processo, os discentes precisam compreender que as melhores propostas vão além da realização de eventos culturais ou esportivos.

A prescrição para criação e acompanhamento dos grêmios estudantis apresentados no PPP indicam um caráter de tutela e controle, ainda que a expressão “protagonista” seja citada no contexto das agremiações. Tal manifestação precisa ser problematizada sob pena de que esses espaços sejam constituídos apenas para compor um conjunto de instituições que atuam de forma voluntária para a “melhoria da escola” esvaindo-se de seu

papel político e social, ainda que se trate de crianças e adolescentes.

De acordo com Chauí (2021), o poder só pode ser descentralizado de uma figura autoritária se houver ação conjunta dos cidadãos em determinações políticas decisórias. Assim, é crucial que as agremiações sejam fomentadas neste sentido, para que o poder seja distribuído. Paro (2014) ressalta que quando não há uma deliberação do poder de decisão, o autoritarismo se manifesta de maneira a potencializar a obediência, cercado por momentos de coerção e manipulação.

Por isso, é fundamental que as agremiações – principalmente das etapas iniciais da educação básica – sejam fomentadas dado ao seu caráter político, pois esta é a senda que efetivará o processo democrático na unidade escolar e irá romper com uma educação autoritária e não participativa. Quando o estudante gremista comprehende e desenvolve o caráter político e cidadão da sua atuação este se torna autônomo e há menor probabilidade de ficar alheio aos embates constantes em meio a espaços de gestão especialmente nos processos deliberativos.

4 CONCLUSÃO

A criação e implementação de uma agremiação na Unidade Escolar é um desafio constante, pois fomentar a atuação de um colegiado participativo é um movimento perene que deve se firmar no cotidiano. Os estudantes gremistas devem partir da premissa de que o grêmio estudantil é um espaço importante para legitimar a participação estudantil em momentos decisórios da escola.

A atuação dos gremistas precisa superar o histórico autoritário, impositivo e de poder potencializador focado na obediência de normas estabelecidas pela gestão ou coordenação. A finalidade de uma agremiação é fortalecer a gestão democrática na instituição de ensino, prevista em diversos aparatos normativos, conforme apresentado neste artigo.

É mister que os estudantes gremistas tenham conhecimento das leis que regulamentam as agremiações, pois estas lhes garantem o direito de se organizar livremente por meio do movimento estudantil, de maneira autônoma, com funções estabelecidas que visam à elucidação do caráter político do grêmio. A documentação que regulamenta o grêmio, tal como estatuto, regimento, atas, cronograma de reuniões deve ser elaborada pelos alunos, de maneira livre, entre seus pares.

Nota-se que, apesar da ausência da garantia da criação dos grêmios estudantis no PME do Município em estudo, este órgão intercolegiado foi implementado no Sistema Municipal de Ensino e citado na lei que constitui o Sistema, entretanto, sua concepção no referido documento se distancia de seu papel e espaço no contexto da gestão democrática da escola pública.

Ressalte-se ainda a necessidade de que nas próximas conferências municipais de educação, para reestruturação do PME, sejam elencadas metas e estratégias em nível macro que efetivem as agremiações na rede de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edson Ferreira. A meta 19 do PNE 2014-2024 e os PMES das capitais brasileiras: implicações para a gestão democrática. In: DOURADO, Luiz Fernandes. **PNE, políticas e gestão da educação: novas formas e organização e privatização**. Brasília: ANPAE, 2020. (Livro Eletrônico).

ANTUNES, A. **Aceita um conselho?**: como organizar o colegiado escolar. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis (1937-2007)**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos, nº 95).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao.htm – Acesso em 26 jul. 2024.

BRASIL, Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14934-25-julho-2024-795997-publishedacaooriginal-172483-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14934-25-julho-2024-795997-publicacaooriginal-172483-pl.html). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.** Brasília, DF: Inep, 2014.

BRASIL. Lei Nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm – Acesso em 26 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm – Acesso em 26 jul. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm – Acesso em 26 jul. 2024.

BRITO, Kátia Cristina Custódio Ferreira. **O programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares:** um estudo no município de Palmas – TO. Universidade

Federal de São Carlos: São Paulo, SP, 2019. (Tese de doutorado em educação). Disponível em: <https://repositorio.uff.edu.br/handle/11612/1259> – Acesso em 04 ago. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural:** o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido:** 65. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES JÚNIOR, Luiz Cláudio. **O movimento estudantil brasileiro e a formação de identidade política da UNE (1937-1945).** Curitiba, PR: Editora CRV, 2023.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola:** artes e ofícios da participação coletiva. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)

IDELBRANDO, Amália Galvão. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental e a relação com a formação da cidadania dos alunos.** São Paulo: Editora Dialética, 2021.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** 3. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos, nº 250).

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. 7. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007. (Guia da escola cidadã, v. 7).

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção questões da nossa época, v. 4).

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Booklink, 2004.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1994. (Versão preliminar).

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. **O sonho de uma geração: o movimento estudantil Goiás e Tocantins.** Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 12. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Livro eletrônico)

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TOCANTÍNIA. **Plano Municipal de Educação (2015-2025).** Disponível em: <https://www.tocantinia.to.gov.br/legislacao/857> - Acesso em 04 ago. 2024.

TOCANTÍNIA. **Projeto Político-Pedagógico.** Secretaria Municipal de Educação, SEMED, 2023.

TOCANTÍNIA. **Decreto nº 089, de 15/09/2022. Dispõe sobre mecanismos de**

estruturação administrativa voltada à Gestão Democrática nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Tocantínia - TO e dá outras providências.

Disponível em:
<https://www.tocantinia.to.gov.br/legislacao/357> - Acesso em 04 ago. 2024.



KÁTIA CRISTINA CUSTÓDIO FERREIRA BRITO

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).



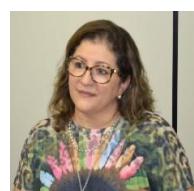
ADRIANO PEREIRA DE MIRANDA

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pedagogo pela Faculdade Guará (FAG). Licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Práticas Pedagógicas na Educação Infantil e Ensino Fundamental.



JOILDY GOMES BRITO

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).



ROSILENE LAGARES

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pedagoga pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

NOTAS

¹Algumas das leis subversivas à atuação estudantil aprovadas no período do governo civil-militar foram a Lei Suplicy (Lei nº 4.464,

de 9 de novembro de 1964) e o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

²O PNE (2014-2024) foi prorrogado até 31/12/2025 pela Lei nº 14.934 de 25/07/2024, publicado no Diário Oficial da União - DOU - Seção 1 - em 26/07/2024.

O paradigma da jurisdição paternalista pode ser rompido pela cooperação processual?

Can the paradigm of paternalist jurisdiction be broke through procedural cooperation?

Fabiana Marion Spengler, Maini Dornelles^a.

^aUniversidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: maini@unisc.br.

Resumo: Por paternalismo jurídico, nesta pesquisa, comprehende-se um Judiciário que “dialoga pelos seus filhos”, ou seja, o juiz diz quem tem mais direito ou maior razão, enquanto desobriga que dialoguem e conjuntamente busquem o consenso. Tanto que, hodiernamente, o Judiciário apresenta índices altíssimos de litigiosidade, tendo inclusive, no ano de 2022, alcançado índices históricos quanto ao aumento de processos em andamento. No artigo pretende-se responder o seguinte problema de pesquisa: Em que medida a cooperação processual trazida pelo Código de Processo Civil está rompendo com o paradigma paternalista jurisdicional? Para responder a problemática proposta será utilizado como método de abordagem o dedutivo, partindo de uma análise geral, estudando o paternalismo judicial e a cooperação processual para ao final chegar a uma específica, que consiste na possibilidade de verificar em que medida o princípio da cooperação processual está causando mudanças na cultura jurisdicional, todavia, que para se romper com o paradigma arraigado na sociedade, será preciso tempo e conscientização de todos os operadores do Direito.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Cooperação processual; Jurisdição paternalista.

ABSTRACT: By legal paternalism, in this research, we understand a Judiciary that “dialogues for its children”, that is, the judge says who has more rights or greater reason, while not requiring them to dialogue and jointly seek consensus. So much so that, nowadays, the Judiciary has very high levels of litigation, having even reached historic rates in terms of the increase in ongoing cases in 2022. The article aims to answer the following research problem: To what extent is the procedural cooperation brought by the Civil Procedure Code breaking with the jurisdictional paternalistic paradigm? To respond to the proposed problem, the deductive method of approach will be used, starting from a general analysis, studying judicial paternalism and procedural cooperation to ultimately arrive at a specific one, which consists of the possibility of verifying to what extent the principle of procedural cooperation is causing changes in the jurisdictional culture, however, to break with the paradigm ingrained in society, it will take time and awareness among all legal operators.

Keywords: Access to justice; Procedural cooperation; Paternalistic jurisdiction.

Submetido em: 01/11/2024.

Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

O paternalismo jurisdicional está arraigado na sociedade, fato que se comprova ante os altos índices de litigância, o que se verifica no Relatório

Justiça em Números publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Adota-se como definição de paternalismo jurisdicional, a postura de um Poder Judiciário que “dialoga pelos seus filhos”,

ou seja, o juiz quem vai dizer aos sujeitos da conflitiva, quem tem maior direito ou mais razão em uma contenda.

A problemática de pesquisa que se pretende responder ao final do artigo é: em que medida a cooperação processual trazida pelo Código de Processo Civil, está rompendo com o paradigma paternalista jurisdicional? Para responder o problema, utilizar-se-á como método de abordagem o dedutivo, partindo de uma análise geral que é estudar o conceito de paternalismo, apresentando doutrinadores diversos, bem como trazendo para a pesquisa conceitos e visões diversas acerca da cooperação processual. Como técnica de pesquisa será utilizada a bibliográfica, perfazendo uma busca em livros e artigos científicos.

Para que se possa chegar a uma resposta para a pergunta norteadora do trabalho, buscar-se-á no primeiro tópico fazer uma abordagem acerca do paternalismo jurisdicional, no qual o Juiz atua enquanto terceiro/pai dizendo qual jurisdicionado/filho tem mais razão, o que os filhos podem ou não fazer, pois o cidadão optou por eximir-se de sua responsabilidade para com seus problemas, delegando para um terceiro resolver. Na conceituação de Maus (2000), esse é o protagonismo do Poder Judiciário enquanto “ímago” paterno de uma sociedade órfã.

No segundo ponto, será estudada a cooperação processual. Com o intuito de dar científicidade ao trabalho, apresentou-se duas visões distintas trazidas pela doutrina, uma que defende a cooperação e outra que não a vê enquanto princípio norteador do processo civil. Sendo que, na sequência busca-se verificar em que medida a cooperação processual pode ser utilizada enquanto responsável pela ruptura do paradigma paternalista jurisdicional enraizado na sociedade contemporânea.

Ao final, defende-se que o princípio da cooperação processual pode ser utilizado enquanto um mecanismo

responsável pela ruptura do sistema jurídico paternalista. No entanto, é preciso muito mais do que a definição principiológica na legislação civil, é preciso que os operadores do direito tenham consciência do seu dever social, de que além de sua responsabilidade para com a defesa de Direitos, precisam primar por um sistema de justiça democrático, o que não percebe-se hodiernamente, ante a morosidade jurisdicional em virtude de um abalroamento de demandas.

Além da postura dos operadores jurídicos, é preciso que haja uma transformação social para a conscientização do cidadão de que para muito além de direito, também existem deveres a serem respeitados. Defende-se ainda, que caso o cidadão consiga perceber o conflito enquanto algo fisiológico, terá maior capacidade para lidar com suas demandas conflitivas, atuando frente às contendas enquanto cidadão social, ciente de seus direitos e deveres, sem que seja necessário acionar seu Pai (o Judiciário), para que lhe diga como agir ou o que fazer/não fazer diante de algo comum, inerente a vida em sociedade, como é o caso do conflito.

2 PATERNALISMO JURISDICIAL

No âmbito científico, a temática de paternalismo jurídico está intrinsecamente ligada ao Direito Penal, quando o Estado impõe-se por meio de poderes de coerção, todavia nesta pesquisa pretende-se fazer uma abordagem diversa, na qual a figura paternalista está na forma de atuação do Judiciário, que precisa assumir a figura de dizer aos cidadãos quem tem mais direito ou maior razão em uma demanda conflitiva, assim como os pais fazem na infância de seus filhos.

Nesse ínterim, verifica-se que a Jurisdição brasileira apresenta-se sua condição de protagonista, consolidando-se em uma “superestrutura paternalista, responsável por suprir toda

sorte de necessidades, desejos, carências" (Goretti, 2021, p. 65)

Seguindo a teoria de Hobbes (2003), os indivíduos viviam em guerra, e para que a paz pudesse reinar fez-se necessário que alguém lutasse por estas pessoas, surgindo assim a ideia de contrato social, no qual renuncia-se os direitos naturais em prol um ente desconhecido, sem forma e sem rosto, chamado de Leviatã. Ou seja, a figura de Estado.

A teoria hobbesiana defende que a sociedade com viés político (governante e governados) foi criada especialmente para proteção da vida em uma sociedade de guerra, e, quanto mais violento e anárquico fosse o Estado de Natureza, maior seriam os poderes investidos no Estado (Santos, 1998).

O Estado passou por períodos de impactos e intervenções diferentes na vida dos cidadãos, no primeiro momento o Estado Absolutista consistia na concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parte social. Posteriormente, surge o Estado Liberal, onde havia mínima intervenção por parte do Estado na vida privada, e no terceiro momento surge o Estado de Bem-Estar Social. Neste último, o objetivo é assegurar o crescimento, manter empregos e fortalecer a prestação de serviços universais, além de garantir a manutenção de uma vida digna enquanto um direito dos cidadãos, e não um ato de caridade.

O Estado Negativo, com zero intervenções, nunca existiu, pois fosse em menor ou maior escala, o intervencionismo sempre fez parte do Estado, caso contrário,

[...] estaríamos diante da própria supressão do Estado como ente artificial que deve responder às características postas pelo Contrato Social" (Streck; Morais, 2014, p. 46).

Assim, entende-se que mesmo que de forma mínima, sempre houve ações paternalistas por parte do Estado.

Segundo Maus (2000, p. 186), o povo parece desconhecer que os seus direitos de liberdade existiam antes de todos os outros, que eles sozinhos criaram a proteção paterna do poder do Estado, que todo cidadão tem não só o direito de deixar de fazer aquilo que a lei proíbe, como o direito de poder fazer tudo o que expressamente não for proibido por lei. Tudo o que a lei não proíbe localiza-se no âmbito da liberdade civil.

A palavra paternalismo tem origem anglo-saxã, ainda que a raiz "pater" tenha surgido do latim. O termo é definido como uma administração paternal, e ainda representa "um tipo de comportamento de um superior sobre seu inferior, como o pai agindo sobre o comportamento do filho (Martinelli, 2010, p. 96).

Segundo Martinelli (2010, p.100), o comportamento paternalista apresenta algumas características:

[...] (a) um comportamento, positivo ou negativo, no sentido de informar ou obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo; (b) falta de confiança de quem age em relação à capacidade de alguém; (c) segurança suficiente sobre aquilo que se entende ser melhor a alguém; (d) contrariedade à vontade de alguém; (e) objetivo, final ou não, de promover um bem ou evitar um mal. Ressalta-se que tais características referem-se ao paternalismo em geral, que pode ser praticado por qualquer pessoa ou entidade, sem um meio específico, entendendo-se por alguém a pessoa que sofre a restrição em sua liberdade (Martinelli, 2010, p. 100).

Serão utilizadas tais características como norteadoras para definir uma postura paternalista do Poder Judiciário diante dos litigantes/conflitantes.

É salutar trazer à baila a premissa de número 04 adotada por Dworkin (1966),

que refere que ninguém sabe o que é melhor para o indivíduo do que o próprio indivíduo, portanto, a vontade de outros ou da sociedade não podem passar por cima de sua opinião a respeito de seus próprios interesses.

Entende-se por paternalismo jurídico a intervenção do Estado na autonomia do indivíduo, de uma forma que lhe é retirada a possibilidade de escolha, obrigando-o a agir positivamente ou a se omitir, conforme uma norma pré-estabelecida determina.

O paternalismo jurídico, serve como um princípio que tem por objetivo justificar a intervenção do Estado em relações privadas, na interferência nas escolhas individuais, tendo como pano de fundo a ideia de proteção dos cidadãos, para que estes não possam infringir danos a si mesmos. Nesse sentido, é utilizado pelo Estado como um instrumento de organização social.

A relação entre o poder do Estado e os cidadãos estrutura-se como extremo oposto da forma tradicional de família dominada pela figura do pai. A concepção democrática do Estado, investe em relações naturais, “nas quais os filhos aparecem em um primeiro plano, sendo-lhes derivado o pai” (Maus, 2000, p. 187).

O intuito até aqui foi de introduzir e explicar o conceito de paternalismo jurídico. Ressalta-se que não está a se falar de Estado social, ou qualquer conceito que remete ao Estado enquanto um garantidor de Direitos, o que se pretende é demonstrar o comodismo dos cidadãos que deixam de enfrentar suas contendas, delegando ao Poder Judiciário a responsabilidade/dever de resolvê-las.

Adotando as características de um comportamento paternalista trazidas por Martinelli (2010, p. 100), pretende-se neste ponto fazer uma abordagem comparativa com os atos produzidos por litigantes de levar suas contendas ao Judiciário e

analisar então a postura paternalista adotada na Jurisdição brasileira.

A primeira característica é “um comportamento positivo ou negativo, no sentido de informar ou obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo” (Martinelli, 2010, p. 100). Tal postura é adotada pelo Estado/Judiciário, quando por intermédio de Leis ou decisões judiciais proíbe alguém de fazer algo, ou ainda, obriga alguém a fazer. Por exemplo, pagar pensão alimentícia ao filho, é uma obrigação contida na legislação, que quando não cumprida espontaneamente, o Juiz a determinará, e em não sendo cumprida, haverá a consequência mais gravosa que consiste em prisão civil.

A característica seguinte consiste em: “falta de confiança de quem age em relação à capacidade de alguém” (Martinelli, 2010, p. 100). Neste ponto, há uma postura maior por parte dos conflitantes, que não acreditam que possam resolver as contendas entre si e as delegam ao Poder Judiciário. Outro ponto é: “segurança suficiente sobre aquilo que se entende ser melhor a alguém” (Martinelli, 2010, p. 100), há uma atuação negativa das partes que por não conseguirem dialogar entre si, levam suas demandas ao Judiciário, por acreditar que a resposta Estatal que lhes for dada será a mais adequada.

A quarta característica é a “contrariedade a vontade de alguém” (Martinelli, 2010, p. 100), nesse viés entende-se que existem duas ideias distintas, por óbvio que conflitam entre si, e as partes envolvidas ao invés de realizarem um debate positivo/construtivo, opõem-se a ideia do outro e levam o conflito ao Judiciário. O objetivo final dessas características é “não promover um bem ou evitar um mal” (Martinelli, 2010, p. 100). Resta clara aqui a postura do Judiciário que ao proferir uma sentença não tem como intuito favorecer ou prejudicar alguém, mas sim garantir a tutela jurisdicional nos termos da Lei e demais fontes do Direito.

Esta vontade contrariada, pode ser lida enquanto um desentendimento, gerador de um possível conflito. O significado sociológico de conflito é aceito como responsável por causar ou realizar modificações para grupos de interesse e organizações. É considerado uma “sociação”, pois é inviável que um cidadão conflite sozinho, além de também ser considerado como uma das interações mais vividas pelos homens (Spengler; Magliacane, 2020). “Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (Simmel, 2011, p. 568).

Acredita-se ser importante esclarecer que existem ações em que se verifica a postura paternalista por parte do Judiciário, e outras por parte do próprio cidadão. Ademais, deve-se ter em mente que o Poder Judiciário atua somente quando acionado pelas partes, sendo estas as principais propagadoras da cultura paternalista jurisdicional.

Ingeborg Maus (2000, p. 183-184) refere:

a sociedade órfã ratifica paradoxalmente o infantilismo dos sujeitos, já que a consciência de suas relações sociais de dependência diminui [...] o crescimento no século XX do “terceiro Poder”, no qual se reconhecem todas as características tradicionais da imagem do pai [...] Não se trata simplesmente da ampliação objetiva das funções do Judiciário, com o aumento do poder de interpretação, a crescente disposição para litigar ou, em especial, a consolidação do controle jurisdicional sobre o legislador, principalmente no continente europeu após duas guerras mundiais (Maus, 2000, p. 183-184).

Juntamente com a evolução social, a população desenvolveu uma representação de Justiça (Maus, 2000), sendo que hodiernamente a maioria dos

conflitos fica à mercê do Direito; as pessoas levam suas demandas a um Poder, que desconhece a realidade dos grupos sociais/indivíduos e os motivos reais da demanda conflitiva, declinando a responsabilidade para que este o resolva, dizendo quem possui mais direito/razão em determinada situação. Esse fenômeno levou a sociedade a se tornar, além de conflitiva, extremamente litigante.

Ao incorporar o papel de figura paterna responsável pela imposição de limites referenciais ao homem, o Judiciário acaba por cercear a autonomia dos indivíduos como sujeitos livres e iguais. Esse processo de dependência e veneração ao poder que juízes e tribunais exercem em termos de determinação dos rumos da vida pública e privada infantiliza sobremaneira o sujeito órfão de uma intervenção judicial (Goretti, 2021, p. 65).

Segundo Goretti (2021, p. 59), o Poder Judiciário atua como superego de uma sociedade órfã do seu poder de tutela, “situação que afirma o protagonismo do sistema judicial e do primado do direito”.

A atuação expansionista do Judiciário, gerou consequências que precisam ser sopesadas, na visão de Goretti (2021), são estas:

o esvaziamento de algumas funções tópicas dos demais Poderes (Executivo e Legislativo) e o enfraquecimento da autonomia dos indivíduos para a gestão autônoma dos seus próprios conflitos. (Goretti, 2021, p. 61),

Com base na teoria de Dworkin (1966) que defende que ninguém conhece melhor a realidade do que as próprias pessoas que as vivenciam, é que se busca nos próximos tópicos estudar a ideia de ruptura do paternalismo jurisdicional,

fomentada pelos cidadãos conflitantes, por uma cultura de cooperação.

3 COOPERAÇÃO PROCESSUAL E POSSIBILIDADE PARA LITIGAR

Após realizar um estudo acerca da conceituação de paternalismo jurídico e sua interferência no âmbito jurisdicional, pretende-se neste ponto realizar uma análise acerca da cooperação processual, na qual será feito um contraponto com a expressão “possibilidade para litigar”, isso porque é salutar esclarecer que os termos não são antônimos.

Segundo Wolkart (2020, p. 231) “cooperação é palavra que não se usa em vão”. A capacidade cooperativa é inerente à vida humana desde as formas mais primitivas às mais complexas organizações sociais da vida contemporânea. Os benefícios da cooperação podem ser sentidos pelos cidadãos ao longo do tempo, “a cooperação é uma capacidade natural dos humanos” (Schimidt, 2018, p. 125).

No Direito Processual, a doutrina fala sobre três modelos que estão em conformidade com o devido processo legal, sendo eles o dispositivo (adversarial), o inquisitivo (inquisitorial) e o cooperativo (Didier Junior, 2011). Pretende-se, a seguir, fazer a diferenciação entre os três modelos.

O modelo adversarial é representado pela disputa entre os envolvidos no conflito. Nesse sentido, buscam que o Juiz lhes diga que tem maior direito. O protagonismo é do Poder Judiciário.

Nesse ínterim, o Judiciário acaba adotando “dupla posição” no contexto processual, e, durante o andamento da demanda, este assume uma posição cooperativa e de diálogo entre os conflitantes, enquanto, no momento da decisão, acaba por “minimizar o papel das partes” (Didier Junior, 2011, p. 212).

A cooperação processual tem como base alguns outros princípios norteadores:

o devido processo legal, a boa-fé processual e o contraditório. No modelo cooperativo, o juiz deixa de ser um espectador do embate entre os envolvidos na demanda e se torna parte no “rol dos sujeitos do diálogo processual” (Didier Junior, 2011, p. 210).

Na visão de Mitidiero (2015) a cooperação é um princípio e um modelo de processo civil, enquanto Didier Junior (2011), afirma que é um princípio que qualifica o contraditório e a ampla defesa. Um ponto é primordial e conta com a defesa de todos os autores supracitados, o modelo cooperativo é a melhor forma processual quando se está inserido em um Estado Democrático de Direito.

Somente é viável tornar um artigo em um trabalho científico, quando apresenta-se opiniões diversas, fomentando debates, assim, destaca-se que Streck *et al.* (2014), defende que a cooperação processual é incompatível com o que determina a Constituição Federal. Primeiramente, os autores defendem que cooperação não é princípio.

É o legislador, de modo sutil, depositando sobre as costas do jurisdicionado parcela imprevisível do peso da responsabilidade que compete ao Estado por determinação constitucional. Uma “katchanga processual”. Você quer uma decisão justa, efetiva e tempestiva? Então, caro utente, para o fim de consegui-la deverá cooperar com o juiz e sobretudo com a contraparte, e esperar igual cooperação de ambos (Streck *et al.*, 2014, p. 340).

Questionam Streck, *et al.* (2014): parte e contraparte de mãos dadas deverão cooperar entre si? Alegam que Hobbes foi “expungido da natureza humana”. Alegam os autores, que disputar coisas é natural, e que se assim não fosse, não haveria Direito, pois “Direito é interdição”, sendo a opção única entre a civilização e a barbárie.

Segundo Streck *et al.* (2014, p. 3), o modelo cooperativo não pode ser pensado à distância da realidade, sem considerar que no processo deve haver “luta, confronto e enfrentamento”, o que justifica que os advogados atuem para conquistas um objetivo parcial. Sugere-se assim que o dever de que as partes colaborem entre si, irá privá-los da sua “necessária liberdade para litigar”.

Ainda, Streck, *et al.* (2014), informam que não está a negar a utilidade social da cooperação, nem mesmo a instigar a litigiosidade, apenas a questionar até que ponto o Juiz deve dialogar/cooperar com as partes sem que se torne também um contraditor no processo.

Aliás, quando contrato um advogado, é para que ele lute por mim, por minha causa. Não quero que ele abra mão de nada. Os direitos são meus e meu advogado deles não dispõe. Se meu advogado for obrigado a cooperar com a outra ou com o juiz, meu direito constitucional de acesso à justiça estará sendo violado. Além de meu direito à propriedade e todo o elenco de direitos personalíssimos de que disponho. Simples assim! A palavra cooperação detém poder icônico, denota um agir conjunto, participação, apoio, conectando-se, de modo bastante acentuado, com a democracia. Cai por terra, todavia, sua simbologia e seus aspectos positivos se o seu uso servir apenas de maquiagem para um neoprotagonismo (Streck *et al.*, 2014, p. 4).

Acredita-se que a cooperação processual deva servir enquanto um norteador ético e moral do processo, que objetive fazer com que as partes atuem de forma respeitável e não protelatória, que ao acionar o Judiciário busquem por justiça de fato, e não por meandros jurídicos descabidos para se omitir de suas responsabilidades legais.

Após apresentar o contraponto, Nunes (2008, p. 60) utiliza o termo “modelo coparticipativo de processo”, como sendo uma técnica de construção

de um processo democrático e defende que a comunidade composta por atores jurídicos deve ser vista como cooperativa, afastando qualquer antagonismo estruturando, assim, um modelo constitucional de processo.

No Brasil, a positivação da cooperação enquanto norma fundamental de Direito Processual foi inaugurada pelo Código de Processo Civil promulgado em 2015, especificamente em seu artigo 6º, que diz:

Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva (Brasil, 2015, art. 6º).

A atuação do princípio da cooperação está intimamente ligada aos deveres que são impostos aos sujeitos do processo, de modo que qualquer conduta que atente ao bom andamento processual seja considerada ilícita e punível. Outrossim, a cooperação processual prevê o bom andamento da demanda, embasando os deveres das partes em “esclarecimento, lealdade e proteção” (Didier Junior, 2010, p. 213).

O dever de esclarecimento garante que os litigantes atuem de forma clara e coesa na produção de suas peças processuais, por exemplo, sob pena de inépcia da inicial. O dever de lealdade garante que as partes não atrapalhem o andamento da demanda se utilizando de atitudes de má fé. Por fim, a proteção garante que uma parte não cause danos à outra, por exemplo: há responsabilidade objetiva do exequente quando realiza uma execução injusta.

O dever de esclarecimento também consiste na responsabilidade do Tribunal/juiz de sanar dúvidas das pessoas envolvidas quanto às suas determinações ou posições. Nesse sentido Didier Júnior (2010) relata que não pode um juiz declarar inapta uma inicial sem, antes, pedir explicações sobre os pedidos que restaram dúbios. Ressalta-se ainda que, no

Direito brasileiro, é resguardado às partes o recurso de embargos de declaração, sobre uma decisão obscura.

A cooperação processual é vista de duas formas quanto às partes do processo. Segundo Didier Júnior (2010), cooperar é dever de todos os envolvidos, compondo todas as relações jurídicas do processo, seja entre autor-réu, ou partes-juiz. Já Mitidiero (2015) tem opinião diversa sobre o tema e afirma que, face ao interesse diverso das partes no processo, elas não podem cooperar entre si, pois colaboram somente com o juiz. “O processo é presidido normalmente pela existência de interesses divergentes entre as partes. A necessidade de colaboração entre as partes seria, portanto, uma imposição no mínimo contraintuitiva. Numa palavra ‘ilusória’” (Mitidiero, 2015, p. 104-105).

A cooperação processual não é uma conduta que possa ser determinada por um juiz individualmente, ela é um princípio e este deve permear toda a atividade jurisdicional para garantir integridade e coesão. Ademais, “só é possível haver cooperação quando todos os personagens do conflito estão irmanados nesse espírito” (Pinho; Mazzola, 2017, p. 183).

Retomando, o art. 6º do Código de Processo Civil Brasileiro (Brasil, 2015) determina que todos os sujeitos do processo cooperem entre si para que se obtenha tutela justa e efetiva. Nesse sentido Wolkart (2020, p. 228) refere que os objetivos do Legislativo ao promulgar esta norma foram: “fazer com que partes e juiz cooperem; e proporcionar a obtenção de tutela jurisdicional justa, efetiva e em tempo razoável”.

Quando se fala em cooperação dentro da ciência jurídica, especificamente em processo civil, ela funciona como um auxílio para o bom andamento do sistema jurisdicional e este sistema procura amparar “o Estado na busca de maximização do bem-estar social” (Wolkart, 2020, p. 231).

A cooperação é utilizada como um mecanismo de enfrentamento à tragédia da justiça, tendo como objetivo a obtenção de decisões justas, efetivas e em tempo razoável. Ressalta-se que as partes e seus procuradores devem primar por práticas autocompositivas/cooperativas e, quando não for possível, devem evitar o ingresso de demandas inconsistentes, repletas de alegações genéricas que têm por objetivo protelar o fim da lide (Wolkart, 2020).

Apesar dos fortes indícios hierárquicos e coercitivos que permeiam o Estado, este também pode ser reconhecido como um espaço de colaboração, pois estão em vigor leis que fomentam a participação da população nas decisões públicas, a exemplo disso, o orçamento participativo. Esses mecanismos engrandecem o senso de “empoderamento e de responsabilidade dos cidadãos” (Schmidt, 2018, p. 151). Todos os ramos da vida funcionam melhor onde há colaboração, pois também há confiança entre os cidadãos.

Apresentadas percepções diferentes acerca da cooperação, defende-se que a colaboração seja o cerne de todas as relações sociais e que o Direito se apropriou desse mecanismo como forma de vencer o congestionamento da jurisdição, proporcionando a todos os envolvidos a retirada do olhar beligerante/conflitivo no processo e transformando em um olhar fraterno para com o próximo.

4 COOPERAÇÃO PROCESSUAL COMO MECANISMO RUPTOR DO PARADIGMA DO PATERNALISMO JURÍDICO

Verificou-se anteriormente o paternalismo jurídico, ou seja, o Poder Judiciário atuando de forma paternalista, dizendo aos cidadãos quem tem mais Direito ou maior razão, bem como, foi exposto à cooperação processual,

apresentando autores adeptos da teoria e outros que se contrapõe a mesma. Neste tópico, pretende-se abordar a cooperação processual como um mecanismo de ruptura do paradigma de paternalismo jurídico estabelecido, que tem tornado o Poder Judiciário extremamente moroso, e por vezes ineficaz, ante as contendas que lhes são propostas.

O Poder Judiciário tornou-se protagonista perante os demais Poderes, em virtude da decadência do Estado de bem-estar social e da crise do cidadão democrático. Torna-se perceptível que o Poder Judiciário foi chamado para substituir um vazio provocado pelo desmonte dos vínculos sociais contemporâneos e da atuação do Estado Social, que teve como consequência a redução de participação política, pondo em declínio a cidadania ativa exercida até então.

A força do Estado enquanto todo poderoso, migra do Poder Executivo para o Judiciário, enquanto a melhor forma de os cidadãos respaldarem seus direitos. Ocorre que a situação levou o Judiciário a se tornar um examinador dos mais diversos tipos de demandas, fossem políticas, pois o Estado passou a oferecer cada vez menos aos cidadãos, ou então particulares, face ao individualismo moderno. “O resultado é que, diante da desarticulação social, o Judiciário se transforma no guardião das promessas de modernidade” (Garapon, 2001, p. 48).

Quando da criação do Estado, o cidadão transferiu seus direitos ao “Leviatã”, que lutaria para garantir seus direitos, encerrando-se assim a luta de todos contra todos. Hodiernamente, o cidadão transfere seus conflitos ao judiciário: “unidos pelo conflito, os litigantes aguardam por um terceiro que o solucione” (Spengler, 2016, p. 9). Os envolvidos esperam que o judiciário diga quem tem mais razão, “melhor direito”, quem sairá vencedor da demanda contenciosa, ou seja, criam muros normativos, “deixando de observar novos

caminhos que são inerentes a uma decisão democrática” (Spengler, 2016, p. 9).

Com a ascensão do Poder Judiciário, altera-se também a concepção de função do superego, pois são fomentados pelo processo do crescimento natural de socialização. O superego da criança constrói-se a partir do superego dos pais, transformando a criança em uma portadora de tradição, e dessa forma transmitem-se valores através de gerações (Maus, 2000).

Partindo de uma visão filosófico-iluminista, o sujeito autônomo deve ser liberado deste infantilismo relativo à questão de tomada de consciência como o da orientação paterna no processo político de tomada de decisão. Tal conceituação éposta em questão com a ascensão da Justiça à qualidade de administradora da moral pública (Maus, 2000).

A expectativa de que a Justiça possa funcionar como instância moral não se manifesta somente em pressuposições de cláusulas legais, mas também na permanência de uma certa confiança popular. Mesmo quem procurava evitar ao máximo a precipita da interferência paterna nos conflitos que ocorrem nos aposentos infantis, seguindo critérios antiautoritários de educação, favorece com maior obviedade aquela mesma estrutura autoritária quando se trata da condução de conflitos sociais. A Justiça aparece então como uma instituição que, sob a perspectiva de um terceiro neutro, auxilia as partes envolvidas em um conflito de interesse e situações concretas, por meio de uma decisão objetiva, imparcial e, portanto, justa (Maus, 2000, p. 189).

O Direito surge como uma ferramenta para o nivelamento dos cidadãos, pois pode permitir que se entenda a verdade do outro. Não se trata de entender uma pessoa como um cidadão isolado nem como detentor da verdade absoluta, mas de reconhecer que

existem perspectivas diferentes da própria (Dworkin, 2005). O consenso social permite que os cidadãos reconheçam além do “eu”, visualizando o “outro” no horizonte do bem comum. Assim, passa a valorizar a importância do seu igual na comunidade, sob viés de bondade entre os sujeitos dotados de ética e moral (Cardoso, 2016).

A cultura de acessar o Judiciário para resolver conflitos se fortaleceu tanto a ponto de se tornar um paradigma sendo que a maioria dos cidadãos quando está diante de um conflito de imediato aciona a jurisdição, para que um terceiro envolto do Poder estatal diga quem é detentor de mais razão ou direito.

É relevante, neste ponto, colacionar exemplos de situação de grande relevância para a sociedade como um todo e questões individuais e rotineiras que acabaram desaguando no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano de 2017, por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) n. 41, se era constitucional a Lei n. 12.990/14, que reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta ou indireta na esfera dos Três Poderes, o resultado foi unânime reconhecendo a constitucionalidade da norma supracitada (Brasil, 2017).

Já no ano de 2019, o juiz responsável pelo Juizado Especial Cível (JEC) da cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, foi responsável por sentenciar um caso, em que dois irmãos litigavam por um moletom comprado na internet, acerca de quem deveria ficar com a peça de roupa. Na decisão, o juiz cita a irresponsabilidade dos envolvidos, sobre judicializar um caso que deveria ser resolvido com diálogo, dentro de casa.

Outra decisão que chegou ao conhecimento da mídia e teve grande repercussão no mundo jurídico foi o caso de uma mãe que ajuizou uma ação cobrando danos morais dos pais de uma

“coleguinha” de escola de sua filha, porque aquela mordeu a menor no ambiente escolar. Na decisão, a Juíza Vanessa Cavallieri, disse

[...] adultos cada vez mais infantilizados assoberbam o Poder Judiciário com ações infundadas, cujo cerne é nada mais que um inconformismo com a infelicidade (Sentença, 2019).

Cientes da distância entre as esferas judiciais nas quais as contendas são propostas, mas questionando se realmente é no Judiciário que tais conflitos deveriam ser resolvidos, o Judiciário está em voga; “não há um dia sequer, no Brasil, em que alguma das principais manchetes do noticiário não envolva matéria decidida por algum tribunal” sendo rotulado por algumas características: juízes heróis da nação ou vilões. A morosidade é um fator relevante também, entretanto, é importante esclarecer que “nem tudo pode ser resolvido nos tribunais” (Barroso, 2020, p. 203-204). Nos estímulos sociais, a uma Justiça pronta para expandir seu âmbito de ação, encontra-se o círculo da delegação coletiva do superego da sociedade (Maus, 2000).

Segundo Barroso (2021), a situação propõe um lado positivo, pois significa que a sociedade está se tornando consciente de seus direitos e sua cidadania, além de demonstrar que as pessoas ainda confiam no Judiciário brasileiro. Já o lado negativo desse excesso de litígios pressupõe um reiterado descumprimento de obrigações e deveres, bem como revela que o sistema Judiciário tem um grupo de clientes preferenciais, como o INSS no setor público e as empresas de telefonia no setor privado. “Como o sistema não consegue dar vazão com celeridade a toda a demanda, torna-se moroso e ineficiente” (Barroso, 2021, p. 23). Ou seja: acaba premiando quem não tem razão e

consegue procrastinar longamente o desfecho do processo.

O cidadão está distante e descrente da jurisdição, seja em aspectos qualitativos ou quantitativos, pois além do problema da forma como decidem os juízes, a questão da falta de celeridade é latente.

Sobre este cenário, Boaventura de Sousa Santos (2014) aduz que para que seja possível concretizar a refundação democrática da justiça, colocando os meios adequados de tratamentos de conflito em foco, será necessária uma revolução. A ideia de revolução precisa ultrapassar a dimensão monocultural, fazendo uma abordagem epistemológica da ciência jurídica, para uma ecológica e interdisciplinar ideia de saberes jurídicos (Priebe; Spengler, 2022).

É fácil acessar o Poder Judiciário, pois é um direito garantido a todos os cidadãos. A questão é que, para concluir a demanda jurídica, não há a mesma facilidade e, por isso, o sistema de justiça brasileiro se apoia no sistema adversarial, modelo em que para uma parte ganhar a demanda a outra precisa perder total ou parcialmente. Resumindo: tornou-se fácil acessar e difícil encerrar processos.

Acessar o sistema jurídico, em regra, remete qualquer cidadão ao Poder Judiciário de forma direta, pois acredita-se que somente por meio dele será possível buscar por resultados justos. Ocorre que o terceiro, o juiz, representando o Estado enquanto resolutor de conflitos, não conhece a realidade das partes envolvidas, não conhece a comunidade onde vivem, não conhece o cerne conflitivo que os fez chegar até o litígio; acredita-se, por isso, que não há como expressar todos os sentimentos envoltos em um conflito por meio de uma petição inicial.

Outrossim, defende-se que muitas das ações ajuizadas chegam a esse ponto, porque as pessoas precisam que alguém lhes dê razão, que alguém lhes diga que eles estão corretos, e ninguém melhor para isso que um cidadão representando o

Poder Estatal, que dita quem está certo e quem não está, e como diz Garapon (2001, p. 203), “[...] numa sociedade em que a exclusão constitui seu maior problema”, a justiça precisa integrar, acolher e respaldar os cidadãos.

Sabe-se que diversos tipos de litígios, não podem e não devem ser tratados de forma colaborativa, especialmente quando se fala em situações de fazer com que uma pessoa vítima de alguma forma de agressão seja exposta a seu agressor, pois tal atitude seria vitimizar alguém que precisa de proteção, e não de exposição.

Todavia, muitos são os tipos conflitivos que devem ser tratados de forma cooperativa, especialmente situações em que existia um vínculo afetivo prévio entre as partes conflitantes, como, por exemplo, em uma situação de divórcio quando existem filhos envolvidos, o diálogo para resolver as situações relativas a crianças e bens, costuma ser a melhor opção para as partes envolvidas.

Negar a importância do Poder Judiciário e suas formalidades seria, no mínimo, irracional e esse não é o foco da pesquisa; pelo contrário, o foco é encontrar mecanismos de acesso à justiça para além da jurisdição. Encontrar ferramentas concretizadoras de um acesso humanizado à justiça, no qual as pessoas tenham rosto e voz. E, para que tais ferramentas sejam utilizadas é preciso que as partes envolvidas atuem de forma cooperativa, seja em âmbito extrajudicial e/ou judicial, quanto a administração dos conflitos que as cercam.

Em uma sociedade democrática, a justiça não pode ficar somente à mercê de procedimentos estatais burocráticos; pelo contrário, a proteção jurídica precisa preocupar-se com os cidadãos de direito, dando concretude à dignidade destes, pois é o maior bem que possuem, ou seja, o acesso à justiça não pode ficar delimitado à obrigatoriedade do ajuizamento de uma ação processual. É preciso fazer com que

todos os cidadãos encontrem justiça, para que, além de procedural, haja humanização na busca e na concretização de direitos.

Sobre a temática, focada no ponto de empoderar as partes para que estejam no centro da resolução de suas contendas, pode-se mencionar que o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, instituído pela Resolução 125/2010 do CNJ, legisla em seu artigo 3º, inciso VII, que

há um dever de estimular os interessados a aprenderem a melhor resolverem seus conflitos futuros em função da experiência vivenciada na autocomposição (CNJ, 2010).

O princípio expressado, torna cristalina a intenção de que os meios adequados para resolução de conflitos sejam utilizados enquanto mecanismos de pacificação social, devendo-se empoderar os cidadãos, dando-lhes protagonismo para que decidam sobre suas vidas. Outra função salutar deste protagonismo concedido às partes, é que percebam que conflitos são inerentes à vida em sociedade, ou seja, é fisiológico, e não precisa ser visto como algo patológico, podendo ser tratado de formas diversas a necessidade de acionar a tutela jurisdicional/estatal (Priebe; Spengler, 2022).

Ademais, como defende Dworkin (1966), ninguém sabe o que é melhor para um indivíduo, do que ele próprio. Por isso acredita-se que o diálogo mediado, e a cooperação seja na esfera judicial ou extrajudicial, apresente-se como melhor caminho para o tratamento de conflitos, pondo as pessoas no centro de suas contendas, e garantindo que posteriormente a resolução do conflito, consigam manter, pelo menos, uma relação respeitável entre si, rompendo, assim, com o paradigma de uma “sociedade órfã do seu poder de tutela” (Goretti, 2021, p. 59).

Nessa senda, o que defende-se é que os cidadãos (filhos) voltem a

conversar e resolver seus conflitos, deixando de delegar para que o Judiciário (pai) resolva, fazendo com que se rompa essa visão de paternalismo jurídico arraigada na sociedade hodierna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, objetivou-se responder a seguinte problemática de pesquisa: em que medida a cooperação processual trazida pelo Código de Processo Civil está rompendo com o paradigma paternalista jurisdicional? Para que fosse possível abordar o problema proposto, utilizou-se como método o dedutivo e como técnica de pesquisa a bibliográfica, podendo-se afirmar que ambos mostraram-se adequados na confecção do artigo.

O objetivo principal voltou-se para o desenvolvimento de um estudo no qual a cooperação processual seja vista enquanto um princípio ruptor do paradigma jurídico paternalista, no qual o Judiciário precisa dialogar pelas partes, ou então, falar pelos filhos, fazendo analogia com o sistema paternal.

No primeiro tópico da pesquisa, buscou-se fazer uma abordagem acerca do paternalismo jurisdicional, da postura que o Judiciário precisa assumir quando acionado, dizendo para as partes, quem tem mais razão ou maior direito, porque as pessoas já não sabem mais dialogar. Miser frisar que não se está aqui a banalizar a figura do diálogo mediado, pois sabe-se que nem todo conflito pode ser resolvido sem a presença do Judiciário, até mesmo para evitar situações de constrangimento para as partes, o que não pode acontecer é que tudo seja Judicializado.

Já na segunda parte do trabalho abordou-se a cooperação processual, apresentando para o leitor duas visões distintas trazidas pela doutrina, uma na qual se defende a cooperação processual enquanto princípio, e outra que apresenta crítica, alegando que não se pode obrigar as partes a cooperar quando envoltas por

um processo judicial. Por fim, foi feita uma análise para verificar em que medida a cooperação processual pode ser utilizada enquanto mecanismo ruptor do paradigma paternalista arraigado na sociedade contemporânea.

Conclui-se que o princípio da cooperação processual pode ser utilizado enquanto um mecanismo responsável pela ruptura do sistema jurídico paternalista, todavia é preciso muito mais do que a definição principiológica na legislação civil, é salutar que os operadores do direito tenham consciência do seu dever social, de que além de sua responsabilidade para com a defesa/garantia de Direitos, precisam primar por um sistema de justiça democrático, o que não é percebido ante a morosidade jurisdicional em virtude de um abalroamento de demandas.

Ademais, é preciso que haja transformação social para a conscientização do cidadão de que para muito além de direito, também existem deveres a serem respeitados. Defende-se ainda, que caso o cidadão consiga perceber o conflito enquanto algo fisiológico, terá maior capacidade para lidar com suas demandas conflitivas, atuando frente às contendas enquanto cidadão social, ciente de seus direitos e deveres, sem que seja necessário acionar seu Pai (o Judiciário), para que lhe diga como agir ou o que fazer/não fazer diante de algo comum, inerente a vida em sociedade, como é o caso do conflito.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. 2. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Sem data vênia**: um olhar sobre o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: História Real, 2020.

BRASIL. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 41 Distrito Federal**.

Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 8 jun. 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 2 jun. 2023.

CARDOSO, Alenilton. **O sentido ético da justiça funcional solidária**. São Paulo: Ixtlan, 2016.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Fundamentos do Princípio da Cooperação no Direito Processual Civil Português**. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Os três modelos de Direito Processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de Processo**. São Paulo: RT, 2011, p. 207-217.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução Luís Carlos Borges. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GORETTI, Ricardo. **Mediação e acesso à justiça**. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. 2010. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2010. DOI: doi:10.11606/T.2.2010.tde-27012011-113618. Acesso em: 30 jul. 2023.

MAUS, Ingebord. Judiciário como Superego da sociedade: O papel da atividade jurisprudencial da sociedade órfã. **Revista Novos Estudos**, nº 58, 2000, p. 183-202.

MITIDIERO, Daniel. A colaboração como modelo e como princípio no processo civil. **RT - Revista de processo**, v.2, p. 83-97, 2015.

NUNES, Dierle José Coelho. **Processo jurisdicional democrático**. Curitiba: Juruá, 2008.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina; MAZZOLA, Marcelo. A cooperação como elemento estruturante da interface entre o Poder Judiciário e o Juízo Arbitral. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, v. 18, n. 3, p. 198-218, set./dez. 2017.

PRIEBE, Victor Saldanha; SPENGLER, Fabiana Marion. Empoderamento social e determinismo jurisdicional: os pilares do CNJ em busca de uma temporalidade processual vazia de sentidos. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 16, nº 3, 2022. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática na justiça. Coimbra: Almedina, 2014. p. 71-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder**: ensaios sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

SCHIMIDT, João Pedro. Bases bio-psicossociais da cooperação e o paradigma colaborativo nas políticas públicas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 19, p. 123-162, 2018.

Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1091>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SENTENÇA nega indenização à criança mordida em creche. **Portal do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro (PJERJ)**. Rio de Janeiro, 30 out. 2019.

Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6809860>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. Paraíba, v. 10, n. 30, p. 568-573, dez. 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Da jurisdição à mediação**: Por uma outra cultura no tratamento de conflitos. 3 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

SPENGLER, Fabiana Marion; MAGLIACANE, Alessia. Il terzo e l'altro. verso una visione simmeliana del conflitto. **Revista do Direito**, v. 3, p. 35-53, 2020.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência política e teoria geral do Estado**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

STRECK, Lenio Luis, *Et al.* A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição. **Consultor Jurídico**, 2014. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constitucional> Acesso em: 30 jul. 2023.

WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo Civil**: como a Economia, o Direito e a Psicologia podem vencer a tragédia da justiça. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.



FABIANA MARION SPENGLER

Possui graduação em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1994), mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1998). É doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007) com bolsa CAPES e pós-doutora pela Universidade degli Studi di Roma Tre (2011) com bolsa do CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (Pq2) do CNPq no período entre 2018 e 2024. Atualmente é professora adjunta da Universidade de Santa Cruz do Sul lecionando na graduação as disciplinas de Direito Civil - Família e Sucessões e de Meios Consensuais de Solução de Conflitos e na pós graduação junto ao Programa de Mestrado e de Doutorado em Direito as disciplinas de "Políticas Públicas no Tratamento de Conflitos" e "Políticas Públicas para uma nova jurisdição". Publicou diversos livros e artigos científicos. Desenvolveu atividades de consultora junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, no âmbito do projeto BRA/05/036 executado pela Secretaria de Reforma do Judiciário ligada ao Ministério da Justiça. É líder do grupo de pesquisa "Políticas

Públicas no Tratamento dos conflitos" certificado pelo CNPQ.



MAINI DORNELLES

Doutoranda e Mestra em Direitos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com bolsa ProsuC-Capes, modalidade II. Especialista em Direito Civil, Direitos Humanos e Direito Constitucional pela Faculdade Dom Alberto (2019). Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2017/2). Integrante do grupo de Pesquisa Políticas Públicas no Tratamento de Conflitos, vinculado ao CNPq, liderado pela Professora Pós-Dr Fabiana Marion Spengler. Professora do Departamento de Ciências Jurídicas - UNISC. Advogada, OAB/RS 112.231. Juíza Leiga do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atuando na Comarca de Sobradinho.

Pandemia, encarceramento e a crise do direito à saúde: uma perspectiva constitucional no contexto goiano

Pandemic, Incarceration, and the Crisis of the Right to Health: a constitutional perspective on the prison system in Goiás

Rafael Soares Duarte de Moura^a, Rafael Gonçalves da Silva, Heitor de Carvalho Pagliaro.

^aUniversidade Estadual de Montes Claros. E-mail: rafael.moura@unimontes.br

Resumo: A presente investigação analisa se houve resguardo ao direito social à saúde da população carcerária durante a gestão da crise sanitária do novo coronavírus no estado brasileiro de Goiás. Para satisfazer o escopo da pesquisa, revisam-se desde os problemas estruturais na prestação das garantias fundamentais em saúde para os apenados no país até o processo de estabelecimento da crise sanitária do covid-19 nas unidades penitenciárias goianas. O texto é qualitativo e se vale dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental, esses últimos têm como fonte prioritária as normativas públicas expedidas pelo Governo do Estado de Goiás e Diretoria-Geral do Sistema Penitenciário no período de março de 2020 a março de 2021. As evidências encontradas demonstram que o direito social à saúde dos presos, no recorte temporal e espacial escolhido, não foi garantido pelo Poder Público estadual. Tal constatação provoca prejuízo para a realização dos Direitos humanos e ultrapassa a esfera do ius puniendi, sendo um abuso da capacidade punitiva estatal, configurando um flagrante estado de coisas inconstitucional que deve ser corrigido no curso da crise da pandemia e depois que a urgência sanitária cesse.

Palavras-chave: Direito à saúde do preso; Goiás; Pandemia; Constitucional.

Abstract: This investigation analyzes whether there was a protection for the social right to health of the prison population during the management of the health crisis of the new coronavirus in the Brazilian state of Goiás. To satisfy the scope of the research, we reviewed from the structural problems in providing the fundamental guarantees in health for the inpatients in the country to the process of establishing the health crisis of covid-19 in the Goian chains. The text is qualitative and, if it applies to the procedures of bibliographic and documentary review, the latter have as a priority source the public regulations issued by the Government of the State of Goiás and the General Directorate of the Penitentiary System from March 2020 to March 2021. The evidence found shows that the social right to health of prisoners, in the chosen temporal and spatial context, was not guaranteed by the state government. This finding causes damage to the realization of human rights and goes beyond the sphere of the right to punish, being an abuse of the state's punitive capacity, configuring a blatant state of unconstitutional things that must be corrected in the course of the pandemic crisis and after the health urgency has ended.

Keywords: Right to the inmate's health; Goiás; Pandemic; Constitutional.

Submetido em: 01/05/2024.
Aceito em: 06/12/2024.

1 INTRODUÇÃO

A garantia à saúde se insere em uma gama de direitos sociais fundamentais

positivados na Constituição Federal de 1988. Conforme a literatura e a jurisprudência majoritária, trata-se de norma que não pode ser alvo de

retrocesso por ser uma salvaguarda universal. Tanto brasileiros quanto estrangeiros têm assegurado acesso aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira gratuita e em todo o território nacional.

O SUS é o principal instrumento estatal para a concretização dessa política estrutural, atuando na prevenção, tratamento e acompanhamento das doenças em geral. Embora o Sistema Único de Saúde tenha sido alvo de políticas de subfinanciamento ao longo das décadas que seguiram a promulgação da Constituição Federal (Paim, 2013), ainda se constitui em ferramenta política pública muito importante para a população brasileira.

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, no período de dezembro de 2020 ao mês de maio de 2021, o sistema realizou 907 mil procedimentos hospitalares, desse total, cerca de 68 mil realizados só na macrorregião centro-oeste do país, 260 mil produções ambulatoriais e mais de 370 mil procedimentos de atividades educativas em grupo de atenção primária, dentre outros milhares de atendimentos (Brasil, 2020aa).

Diante dos dados, percebe-se que as classes trabalhadoras e as populações vulneráveis são dependentes da prestação pública de assistência médica. A pressão do subfinanciamento do SUS e as suas interligações com as opressões estruturais provocadas pelo racismo, machismo e pela concentração de riqueza, fazem dele um aparato estatal que reflete as vicissitudes da realidade nacional.

Entre as muitas violações aos Direitos Humanos das pessoas presas no Brasil, a assistência à saúde é apenas mais uma das figuras que compõem o cenário. É nesse contexto, já dramático, que somos atingidos pela maior pandemia do século XXI até o presente momento.

Assim, a presente investigação questiona: houve resguardo ao direito

social à saúde da população carcerária durante a gestão da crise sanitária do novo coronavírus no estado brasileiro de Goiás? Para satisfazer o escopo da pesquisa, revisam-se os problemas estruturais na prestação das garantias fundamentais em saúde para os apenados no país até o processo de estabelecimento da crise sanitária do covid-19 nas cadeias goianas.

O texto é qualitativo e se vale dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental, esses últimos têm como fonte prioritária as normativas públicas expedidas pelo Governo do Estado de Goiás e Diretoria-Geral do Sistema Penitenciário entre março de 2020 a março de 2021.

O trabalho acadêmico é desenvolvido em três tópicos. No primeiro, intitulado de "Um retrato do acesso à saúde dos apenados na norma e nos dados", aborda-se como os diplomas jurídicos brasileiros tratam a garantia fundamental à saúde do preso e seu contraste com as informações públicas sobre o tema. No segundo, chamado de "A pandemia e os encarcerados em Goiás: análise da gestão entre março de 2020 a março de 2021", faremos a revisão dos atos de estado que orientaram a política em saúde diante da calamidade sanitária.

2 UM RETRATO DO ACESSO À SAÚDE DOS APENADOS NA NORMA E NOS DADOS

O perfil da população carcerária brasileira segue como reflexo de um processo de marginalização social datado do colonialismo e quase quatro décadas de vigência de um regime de mão-de-obra escravocrata. Conforme dados do censo Departamento Penitenciário Federal de 2009, naquela oportunidade o Brasil já contava com mais de 600 mil presos e dentre eles, cerca de 67% pretos e com baixa escolaridade (Soares Filho; Bueno, 2016).

Essa pequena fração de dados de uma pesquisa mais aprofundada revela uma política criminal racista adotada pelo Estado brasileiro. A seletividade do sistema penal vigente privilegia o encarceramento de crimes de mão pobre em detrimento a infrações que causam maior reflexo social (Monteiro; Cardoso, 2013; Wacquant, 1999).

Para além da segregação social demonstrada pelo perfil do homem encarcerado no Brasil, a qual tende a manutenção do estado de desigualdade social devastadora, o sistema prisional nacional apresenta outras mazelas de cunho estrutural que contraria as finalidades assumidas pela Constituição Federal em relação a execução penal.

A Carta Magna adotou de forma literal o princípio da individualização das penas e proibiu, por outro lado, a aplicação de sanções degradantes, a tortura, de caráter perpétuo e a pena de morte, salvo em cenário de guerra declarada (Brasil, 1988).

A aplicação da pena, diante do cometimento de um fato típico, a condenação criminal não deve servir para promoção de encarceramento eterno da pessoa, mas com caráter ressocializador. Entretanto, o quadro de reincidência criminal apresentado depõe de forma exatamente contrária (Soares Filho; Bueno, 2016).

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informam que o índice de reincidência dos condenados é de aproximadamente 70%. Dito de outro modo, sete em cada dez pessoas condenadas e inseridas no sistema penal brasileiro, voltam a praticar outro delito. Esse quadro permite inferir que a sanção penal aplicada pelo Poder Judiciário e executada pelo Estado não está cumprindo o seu papel (Soares Filho; Bueno, 2016).

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão paradigmática em sede da Ação por Descumprimento de

Preceito Fundamental 347 (ADPF), do Distrito Federal. Quando foi reconhecido um estado de coisas constitucional em relação ao sistema prisional.

Na ação direta de controle concentrado de constitucionalidade intentada por partido político, foi traçado um panorama do sistema penitenciário nacional e foram reveladas informações estarrecedoras a respeito da administração da execução penal.

O estado empírico do sistema penal foge para lado oposto dos pilares do texto da Constituição Federal e ainda da Lei de Execuções Penais, os quais oferecem proteção variada para os detentos, sejam nacionais ou estrangeiros, com a finalidade de propiciar um bom andamento da fase executiva da persecução penal e reintegração social do condenado.

Entretanto, as inspeções do Conselho Nacional de Justiça revelam que o ambiente penitenciário é altamente nocivo, estruturas precárias e insalubres, ausente de condições de higiene pessoal, sedentarismo e permissão de uso de drogas no ambiente prisional (Soares Filho; Bueno, 2016).

A taxa de ocupação das penitenciárias nacionais apresenta uma média de 161%, enquanto outros estados-membros mais pobres detém uma taxa ainda mais alta de superlotação (Soares Filho; Bueno, 2016).

O cenário de superlotação e as condições insalubres do sistema prisional se afiguram como incompatíveis com a Constituição Federal e atentam contra diversos preceitos fundamentais (Brasil, 2015).

Em decisão proferida em medida cautelar, o Min. Relator da ADPF destacou que as inspeções do CNJ desnudaram as prisões como verdadeiras masmorras da idade média com violações a direito social à saúde de toda sorte (Sarmento, 2018).

Celas superlotadas, imundas e insalubres, proliferação de doenças,

comida de péssima qualidade, ausência de água apta ao consumo humano, altas temperaturas, torturas e homicídios frequentes podem ser observados nos interiores das cadeias públicas (Brasil, 2015).

Esse quadro de violação sistêmica de direitos fundamentais demonstra a ausência do Estado no processo de ressocialização que subverte o sentido de aplicação de uma sanção penal. O resultado da equação são as altas taxas de reincidência, as quais decorrem de forma direta desse quadro desrespeito aos direitos fundamentais e sobretudo, os direitos sociais e acesso a saúde do preso (Soares Filho; Bueno, 2016).

Vale recordar que o direito a saúde não reside unicamente no direito de não estar doente ou a concessão de tratamento adequado. É mais abrangente e comporta em sua definição do direito a um meio ambiente equilibrado, acesso a meios de higiene pessoal, alimentação saudável, tratamento e medidas de prevenção (Dallari, 1988).

Nesse aspecto, o direito a saúde da população carcerária, o qual decorre também da dignidade da pessoa humana, resta inobservado de forma deliberada pelo Estado, mormente quando se analisa sob a perspectiva da pessoa encarcerada.

Destaca-se também que a ausência do Estado para a promoção desses direitos básicos faz das penitenciárias verdadeiras “escolas do crime”. O vácuo de poder deixado pelos poderes constituídos é preenchido por facções criminosas e facilitam a captação e formação de soldados para as organizações criminosas (Furukawa, 2008). Essa particularidade contribui de forma determinante para o processo de recidiva criminal (Brasil, 2015; Feltran, 2018).

O quadro calamitoso apresentado pelo sistema prisional se afigura também como um estado de coisas inconvencional, uma vez que também apresenta cenário de violação sistêmica de tratados e

convenções internacionais em que o Brasil é parte e se obrigou a cumprir (Ferreira; Araújo, 2016).

O Estado brasileiro foi, inclusive, acionado em diversas ocasiões na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a exemplo dos casos dos Presídios Urso Branco, Pedrinhas e de Curado em que se verificou violações massivas de Direitos Humanos preconizados na Convenção Americana.

As violações apontadas pela CIDH estão o acesso ao direito a saúde, manifestado pelas condições insalubres dos cárceres, a superlotação, exposição a agentes nocivos e risco a contrair doenças infecciosas, as quais afrontam contra os compromissos internacionais assumidos pela república brasileira (Ferreira; Araújo, 2016).

A decisão da ADPF 347 destacou que a utilização exasperada dos juízes brasileiros da prisão cautelar, aquelas aplicadas anteriormente ao trânsito em julgado de sentença condenatória. Conforme relatório do CNJ, as prisões provisórias representam um percentual de 41% do total da população carcerária. Esses dados descontinam ataques a direitos processuais dos acusados, facilitados pela ausência de defesa técnica no curso das ações penais e que resultam na manutenção de prisões cautelares injustificadas e prolongadas, sem sindicância adequada de instâncias superiores (Brasil, 2015).

Diante da conjuntura apresentada e a inobservância de diversos preceitos fundamentais, conforme apontado pelo Min. Marco Aurélio (dignidade da pessoa humana, proibição de tortura e tratamento desumano, sanções cruéis), foi reconhecido pelo plenário do STF a ocorrência de um estado de coisas inconstitucional (Brasil, 2015).

Dentre as medidas determinadas pela Corte, o STF estabeleceu que: os juízes e tribunais devem observar a possibilidade de substituição das prisões

provisórias por medidas cautelares diversas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal; cumprir os artigos 9.3 do Pacto de Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Americana de Direitos Humanos (realização de audiências de custódia); considerar o quadro dramático do sistema penitenciário brasileiro ao conceder medidas cautelares, aplicar penas e durante o processo de execução penal; estabelecer, quando possível, penas alternativas; e que a União libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional para a finalidade para a qual foi criado.

A decisão proferida pela Suprema Corte e de relatoria do Ministro Marco Aurélio de Melo é de 2015 e determinou, como se observa em linhas anteriores, a tomada de diversas medidas para diminuir as taxas de superlotação das unidades prisionais e humanizar a execução penal brasileira.

Entretanto, conforme levantamento empírico realizado entre os meses de janeiro a junho de 2020, pelo Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária sofreu um acréscimo de aproximadamente 15% e contava, naquela ocasião, com aproximadamente 702 mil encarcerados (Brasil, 2020b).

Da população apontada, cerca de 210 mil pessoas estão sujeitas a prisão preventiva. Destaca-se que as informações foram coletadas em plena a mais catastrófica crise sanitária vivida pelo país nos últimos séculos, relacionada a pandemia do novo coronavírus.

Mesmo depois do julgamento da ADPF 347, quando se reconheceu a existência de um estado de coisas unconstitutional e com a determinação de diversas medidas tendentes ao desencarceramento, dentre elas a determinação observância, pelos juízes e tribunais, da crise sanitária do sistema penitenciário na hora de avaliar o cabimento de medidas cautelares, o número de pessoas presas aumentou.

Embora o percentual de prisão preventiva tenha diminuído, cerca de 29%, o perfil do homem encarcerado se manteve. Verifica-se que 76% dos presos são pessoas com idade entre 18 e 45 anos, 70% acusadas em condenadas por crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas e déficit de 231 mil vagas no sistema prisional (Brasília, 2020b).

Por outro lado, conforme levantamento nacional de informações penitenciárias, com atualização de junho de 2017, 63% dos indivíduos submetidos ao encarceramento são pretos ou pardos, 55% são analfabetos ou não possuem o ensino fundamental incompleto e outros 13% são apenas alfabetizados, enquanto 0,04% possuem curso superior completo (Brasília, 2020b).

As informações expõem a manutenção do perfil do homem encarcerado ao longo dos anos e décadas no Brasil. A prisão é para o preto ou pardo, o jovem e de baixa ou nenhuma escolaridade e autor de delitos de “colarinho azul”, relacionados a crimes contra o patrimônio e o tráfico de drogas, típico das camadas mais pobres da sociedade (Baratta, 2002; Sutherland, 1940).

3 A PANDEMIA E OS ENCARCERADOS EM GOIÁS: ANÁLISE DA GESTÃO ENTRE MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021

O estado de exceção provocado pela pandemia do coronavírus impôs à sociedade a promoção de esforços em conjunto mais desafiadora de uma geração, diante da crise sanitária mais grave dos últimos séculos.

Conforme dados do consórcio de veículos de imprensa do Brasil, em consulta realizada em 8 de julho de 2021, o país registrou aproximadamente 19 milhões de casos da doença e com índice de mortalidade na ordem de 528 mil óbitos em razão de complicações advindas do Sars-CoV-2 (Google, 2021).

A circunstância de calamidade sanitária requer atuação do Estado em várias frentes, com o objetivo de amenizar o sofrimento social provocado pela pandemia de escala mundial. Nesse cenário, a proteção da população carcerária demonstra-se uma medida de primeira ordem, mormente diante da situação especial de tutela das pessoas encarceradas.

A promoção do direito à saúde da pessoa presa demonstra-se uma medida imprescindível, devendo-se considerar, inclusive, a situação especial de tutela do preso pelo Estado. Quando o Poder Público priva um cidadão da liberdade, com a finalidade de aplicar uma sanção penal, assume, de modo peremptório, o dever de cuidado e proteção, atraindo para si uma responsabilidade civil diferenciada. O cárcere não pode se transformar em sepultura, sob pena de responsabilização do Estado pela inobservância desse zelo (Cahali, 2012).

Para verificar o tratamento normativo promovido pelo Estado de Goiás à população carcerária, realizou-se uma pesquisa dos decretos executivos expedidos e das leis estaduais durante a pandemia, com recorte temporal de março de 2020 a março de 2021, em consulta ao portal da rede mundial de computadores da Casa Civil (Goiás, 2020a).

Por meio da pesquisa referida, pode-se denotar que o Governo de Goiás expediu trinta e nove decretos executivos relacionados ao combate do coronavírus durante o recorte temporal escolhido.

O primeiro ato normativo do Poder Executivo local foi o Decreto 9.633/20, que dispôs sobre a decretação de emergência de saúde pública no Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus. O ato determinou a tomada de diversas medidas em várias áreas de atuação. Contudo, com relação à situação carcerária, houve somente a determinação de suspensão de visitas, conforme

disposto no artigo 2º, inciso II (Goiás, 2020a).

Em 13 de março de 2020, o Decreto 9.638 autorizou a feitura de obras em penitenciárias e os estabelecimentos que lhe forneçam insumos (Goiás, 2020b). Enquanto o Decreto 9.644/20 ampliou possibilidade de manutenção predial em presídios (Goiás, 2020b).

Em 13 de julho de 2020 o Decreto 9.692 ratifica a proibição de visitação em presídios, mas excepciona que ser possível visitas mediante autorização da Secretaria de Segurança Pública (Goiás, 2020c).

Durante o período apontado, observou-se que apenas quatro dos trinta e nove atos do Poder Executivo trataram de circunstâncias relacionadas ao controle da pandemia na população carcerária. Todos os atos administrativos referentes ao sistema carcerário foram voltados à restrição do direito legal de visitação e à autorização para obras de manutenção na estrutura predial dos presídios.

De outro lado, por meio de consulta ao portal de rede mundial de computadores da Diretoria-Geral da Administração Penitenciária, verificou-se que foram expedidas mais de cinquenta portarias durante o período analisado (Goiás, 2020c).

Na mesma seara, verificou-se dos atos administrativos da administração carcerária que as medidas tomadas para enfrentamento da pandemia foram eminentemente de caráter restritivo de direitos dos reclusos. Foi determinada a suspensão de visitação, a qual após o início da crise sanitária, somente foi retomada gradualmente a partir de novembro de 2020 (Goiás, 2020c).

Foi determinada também a restrição de atendimento presencial de advogados no interior das unidades, entrega de alimentos pelas famílias, suspensão de atividades laborais, religiosas e educacionais durante o período estudado.

Entretanto, não foi verificado nos atos normativos internos ou da Administração Direta qualquer medida de cunho sanitário hospitalar para atendimento de contaminados, delineamento de procedimentos de atenção e prevenção de contaminações ou para preservação de bem-estar da comunidade encarcerada.

4 CONCLUSÃO

Os direitos sociais passaram por um longo processo de afirmação histórica ao redor do mundo e ainda são objeto de amplos questionamentos na maioria das nações civilizadas. Por todo canto, inclusive em Estados denominados de bem-estar social, a implementação material dos direitos prestacionais, dito como de terceira geração por Karel Vasak, se afigura como um grande desafio.

A finitude das disponibilidades financeiras dos Estados em contraposição das amplas necessidades sociais, principalmente quando se observa a realidade desigual de países emergentes como o Brasil, demonstra-se ser uma barreira que necessita de esforços e reflexão conjunta da sociedade.

No Brasil, os direitos sociais passaram por três períodos de surgimento, sendo os dois primeiros momentos relacionados à necessidade de afirmação de governos autoritários e ditaduras, apoiados em uma base social. O terceiro momento de realização desses direitos foi consolidado pela Constituinte de 1988, em linha com uma tendência mundial no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Embora essa espécie de garantias enfrente com certa frequência obstáculos ligados a reserva do possível para sua concretização, não se pode negar que a constitucionalização dos direitos sociais trouxe inegáveis benefícios para a sociedade.

Nesse aspecto, a atuação do Poder Judiciário para concretização desses

direitos, para uma busca mais efetiva por justiça social, demonstra-se ser imprescindível.

O direito à saúde, de forma inédita na história constitucional brasileira, adquiriu contornos de universalidade e gratuidade na Constituição Federal de 1988, com a ampliação do conceito de saúde para abranger questões relacionadas a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, medidas preventivas e tratamentos continuados.

Na década de 1990 para a atualidade a população carcerária brasileira sofreu uma explosão demográfica e atualmente conta com mais de 700 mil pessoas encarceradas e apresenta altas taxas de superlotação como regra nos estabelecimentos prisionais espalhados pelo território nacional.

Observa-se, cada vez mais, um Estado utilizando o direito penal como instrumento para a promoção de segurança e estabilidade social de forma falaciosa e equivocada, sobretudo em razão de um sistema criminal positivado que criminaliza, de maneira desproporcional, as condutas das camadas mais pobres da sociedade.

Nessa linha, constata-se que o perfil do homem permanece intacto durante toda a história da República brasileira e sem perspectivas para modificação do quadro apresentado ao longo dos anos.

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de um estado de coisas constitucional do sistema prisional brasileiro, ante a persistente observância de direitos sociais nas unidades carcerárias. O estabelecimento penal brasileiro médio é equiparado a masmorras da idade média. Ambientes insalubres, arquitetura e instalações – hidráulicas, elétricas etc. – sucateadas, torturas e toda sorte de inobservância de primados mínimos de individualização da pena, garantida pela CF/88.

Esse cenário de catástrofe do sistema penal não cumpre seu papel social de ressocialização do condenado e reintegração social do egresso. As taxas de reincidência na ordem de 70% são reveladoras da incapacidade da sanção de alcançar seus objetivos legalmente previstos.

Na decisão do STF na ADPF 347 foram determinadas várias medidas com a finalidade de se promover um desencarceramento gradual. Entretanto, os dados do Departamento Penitenciário Nacional demonstram o contrário. A população carcerária só aumenta a cada censo realizado.

Atualmente, dos 700 mil presos, aproximadamente 210 mil são detentos provisórios, cumprindo medidas cautelares pessoais de natureza restritiva da liberdade. Esses dados revelam uma insensibilidade por parte dos juízes e tribunais quanto à necessidade de reavaliar as premissas do direito penal pátrio.

O estado de exceção provocado pela pandemia mundial causada pelo novo coronavírus tende a piorar o cenário de inconstitucionalidade de coisas do sistema penal.

Analisadas as medidas adotadas pelo Estado de Goiás em um recorte específico, de março de 2020 a março de 2021, verificou-se que as ações implementadas para conter a disseminação do vírus em relação à população carcerária foram predominantemente restritivas aos direitos dos encarcerados.

Há uma proeminência na determinação de suspensão de visitas, suspensão de entrada de alimentos no cárcere, acesso ao trabalho e educação no interior das penitenciárias, a apoio de ordem religiosa em detrimento de medidas efetivas de promoção de saúde e bem-estar.

Como habitual, as práticas adotadas pelo Poder Público percorrem o caminho

mais fácil e exaspera o estado de sofrimento dos detentos. A sanção penal já se afigura como uma dor aplicada pelo Estado de forma legítima, contudo, o cenário medieval das estruturas carcerárias implica em sofrimento a pessoa presa para além da autorização constitucional de punir.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. Rio de Janeiro, **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Presos em unidades prisionais do Brasil – período de janeiro a junho de 2020. **Depen**. [Brasília, DF], 2020b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDlzNWQ5YmlzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. DATASUS. **Portal da Saúde**. [Brasília, DF, 2020]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 347 Distrito Federal - ADPF 347/DF**. Sistema penitenciário nacional – superlotação carcerária. Condições desumanas de custódia. Violação massiva de direitos fundamentais. Falhas estruturais. Estado de

coisas inconstitucional. Configuração. Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Relator: Min. Marco Aurélio, 9 de setembro de 2015. Disponível em:
https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumerolIncidente=%22ADPF%20347%22&base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true. Acesso em: 5 maio 2025.

CAHALI, Yussef Said. São Paulo, **Responsabilidade Civil do Estado**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Rev. Saúde públ.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 57-63, 1988. Disponível em: scielo.br/j/rsp/a/jSj9cfJhsNcjyBfG3xDbyfN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 maio 2025.

FELTRAN, Gabriel. Rio de Janeiro, **Irmãos: uma história do PCC**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Siddharta Legale; ARAÚJO, David Pereira. O Estado de Coisas Inconvenicional: trazendo a Corte Interamericana de Direitos Humanos para o debate sobre o sistema prisional brasileiro. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 67-82, 2016.

FURUKAWA, Nagashi. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p. 21-41, 2008.

GOIÁS. Secretaria da Casa Civil. **Decreto 9.633**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás, 2020a. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103012/pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GOIÁS, Secretaria da Casa Civil. **Decreto 9.638**. Prorroga o prazo de que trata o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, e dá outra providência. Goiânia, 2020b. Disponível em:

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103035/decreto-9638. Acesso em: 8 nov. 2023.

GOIÁS. Secretaria da Casa Civil. **Decreto 9.692**. Altera o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020. Goiânia, 2020c. Disponível em:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103263/pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GOOGLE. **Google Notícias**. [s. l.], 2021.

Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 93-93, 2013.

PAIM, Jairnilson Silva. A constituição cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, p. 1927-1936, 2013.

SARMENTO, Daniel. As masmorras medievais e o Supremo. **JOTA**. [s. l.], 25 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/constituicao-e-sociedade-masmorras-medievais-e-o-supremo-06012015>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 1999-2010, 2016.

SUTHERLAND, Edwin H. A Criminalidade de Colarinho Branco. **American Sociological Review**, Indiana, v. 5, n. 1, p. 01-12, fev. 1940.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.



RAFAEL SOARES DUARTE DE MOURA

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília - UnB, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também se graduou.



RAFAEL GONÇALVES DA SILVA

Graduado em Direito pela Universidade Evangélica do Estado de Goiás. Mestre em Direitos Humanos pela

Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Processual Civil. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás.



HEITOR DE CARVALHO PAGLIARO

Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), atuando no bacharelado em Direito e também no mestrado e doutorado em Direitos Humanos (onde é o atual coordenador). Doutor em Direito (UnB), mestre em Filosofia (UFG) e bacharel em Direito (UFG). Advogado no Brasil (OAB/GO 32.571) e em Portugal (OA 67768L).

Promovendo a conciliação e fortalecendo a democracia: a arte como ferramenta de direitos humanos

Promoting conciliation and strengthening the democracy: art as a toll in human rights

Jéssica Painkow Rosa Cavalcante^a, Nathalia Canhedo, Pedro Henrique Andrade.

^aUniversidade Estadual do Tocantins. E-mail: jessicapainkow@hotmail.com.

Resumo: A conciliação, um método de resolução de conflitos em que as partes buscam resolver problemas com a ajuda de um conciliador, foi estabelecida como política nacional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010 por meio da Resolução nº 125. No Juizado da Comarca de Paraíso do Tocantins, as partes que ingressam com uma demanda judicial estão sujeitas a audiências de conciliação conduzidas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) com a presença de um conciliador. Este estudo investigou o impacto da música clássica “Nocturne Op 9 No 2” de Chopin durante essas audiências cíveis para determinar se sua utilização afetava positivamente as taxas de conciliação. Os resultados revelaram que em 19,51% das vezes em que a música foi usada, acordos foram formalizados, demonstrando sua eficácia como um método de baixo custo. Além disso, a pesquisa bibliográfica indicou os benefícios da música clássica para a saúde mental e física, embora sua eficácia nas audiências de conciliação ainda precise de mais investigação.

Palavras-chave: Conciliação; Juizado especial cível; Música clássica; Democracia.

Abstract: Conciliation, a conflict resolution method in which parties seek to resolve issues with the assistance of a mediator, was established as a national policy by the Conselho Nacional de Justiça (CNJ) [National Council of Justice] in 2010 through Resolution No. 125. In the Special Civil and Criminal Court of Paraíso do Tocantins Jurisdiction, parties filing a legal claim are subject to conciliation hearings conducted by the Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) [Center for Dispute Resolution and Citizenship] with the presence of a mediator. This study investigated the impact of classical music “Nocturne Op 9 No 2” by Chopin during these civil hearings to determine if its use positively affected conciliation rates. The results revealed that in 19.51% of instances where music was employed, agreements were formalized, demonstrating its cost-effective efficacy. Furthermore, the literature review indicated the benefits of classical music for mental and physical health, though its effectiveness in conciliation hearings still requires further investigation.

Keywords: Children and adolescents; Emotional bonds; Emotional sponsorship; Adoption.

Submetido em: 02/01/2024.
Aceito em: 12/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade acarretou a reflexão sobre os meios adequados de pacificação social ante os inúmeros conflitos que passaram a existir com o crescimento das comunidades, uma vez que o homem tem a necessidade de

conviver em agrupamento para a sua evolução (Alvim, 2022).

O conflito de interesses surge porque cada ser humano possui o desejo de satisfazer individualmente suas necessidades, inclusive de forma ilimitada. Contudo, a partir do momento em que

essa satisfação entra em conflito com o interesse de outra pessoa, passa-se a existir, portanto, o confronto.

O processualista José Eduardo Carreira Alvim conceitua o conflito quando:

a posição ou situação favorável à satisfação de uma necessidade exclui ou limita a posição ou situação favorável à satisfação de outra necessidade. (Alvim, 2022, p. 37).

No início das civilizações os conflitos eram solucionados por meio da autotutela, isto é, quando a imposição da vontade de uma das partes à outra se dava por meio da força, o que não é mais permitido pelo ordenamento jurídico brasileiro, até mesmo sendo considerado crime o exercício arbitrário das próprias razões, nos termos do artigo 345 do Código Penal (CP).

A autotutela, portanto, era uma forma primitiva de resolução do conflito, já que o único meio de defesa do indivíduo ou do grupo se dava através do emprego da força bruta contra o adversário para vencê-lo pela resistência, como eram os casos de guerras.

À medida que os homens passaram a evoluir percebeu-se que a disputa já não justificaria a busca da satisfação dos interesses, predominando assim o bom senso e a razão em detrimento da força.

Por conseguinte, da autotutela passou-se à autocomposição dos conflitos, ou seja, a solução do conflito pelas próprias partes, nessa incluída a conciliação, cuja presença do terceiro, qual seja o conciliador, apenas contribui para a aproximação das partes a partir da sugestão de resolução da problemática sem a imposição de uma decisão.

A partir da década de 1990 o ordenamento jurídico brasileiro começou a estimular a autocomposição dos conflitos de modo que as partes, por meios adequados, pudessem findar o litígio ou até mesmo preveni-lo por meio das

chamadas atividades pré-processuais de conciliação (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2015).

Percebeu-se, assim, um movimento nacional, inclusive incentivado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para contabilizar acordos finalizados utilizando-se os métodos autocompositivos.

Foi neste cenário que, em 2010, o CNJ editou a Resolução nº 125 instituindo a Política Judiciária Nacional, cujo objetivo é assegurar a todos os direitos à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridades, nos termos do artigo 1º da referida normativa (CNJ, 2010).

O CNJ buscou, portanto, garantir não apenas o acesso à justiça, mas que referido acesso ocorresse de forma justa por meio de instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de conflitos, e, com isso, reduzir a excessiva judicialização.

É fato incontroverso que a sociedade cresce em larga escala e, consequentemente, também os conflitos se multiplicam frente às necessidades diárias dos seres humanos. Portanto, o Poder Judiciário não poderia, diante desta realidade, ignorar a obrigação de estabelecer uma política pública eficiente, principalmente para alterar a cultura de litigiosidade existente.

Desse modo, a criação da resolução supracitada pelo CNJ não foi no sentido de apenas normatizar uma política judiciária nacional, mas especialmente com a finalidade de disseminar uma cultura de pacificação social para que de fato a política pública criada fosse eficiente.

Anualmente o CNJ estipula metas nacionais a serem cumpridas pelo Poder Judiciário como forma de executar e impulsionar a estratégia nacional, cujos objetivos de 2023 foram decididos e aprovados no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido no ano de 2022. Dentre as metas estabelecidas pelo órgão

referido, está a de estimular a conciliação (Meta 3), seja em âmbito Estadual, Federal e mesmo do Trabalho, de forma a contribuir para o efetivo abrandamento dos conflitos, o aprimoramento e a eficiência do Poder Judiciário (CNJ, 2022).

A sobrecarga de processos nos tribunais brasileiros, associada à demora na solução dos problemas, bem como o excessivo formalismo processual, são fatores que contribuem para que as pessoas, cada dia mais, busquem mecanismos pré-processuais e processuais que acelerem a resolução de suas demandas. Os atores que trabalham no Sistema de Justiça, sejam advogados, partes, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outros, precisam cooperar para que métodos como a conciliação de fato se tornem efetivos, principalmente a partir da mudança cultural de litigiosidade.

É imprescindível que todos colaborem para que se tenha um Sistema de Justiça multiportas em que o ingresso com uma demanda judicial não seja a única e exclusiva porta a ser aberta às partes, incentivando-se o uso da arbitragem, da mediação, da conciliação e da reclamação pré-processual. Tal contexto despertou, consequentemente, o interesse em explorar o método de conciliação, que se preza, em particular, à prevenção de litígios e à concretização do direito de acesso à justiça, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

Foi percebida a mudança de comportamento das partes envolvidas no litígio durante a realização da audiência de conciliação, o que motivou o presente estudo. Isso se deve ao reconhecimento de que, para aumentar o número de conciliações realizadas, é imprescindível que as partes demonstrem interesse, vontade e disposição para conciliar.

A política pública criada pelo CNJ é fundamental para a manutenção do sistema conciliatório, mas, para se obter

maior efetividade na autocomposição também é preciso trabalhar o aspecto cultural, ou seja, modificar os costumes de rivalidade, violência e adversidade, demonstrando-se às pessoas que conciliar também é legal, como estabelece a Resolução nº 331 de 2020 do CNJ (CNJ, 2020a).

Diante dos fatos apresentados acima, examinou-se como a música clássica poderia contribuir para aumentar o número de conciliações no âmbito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins, isto porque, referido instrumento, aliado a situações de conflito, permite a redução de tensão e estresse das partes envolvidas.

Todos os seres humanos são dotados de emoções, as quais servem de medida para os comportamentos, inclusive durante uma audiência de conciliação, razão pela qual nos cursos de capacitação de conciliadores o CNJ utiliza mesa-redonda para aproximar as partes e não as distanciar.

Estudos realizados na Finlândia, em 2015, demonstraram que o hábito de ouvir música clássica aumenta a atividade de genes na sinapse e, consequentemente, na resolução de conflitos, principalmente pela produção de dopamina (Veloso, 2022). A dopamina, neurotransmissor que atua no sistema nervoso, ativa no cérebro sistemas como o da recompensa e, por isso, ao escutar música clássica uma pessoa libera o neurotransmissor citado e, assim sendo, prazer e recompensa (Scio Education, 2023).

Portanto, tais consequências provocadas no sistema nervoso dos seres humanos é de grande valia para serem aplicadas durante uma audiência de conciliação, uma vez que, as partes, ao ouvirem a música clássica, podem se tornar mais propícias a sentir um sentimento de recompensa maior e, por conseguinte, estarem mais aptas a conciliarem.

Além do mais, em 2019, foi divulgada uma pesquisa pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) que, durante a Semana Nacional de Conciliação, as partes foram acolhidas com música, constando-se o relaxamento da mente e, como consequência, a tomada de decisões mais assertivas no momento da conciliação (Bruno, 2019).

Toda e qualquer técnica que possa vir a melhorar o índice de conciliação propiciando a mudança necessária, mormente no comportamento das partes litigantes, é de grande valia, sobretudo porque o uso da técnica adotada não gera qualquer tipo de custo ao Sistema de Justiça brasileiro.

Em um mundo onde a resolução de conflitos muitas vezes se arrasta nos tribunais, a conciliação emerge como uma alternativa fundamental. No entanto, conciliar não é apenas um ato jurídico; é também um ato de humanidade. Os direitos humanos estão intrinsecamente ligados à capacidade de resolver disputas de maneira justa e equitativa. Nesse sentido, destaca-se como a promoção da conciliação não é apenas uma questão de eficiência jurídica, mas também de respeito pelos direitos humanos.

Além disso, a democracia desempenha um papel crucial nesse contexto. Em uma sociedade democrática, a justiça deve ser acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica. A conciliação eficaz não apenas alivia a carga sobre os tribunais, mas também reforça os valores democráticos, tornando o sistema de justiça mais inclusivo e participativo.

Aqui é onde a arte entra em cena. A arte é uma forma poderosa de comunicação que transcende barreiras culturais e linguísticas. Ela tem o potencial de humanizar os processos legais, criando empatia entre as partes envolvidas. Pode servir como uma ferramenta de mediação, permitindo que as pessoas expressem suas emoções e perspectivas de maneira

não confrontativa. Pode também ser usada como uma forma de educação jurídica, capacitando as partes a compreenderem melhor seus direitos e responsabilidades.

No contexto do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins, sustenta-se que a introdução de elementos artísticos nos procedimentos de conciliação pode ser benéfica tanto para as partes envolvidas quanto para a comunidade em geral. Ao promover uma abordagem mais humanizada da justiça, essa abordagem não apenas aumenta as taxas de conciliação, mas também fortalece os valores democráticos ao tornar o sistema de justiça mais acessível e inclusivo.

Em última análise, este artigo oferece uma visão inspiradora de como a arte pode desempenhar um papel fundamental na busca pela justiça, na proteção dos direitos humanos e no fortalecimento da democracia em nossa sociedade. Além das leis e regulamentos, a empatia, a compreensão mútua e a expressão criativa também são ingredientes essenciais para uma sociedade mais justa e igualitária.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A utilização da música como ferramenta facilitadora em contextos judiciais, especialmente em audiências de conciliação, tem despertado interesse na comunidade jurídica e em áreas correlacionadas. Estudos têm explorado os efeitos psicológicos, emocionais e cognitivos da música, buscando compreender seu potencial impacto no sucesso dessas sessões.

Rauscher, Shaw e Ky (1993), foram pioneiros em investigar os efeitos da música na cognição, dando origem ao chamado "Efeito Mozart". Sua pesquisa mostrou um aumento temporário nas habilidades espaciais em participantes que ouviram música clássica de Mozart. Posteriormente, estudos como o de Pietschnig, Voracek e Formann (2010),

contestaram a amplitude desses efeitos, sugerindo que não é exclusivamente a música de Mozart, mas a música em geral que pode melhorar o desempenho cognitivo.

No entanto, estudos de Thoma *et al.* (2013) e Hole, Hirsch, Ball e Meads (2015) abordam a redução da ansiedade e do estresse através da audição de música clássica. Eles destacam o potencial da música para criar um ambiente mais relaxante e positivo, fator crucial durante situações de conciliação, onde reduzir a tensão emocional pode facilitar a comunicação e a resolução de conflitos.

Estudos conduzidos por Sarkamo *et al.* (2008), enfocam o impacto emocional da música clássica, demonstrando melhorias no humor e na qualidade de vida de pessoas após acidentes vasculares cerebrais. Isso ressalta o potencial da música para influenciar positivamente o estado emocional das pessoas envolvidas em processos conciliatórios.

Considerando o contexto específico das audiências de conciliação, a pesquisa de Groussard *et al.* (2010), destaca os benefícios psicológicos da música, corroborando a ideia de que ela pode criar um ambiente mais propício para a negociação e a tomada de decisões durante esses encontros.

A inclusão da música como um elemento nas audiências de conciliação no contexto jurídico tem despertado interesse, embora ainda não haja uma gama significativa de estudos direcionados especificamente para este campo. No entanto, os estudos disponíveis sobre psicologia, terapia e saúde mental fornecem indícios de como a música pode influenciar as dinâmicas dessas sessões conciliatórias.

No âmbito do direito, a literatura existente sugere que a música pode desempenhar um papel relevante na criação de um ambiente propício para a resolução de conflitos durante as audiências de conciliação. Ela pode ter um

impacto na atmosfera emocional e psicológica do espaço, potencialmente reduzindo o estresse e a tensão entre as partes envolvidas.

Um ambiente menos tenso pode, por sua vez, favorecer a comunicação eficaz entre as partes litigantes, possibilitando uma negociação mais clara e colaborativa. A criação de um clima mais favorável à interação pode promover um diálogo mais aberto e facilitar a busca por soluções mutuamente aceitáveis, fundamentais para o sucesso de uma conciliação.

Apesar da falta de estudos jurídicos específicos sobre o impacto direto da música clássica nas audiências de conciliação no âmbito do direito, as evidências vindas de áreas correlatas, como psicologia e saúde, sugerem que a música pode ter um efeito positivo na dinâmica dessas sessões, contribuindo para um ambiente mais propício à resolução de conflitos.

O estudo direcionado para a interseção entre música e direito, especialmente nas audiências de conciliação, é uma área emergente e que merece uma investigação mais aprofundada. É essencial conduzir pesquisas específicas para avaliar o impacto preciso da música na eficácia das sessões de conciliação no contexto jurídico, levando em consideração variáveis como o perfil das partes envolvidas, tipos de litígios e estratégias de mediação utilizadas.

A compreensão mais ampla do papel da música no contexto jurídico pode oferecer insights valiosos para os profissionais do direito, auxiliando na criação de ambientes mais favoráveis à resolução de conflitos e no aprimoramento das práticas de conciliação.

3 METODOLOGIA

Este artigo adotou uma metodologia inovadora ao introduzir a música clássica

“Nocturne Op 9 Nº. 2” de Chopin durante as audiências de conciliação no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins, como um elemento adicional. O estudo dividiu as audiências em dois grupos: um com a presença da música e outro sem, a fim de comparar os resultados obtidos. Os dados foram meticulosamente coletados e analisados para investigar se a música teve um impacto positivo nas taxas de conciliação. Além disso, a pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica para examinar os benefícios da música clássica na saúde mental e física. Essa abordagem combinada permitiu uma avaliação completa dos efeitos da música no processo de conciliação.

Este estudo é qualitativo-quantitativo, visando analisar como a arte pode contribuir para o campo jurídico, especificamente melhorando o número de acordos alcançados durante as audiências de conciliação no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins. A pesquisa qualitativa concentra-se em aspectos da realidade que não são facilmente quantificáveis, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Silveira; Cordova, 2009). Segundo essas autoras, a pesquisa qualitativa se destaca por estabelecer uma relação entre o fenômeno global e o local. Portanto, esta análise buscará inicialmente uma visão internacional, seguida por uma perspectiva nacional e, por fim, local, já que se trata de um estudo regional com ênfase na aplicabilidade e efetividade das políticas públicas do Estado do Tocantins.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, focando no levantamento e na análise dos dados coletados por meio da observação de campo das audiências de conciliação cíveis e criminais do Juizado Especial de Paraíso do Tocantins. Para isso, participou-se ativamente das audiências de conciliação, mediante autorização do magistrado titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Paraíso do

Tocantins, utilizando a música clássica e registrando a quantidade de acordos realizados. Ressalta-se que os participantes das audiências não foram entrevistados ou identificados. A análise concentrou-se exclusivamente em verificar se, durante o período da pesquisa, a presença da música clássica contribuiu para um aumento no número de acordos alcançados durante esses procedimentos judiciais.

Assim, esta pesquisa cumpriu a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que, em seu artigo 1º, parágrafo único, incisos II, III e V, estabelece que não serão registradas ou avaliadas pelo sistema CEP/Conep, as pesquisas que utilizem dados de acesso público, com domínio público e cujas informações são agregadas sem a possibilidade de identificação individual, exatamente como foi o caso deste projeto (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2016).

Para a definição do período temporal, foram considerados dados do sistema e-Proc durante um período de 03 meses, além das informações autorizadas e disponibilizadas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJUS). Foram levantadas as quantidades de audiências realizadas sem a utilização da música clássica, bem como a quantidade de acordos formalizados entre outubro, novembro e dezembro de 2022.

Posteriormente, foram realizados acompanhamentos das audiências cíveis e criminais do Juizado Especial, utilizando-se especialmente a música clássica antes do início do procedimento, a fim de preparar o ambiente, observando se os acordos seriam formalizados ou não. Após o término do período de coleta de dados, as informações foram analisadas para a elaboração do relatório final, destinado à sociedade e ao Poder Judiciário, com o intuito de subsidiar futuros projetos para implementar os resultados positivos obtidos, se houverem.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NO BRASIL E NA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

As audiências de conciliação emergiram como uma ferramenta fundamental na resolução de litígios, oferecendo uma alternativa eficiente e mais acessível em comparação aos processos judiciais tradicionais no Brasil. Essas audiências desempenham um papel crucial ao buscar soluções amigáveis para as partes envolvidas, evitando a sobrecarga dos Tribunais e promovendo acordos mais satisfatórios.

No contexto judiciário brasileiro, os Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desempenham um papel central na mediação e conciliação de litígios. Esses centros oferecem um ambiente propício para que as partes envolvidas possam dialogar e buscar soluções consensuais, proporcionando a orientação de conciliadores treinados.

Com relação ao funcionamento do CEJUSC no Tocantins, a Resolução nº 125 de 2010, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi um marco na promoção dos métodos consensuais de solução de conflitos no sistema judiciário brasileiro. Essa resolução viabilizou a criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), cuja missão é planejar, implementar, manter e aprimorar as estratégias voltadas à Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos.

Na Comarca da cidade de Paraíso do Tocantins, o CEJUSC, criado por meio da Resolução nº 09 de 2012 pelo Tribunal de Justiça Tocantinense (TJ/TO), desempenha um papel crucial na resolução de litígios. Sob a coordenação atual da magistrada Silvana Maria Parfieniuk, o CEJUSC atende não somente a localidade de Paraíso do Tocantins, mas também a diversas cidades circunvizinhas, como Abreulândia, Divinópolis do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins e

Pugmil, região conhecida como Vale do Araguaia.

Durante a condução da pesquisa aqui apresentada, alguns obstáculos se fizeram presentes. Um deles esteve relacionado à ausência de audiências criminais, o que limitou a aplicação da música clássica nesse contexto específico. Além disso, algumas audiências designadas não foram realizadas devido a fatores como revelia, ausência de citação ou intimação adequadas, o que afetou a presença de todas as partes essenciais para o impacto desejado da música clássica durante as sessões de conciliação.

É importante ressaltar que a presença de todas as partes envolvidas é crucial para se obter um efeito eficaz da música clássica durante as audiências de conciliação. A não realização de algumas dessas sessões limitou a aplicação da técnica proposta na pesquisa, tornando necessário considerar essas condições para uma avaliação mais precisa da influência da música clássica nesse contexto específico.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO SOBRE O IMPACTO DA MÚSICA CLÁSSICA NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Durante o período investigado, um total de 59 audiências foram designadas, das quais apenas 41 foram realizadas com a presença das partes litigantes. Em aproximadamente 69,49% das oportunidades, as audiências foram designadas e realizadas. No entanto, cerca de 30,50% dos atos, embora agendados, não puderam ser concretizados devido a diversos fatores, como ausência de citação, revelia ou suspensão do processo para tentativa de acordo extrajudicial.

Das 41 audiências realizadas, utilizando a música clássica como elemento adicional, apenas em 19,51% dos casos o acordo foi finalizado, demonstrando um índice de não realização

do acordo de 80,48%. É relevante destacar que, durante a aplicação da música clássica, as partes não foram informadas sobre o uso dessa técnica, e ainda assim, em 5 ocasiões, houve comentários positivos sobre a utilização durante a audiência de conciliação.

Quanto a relevância da Música Clássica nas Audiências de Conciliação, comprehende-se que a discussão sobre o impacto da música clássica baseia-se em estudos que corroboram os benefícios psicológicos e emocionais associados à sua audição. Estudos médicos e psicológicos têm reiterado os efeitos positivos da música clássica na psique humana, incluindo a redução do estresse, melhoria do humor e influência no bem-estar emocional.

Durante as audiências, a presença da música clássica foi apontada como um fator que contribuiu para criar um ambiente mais apaziguador, mencionado positivamente pelas partes envolvidas, servidores e estagiários presentes. Isso sugere que, apesar dos resultados quantitativos dos acordos alcançados, houve um impacto subjetivo positivo na percepção do ambiente durante as sessões de conciliação.

Os resultados obtidos, embora não tenham atingido os índices esperados de acordos finais durante as audiências com a música clássica, evidenciaram aspectos positivos notáveis. A criação de um ambiente mais tranquilo e as observações favoráveis dos participantes sugerem que a música clássica pode contribuir para um contexto mais propício à conciliação.

Sugere-se, portanto, que o Conselho Nacional de Justiça e outros Tribunais considerem a aplicação da música clássica durante as audiências de conciliação. Mesmo que os acordos finais não tenham sido substanciais, a criação de um ambiente mais acolhedor pode beneficiar a atmosfera das sessões, impactando positivamente o bem-estar emocional dos envolvidos.

6 CONCLUSÃO

Este estudo sobre o impacto da música clássica nas audiências de conciliação em Paraíso do Tocantins está intrinsecamente relacionado aos princípios da democracia e dos direitos humanos, abordando várias dimensões desses conceitos fundamentais.

Primeiramente, no contexto da democracia, a pesquisa analisou a eficácia das audiências de conciliação como um meio de acesso à justiça. Em uma sociedade democrática, a igualdade de acesso à justiça é crucial, e a conciliação é uma ferramenta que busca tornar o sistema jurídico mais inclusivo e acessível. Além disso, a pesquisa observou que a música clássica pode ter efeitos benéficos no bem-estar humano, incluindo aprimoramento da função cognitiva e redução do estresse e da ansiedade. Esses aspectos estão diretamente relacionados aos direitos humanos, uma vez que sublinham a importância de criar um ambiente menos adversarial nas audiências judiciais. Isso se alinha com os direitos humanos fundamentais, como o direito a um julgamento justo e o direito de ser tratado com dignidade e respeito ao comparecer perante a justiça.

Além disso, a pesquisa destaca o impacto multidimensional da arte, reconhecendo que, embora os resultados quantitativos não tenham mostrado um aumento significativo nas taxas de sucesso com a música clássica, a música pode influenciar subjetivamente as experiências das pessoas durante as audiências. Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar não apenas números, mas também o bem-estar psicológico e emocional das pessoas envolvidas em processos judiciais, o que está intrinsecamente relacionado aos direitos humanos.

Portanto, este estudo ilustra como questões relacionadas à democracia, ao acesso à justiça e aos direitos humanos

estão interligadas com abordagens inovadoras, como o uso da música clássica, na busca por um sistema de justiça mais eficaz e centrado nas pessoas. Ele destaca a necessidade contínua de explorar novas maneiras de tornar a justiça mais acessível e humana, enquanto se respeitam os princípios democráticos e os direitos humanos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

BRUNO, Victor. Tribunal de Justiça do Piauí. “Música para Conciliar” integra ações de humanização da Semana Nacional da Conciliação. **Tribunal de Justiça do Piauí**, Teresina, PI, 6 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/musica-para-conciliar-integra-acoes-de-humanizacao-da-semana-nacional-da-conciliacao/>. Acesso em: 18 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Resolução nº 125, de 29 novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Resolução nº 331, de 20 agosto de 2020**. Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal. Brasília, DF: CNJ, 2020a.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. Resolução nº 358, de 2 de dezembro de 2020. Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da

conciliação e mediação. Brasília, DF: CNJ, 2020b.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário. **CNJ - Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, DF: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/encontros-nacionais/16o-encontro-nacional-do-poder-judiciario/>. Acesso em: 18 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE [CNS]. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...]. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 5 maio 2025.

GROUSSARD, Mathilde *et al.* When Music and Long-Term Memory Interact: effects of musical expertise on functional and structural plasticity in the hippocampus. **Plos One**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 364–369, 5 out. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0013225>.

HOLE, Jenny; HIRSCH, Martin; BALL, Elizabeth; MEADS, Catherine. Music as an aid for postoperative recovery in adults: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet**, [S. l.], v. 386, n. 10004, p. 1659–1671, out. 2015. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(15\)60169-6](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(15)60169-6).

HUMMES, Júlia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. **Revista da ABEM**, v. 12, n. 11, 2014.

PEREIRA, Ana Caroline *et al.* A musicoterapia aplicada no desenvolvimento de indivíduos com transtorno do espectro autista: uma revisão de literatura. In: KALLIANY, Karidja

et al. CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SABER: A ARTE DE TECER AFETOS, 2., 2021, Mossoró. **Anais** [...]. Mossoró: Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, 2021. p. 104-107.

PIETSCHNIG, Jakob; VORACEK, Martin; FORMANN, Anton K.. Mozart effect–Shmozart effect: a meta-analysis. **Intelligence**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 314–323, maio 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.intell.2010.03.001>.

RAUSCHER, Frances H.; SHAW, Gordon L.; KY, Catherine N. Music and spatial task performance. **Nature**, [S. l.], v. 365, n. 6447, p. 611–611, 1 out. 1993. DOI: <http://dx.doi.org/10.1038/365611a0>.

SARKAMO, T. *et al.* Music listening enhances cognitive recovery and mood after middle cerebral artery stroke. **Brain**, [S. l.], v. 131, n. 3, p. 866–876, 20 fev. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/brain/awn013>.

SCIO EDUCATION. Scio Mental Health. O benefício da música clássica para o cérebro. **Scio Education**. [S. l.], 2020], Disponível em: <https://scioeducation.com/artigos/o-beneficio-da-musica-classica-para-o-cerebro/#:-:text=Os%2520dados%2520colhidos%2520na%2520pesquisa,famosos%2520do%2520nosso%2520sistema%2520nervoso>. Acesso em: 18 set. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: (organizado por) GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

THOMA, Myriam V. *et al.* The Effect of Music on the Human Stress Response. **Plos One**, [S. l.], v. 8, n. 8, e70156, 5 ago. 2013. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0070156>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS [TJTO]. **Resolução nº 9, de 05 de julho de 2012**. Dispõe sobre a criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Palmas, TO: TJTO, 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS [TJTO]. **Resolução nº 1, de 10 de janeiro de 2020**. Dispõe sobre a Política Judiciária Estadual de tratamento dos conflitos de interesses judiciais, disciplina a organização e funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e as atividades dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Palmas, TO: TJTO, 2020.

VELOSO, Moisés de Oliveira Coimbra. **Mediação e conciliação e sua eficiência no processo civil remoto**. 2022. 39 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2022.



JÉSSICA PAINKOW ROSA CAVALCANTE

Doutora em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Especialista em Direito Agrário e Agronegócio (FACAB) e em Direito Civil e Processo Civil (UCAM). Professora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).



NATHALIA CANHEDO

Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Doutoranda pela UniCeub em parceria com a ESMAT. Assessora jurídico-administrativo da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Tocantins. Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).



PEDRO HENRIQUE ANDRADE

Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é aluno no Curso Superior de Tecnologia em Cibersegurança (CST).

NOTAS

¹O sistema CEP/Conep é formado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o CONEP é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a comissão foi criada em 1997, através da Resolução nº 246.

Sobre a redução das desigualdades: barreiras simbólicas das cidades na Amazônia Legal

On the reduction of inequalities: symbolic barriers of cities in the legal amazon

Walace Rodrigues^a.

^aUniversidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. E-mail: walacewalace@hotmail.com.

Resumo: Por meio deste artigo, buscamos pensar as cidades amazônicas a partir de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a redução das desigualdades. Neste caminho, discorremos um pouco sobre a história de construção de algumas cidades da Amazônia Legal e verificamos como o desenvolvimento de seus espaços urbanos marca claramente uma rígida estratificação social na região. Para este trabalho tomamos um aporte bibliográfico e uma análise reflexiva e qualitativa para tentar dar conta de nossos argumentos, revelando que as cidades amazônicas ainda têm um caminho longo a trilhar rumo à redução das desigualdades, principalmente em relação às desigualdades sociais e simbólicas a partir de seus espaços urbanos planejados e construídos

Palavras-chave: Cidades amazônicas; Desigualdades simbólicas; Espaços urbanos.

Abstract: Through this paper, we seek to think about Amazonian cities from the tenth Sustainable Development Goal: the reduction of inequalities. In this way, we talk a little about the construction history of some cities in the Legal Amazon and verify how the construction of their urban spaces clearly marks a rigid social stratification in the region. For this work we took a bibliographical contribution and a reflective and qualitative analysis to try to account for our arguments, revealing that the Amazonian cities still have a long way to go towards the reduction of inequalities, mainly in relation to social and symbolic inequalities from their planned and built urban spaces.

Keywords: Amazonian cities; Symbolic inequalities; Urban spaces.

Submetido em: 27/09/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva pensar sobre as cidades da Amazônia Legal como constructos urbanos que acabam por trabalharem para uma iniquidade social por meio de seus arranjos espaciais. Tais cidades são reflexos, em nosso pensar, de uma estrutura social estratificada e que permite pouca mobilidade social, o que podemos entender a partir das barreiras simbólicas impostas aos mais socialmente vulneráveis nas cidades amazônicas.

Compreendemos, portanto, as cidades amazônicas como cidades brasileiras advindas a partir de um pensar sobre algumas das maiores cidades do país no século XX, como Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. Obviamente que compreendemos o surgimento e crescimento de cada cidade amazônica como único, como um processo, mas vemos que elas acabaram por espelharem-se nas grandes cidades brasileiras.

Neste caminho, pensamos que, a partir décimo objetivo (redução das

desigualdades) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: redução das desigualdades, podemos compreender como os arranjos espaciais das cidades amazônicas foram utilizados como barreiras simbólicas que somente aumentavam a estratificação social por meio de proibições simbólicas de acesso a determinados lugares urbanos. Clarificamos que o caráter simbólico das coisas, que é sempre uma construção coletiva, tem como objetivo diferenciar e separar, marcando claras distinções. E o uso de oferecer forte caráter simbólico aos espaços também é um mecanismo de dominação e poder, como o tomamos neste texto.

Ainda, nossa pesquisa para este trabalho foi de natureza analítica e qualitativa, buscando exemplos em cidades da região amazônica para dar aporte de sentidos para nossa discussão, bem como tentamos utilizar uma pesquisa bibliográfica bastante voltada para as questões amazônicas para subsidiar nossa argumentação.

Vale informar aqui que os ODS são o resultado de um muitas experiências globais após a gerra fria. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começaram a levantar a necessidade de discussão sobre o bem-estar econômico, sustentabilidade e desenvolvimento social para o mundo.

Os trabalhos do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aportou para as discussões dos ODS em relação à sua teoria do desenvolvimento centrada na ampliação das oportunidades, das liberdades e das capacidades dos próprios cidadãos em relação às escolhas em suas vidas. Essa visão de Sen vai em direção ao compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais que 189 países firmaram na ONU no ano 2000.

Compreendemos que os ODS têm poder mobilizador, por fazerem parte de uma agenda positiva de pensar e agir em relação ao desenvolvimento sustentável das pessoas e das nações. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram em 2015, dando continuidade a um projeto da ONU que deu resultados muito positivos mundo afora. Este referido projeto foi o dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tomou forma em 2000 por meio de oito objetivos. Vários países participantes do ODM e chegaram a 2015 com bons resultados em relação à redução da pobreza, melhor acesso à educação e maior acesso à água potável.

Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 – Vida na água; ODS 15 – Vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

2 CIDADES AMAZÔNICAS E SEUS ESPAÇOS DE VIOLENCIA SIMBÓLICA

Devemos pensar que as cidades são agrupamentos sociais densamente povoados e com áreas residenciais, comerciais e industriais agrupadas. Nas cidades há um grande núcleo populacional em determinada área (urbana) em oposição a uma área mais afastada do centro e mais voltada à agricultura (rural). Nas cidades podemos perceber um certo estilo de vida dos seus habitantes. Tais

pessoas são diretamente afetadas pela urbanização (infraestrutura, organização dos espaços, serviços, transportes etc) e pela concentração de atividades econômicas que dão emprego a um grande número de pessoas. Borges e Rodrigues deixam claro que:

Vale aqui ressaltar que os termos cidade e urbano, apesar de serem comumente usados como sinônimos, designam elementos diferentes de espaços. Ainda, o urbano se diferencia do rural porque concentram atividades socioeconômicas distintas. O urbano detém atividades ligadas aos setores secundários (indústrias) e terciários (comércio e serviços), enquanto o rural está ligado às áreas pouco ocupadas (como, em alguns casos, com ecossistemas nativos mais bem preservados) e mais agrárias, ligadas ao setor primário (agropecuária, mineração e as mais diversas formas de extrativismo). A cidade coloca-se, portanto, como a materialização do que consideramos como urbano, com suas aglomerações populacionais e suas expressões espaciais (prédios, conjuntos de casas, prédios, aeroportos, shoppings, áreas de lazer etc). (Borges; Rodrigues, 2022, p. 18)

Sobre as cidades na Amazônia Legal, vale destacar aqui uma passagem de Rogério Almeida refletindo sobre esta região e seus inúmeros “abacaxis” (problemas):

A Amazônia é uma floresta urbana. 70% da população ocupa as grandes e médias cidades. Berta Becker, geógrafa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chacoalhou o debate na academia quando fez a afirmação em tempos idos. A pesquisadora recordou o fato quando esteve em Belém, durante um seminário internacional, “Cidade na floresta”, organizado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre os dias 29 de novembro a 01 de dezembro de 2006. (Almeida, 2020, p. 12)

Tomando um pouco de nossa história, podemos verificar que, no Brasil, as cidades litorâneas de São Salvador da Bahia e São Sebastião do Rio de Janeiro podem ser tidas como as primeiras “grandes” cidades coloniais e que permitiram o crescimento populacional do país em direção ao interior. Cidades mais afastadas das costas litorâneas, mas sempre perto de rios (fontes de água e vias para o transporte fluvial), como São Paulo, ocasionaram uma grande expansão populacional em direção ao interior do Brasil. O ouro das Minas Gerais também moveu grande número de pessoas para cidades como Ouro Preto, Mariana, São João del Rey, entre outras, populando o Estado de Minas Gerais.

Lembremos que as maiores cidades da região amazônica são Belém e Manaus, ambas sofreram um boom durante o final do século XIX e começo do século XX, por meio da exploração de matérias-primas específicas. No caso de Belém, que já existia como um povoamento colonial português desde começos do século XVII, seu grande crescimento se deu com o ciclo da borracha, que viveu seu auge entre 1879 e 1912, tendo uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A extração de látex das seringueiras foi fundamental para a indústria automobilística de então, o que impulsionou o crescimento de Belém.

Manaus também teve sua época de grande desenvolvimento econômico por causa do látex das seringueiras, transformando-se em uma das cidades mais imponentes e prósperas do mundo durante o período de ouro da *Belle Époque* Amazônica (1890-1920), época em que o ciclo da borracha viveu seu apogeu e quando as elites construíram seus monumentos arquitetônicos, moldando os espaços urbanos a seu gosto.

A influência europeia era visível em Belém e Manaus em fins do século XIX. Um exemplo disto é a arquitetura de construções imponentes como o Teatro da

Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus. Vale lembrar que, no período do ciclo da borracha, a Amazônia foi responsável por quase 40% de toda a exportação brasileira, superando as exportações de café de regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Neste caminho, tomamos Belém e Manaus como exemplos de como a região amazônica produziu desigualdades a partir dos espaços urbanos. Temos que pensar que os espaços públicos das cidades são lugares de disputas, vivências e sociabilidades, ou seja, marcadamente emocionais para os que habitam tais cidades. Assim, o planejamento e as construções públicas devem servir para todos os habitantes das cidades e não somente para determinados grupos.

Tanto Belém como Manaus têm muito em comum em suas histórias de povoamento e ocupação dos espaços, conforme nos diz Rogério Almeida:

Santa Maria do Grão Pará, nome oficial de Belém, nasceu às margens do rio Amazonas, lá num distante 1616, quando imperava nestas terras o povo Tupinambá. Os(as) pesquisadores(as) dedicados(as) na investigação sobre o urbano sinalizam que é junto aos postos de troca de mercadoria que as cidades germinam. Lá pertinho o forte do Castelo aguarda os novos saqueadores. Ainda hoje os canhões estão apontados para a baía. A cidade é quase uma ilha. Pena ter crescido de costas para o rio, subjugado pela corrida imobiliária, assim como Manaus, que rivaliza a hegemonia política e tragédias urbanas na Amazônia: violência, péssimo transporte coletivo, concentração de palafitas, problemas de trânsito e saneamento. (Almeida, 2020, p. 234, grifo nosso).

Ainda, vale lembrar que os espaços urbanos devem ser lugares de vivência da tolerância, da convivência com o diferente, de aceitação do “outro”. Neste caminhar, pensemos que nossa tradição histórica e colonial é de construção de desigualdades por meio do cerceamento de liberdades e do uso

do autoritarismo, como bem nos diz Paulo Freire, e nossas cidades são um claro reflexo disto. Freire assevera que:

A herança brasileira é colonial, de natureza autoritária. E temos nessa herança a sublevação da liberdade. Mas temos também, ao longo da nossa história, as expressões de luta contra a repressão, os “Quilombos”. Vivemos no Brasil de um lado a repressão, de outro os quilombos. E eu vejo os quilombos como a expressão da ansiedade legítima de liberdade (Freire, 1994, p. 9)

Também, Nelson Tomelin Jr. vai nos dizer que essa imposição binária de poder do “patrão-doutor” para com a classe trabalhadora amazônica revelava (e ainda revela) os meandros das ideologias das elites em desfavor dos trabalhadores:

A imagem social laudatória do “patrão-doutor” é uma das faces da violência contra a classe trabalhadora no Brasil. As figuras do “empregador” e do “empregado” são resultado de uma construção ideológica elaborada com a implantação das leis trabalhistas do governo Vargas, em período que igualmente marcaria a região Amazônica, com a segunda grande frente de extração da borracha (1942-1945) e seu “exército” de “soldados” durante a Segunda Guerra Mundial. Também o vocabulário de guerra utilizado no período para aquela devastadora frente produtiva esconde ideologias articuladas como “saberes” de uma elite planejadora. No entanto, esse trabalho jamais seria possível sem o conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras. (Tomelin Jr., 2020, p. 200, grifo nosso).

Acreditamos que essa elite planejadora amazônica sempre esteve se articulando contra os trabalhadores. Isso desde os começos dos trabalhos no Brasil colônia até os dias atuais. Hoje, o neoliberalismo torna-se a ideologia dominante das elites brasileiras, buscando um Estado mínimo e a mínima oferta de

serviços públicos gratuitos aos grupos mais vulneráveis socialmente.

Vale lembrar que ideologia de dominação (uma filosofia) é diferente de mecanismo de dominação (aparatos sociais), mas elas se unem em um conjunto de práticas para dominar. Uma depende da outra e se associam com o intuito de legitimar a imposição de seus sistemas de poder.

Podemos entender, ainda, que as cidades amazônicas seguiram o planejamento das outras cidades brasileiras: de exclusão dos mais pobres das áreas mais centrais e da construção de imponentes monumentos arquitetônicos para as elites nos centros das cidades. Isso revela uma clara divisão social das cidades, acarretando uma violência simbólica contra os mais vulneráveis, pois os mais pobres brasileiros são ensinados, desde muito pequenos, que eles não pertencem a certos lugares urbanos (como teatros, cinemas, museus, galerias de artes etc). E isto é cruel, mas real nas cidades brasileiras e deve ser desarticulado como ideologia de planejamento urbano.

No entanto, não somente as grandes cidades da região amazônica têm problemas relacionados às construções dos espaços urbanos pensados a partir das necessidades das elites locais. Araguaína, uma cidade mediana do norte do Tocantins, também apresenta sérios problemas de saneamento básico e tratamento de esgoto, acesso a serviços públicos básicos, falta bibliotecas escolares, entre tantos outros.

Um exemplo de violência simbólica em Araguaína é o lugar onde o único cinema da cidade está localizado, na Avenida Neblina. Nesta avenida não passa ônibus e o comércio da área detém algumas das lojas mais caras da cidade. Perguntamo-nos como os mais vulneráveis terão acesso ao cinema se nem por transporte público podem chegar a tal local? Aí está um típico caso de violência simbólica e de segregação dos

espaços públicos das cidades, limitando o acesso, cerceando o direito de todos à cidade.

Ainda nesta toada, a redução das desigualdades também passa pela questão dos acessos sociais aos serviços e espaços das/nas cidades. Áreas onde os grupos mais pobres não são nem convidados a participar deixam nítida a clara tradição brasileira de exclusão por meio do poder social, econômico, racial, ideológico, simbólico etc. Percebemos que a trilogia de dominação colonial “classe, raça, gênero” ainda é fortemente operante em nosso país. Tal trilogia opera a partir de uma lógica utilitarista e comercial, tornando os corpos mercadorias, assim como aconteceu na escravidão dos africanos trazidos para as Américas para executar trabalhos forçados.

Vale deixar claro, aqui, o que seria o conceito de violência simbólica do qual nos utilizamos neste texto. Este conceito em que nos amparamos foi elaborado pelo pensador francês Pierre Bourdieu, revelando o processo de perpetuação e imposição de valores culturais. Tal forma de violência é mais visível na dicotomia alta versus baixa cultura, cultura de elite versus cultura do povo. Seus efeitos são psicológicos e marcam-nos por meio de nossas percepções afetivas e de pertencimentos. A violência simbólica é uma forma de autoritarismo que se desmancha no ar, pois é não material, de natureza a afetar-nos intimamente, colocando cada um em “seu devido lugar” (de acordo com normas socialmente estabelecidas).

Ainda, a dinâmica do mecanismo de exclusão capitalista trabalha para tentar subalternizar ainda mais os mais vulneráveis socialmente. A violência simbólica age, portanto, como uma forma de poder (vejamos o que Foucault relata sobre o poder) sobre as subjetividades. Michel Foucault fala-nos de que o poder são as “relações entre indivíduos”. E, neste texto, temos que os espaços das cidades auxiliam a sedimentar as relações

simbólicas de poder, pois governam também aonde as pessoas podem se sentir a vontade ou não em determinados lugares urbanos:

O poder são relações. O poder são relações entre indivíduos, uma relação que consiste que um pode conduzir a conduta do outro, determinar a conduta do outro. E determinada voluntariamente em função de uma série de objetivos que são seus. Dito de outra forma, quando olhamos o que é o poder, o poder é um exercício de governo, no sentido amplo do termo. Pode-se governar uma sociedade, pode-se governar um grupo, uma comunidade, uma família, e se pode governar alguém. Quando digo governar alguém é simplesmente no sentido de que se pode determinar sua conduta em função de estratégias, usando certas táticas. Se quiser, é a governabilidade em um sentido amplo entendida como um conjunto de relações de poder e técnicas que permitem que a relação de poder se exerçite, assim tenho experimentado estudar. Como é governar os loucos; como é colocado o problema do governo dos enfermos (o governo entre aspas em um sentido amplo e rico), como se governa os enfermos; o que se tem feito; que lugar lhes é dado; onde são colocados, em qual sistema de tratamento, de vigilância, de benevolência, de filantropia, como se organiza o campo econômico do cuidado dos enfermos, tudo isso que se tem que ver. É seguro que esta governabilidade não tem deixado de ser mais rigorosa com o passar dos anos. (Foucault, 1981, não paginado).

O poder da violência simbólica tem suas estruturas na perpetuação das disparidades socioculturais e pode causar mais dificuldades para que as pessoas vulnerabilizadas atinjam seu pleno potencial humano e sua plena capacidade produtiva. Relembremos que as elites brasileiras sempre tenderam a mobilizar privilégios raciais, sociais e econômicos em seu favor, sempre buscando um modelo de “superioridade” de acordo com as concepções socioeconômicas baseadas em padrões eurocêntricos.

Assim, podemos pensar que as relações em sociedade que produzem as cidades e seus espaços são, também, frutos de uma dinâmica conflituosa e bastante complexa. De acordo com José Raimundo Trindade:

[...] a dinâmica urbana é bem mais complexa, além de que a organização do espaço urbano de acordo com a lógica produtiva e especulativa capitalista cria uma variedade de conflitos socioespaciais, sejam decorrentes da segregação e desigualdades inerentes ao capitalismo, seja pela justaposição no espaço urbano das diversas classes, etnias, credos e culturas, que estabelecem laços e interações que vão além do aspecto econômico ou da hegemonia social da burguesia, porém sempre interagindo com os fenômenos de especulação e exploração inerentes a esta ordem sistemática. Deste modo, o espaço transformado social e economicamente atua não somente modificando, mas condicionando e regulando as relações de produção e representação sociais. Portanto, o espaço constitui uma arena orgânica não somente do processo de produção das coisas e de seu consumo, mas abrange também a reprodução das relações sociais e das próprias relações de domínio de classe, inclusive sob os aspectos ideológicos e culturais, sendo parte tanto da reprodução quanto representação sociais estabelecidas no capitalismo. (Trindade, 2020, não paginado).

Neste sentido, a Amazônia sempre foi um vasto território visto como um lugar a ser dominado, como um espaço a ser povoado, como uma grande fonte de recursos naturais para serem extraídos, entre outros pontos de vista capitalistas e depredadores. Tal espaço colocou-se como um lugar onde o poder foi exercido sem controle legal pelos “patrões-doutores”.

Ainda, pensando nas cidades amazônicas como cercadas por importantes áreas verdes que não são devidamente cuidadas e dos poucos

parques nas áreas mais centrais das cidades, vale destacar a necessidade atual da preservação ecológica no cerne do planejamento urbano, como nos diz David Harvey:

Nos últimos anos, no entanto, alguma atenção começou a ser dada, particularmente por ambientalistas de uma persuasão mais gerencial, à questão das cidades "sustentáveis" e formas de crescimento e mudança urbana mais amigáveis ao meio ambiente. Mas a separação das análises urbanas das ambientais (e uma nostalgia enjoativa do rural e seu senso de comunidade supostamente bem equilibrado) ainda é muito marcante para o conforto. O melhor que os ecologistas (em oposição ao movimento de justiça ambiental) parecem ser capazes de oferecer é algum retorno a uma urbanização regulada pelas restrições metabólicas de um mundo biorregional como supostamente existiu no que eram realmente pestilentes e poluídos medievais ou antigos tempos, ou uma dissolução total das cidades em comunas descentralizadas ou entidades municipais nas quais, acredita-se, a proximidade com alguma qualidade ficcional chamada "natureza" nos predisporá a linhas de ação consciente (em oposição à forçada) que respeitarão as qualidades de o mundo natural que nos rodeia (como se decantar tudo das grandes cidades para o campo garantisse de alguma forma a preservação da biodiversidade, das qualidades da água e do ar etc.). *E muito do que se passa por ecologicamente sensível nos campos da arquitetura, urbanismo e teoria urbana não passa de uma concessão à moda e àquela estética burguesa que gosta de realçar o urbano com um pouco de verde, uma pitada de água e um vislumbre do céu.* (Harvey, 2004, p. 41-42, tradução nossa, grifo nosso)

Podemos destacar que os bairros mais pobres das cidades citadas, como em grande parte do restante do Brasil, há pouco aparatos sociais, se compararmos estes bairros periféricos com os centros e os bairros mais ricos. Nas periferias

urbanas o máximo que temos para o lazer das pessoas mais pobres são praças (obras públicas que dão muita visibilidade política).

Indo em direção a este pensar sobre as cidades amazônicas como espaços de violência simbólica, vemos que há uma dificuldade de ocupação de alguns espaços públicos que são extremamente demarcados simbolicamente, como o Teatro da Paz, em Belém; como o Teatro Amazonas, em Manaus; como o cinema, em Araguaína; entre muitos outros exemplos que poderíamos oferecer aqui.

A demarcação simbólica dos espaços faz com que os preconceitos contra os mais vulneráveis somente aumentem. Na Amazônia, os grupos subjugados economicamente, racialmente, socialmente, politicamente etc acabam por se tornarem ainda mais fragilizados e vulneráveis (Rodrigues, 2015, 2019). Porto-Gonçalves nos diz que:

As ameaças que pairam sobre esses povos [indígenas] são as mesmas que pairam sobre os afroamazônidas, sobre os camponeses e sobre seus parentes que vivem precariamente nas periferias urbanas. É a mesma dinâmica do sistema mundo capitalista moderno-colonial que afeta a todos. A visão colonial de reservar/resguardar, de criar reservas/resguardos, vem condicionando as próprias reivindicações dos povos indígenas com a crença de que, "uma vez que a integridade territorial esteja intacta", estariam protegidos. Há uma agenda política que vem se consagrando que aceita essa premissa de separar/resguardar terras indígenas e as áreas de proteção natural que, no fundo, não enfrenta as causas que vêm ameaçando todas as formas de vida e os grupos/classes sociais em situação de subalternização, embora seus efeitos também acabem por atingir a todos, sem exceção – ainda que de modo desigual, segundo suas geografias e condição social. (Porto-Gonçalves, 2018, p. 98).

A pesquisadora Edna Castro também pensa, como nós, que as políticas de

desenvolvimento dos espaços amazônicos são violentas:

As práticas que acompanham as políticas de desenvolvimento são marcadas pela violência, imperativas, autoritárias e monolíticas. Justamente por serem processos que alteram o uso da terra com deslocamentos forçados de populações no campo e também de pequenas cidades. Os grandes empreendidos se incrustam nos territórios já ocupados, mas funcionam com lógica e práticas privadas. Têm o poder de influenciar a formulação e a aprovação de dispositivos legais que favoreçam seus interesses sobre o território. (Castro, 2020, p. 184, grifo nosso).

E tomando como pensamento que a Amazônia Legal detém uma grande parte do norte e nordeste do país, podemos compreender os interesses de diferentes grupos pelos mais variados tipos de exploração dos produtos naturais da região, como bem vimos na enlouquecida corrida ao ouro na Serra Pelada, em Curionópolis, no sudeste do Pará, na década de 1980.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber no texto, as cidades amazônicas brasileiras atuais exacerbam as exclusões espaciais, traços de uma história marcada por cidades construídas para as elites. As cidades tornaram-se espaços de contínua exclusão social, econômica e simbólica, relegando aos mais vulneráveis as margens e os espaços pouco cuidados.

Vale pensar que é a partir da realidade que criamos subjetividades, marcamos os espaços simbolicamente como lugares de “ricos” e de “pobres”, ocupados ou não, com valor social ou não. Neste sentido, o planejamento de nossas cidades amazônicas vem seguindo a lógica da exploração dos recursos naturais, do capitalismo e do neoliberalismo, revelando-se como lugares de profundas

exclusões dos grupos mais maltratados socialmente.

Vemos que ainda temos que romper muitas assimetrias sociais, buscando desvelar e acabar com situações de violência simbólica² contra os mais vulneráveis, restabelecendo as cidades como espaços para todos os grupos sociais que a habitam. E o planejamento das cidades e de seus espaços pode ser uma dessas possibilidades de redução das desigualdades, pois o pertencimento à cidade é um aspecto que faz com que o indivíduo se sinta integrado aos espaços urbanos e não discriminados por eles ou até mesmo excluído deles.

Acreditamos que uma alternativa possível para deixar ver os mecanismos excludentes e desiguais do planejamento e da ocupação dos espaços urbanos das cidades seja interrogar as instituições, interrogar os discursos e as práticas urbanas de nossas cidades a partir das tecnologias de poder empregadas. E isso pode ser bastante construtivo. Pois não podemos cair no perigo de naturalizar um discurso excludente por meio dos espaços urbanos, mas devemos lutar por voz para os relatos alternativos aos discursos hegemônicos de poder.

A discussão em torno das relações assimétricas de poder que envolvem o planejamento e a execução de obras públicas em nossas cidades amazônicas pode auxiliar a ressignificar as relações de poder a partir de uma ocupação mais igualitária dos espaços das cidades, transformando os espaços urbanos em lugares para todos.

Por fim, compreendemos que o direito de todos os grupos sociais à cidade coloca-se, portanto, como uma relevante questão de redução das desigualdades, principalmente as desigualdades simbólicas impostas por constructos culturais, sociais e econômicos. Portanto, o poder público das cidades deve promover políticas públicas para acabar com as barreiras simbólicas urbanas para os mais

vulneráveis. Assim, as cidades devem ser construídas a partir de um entendimento de que todos podem aproveitar de seus espaços e que elas não podem contribuir com a exclusão e o aumento da violência contra os mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia(s):** pequenas inflexões sobre grandes abacaxis. 1. ed., Marabá: Iguana, 2020.

BORGES, Thelma Pontes; RODRIGUES, Wallace. Introdução: reflexões sobre o direito de todos à cidade. In: **Cidade para diversidade.** Thelma Pontes Borges, Wallace Rodrigues (orgs.). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, 2022.

CASTRO, Edna. Memórias do trabalho na fronteira: as marcas coloniais da produção de ferro-gusa em Açaílândia (MA). In: **Amazônia:** apontamentos de história oral. Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (orgs.). Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, p. 149-190.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain em 1981 –Trad. Santos. Berten entrevista Foucault (1981). **Clinicand.** Abril 15, 2018 por Anderson dos Santos. Disponível em: <http://clinicand.com/2018/04/15/entrevista-a-com-michel-foucault/>. Acesso em: 6 maio 2023.

FREIRE, Paulo. Ensinar, Aprendendo. IN: **O Comunitário.** Publicação da Escola Comunitária de Campinas. Março de 1994, v. 38, n. 6, p. 5-9. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3010>. Acesso em: 5 maio 2023.

HARVEY, David. **Megacities Lecture.** Amersfoort. The Netherlands: Twynstra Gudde Management Consultants, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Bolívia, IPDRS/CIDES-UMSA, 2018.

RODRIGUES, Wallace. **O processo de ensino-aprendizagem Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais.** Universiteit Leiden. Doutorado em Humanidades, 2015, 240f.

RODRIGUES, Wallace; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; MILLER, Michol. Decolonizing English language teaching for Brazilian Indigenous peoples. **Educação & Realidade.** UFRGS, v. 44, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623681725> Acesso em: 10 fev. 2024.

TOMELIN JR., Nelson. Trabalho, memória e direito à cidade no interior da Amazônia brasileira (Coari, décadas de 1980 à 2000). In: **Amazônia:** apontamentos de história oral. Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (orgs.). Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, p. 191-236.

TRINDADE, José Raimundo. A disputa social da cidade. **A Terra redonda.** [S. l.], 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-disputa-social-da-cidade>. Acesso em: 6 maio 2023.



WALACE RODRIGUES

Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de

Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins - GESTO, CAPES/CNPq.

NOTAS

¹ Tradução nossa de “In recent years, however, some attention has begun to be paid, particularly by environmentalists of a more managerial persuasion, to the question of ‘sustainable’ cities and more environmentally friendly forms of urban growth and change. But the separation of urban from environmental analyses (and a cloying nostalgia for the rural and its supposedly well#balanced sense of community) is still far too marked for comfort. The best that the ecologists (as opposed to the environmental justice movement) seem to be able to offer is either some return to an urbanization regulated by the metabolic constraints of a bioregional world as it supposedly existed in

what were actually pestiferous and polluted medieval or ancient times, or a total dissolution of cities into decentralised communes or municipal entities in which, it is believed, proximity to some fictional quality called ‘nature’ will predispose us to lines of conscious (as opposed to enforced) action that will respect the qualities of the natural world around us (as if decanting everyone from large cities into the countrysides will somehow guarantee the preservation of biodiversity, water and air qualities, and the like). And far too much of what passes for ecologically sensitive in the fields of architecture, urban planning and urban theory amounts to little more than a concession to trendiness and to that bourgeois aesthetics that likes to enhance the urban with a bit of green, a dash of water, and a glimpse of sky.”

² Aqui compreendemos violência simbólica pela via dos estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que reflete sobre esta forma de violência que se dá por meio da linguagem, das classificações, das nomeações etc, reforçando desigualdades sociais estruturais, marcando espaços sociais, delimitando papéis e comportamentos sociais e reforçando discursos estigmatizantes. No Brasil, a frase “Você sabe com quem está falando?” revela, por exemplo, uma clara violência simbólica.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGLLitP-UFNT e CAPES/CNPQ.

Sujeito e subjetividade: perspectivas teóricas e epistemológicas para a pesquisa em educação

Subject and Subjectivity: theoretical and epistemological perspectives for educational research

Adriana Ziemer Gallert^a

^aProfessora Universitária e Consultora Educacional. E-mail: adrianagallert@gmail.com

Resumo: O presente artigo integra o referencial teórico da tese de doutorado “A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação” (Gallert, 2016). A discussão sobre o conceito de sujeito parte da compreensão etimológica da palavra, resgata perspectivas teóricas e epistemológicas e aprofunda com a abordagem da Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey. Entender o sujeito e a subjetividade a partir desta abordagem teórica implica rescindir-se de dicotomias como razão e emoção, social e individual, consciente e inconsciente. Implica romper com o paradigma dominante da racionalidade, da fragmentação e do determinismo, a fim de analisar e compreender as pessoas e os contextos sociais em que convivem a partir do processual, do indissociável, do provisório, do imprevisível e do contraditório, na perspectiva de uma abordagem complexa, sistêmica, histórica e cultural sobre a subjetividade e o sujeito. Este referencial fundamentou a realização da pesquisa sobre a constituição subjetiva de um professor que, mesmo em meio ao contexto desafiador e complexo dos seus espaços de atuação profissional, vivia a docência de maneira propositiva e ativa, possibilitando analisá-lo na perspectiva do conceito de sujeito.

Palavras-chave: Sujeito; Subjetividade; Teoria da subjetividade; Professor; Pesquisa em educação.

Abstract The present article integrates the theoretical framework of the doctoral thesis "The subjective constitution of the teacher as a subject of their action" (Gallert, 2016). The discussion on the concept of subject starts from the etymological understanding of the word, recovers theoretical and epistemological perspectives and deepens with the approach of the Theory of Subjectivity, by Fernando González Rey. Understanding the subject and subjectivity from this theoretical approach implies renouncing dichotomies such as reason and emotion, social and individual, conscious and unconscious. It implies breaking with the dominant paradigm of rationality, fragmentation, and determinism, in order to analyze and understand people and the social contexts in which they live from the perspective of the processual, the inseparable, the provisional, the unpredictable, and the contradictory, in the perspective of a complex, systemic, historical, and cultural approach to subjectivity and the subject. This framework grounded the research on the subjective constitution of a teacher who, even in the challenging and complex context of their professional spaces, lived teaching in a proactive and active way, making it possible to analyze them from the perspective of the concept of subject.

Keywords: Subject; Subjectivity; Theory of subjectivity; Teacher; Educational research.

Submetido em: 29/11/2024.
Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o conceito de sujeito apresentadas neste artigo integram o referencial teórico da tese de doutorado “A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação” (Gallert, 2016). A pesquisa teve por objetivo analisar a constituição subjetiva do professor que se configura enquanto sujeito da sua ação. Assumimos a compreensão do conceito de sujeito a partir da Teoria da Subjetividade, de González Rey (2004a, 2005a, 2007, 2010, 2014), ou seja, a pessoa capaz de gerar um espaço próprio de subjetivação em suas diferentes atividades humanas. Adotamos procedimentos metodológicos alicerçados na Epistemologia Qualitativa, elaborada pelo mesmo autor (González Rey, 1997, 2002, 2005b, 2010, 2014), a partir dos seguintes princípios: o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento; o caráter dialógico da investigação; e o valor do estudo de casos singulares como instância legítima de produção do conhecimento.

Realizamos a pesquisa em uma escola pública de Ensino Médio, em Palmas – TO, com o estudo de caso de um professor, a quem denominamos de Nícolas, selecionado a partir do acompanhamento de um grupo de docentes. No processo metodológico de construção das informações realizamos dinâmicas conversacionais, observações, discussão em grupo, completamento de frases, Diário e Linha do Tempo. A construção interpretativa possibilitou compreender a constituição subjetiva do Professor Nícolas a partir de elementos subjetivos que o configuravam no seu momento atual. Os elementos subjetivos da sua constituição possibilitaram compreendê-lo na perspectiva do conceito de sujeito, ou seja, “ser sujeito expressa uma qualidade subjetiva da pessoa no curso da ação. O sujeito é aquele indivíduo ou grupo que é capaz de gerar um caminho alternativo de subjetivação dentro do espaço normativo

institucional em que atua” (Mitjáns Martínez; González Rey, 2017, p. 58).

Partindo desta contextualização sobre a pesquisa que desenvolvemos, cujos resultados são brevemente mencionados neste artigo¹, apresentamos uma discussão teórica sobre o conceito de sujeito. Começamos com a compreensão etimológica da palavra, após resgatamos perspectivas teóricas e epistemológicas e seguimos com o aprofundamento do conceito na Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey.

2 O CONCEITO DE SUJEITO: COMPREENSÃO ETIMOLÓGICA

Quando estudamos um conceito nos surpreendemos com as várias nuances de significados dos distintos olhares que se debruçam na elaboração de explicações sobre a sua compreensão. Tais explicações não acontecem no vazio, mas estão inseridas em contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que os autores se situam.

Assim, ao buscarmos compreender a constituição subjetiva do professor enquanto sujeito no seu contexto de atuação profissional, tomamos como ponto de partida a compreensão do conceito de sujeito, assunto que é abordado em várias áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras.

Iniciamos o nosso percurso teórico com a compreensão etimológica. Encontramos que a palavra sujeito deriva do latim *subjectu*, sendo definida com os seguintes significados:

Subjectu ('posto debaixo'). 1. Súdito. 2. Escravizado, cativo. 3. Obrigado, constrangido, adstrito. 4. Que se sujeita à vontade dos outros; obediente, dócil. 5. Dependente, submetido. [...] (Ferreira, 2004, p. 1892).

Em outro dicionário encontramos significados semelhantes:

1. Que se sujeitou ao poder do mais forte; súdito.
2. Que se conforma; que se deixa guiar por alguém ou por alguma coisa.
3. Domado, escravizado, cativo; que não tem vontade própria.
4. Dependente, submetido, comprometido a obedecer [...]. (Larousse Cultural, 1999, p. 847).

Conforme Gaulejac (2004/2005), essa compreensão do conceito de sujeito está relacionada com o momento histórico da sociedade medieval, período em que a força física de dominação e poder entre as classes sociais era um fator determinante no papel que cada pessoa assumia no seu contexto.

Etimologicamente, segundo o dicionário histórico de língua francesa, o termo sujeito vem do latim *subjectus* [...]. “*Sub*” marca a posição inferior e “*jacere*”, o sentido de jogar fora. Encontramos o termo no antigo francês *sugéer*: manter na submissão ou, ainda, *sougire* que significa submeter pela força das armas ou de outro modo. O termo remete, portanto, inicialmente à ideia de submissão. Ele se aplica a uma pessoa submissa à autoridade de uma outra. Daí vem o uso de sujeito do rei, do senhor que remete ao status de vassalo e de justiciável, portanto, de sujeitado ao poder legal. A sujeição evoca a ação de colocar sob, diante, em seguida de”, que encontramos nos termos vizinhos de submissão e de sujeição, isto é, da situação de uma pessoa submetida a uma autoridade coercitiva ou soberana. (Gaulejac, 2004/2005, p. 73).

As abordagens que o autor apresenta, apesar de se situarem no contexto francês, coincidem com os significados que encontramos nos dicionários da Língua Portuguesa. Além disso, suas colocações nos fazem refletir sobre como um conceito muda o seu significado no decorrer da história, no processo das transformações que

acontecem na sociedade e nas relações entre as pessoas. No período da Idade Média as relações hierárquicas entre as classes sociais eram mais visíveis, sendo que o conceito de sujeito traz essa ideia na sua constituição histórica. A ideia do súdito, da pessoa que obedecia às ordens do seu superior, caracterizou a maneira como aconteciam as relações sociais nesse período histórico da humanidade.

Entretanto, considerando as características da sociedade contemporânea, atualmente o conceito de sujeito sofre alterações e assume outros significados. Apesar das mudanças, a situação de submissão ainda se faz presente, porém de maneiras diferentes em relação ao período da Idade Média. Podemos dizer que a submissão atualmente talvez seja mais sutil, ideológica e simbólica, explicitando questões sociais, culturais, econômicas, políticas, dentre outras. E, nessa perspectiva, atualmente torna-se incoerente dizer que uma pessoa submissa é um sujeito. O adequado, no atual contexto, seria dizer que a pessoa que aceita e assume uma postura de submissão torna-se sujeitada a algo ou a alguém.

Tomando ainda como referência as definições dos dicionários, Ferreira (2004, p. 1892) define sujeito da seguinte maneira: “ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticando ações”. Nesse contexto, a definição do conceito assume uma abordagem paradoxal em relação ao significado etimológico da palavra. Ao analisar esse paradoxo, Tomanik (2009) argumenta que:

[...] temos, aí, uma primeira contradição: a palavra ‘sujeito’ pode ser usada tanto para indicar alguém que está submetido a um poder externo, quanto o oposto, alguém capaz de agir de forma independente. (Tomanik, 2009, p. 35).

Frente a isso, Tomanik afirma ainda que estudar o conceito de sujeito “é penetrar em um território inóspito e

tenebroso" (Gaulejac, 2005, p. 33), pois as divergências de ideias entre os autores constituem uma das características principais dessa discussão teórica.

Outra reflexão importante encontramos em Coelho (2009) quando, ao analisar diferentes concepções do conceito de sujeito e suas repercussões nas concepções de aprendizagem que norteiam as práticas docentes, argumenta que

Diferentes conjuntos de termos eram/foram/são utilizados na tentativa de captar a complexa peculiaridade que a noção de sujeito encerra. No senso comum, *sujeito* alinha-se com *indivíduo, pessoa, eu*. Na tradição filosófica, encontramos as expressões *alma, ser, espírito*, que na tradição psicológica se tornam *consciência, mente, personalidade, self*. Na Pedagogia, reiteradamente aparece complementado pelos verbos que indicam os processos característicos do contexto educacional. Fala-se, assim, do *sujeito do aprender* e do *sujeito do ensinar*. Independente da tradição que as utiliza, as expressões procuram traduzir uma noção humana específica, em que, evidentemente e de alguma forma, subjetividade e sujeito se implicam. (Coelho, 2009, p. 33, grifos da autora).

Frente às várias possibilidades de análise e estudo do conceito de sujeito, a autora nos coloca frente ao desafio da opção epistemológica no processo investigativo. Quando pesquisamos é imprescindível explicitar as escolhas teóricas que fundamentam a maneira como compreendemos o nosso problema de pesquisa. Este posicionamento do pesquisador relaciona-se com a compreensão epistemológica que assume na sua investigação. Assim, na sequência apresentamos a discussão que fundamentou a opção epistemológica do conceito de sujeito na nossa pesquisa sobre a constituição subjetiva de professores no cotidiano da sua profissão.

3 O CONCEITO DE SUJEITO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Dando sequência, apresentamos as referências teóricas que assumimos em relação ao conceito de sujeito, discutindo inicialmente as contradições, convergências e divergências a partir da crise epistemológica do século XX. Esse século se caracterizou por importantes críticas e reflexões sobre as demarcações do campo científico, constituindo um processo de transição com questionamentos em relação ao paradigma dominante na época.

O processo histórico da Ciência, do século XVI ao XIX, se encaminhou na perspectiva de consolidar o modelo da racionalidade como paradigma dominante (Santos, 2008). Tal modelo referendou a ciência moderna calcada em princípios de comprovação, verificabilidade, quantificação e generalização dos conhecimentos. Essa perspectiva buscava blindar os conhecimentos científicos inclusive em relação ao próprio pesquisador, pois sua participação deveria ser totalmente imparcial, minimizando e neutralizando suas influências para que os resultados fossem verdadeiros e confiáveis.

Esses princípios faziam parte inicialmente da área das Ciências Naturais, a qual resumia o que era considerado como Ciência até o século XIX. Os demais conhecimentos eram considerados como

[...] formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (Santos, 2008, p. 21).

Assim, valorizava-se aquilo que poderia ser quantificável e o que apresentava regularidades e ordem, possibilitando a formulação de leis e regras

que pudessem ser generalizadas, testadas e validadas por outros cientistas. Tais pressupostos assentavam-se ainda na redução da complexidade, sendo necessário “dividir e classificar para depois poder determinar as relações sistemáticas entre o que se separou” (idem, p. 28).

Inserida nesse contexto, a área das Ciências Sociais, emergente a partir do século XIX, para ser aceita socialmente e validada com o status de científica, fundou-se a partir dos princípios da racionalidade. Nessa perspectiva, seu processo de elaboração do conhecimento se assentou em procedimentos mecanicistas, deterministas e positivistas (Santos, 2008). Tais procedimentos se pautavam em circunstâncias como, por exemplo: havia uma preocupação centrada na elaboração dos instrumentos de coleta dos dados e nos procedimentos de análise, garantindo a confiabilidade dos resultados e as possibilidades de generalização; a quantificação dos resultados era mais valorizada em relação às reflexões e à produção teórica do pesquisador; a imparcialidade na produção teórica era importante a fim de garantir o distanciamento do pesquisador e a validade dos conhecimentos sistematizados.

Tal situação trouxe sérias consequências para as Ciências Sociais, pois a despersonalização dos conhecimentos em uma área que aborda diretamente as questões humanas e sociais possibilitou apenas uma aproximação parcial dos temas estudados. Os fatos, as situações e os problemas analisados abordavam dimensões externas, observáveis e mensuráveis, sendo desconsiderados os aspectos culturais, sociais e subjetivos, pois eram imprevisíveis, complexos e inviabilizavam a objetividade dos conhecimentos científicos da época. Assim, a exigência da neutralidade científica do pesquisador fez com que a Ciência se constituísse como uma ciência sem sujeito. Conforme

argumentam González Rey e Mitjáns Martínez (2016, p. 6),

La visión de una ciencia objetiva, natural, empírica e instrumental llevó a la emergencia del positivismo en el siglo XIX. Este fue el resultado de un proceso que, gradualmente, llevó a una visión única de ciencia que, regida por principios universales, sacralizó e ideologizó el carácter empírico, instrumental y objetivo de la empresa científica. En el plano ontológico, tal concepción representó una negación radical de la subjetividad que, implícitamente, pasó a ser asociada con lo imperfecto de la condición humana. Se fue desarrollando una representación de hombre exitoso que integró muchos de los puntos débiles del eufemismo occidental del progreso. Esto es, el carácter machista, frío, calculador, objetivo, capaz de dominar sus emociones, como los atributos que debían integrar a ese hombre de éxito. De esta manera, la ciencia fue despojada de su carácter humano y la subjetividad fue excluida de todos los dominios institucionales occidentales. (González Rey; Mitjáns Martínez, 2016, p. 6),

Entretanto, a história é um processo vivo e em constante movimento. Além disso, a história da Ciência também é humana, isto é, os cientistas são seres humanos que vivem, sentem, pensam e sistematizam suas teorias imbricadas na constituição da sua subjetividade. Seu envolvimento com os temas que elegem e selecionam para a realização das suas pesquisas não acontece por acaso, mas inserido no contexto da sua emocionalidade, sua historicidade e dos seus interesses pessoais e sociais. Entendemos os processos históricos da Ciência nessa perspectiva fundamentados também em González Rey (2004a) quando argumenta que

[...] As posições racionais do ser humano são, na realidade, produções de sentido, na medida em que se organizam sobre a base dos interesses e necessidades relacionados aos

contextos desde os quais atua, e a partir de suas histórias nesses contextos. Isso situa no centro da potencialidade mobilizadora da razão uma emocionalidade comprometida com uma história e com uns valores que não são iguais para cada nação, grupo social, família ou pessoa que se situam em culturas diferentes. A razão está subordinada a uma produção histórica de sentidos e não ao contrário. (González Rey, 2004a, p. 130)

Assim, os movimentos da história científica não são lineares e imparciais, mas são contraditórios, complexos, subjetivos e desafiadores devido aos diversos posicionamentos que os cientistas assumem frente às ideias que defendem. Com isso, imbuídos desse processo humano e social, os princípios da racionalidade foram questionados pelos próprios pesquisadores da área das Ciências Naturais, e o paradigma dominante começou a atravessar uma profunda crise. Conforme Santos (2008), esse movimento científico aconteceu em virtude das seguintes condições sociais e teóricas decorrentes das descobertas que esses pesquisadores defenderam:

Como primeira condição, explica que “[...] a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (idem, p. 41). Nessa abordagem o autor destaca a importância do físico Albert Einstein em relação a questionar o rigor das leis de Newton e defender a ideia da relatividade e da simultaneidade de acontecimentos observados e pesquisados pelos cientistas;

A segunda condição teórica apresentada por Santos (2008) foram as ideias defendidas pela mecânica quântica, destacando que os físicos “Heisenberg e Bohr demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar” (p. 43), inserindo os

princípios da incerteza e da probabilidade como pilares do conhecimento científico;

A terceira condição da crise do paradigma dominante foram as investigações do matemático Kurt Gödel que defendeu “o teorema da incompletude (ou do não complemento) e os teoremas sobre a impossibilidade, em certas circunstâncias, de encontrar dentro de um sistema formal a prova de sua consistência”, mostrando que, “mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível formular proposições indecidíveis, proposições que se não podem demonstrar nem refutar” (Santos, 2008, p. 45);

E a quarta condição Santos (2008) situa nas investigações do físico-químico Ilya Prigogine, que defendeu a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através de flutuações em sistemas abertos, argumentando que

A importância desta teoria está na nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compaginável com a que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, a história; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade, a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (Santos, 2008, p. 48).

Dessa maneira, a crise do paradigma da racionalidade trouxe a inserção do sujeito e da subjetividade com caráter de científicidade nas inúmeras possibilidades da sua contribuição frente à compreensão de problemas complexos. Nessa perspectiva, entendemos que um dos questionamentos que emerge como possibilidade investigativa é o próprio conceito de sujeito que, inserido na trama complexa do percurso histórico da Ciência, foi abordado a partir de diferentes enfoques. Esse percurso histórico conceitual é analisado na trajetória da Psicologia em várias publicações de

González Rey (1997, 2004a, 2005b, 2009a, 2011a, 2013a), concluindo que

La idea de sujeto racional, transparente y consciente, que tanto peso tuvo en la cultura romántica y humanista, entró, así, en crisis. Sin embargo, la crítica a las posiciones individualistas en relación al sujeto, en lugar de conducir a nuevas formas de pensarla, lo excluyeron, primero en nombre de la estructura y después, con el advenimiento del post-estructuralismo, en nombre de las prácticas discursivas. Sujeto, subjetividad, conciencia, o cualquier proceso que apuntara al carácter generador de la persona, quedaron excluidos del repertorio de las ciencias sociales. (González Rey, 2013a, p. 23).

Nessa perspectiva, a mudança no enfoque do conceito de sujeito, como possibilidade de compreendê-lo acerca do processo de vir a ser, valorizando o caráter gerador do próprio sujeito, trouxe uma contribuição importante no percurso dessa construção teórica. Compreender que ser sujeito não é algo dado, ou algo explicado de maneira generalizada e padronizada, trouxe o legado da construção teórica de autores que se dedicaram a analisar a temática a partir da singularidade e dos contextos sociais e culturais implicados nesse processo.

Um dos autores que defende essa perspectiva é o sociólogo e historiador francês Alain Touraine (1925 – 2023) que, a partir dos seus estudos sobre a sociedade pós-industrial, busca substituir uma sociologia do sistema social por uma sociologia do ator (Touraine, 1998, 2004). Discute que, a partir das transformações provocadas pela modernidade, com o desenvolvimento capitalista e a revolução industrial, as pessoas se tornaram mais individualistas no sentido de traçar o seu “caminho individual, isto é, combinando [sua] participação no mundo planetário das técnicas, dos mercados e do consumo, com a defesa das orientações culturais

recebidas ou criadas” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 9)².

Nessa perspectiva, no processo de construção da sua teoria, na década de 1970 defendia o conceito de ator social, como uma crítica à análise da sociedade do indivíduo. Entretanto, a partir de 1990 passou a compreender que havia a necessidade de discutir sobre o processo de passagem do ator social para o sujeito. Foi nesse contexto que incluiu o conceito de sujeito, conforme explica:

O ator social era caracterizado pelo primado absoluto da esfera pública sobre a do privado e também pela inserção do lugar das lutas na primeira esfera, e isso, frequentemente, em detrimento da segunda. Atualmente, a vida privada apresenta uma importância capital para o sujeito: não que se trate para ele de confinar-se nesse local, mas porque lhe é conveniente encontrar uma tradução adequada da vida privada no espaço público. A articulação entre o privado e o público torna-se essencial e dá sentido a novas formas de mobilização social. [...] O sujeito é, por isso mesmo, mais “realista”, bem mais “pé no chão” do que o ator social [...], o sujeito está solidamente ancorado na vida cotidiana. Esse aspecto do sujeito, seu enraizamento na vida privada e sua aspiração a dar sentido a essa vida, articulando a experiência privada à pública e, como retorno, lendo o público a partir das referências concretas do privado, é seu traço distintivo. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 19).

Nessa colocação percebe-se que os argumentos do autor indicam sua crítica em relação a uma leitura da sociedade e dos sujeitos que centraliza o viés de análise na organização política e econômica. Ele busca romper com essa visão enfatizando que, na sua discussão sobre o conceito de sujeito, os aspectos políticos e econômicos não são desconsiderados, mas passam a fazer parte da vida privada e não somente da vida pública do cidadão. O sujeito está, então, na articulação entre o público e o privado (Touraine, 1998; Touraine; Khosrokhavar, 2004). Assim, critica as

teorias que centralizam suas explicações sobre o sujeito nas questões de poder e na divisão do trabalho, argumentando que

Nossa capacidade de agir sobre nós e sobre nosso ambiente não cessa de aumentar, para o melhor ou para o pior. As décadas passadas acreditaram nas leis da natureza humana ou naquelas da sociedade e produziram uma caça ao sujeito. Hoje mesmo, procura-se por todos os lados convencer-nos de que o sistema econômico internacional tem uma lógica irresistível. Afirmamos o contrário: os fatores não-econômicos, em particular a inovação e a educação, têm efeitos bastante favoráveis para o crescimento. Da mesma maneira, as causas das crises econômicas regionais são muito mais internas, sociais e políticas do que exteriores. As margens de escolha aumentam. Temos a necessidade de uma sociologia da ação, como eu dizia no início de minha vida profissional, de uma sociologia do sujeito, digo hoje, dando muito mais importância à ética do que à política; uma política que se vê, por outro lado, ultrapassada pela economia globalizada e pela irrupção de técnicas. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 12-13).

Ao apresentar discussões nessa perspectiva, Touraine destaca os movimentos contraditórios e complexos da constituição do sujeito, levantando questionamentos como: “a grande questão não é mais: ‘como funciona uma sociedade?’; mas sim: como um indivíduo e/ou um grupo podem criar, manter e transformar sua singularidade, ao mesmo tempo em que guardam valores universalistas?” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 28). E questiona adiante: “[...] como sobreviver pessoalmente num mundo que destroi a individualidade, a autonomia?” (p. 35). Tais argumentos evidenciam uma busca pela compreensão do sujeito na relação indissociável entre circunstâncias individuais e sociais, as quais estão constantemente imbricadas, constituindo o sujeito e sendo por ele

constituídas. Com isso, comprehende que o processo de tornar-se sujeito acontece por meio da

[...] capacidade de refletir sobre si próprio para poder reconhecer-se na vida que cada um leva, que nos é imposta pelo nascimento, pelo desemprego, pela televisão, pelos poderes, etc. Poder reencontrar-se na vida, fazendo de modo que minha vida seja a *minha vida*. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 36, grifo do autor).

A partir desses argumentos inferimos que Touraine enfatiza a importância e necessidade de liberdade do sujeito em relação à organização social, tendo condição de refletir sobre si com autonomia, apesar de estar inserido em um sistema que pressiona e impõe diversas ideologias. Assim, o que Touraine (1998; 2004) mostra no processo de construção da sua teoria, é que antes defendia somente o conceito de ator social, porém percebeu uma incompletude nessa abordagem que precisava de uma explicação sobre o *a priori* desse momento: “Num primeiro momento, lutei durante 30 anos para defender a ideia do ator, mas hoje me parece muito mais pertinente insistir na ideia de sujeito, pois só é ator quem se constitui como sujeito de sua própria vida e de seus atos” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 107).

Considerando as abordagens apresentadas, entendemos que Touraine contribui com o desenvolvimento teórico do conceito de sujeito em uma perspectiva complexa e sistêmica. Entretanto, apesar das suas contribuições, consideramos que González Rey, ao desenvolver a Teoria da Subjetividade, avança e contribui com um maior aprofundamento ao investigar sobre o potencial do caráter gerador da subjetividade. Assim, na sequência apresentamos algumas abordagens desta teoria, com os conceitos que subsidiaram as análises da nossa pesquisa sobre a constituição subjetiva de professores no complexo contexto da docência.

4 SUJEITO E SUBJETIVIDADE: A TEORIA DA SUBJETIVIDADE, DE GONZÁLEZ REY

Compreendemos que o aprofundamento teórico sobre o sujeito e a subjetividade se apresenta como uma das importantes contribuições do psicólogo cubano González Rey (1949 – 2019)³, que desenvolveu a Teoria da Subjetividade desde a década de 70. A partir de investigações nas áreas da saúde, da psicologia e da educação, essa teoria se constitui em um referencial teórico e epistemológico para estudos e pesquisas de temas complexos, superando a visão fragmentada do sujeito no decorrer da história da psicologia. Assim, esse autor aprofunda a compreensão do conceito de sujeito na perspectiva das produções subjetivas que possibilitam o processo de constituir-se enquanto sujeito no percurso da vida social de cada pessoa.

Partindo da crítica e do questionamento acerca da visão positivista das pesquisas e dos estudos em Psicologia, o autor se posiciona assumindo como alicerces as abordagens da complexidade e da perspectiva histórico-cultural. Suas bases teóricas e fontes de inspiração assentam-se principalmente na Teoria da Complexidade (Morin, 1998, 2005; Morin; Le Moigne, 1999) e na psicologia soviética, com destaque para os trabalhos de Vigotsky (1983, 1987, 1997, 1998, 2003), além de “contribuições de outros autores soviéticos de diferentes tendências teóricas, tais como: Bozhovich, Abuljanova, Chudnovsky, Nepomniachaiya, Bratus, Asmolov, entre outros” (Rossato; Martins; Mitjáns Martínez, 2014, p. 38).

Entender o sujeito e a subjetividade a partir desta abordagem teórica implica rescindir-se de dicotomias como razão e emoção, social e individual, consciente e inconsciente. Implica romper com o paradigma dominante da racionalidade, da fragmentação e do determinismo, a fim de analisar e compreender as pessoas e os contextos sociais em que convivem a partir do processual, do indissociável, do

provisório, do imprevisível e do contraditório (González Rey, 2005b, 2011a, 2013a). Além disso, implica ainda compreender que as pessoas constituem-se no curso da sua história de vida, nas relações e interrelações com o outro, com a cultura, o contexto social, político, econômico da sua época e dos seus espaços sociais de convivência.

Partindo de tais pressupostos, González Rey (2004b) argumenta que:

O sujeito é um momento inseparável de uma teoria da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural, pois sem sujeito a subjetividade permaneceria a-sujeitada e substanciada em um plano intrapsíquico, o que não permitiria superar o essencialismo ao qual esteve associada a representação de subjetividade em algumas tendências do pensamento moderno, e que tanto dificultam, ainda hoje, o uso do termo. (González Rey, 2004b, p. 22).

Suas proposições evidenciam a necessidade de repensar esse conceito, superando os determinismos, os padrões apriorísticos e o transcendentalismo, para considerar as possibilidades e os desafios dos momentos reais e concretos vividos por cada pessoa, situações nas quais constituem e expressam a sua subjetividade. Nessa perspectiva, González Rey (2005b) sustenta sua teorização apresentando os diferentes momentos como o conceito de sujeito foi abordado na história da Psicologia, alguns dos quais já mencionamos anteriormente.

Inicialmente apresenta a influência das tendências filosóficas da modernidade, fundamentadas principalmente no racionalismo cartesiano, que firmaram a ideia do sujeito da razão, produtor de verdades absolutas e com capacidade de dominar o mundo e a si mesmo. Como oposição a essa ideia, a fenomenologia defendeu a ideia do sujeito transcendental, que “terminou por separar o homem da história e do seu mundo real” (González

Rey, 2005b, p. 221), pois teve como foco central a compreensão do homem a partir dele próprio, desconsiderando o contexto no qual estava inserido. Discordando dessas duas abordagens, o movimento pós-estruturalista criticou o racionalismo e o essencialismo, desenvolvendo uma psicologia dessubjetivada e sem sujeito, “que se tem caracterizado mais pelo empirismo de suas construções e pelo caráter metafísico de seus princípios universais, que pelo reconhecimento da processualidade” (González Rey, 2005b, p. 222).

Como contraponto a essas vertentes, González Rey (2005b) defende a importante contribuição do marxismo na elaboração das teorias psicológicas, pois,

[...] pela primeira vez, representa no pensamento filosófico o caráter histórico e social do homem, que supunha o trânsito de um sujeito universal, fechado dentro de um conjunto de categorias metafísicas, para um sujeito concreto, que mostra em sua condição atual a síntese de sua história social, não como acumulação, mas como expressão de uma nova condição. (González Rey, 2005b, p. 222).

Assim, assume como pressuposto epistemológico para o estudo da subjetividade a perspectiva histórico-cultural, fundamentada no marxismo, principalmente a psicologia soviética com os trabalhos de Vigotsky. A psique passa a ser analisada como um sistema complexo e em constante processo de desenvolvimento, centrando suas reflexões no sujeito, na sua história de vida e nos contextos sociais em que vive.

Nessa perspectiva, depreende-se, na compreensão do conceito de sujeito, que os momentos de imprevisibilidade, contradição, processualidade, tensão, conflito, dentre outros, são circunstâncias imbricadas na trama complexa das relações que se estabelecem no cotidiano, tecendo o processo de constituição

subjetiva singular e único como cada pessoa vive e se posiciona perante os desafios que se interpõem na sua vida. Tanto as situações complexas como as cotidianas demandam algum tipo de manifestação, sendo a expressão da constituição subjetiva singular em cada pessoa, constituinte e constituidora da maneira como as circunstâncias são vividas pelos grupos sociais e pelas pessoas. Considerando a complexidade como acontecem tais relações, González Rey (2004a) argumenta que:

O sujeito representa a possibilidade de particularização dentro dos processos normativos de toda a sociedade e, nesse sentido, está associado ao caráter processual e a tensão que caracterizam a vida social, marcando um processo suscetível de mudanças permanentes e inesperadas, e não um sistema submetido a leis supraindividuais que decidem o destino da história. (González Rey, 2004a, p. 149).

Na compreensão do autor, a relação entre o sujeito, a sociedade e o curso da história precisa ser compreendida a partir de uma análise que se aproxima da vida cotidiana, da imprevisibilidade das tensões e mudanças que ocorrem nas relações entre as pessoas a partir das situações do seu contexto. Defende que o sujeito é um ser humano ativo, situado no seu momento histórico e no espaço em que vive, atuando com o seu pensar, sentir, refletir e agir, interferindo na sociedade e sendo por ela provocado, em um movimento de recursividade. Reafirma esse pressuposto ao afirmar que:

Reconhecer a capacidade de tensão e ruptura do sujeito individual não significa libertá-lo de seu caráter social em seu papel de sujeito subjetivado. Pois seu caráter subjetivo, embora se desenvolva em vários campos de ação, se expressa como processo permanentemente que entra em contradição com a estabilidade relativa que resulta de sua configuração histórica. (González Rey, 2004a, p. 154).

Desse modo, compreender o sujeito significa aproximar-se do universo da sua singularidade, na indissociabilidade com o contexto social. O sujeito não toma decisões isoladamente, mas parte de uma leitura e de um entendimento do seu momento histórico e do seu contexto social. Suas ações repercutem no seu entorno e provocam mudanças no curso das situações vividas nos coletivos em que atua, assim como as intervenções dos outros também modificam, de forma dinâmica e processual, a constituição da sua subjetividade.

Nesse processo constante e ininterrupto de relações sociais que constitui o ser humano, González Rey (2010) argumenta que é sujeito

[...] a pessoa ativamente envolvida na delimitação e desenvolvimento de espaços pessoais dentro das atividades sociais que desenvolve. A pessoa como sujeito é capaz de se posicionar e de se confrontar a partir de seus projetos, pontos de vista e reflexões pessoais, sempre que esses processos representem produções de sentido subjetivo. O sujeito existe na tensão com o estabelecido. (González Rey, 2010, p. 11).

Considerando que o cotidiano da vida se configura por momentos diferentes, vividos tanto com situações rotineiras, como com desafios, tensões e problemas que requerem posicionamentos com uma intensidade maior ou menor de emocionalidade, a colocação do autor nos permite inferir que ser sujeito é algo vivido de forma inconstante pelas pessoas. Ou seja, as pessoas não são compreendidas como sujeito em todos os momentos da sua vida, pois nem sempre as situações vividas demandam posicionamentos que implicam sua emergência com posturas mais ativas.

Além disso, até mesmo as circunstâncias em que o confronto com ideais e projetos pessoais se faz presente, pode provocar ou não a emergência do

sujeito. Nesse processo, a pessoa pode “subordinar-se às várias ordens que caracterizam a institucionalização dos espaços em que se desenvolve, ou gerar alternativas que lhes permitam opções singulares dentro de sua socialização nesses espaços” (González Rey, 2004a, p. 149), situação relacionada com a maneira como se constitui a sua subjetividade. Tais manifestações podem acontecer quando a situação vivida provoca diferentes maneiras de ser, pensar, sentir e agir, gerando a produção de sentidos subjetivos, em um movimento de se colocar ou não como sujeito frente aos desafios do cotidiano.

A construção teórica desses argumentos do autor indica ainda que o sujeito, entendido como a pessoa ativa nos seus espaços de relação social, pode ser tanto aquele que evidencia explicitamente sua participação no plano da ação, como também aquele que é menos evidente em um grupo social. Isso porque há pessoas que são mais reservadas em momentos coletivos, mas que, em pequenos grupos ou mesmo individualmente, expressam ter iniciativa e articulação para resolver as demandas cotidianas da sua vida. Além disso, considerando que existem espaços de relações sociais repressivas, isso não significa que neles não haja a emergência do sujeito, pois esse processo acontece na processualidade dos sentidos subjetivos que cada pessoa produz de maneira articulada com os contextos sociais da sua convivência. Sobre essa perspectiva, o autor argumenta que

El sujeto puede no expresar procesos alternativos de subjetivación en sus prácticas cotidianas, pues entre los propios procesos de subjetivación y la práctica no se da una relación directa e inmediata; sin embargo, puede estar madurando, a nivel subjetivo, nuevas formas de acción dentro de los espacios sociales en que actúa, cuya expresión puede ser sorpresiva. Por tanto, en nuestra definición sobre la subjetividad destacamos al sujeto como una forma cualitativa

diferenciada de la persona, orientada a abrir espacios propios de prácticas y de procesos de subjetivación en los diferentes grupos e instituciones en los que actúa. (González Rey, 2011a, p. 215).

Depreendemos dessa reflexão que a compreensão de González Rey sobre o conceito de sujeito articula-se de maneira indissociável com a produção de sentidos subjetivos, os quais “[...] constituyen la organización simbólico-emocional que toma la experiencia vivida y se expresan en las más diversas manifestaciones humanas, pero nunca se develan en su integridad en ninguna de ellas tomadas por separado” (2011a, p. 208).

Frente ao exposto, compreendemos o quanto González Rey, no desenvolvimento da sua teoria, atribui uma importância significativa ao sujeito, pois sem ele não há produção de sentidos subjetivos. A subjetividade não existe sem o sujeito. Esse sujeito não é um objeto de estudo passivo, mas um ser que participa da sua própria história, que se constitui e é constituidor dos espaços sociais. Sobre isso, o autor argumenta que

Só o sujeito poderá decidir, dentro da complexidade de vivências e processos simbólicos produzidos nos cenários de sentido em que atua, o rumo de suas ações, as quais, desde o momento de sua decisão e durante todo o processo de consecução, se transformam em uma nova rota de produção de sentido. (González Rey, 2004a, p. 158)

Nessa perspectiva o sujeito assume um papel central, tanto nas questões de ordem individual quanto social, pois a maneira como as situações acontecem no cotidiano dos grupos sociais relaciona-se com a maneira como cada pessoa pensa, vive, sente, se manifesta, decide e encaminha suas ações. Esse processo se apresenta de maneira complexa e dinâmica, pois cada sujeito se constitui de

maneira única a partir da sua história de vida.

Tal abordagem teórica sobre o processo constitutivo do sujeito nos remete à compreensão de alguns conceitos basilares para a construção interpretativa das informações da nossa pesquisa (Gallert, 2016). Compreender o professor na perspectiva da constituição da sua subjetividade nos levou a construir hipóteses interpretativas sobre elementos que participavam da sua configuração subjetiva, sobre a qual González Rey (2005a) argumenta o seguinte:

[...] a categoria de configuração não se define por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal, senão que constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual. Precisamente, considero que o valor heurístico desta categoria está em sua elevada flexibilidade, e no fato de representar um elemento que se constitui no funcionamento de um sistema, pois as configurações são um elemento de sentido dentro do comportamento atual de um sistema subjetivo, seja este social ou individual e, ao mesmo tempo, podem alterar sua forma de organização ante a emergência de sentidos e configurações que passam a ser dominantes dentro do momento atual da ação do sistema. (González Rey, 2005a, p. 203-204)

Nessa perspectiva, nossa pesquisa não teve a pretensão de abranger a compreensão da totalidade da configuração subjetiva do professor com quem realizamos o estudo de caso. Isso porque o dinamismo, a fluidez e a flexibilidade da maneira como os sentidos subjetivos são produzidos e organizam-se provisoriamente no sistema da configuração subjetiva nos possibilita compreender parcialmente esse processo. Assim, a compreensão dos sentidos subjetivos enquanto “unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções

num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro" (González Rey, 2005a, p. 127), se apresenta como um processo complexo no estudo da subjetividade.

Na compreensão desse sistema, convém destacar que há uma relação indissociável entre os sentidos subjetivos e a configuração subjetiva. Os sentidos subjetivos, enquanto unidades simbólico-emocionais, são produzidos, elaborados e reelaborados continuamente pelo sujeito, de maneira consciente e inconsciente, sem que haja uma intencionalidade nesse processo (González Rey, 2005b). Sua constituição é fluída, dinâmica, imprevisível e provisória, sendo praticamente impossível ao pesquisador precisar exatamente quais são os sentidos subjetivos de um sujeito.

Entretanto, esse processo em constante movimento alcança certa estabilidade na constituição da subjetividade ao configurar-se enquanto núcleos subjetivos, os quais possibilitam a compreensão de produções subjetivas do sujeito em relação a certas circunstâncias que emergem no estudo de um caso. Assim, a organização sistêmica e processual desses núcleos nos indica a compreensão da configuração subjetiva, a qual apresenta uma estabilidade temporária e processual (González Rey, 2005b). Isso porque as circunstâncias da vida social podem provocar processos de mudança nos núcleos subjetivos que a constituem, reconfigurando o sistema subjetivo. González Rey (2005a) explica esse processo argumentando que:

As configurações subjetivas seriam as responsáveis pelas formas de organização da subjetividade como sistema, e elas são relativamente estáveis por estarem associadas a uma produção de sentidos subjetivos que antecede o momento atual da ação do sujeito e que pressiona a produção de sentidos de qualquer ação nova em termos da organização

do sistema. No entanto, a produção atual de sentidos subjetivos, que caracteriza os diferentes instantes da vida do sujeito dentro de seus diversos campos de atividade, nunca está determinada, a priori, desde a natureza da configuração subjetiva. Toda produção de sentidos subjetivos é o resultado da tensão entre os sentidos que aparecem no percurso da ação do sujeito e os sentidos que antecedem esse momento, a partir das configurações subjetivas implicadas em cada situação concreta dessa ação. (González Rey, 2005a, p. 35)

Assim, depreendemos da argumentação do autor, que esse processo não acontece de maneira isolada ou somente dentro da estrutura psicológica do sujeito. Ao invés disso, os processos subjetivos acontecem imbricados na relação indissociável entre o social e o individual, pois o sujeito é um ser social, histórico e cultural. Nessa perspectiva, González Rey (2013b) amplia a discussão da sua teoria apresentando os conceitos de *subjetividade social* e *subjetividade individual*, os quais se constituem mutuamente em processos contínuos de recursividade, ou seja,

Essa tensão permanente entre o indivíduo e os processos institucionalizados de sua vida social é a que apresentamos em nosso trabalho como a relação entre a subjetividade social e individual, onde uma nunca é externa a outra, emergindo de múltiplas maneiras, uma constituinte da outra, processo que acontece de forma singular tanto nos espaços sociais afetados por essas dinâmicas como nas pessoas que compartilham suas práticas no interior desses espaços. (González Rey (2013b, p. 182).

A compreensão desses dois conceitos, constituintes e constituidores das pessoas e das relações vividas nos espaços sociais, de maneira processual e recursiva, reafirmam o entendimento do sujeito enquanto ser humano situado no

seu contexto social, histórico e cultural. Assim, “a subjetividade individual indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto, ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação” (González Rey, 2002, p. 141). E a subjetividade social “apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (González Rey, 2005b, p.24).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que cada espaço de interação e de atividade humana se constitui por uma subjetividade social específica, pois neles atuam pessoas com subjetividades individuais singulares e únicas, as quais, no convívio com os demais, articulam-se recursivamente. Além disso, a subjetividade social se constitui de maneira diversa também em virtude das razões pelas quais as pessoas se reúnem, pois o mesmo grupo configura-se subjetivamente de maneiras diversas dependendo da situação que, em conjunto, está vivendo. As ações dos sujeitos, em um momento e local concretos, expressam suas experiências anteriores e atuais vividas em outros espaços sociais, evidenciando sua historicidade, processualidade e complexidade.

5 CONCLUSÃO

Por fim, concluindo a discussão teórica, destacamos o quanto a compreensão sistêmica dos conceitos que constituem a Teoria da Subjetividade evidencia a complexidade e originalidade da construção desenvolvida por González Rey. Uma teoria aberta e em desenvolvimento, que nos possibilita uma abordagem científica coerente no estudo

dos desafios vividos pelo professor no contexto educacional do nosso momento histórico, bem como de outros temas complexos.

Em nossa pesquisa, além de outras sínteses conclusivas, depreendemos que constituir-se como um professor que vive a docência na perspectiva analítica e teórica do conceito de sujeito, articula-se com produções subjetivas que o docente elabora no curso da sua trajetória, incluindo nesse processo o valor que a profissão tem na sua vida. Tais produções subjetivas, que são únicas e singulares em cada pessoa, potencializam no professor o enfrentamento das adversidades do cotidiano e mobilizam a tomada de decisões em relação às intervenções pedagógicas que realiza, tendo em vista captar os seus alunos e possibilitar que eles também se constituam como sujeitos.

Tal compreensão evidencia também a complexidade da subjetividade humana, pois a análise superficial da maneira como uma pessoa se posiciona não permite concluir sobre sua emergência enquanto sujeito. Faz-se necessário uma análise aprofundada de diversas situações atuais e históricas da vida de uma pessoa, que a constituem no seu momento presente, para que possamos compreender os elementos subjetivos que configuram sua subjetividade, um processo construtivo-interpretativo que demanda a elaboração de processos de inteligibilidade por parte do pesquisador.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Cristina Massot Madeira. Sujeito, linguagem e aprendizagem. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **A complexidade da aprendizagem**: destaque ao Ensino Superior. Campinas, SP: Alínea, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GALLERT, Adriana Ziemer. Proletarização do trabalho docente e suas implicações na subjetividade dos professores. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 10., 2013, Palmas, TO. *Anais [...]*. Palmas, TO: UFT, 2013.

GALLERT, Adriana Ziemer. A complexa constituição subjetiva das relações sociais entre professores e equipe gestora. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO – ENDIPE, 17., 2014, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UECE, 2014.

GALLERT, Adriana Ziemer. **A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação**. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/22065/1/2016_AdrianaZiemerGallert.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. A constituição da subjetividade do professor: um processo em permanente formação. In: QUADROS, Cristiane ; ROLIM, Carmen Lucia Artioli ; MÁRON, José Ramiro Lamadrid. (Org.). **Práticas Pedagógicas**: construções do fazer docente. Goiânia: Kelps, 2012.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. A compreensão do professor sobre as responsabilidades da sua profissão no atual contexto. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2015, Canoas. *Anais [...]*. Canoas: ULBRA, 2015.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa . Escolha profissional e perspectivas de futuro na docência: uma análise a partir da subjetividade dos professores.. In: I Encontro Internacional sobre a Formação Docente para a Educação Básica e Superior; VI Encontro InterRegional Norte,

Nordeste e Centro-Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior, 2015, Brasília – DF. *Anais do VI Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior e do I Encontro Internacional sobre a Formação Docente para a Educação Básica e Superior*, 2015b.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa . Escolha profissional e perspectivas de futuro na docência: uma análise a partir da subjetividade dos professores. **Revista Observatório**, v. 2, p. 419–441, 2016a

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. Processos subjetivos de professores em sua ação pedagógica. In: Daniel Magalhães Goulart; Raquel de Alcântara Maragno Molina. (org.). **Educação escolar e subjetividade: desafios contemporâneos**. Estados Unidos: GlobalSouth, 2016b, p. 175–205.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa; MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; SCOZ, Beatriz Judith Lima . A dimensão pessoal na formação docente: por que? Para que? Como?. In: XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte – MG. *Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*, 2010.

GAULEJAC, Vincent de; TAKEUTI, Tradução de Norma Missae. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Revista Cronos**, Natal, RN v. 5/6, n. 1/2, p. 59–77, jan./dez. 2004/2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3233>. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: SIMÃO, Lívia Mathias; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina (org.). **O outro no desenvolvimento humano:** diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004b.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: GONZÁLEZ REY, Fernando (org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Epistemología y ontología: un debate necesario para la Psicología hoy. **Revista Diversitas – Perspectivas en Psicología.** Bogotá, Colômbia, v.5, n.2, p. 205-224, 2009a. Disponível em: http://www.usta.edu.co/otraspaginas/diversitas/doc_pdf/diversitas_9/vol.5no.2/articulo_1.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos

de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **El pensamiento de Vigotsky.** Contradicciones, desdoblamientos y desarollo. México: Trillas, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva histórico-cultural. **Revista Ecos.** Cáceres – MT, v.2, n. 2, p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/eco/s/article/view/1023/714>. Acesso em: 9 jul. 2016.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. La subjetividad en una perspectiva cultural-historica: avanzando sobre un legado inconcluso. **Revista CS.** Cali, Colômbia. n. 11, p. 19-42, jan.-jun. 2013. Disponível em: http://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/1565. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; NEUBERN, Maurício; MORI, Valéria D. (orgs.) **Subjetividade contemporânea:** discussões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Alínea, 2014.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Una epistemología para el estudio de la subjetividad: sus implicaciones metodológicas. **Psicoperspectivas:** individuo y sociedad. Chile, v.15, n.1, p. 5-16, 2016. Disponível em: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/667>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar**: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

MORIN, Edgar. **O método 4**: as ideias. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORIN, Edgar. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 1999.

ROSSATO, Maristela; MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. A construção do cenário social da pesquisa no contexto da Epistemologia Qualitativa. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; NEUBERN, Maurício; MORI, Valéria D. (org.) **Subjetividade contemporânea**: discussões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Alínea, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TOMANIK, Eduardo A. O sujeito humano e o conhecimento: constituição psicossocial e complexidade. In: TOMANIK, Eduardo A.; CANIATO, Angela Maria Pires; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). **A constituição do sujeito e a historicidade**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

TOURAIN, Alain. **Poderemos viver juntos?**: iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAIN, Alain. Convite. In: TOURAIN, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOURAIN, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o

sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Obras escogidas**, Tomo III. Madrid: Ed. Visor, 1983.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Obras Escogidas V**: Fundamentos de defectología. Madrid: Visor Dis, 1997.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



ADRIANA ZIEMER GALLERT

Doutora e Mestre em Educação pela UnB - Universidade de Brasília; Especialista em Investigação Científica e em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação, pela ULBRA - Universidade Luterana do Brasil; Pedagoga pela UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professora Universitária e Consultora Educacional.

NOTAS

¹Os resultados da pesquisa foram divulgados em outras publicações (Gallert, 2013, 2014; Gallert, Tacca, 2012, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b; Gallert, Tacca, Martinéz, Socz, 2010).

²Convém explicar que o livro “A busca de si: Diálogo sobre o sujeito” é o registro de diálogos de Khosrokhavar com Touraine sobre a sua construção teórica em relação ao conceito de sujeito. Assim, a obra apresenta a teoria construída por Touraine, porém na referência bibliográfica os dois autores são citados em virtude de que o livro foi elaborado por ambos.

³Para conhecer a biografia de Fernando González Rey e a sua produção teórica, indicamos a consulta ao site <https://www.fernandogonzalezrey.com/>

Topologia do ser e as paisagens do sertão

Being's topology and the landscapes from the inner territory

Gilvan Charles Cerqueira de Araujo^a

^aSecretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: gcca99@gmail.com.

Resumo: A reflexão proposta neste artigo trata da topologia do ser, que pode ser entendida como a expressão fática da existência, como mundo vivido, perpassado por experiências, saberes e práticas. Essa dimensão espacial do devir existencial pode ser aplicada, epistemologicamente e metodologicamente, a diferentes ideias, conceitos e categorias do pensamento geográfico, como é o caso do sertão. Por se tratar de uma ideação ubíqua, no que se refere à (in)finitude de seus sentidos e possibilidades de correspondência empírica nas paisagens da realidade objetiva, o sertão se torna um profícuo campo de reflexão e direcionamento da complexidade ôntica e ontológica da existência no topo que a situa no mundo. O objetivo principal deste artigo, portanto, é apresentar, dialogar e aprofundar questões envolvendo os fundamentos ontológicos da existência na espacialidade a partir das paisagens do sertão.

Palavras-chave: Topologia do ser; ontologia; paisagem; sertão.

Abstract: The reflection proposed in this article deals with the topology of being, which can be understood as the factual expression of existence, as a lived world, permeated by experiences, knowledge and practices. This spatial dimension of the existential becoming can be applied, epistemologically and methodologically, to different ideas, concepts and categories of geographic thought, as is the case of the inner territories. Because it is a ubiquitous ideation, with regard to the (in)finitude of its meanings and possibilities of empirical correspondence in the landscapes of objective reality, the inner territories becomes a fruitful field of reflection and direction of the ontic and ontological complexity of existence. in the topoi that places it in the world. The main objective of this paper, therefore, is to present, dialogue and deepen issues involving the ontological foundations of existence in spatiality from the landscapes of the inner territory.

Keywords: Topology of being; ontologia; landscape; inner territory.

Submetido em: 10/10/2024.
Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem é um dos conceitos-chave do pensamento geográfico, juntamente com região, território, lugar e o próprio espaço (Correa, Moreira, 2008). Neste artigo, propõe-se uma reflexão acerca da paisagem e de sua relação com o sertão, especialmente no tange à complexidade das definições empíricas das características biogeográficas dos interiores territoriais (Moraes, 2003; Araujo, 2018; 2021).

Parte-se da premissa especialmente elaborada por Moraes (2003), no que se refere à ubiquidade geográfica do sertão, ou seja, ele está em todos os lugares, é todas as paisagens e, ao mesmo, não se define. Essa proposição do autor vai ao encontro de um dos fundamentos da posição ôntico-ontológica de Sartre (2008), sobre o ser estar em todos os lugares, bem como o nada. E o sertão, como epítome do preenchimento e esvaziamento do sentido da existência na

espacialidade, tanto comporta como transborda tais premissas ontológicas e geográficas.

A topologia do ser pode ser compreendida como a expressão espacial da existência na espacialidade, como grafia da existência. É o encontro dialógico e profícuo entre a ontologia fenomenológica e os conceitos, temas e categorias da Geografia (Araújo, 2021; Malpas, 2008; 2018; Pádua, 2005; Rocha, 2020). A geoliteratura pode fornecer ricos debates e meios de análise do protagonismo da espacialidade como início, fim e meio, pelo qual a existência emana seus sentidos e é representada por diferentes autores (Monteiro, 2002; Besse, 2006; Collot, 2011; 2013).

O caminho proposto ao longo do manuscrito nos leva às formas de expressão da espacialidade como epicentro do ser, por meio do ente humano e sua existência pelas paisagens. A arte literária emerge como especial forma de exposição, representação e exploração teórica, metodológica e de experiência das paisagens do sertão como topologia do ser – neste caso, na riqueza ubíqua ôntico-ontológica dos interiores territoriais brasileiros.

2 PAISAGENS DO SERTÃO, ONTOLOGIA E ARTE LITERÁRIA

Neste primeiro momento do artigo, há a reflexão proposta sobre a topologia do ser e a paisagem e os sertões, relacionando-a à ontologia fenomenológica e a uma proposição topo-analítica da existência como ser-em em possibilidade de expressão de suas significações pela arte, na relação que será efetuada na topoanálise dos sertões do sertão pela geoliteratura. O desafio geográfico, literário e ôntico-ontológico eleva-se ainda mais, se considerarmos a diversidade de olhares para o sertão, tais como as obras elaboradas e organizadas por Silva (1950), Amado (1995), Brait (1998), Ab'Sáber (1999), Rofani (2005),

Antonio Filho (2011), Pereira e Lachat (2016) e Barros, Prieto e Marinho (2019).

Esses autores possuem entre si o consenso epistemológico em relação à complexidade de definição dos sertões. Em síntese, podemos aplicar a ideia central de Moraes (2003), sobre como o sertão comprehende todas as paisagens possíveis: “Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas” (Moraes, 2003, p. 2). O autor completa dizendo que “[...] não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno” (Moraes, 2003, p. 2).

Essa breve amostragem de autores considera, de diferentes maneiras, o sertão como interiores territoriais do Brasil, por diferentes paisagens, referenciais empíricos. Mais do que isso, uma conjunção complexa de materialidade e imaterialidade, significação e modos de se habitar o espaço geográfico: “O sertão não se inscreve como uma empiria, nos moldes dos enfoques indutivos tradicionais da geografia.” (Moraes, 2003, p. 2). Esta ubiquidade do sertão, ou seja, de estar e ser todos os lugares e paisagens, é ponto de partida para a sua correlação com a topologia do ser, pelos caminhos ôntico-ontológicos elegidos para a reflexão neste estudo, pautado, principalmente nas obras de Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre, que possuem aproximações entre si sobre a relação entre existência, topologia do ser e facticidade e, também, diferentes incursões geoliterárias passíveis de uso, aprofundamento e aplicação neste manuscrito, especificamente.

A topologia do ser, a partir de Malpas (2008; 2018) e Pádua (2005), principalmente, resgata especialmente posições heideggerianas a respeito do topoi, como pluralidade espacial da existência no mundo. O encontro entre sertão e topologia do ser permite, portanto, que façamos o percurso

proposto neste artigo, para uma revisitação, aprofundamento e dialogia entre bases geográficas, ontológico-fenomenológicas e pontes geoliterárias de expressão das diferentes paisagens do sertão como possibilidade de uma compreensão topológica do ser.

De acordo com Collot (2013, p. 30), “A paisagem implica um sujeito que não reside mais em si mesmo, mas se abre ao fora. Ela dá argumentos para uma redefinição da subjetividade humana, não mais como substância autônoma, mas como relação”.

A paisagem, fenomenologicamente, é a consciência intencionando-se ao mundo, a si mesma ou ao ente-outro, fundando a facticidade como relação onto-ontológica do ser-aí/Para-si: “Dizer que a consciência é consciência de alguma coisa é dizer que deve se produzir como revelação-revelada de um ser que ela não é e que se dá como já existente quando ela o revela” (Sartre, 2008, p. 34-35). Quando se intenciona ao mundo pelo pensar, perceber, sentir e imaginar, o Para-si e *Dasein* estão fundando tanto a si mesmos como o mundo, em diferentes significações possíveis e singularizações de tantos predicados quantos forem possíveis de existir e configurar sobre esta intencionalidade e, ao mesmo tempo, o des-velar do ser pelos entes das paisagens do mundo.

Novamente, temos o plano ôntico, a facticidade e a imanência como a abertura à (in)infinitude ontológica das essências de todos os entes, no ente diferenciado que é o ser-aí como esse abrir-se do Ser pelo *Dasein* como fruição do Ser pelos entes expressos pela linguagem, a arte, imagens etc.: “Trata a imanência como caráter necessário de todo o conhecimento, assumindo a imanência universal da consciência.” (Serpa, 2016, p. 21). Tais posições do autor foram trabalhadas e podem ser aprofundadas em trabalhos de Araújo (2021).

A paisagem alcança na ontologia fenomenológica, como topologia do ser, o papel do ser-em de Heidegger, a posição em que a partir dele tudo será intenção em realização de significância para com o mundo que habita, singularizando-o como mundo, sendo-o. “A presença, no entanto, está e é ‘no’ mundo, no sentido de lidar familiarmente na ocupação com os entes que vêm ao encontro dentro do mundo. Por isso, se, de algum modo, a espacialidade lhe convém, isto só possível com base nesse ser-em” (Heidegger, 2008, p. 158).

Paisagem como ser-em é a derradeira expressão da onto-ontologia, em que a facticidade emana sua transcendentalização pelo ser-aí. É o ponto único e singular em que o preenchimento da essência pela consciência perfaz cada detalhe cotidiano, cada saber, cada fazer ou cada aspecto efêmero pertencente ao mundo como paisagens no fruir do devir-vida: “Se existe um sentimento de satisfação conferido pela paisagem, é que existe uma forma que espera uma satisfação, um preenchimento” (Cauquelin, 2007, p. 119). Continua a autora: “[...] trata-se aqui de adequação de um modelo cultural ao conteúdo singular que é apresentado (Cauquelin, 2007, p. 119). A paisagem não será apenas a expressão ontológica da espacialidade como topologia do ser de uma única consciência; haverá, por continuidade, a confluência da significação do mundo como ser-em por outros entes como ser-aí, valorando identitariamente a singularização das paisagens como expressões da cultura e da intersubjetividade:

[...] redução fenomenológica nos revela também que a paisagem não é simplesmente uma relação entre um sujeito e um objeto, ou melhor, um conjunto de objetos como é mais apropriado para a definição de um conceito de paisagem, mas, sobretudo, uma relação entre sujeitos que intersubjetivamente relacionam objetos constituindo paisagens como “universais”. Isso, por outro lado, não

exclui a validade do procedimento de partir do absolutamente dado da situação, já que o enfoque fenomenológico significa justamente partir das coisas elas próprias, abrindo-se a possibilidade de trabalhar o conceito de cotidiano bem como temáticas como o “simbólico” e o “valor” nas disciplinas territoriais. (Serrpa, 2016, p. 29-30).

Especificamente no caso da paisagem, tem-se uma correlação direta com a categoria geográfica sertão, como ressaltado por Moraes (2003, 2014) e Moreira (2004, 2011). Conforme indicam os autores, não há uma única correspondência empírica paisagística para o sertão, ou sertões. “O sertão não se qualifica, do ponto de vista clássico da geografia, como um tipo empírico de lugar, isto é, ele não se define por características intrínsecas de sua composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica. Não são as características do meio natural que lhe conferem originalidade, como o clima, o relevo, ou as formações vegetais” (Moraes, 2003, p. 1). O sertão é o todo e o nada, o oco e o preenchimento, os lugares pelos quais se passam, e não onde se chega; a paisagem do sertão é o efêmero da experiência do caminho percorrido (Aguiar, 1998).

A partir dessa ubiquidade ontológica do sertão como facticidade, é possível relacionarmos não apenas a reflexão sobre a aderência da predicação do ser no ser-em no sertão-mundo mas, também, incluir elementos tanto do lugar para a composição onto-ontológica de paisagem, no sentido de ir ao encontro de ideias já apresentadas (como ser-aí e *Dasein*) e o protagonismo da espacialidade na ontologia fenomenológica e no existencialismo.

A partir dessas considerações iniciais sobre a paisagem, propomo-nos pensar a paisagem a partir das heranças epistêmicas já estabelecidas no pensamento geográfico. Temos, portanto, tanto a tradição francesa de análise da paisagem, atrelada a todo o percurso de

perscrutação regional, consolidado no início do século XX até a morfologia da paisagem anglo-saxã. Essa dupla referência paisagística fará com que a estruturação onto-ontológica da paisagem, tendo a fenomenologia e a diferença ontológica como base, torne-se mais bem estabelecida.

A virada topológica, da espacialidade do Ser pelos entes da facticidade, já possui extenso arranjo de estudos e debates, em concordância com a proposição topológica em aberturas ontológicas, geoliterárias e topoanalíticas para outros campos de aplicação da fenomenologia. Muito do que é problematizado, na questão topológica do Ser com a espacialidade ocupando o protagonismo da análise fenomenológica, se dá na retomada do que fora outrora indicado por Dardel (2011) como o ir além da representação e do primeiro contato, para alcançarmos o des-velar de si mesmo das coisas, os entes em sua circunscrição fática do mostrar-se do ser-no-mundo:

É preciso insistir que a geografia, entendida fenomenologicamente, não está a procura de significações ocultas por detrás dos fenômenos terrestres, ela não é tampouco o simples levantamento de significações que o sujeito projeta sobre a Terra, mas ela é uma experiência da vida vivida pelo homem comum no encontro consigo mesmo, no contato com o mundo terrestre na orla, por assim dizer, das formas e dos símbolos que nascem, e este esboço de sentido ressoa em nós como um acontecimento, que é o da nossa presença no mundo. A geografia não nos ensina nada do mundo terrestre se nós não percebermos antes que ele é o meio do sentido. (Besse, 2006, p. 89).

Cauquelin (2007) também problematiza sobre como há um momento em que ocorre a ultrapassagem da semiótica, representação para que uma substância seja alcançada, o próprio ser em seu mostrar-se, velando-se nas formas e significações da facticidade como, por exemplo, no recorte paisagístico. Chega-se à ontologia do espaço pela

paisagem como expressão da facticidade em diferença onto-ontológica pelo *Dasein*, o ser situado em seus estares, grafias da existência:

Para que eu tome consciência de que se trata aqui de um projeto, de que essa paisagem é constituída por sua definição, é preciso que algo manque, que algo deixe de ser evidente, que, de repente, uma perturbação se produza: "Ah, mas não é tudo aquilo que eu pensava! O amarelo não tem o tom que eu esperava, o mar não é tão azul quanto devia ser..." Isso não "cola". A adesão fissura em algum ponto. Sem mais nem menos, começo a duvidar da conveniência dos elementos entre si; isso é tão perturbador quanto um erro de gramática em uma frase que a torne incompreensível. (Cauquelin, p. 2007, p. 104).

A ultrapassagem da relação significante e significado da semiótica é o passo seguinte aos estudos topológicos do Ser, na esteira da ontologia fenomenológica da espacialidade. A intencionalidade como o preencher e a fundação do mundo deve ser o ponto de partida e a chegada para tal empreendimento epistemológico, metodológico e de experiência de estares do Ser no mundo como existências singulares: "Que a paisagem que se enuncia diante de mim e me oferece sua proposta preencha as condições de sua produção entre o espetáculo que tenho diante de mim e a forma geral na qual ela deve se mover para que eu possa apreendê-la" (Cauquelin, 2007, p. 118).

A autora ainda realiza uma reflexão de como o recorte da paisagem não abarca toda a significação possível à facticidade paisagística: "Existe, pois, uma desmedida na medida, ou, mais exatamente, a medida só pode ser construída em um horizonte de desmedida" (Cauquelin, 2007, p. 140). Em outras palavras, há no ser-aí diferentes trilhas de predicação do espaço habitado, paisagens e suas significações que se multiplicam em complexidade de referência à essencialização da

espacialidade na relação onto-ontológica: "A moldura reclama sua extramoldura como seu elemento constitutivo, sua condição necessária. É preciso que a crença esteja anexada à proposição de totalidade que recobre o fragmento" (Cauquelin, 2007, p. 140).

Besse (2006) também vai ao encontro do ser-em heideggeriano, sobre a espacialidade como uma das dimensões de inerência ao des-velamento do Ser como ser-no-mundo: "A paisagem é assim, e insistimos neste ponto, não apenas o prolongamento do vocabulário antigo da "teoria" filosófica, mas também a ilustração visual da nova experiência geográfica do mundo" (Besse, 2006, p. 41). Esta experiência será o ser em situação, habitado e enunciado pelo *Dasein*, emergindo ôntica e ontologicamente como singularidade existencial, já que nesta paisagem que é grafia, inscrição da existência em sua singularização como ser-em-no-mundo: "[...] em consequência, uma consciência renovada do mundo terrestre pode encontrar a linguagem e as categorias que lhe permitem formular-se" (Besse, 2006, p. 41).

A inscrição da existência no mundo se dará como diversidade de sentidos à habitação da espacialidade, em diferentes paisagens. Nesse inscrever-se e escrever-se pela intencionalidade do Para-si ou *Dasein*, o mundo, a espacialidade e os recortes do ser-em como paisagem serão em si mesmos, na ultrapassagem da representação mencionada por Besse (2006) e Berque (1998), com os quais concorda Cauquelin quando diz: "[...] na verdade, na maior parte do tempo, é o caráter implícito da paisagem que convoca ao sentimento de sua perfeição. A rosa é sem porquê. E é por isso que ela está na perfeição..." (Cauquelin, 2007, p. 123). Essa expansão do extensio só é possível a partir do ser-aí, em seu papel de ente diferenciado, conforme Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre:

O objeto que as coisas do mundo indicam e que sitiam à sua volta é, para si mesmo e por princípio, um não objeto. Mas o surgimento de meu ser, ao estender as distâncias a partir de um centro, pelo ato mesmo desse estender, determina um objeto que é si mesmo, na medida em que se faz indicar pelo mundo, e do qual, todavia, eu não poderia ter intuição como objeto, porque o sou - eu, que sou presença a mim como ser que é seu próprio nada. Assim, meu ser-no-mundo, só pelo fato de que realiza um mundo, faz-se indicar a si mesmo como ser-no-meio-do-mundo pelo mundo que realiza, e não poderia ser de outro modo, porque não há outra maneira de entrar em contato com o mundo a não ser sendo do mundo. Seria impossível para mim realizar um mundo no qual eu não seja e que fosse puro objeto de contemplação que o sobrevoasse. (Sartre, 2008, p. 402)

Para-si, em correspondência ao *Dasein*, fará a ponte ôntica-ontológica, a partir da totalidade da imanência, na qual a espacialidade compõe a topologia do Ser, a essência em situação, em cada intencionalidade de projeção aos recortes fáticos de uma totalidade que é o mundo inteiro, no ser-em como estares em todos os lugares e paisagens passíveis de serem percebidas, pensadas e habitadas:

Desta forma é que o empírico do espaço relacional é o espaço-superfície, no qual se realizam os fenômenos, mas com a análise existencial-ontológica sendo sobre o homem, busca-se o entendimento do espaço ontológico, o espaço como existencial da existência humana: o espaço como ser. Surge então a conexão entre parte e todo, entre corpo e superfície, homem e mundo. Este homem como expressão da totalidade e a Totalidade-Mundo como mundo do homem. [...] E assim é que temos a análise do espaço como ser do homem, pela sua espacialidade prolongada como seu mundo. Sua condição de existência extrapola o corpo, não o abandonando, mas, expressando no mundo sua particularidade, e esta

pode ser remetida como sentido de ser humano; extrapolando do seu corpo ao mundo, do todo na parte à parte no todo. Sendo a busca existencial-ontológica da espacialidade humana a base para a explicação do sentido de ser deste homem, é que nosso aparato se faz na ontologia. Principalmente na busca do sentido de ser da presença (*Dasein* humana de Heidegger. (Guimarães, 2010, p. 26 - 27).

A busca existencial-ontológica destacada por Guimarães (2010) é composta do ir-além do representado ou culturalmente construído, que pode ser o ponto de partida para a topologia do Ser. No entanto, a situação, entendida como o ser-em do *Dasein* em todos os seus estares no mundo revelará o para-além que é o ser-aí, como epicentro da enunciação do Ser pelo pensar, dizer, perceber, experienciar e habitar o mundo.

Se a retomada da descrição é ponto fundante da fenomenologia como método, então vamos ao encontro de entender o porquê de a transcrição do Ser situado como geo-grafia é algo tão rico tanto para a Geografia como a arte literária (Chaveiro, 2014; Alves, 2020, Collot, 2013). A topologia do ser como ontologia do espaço se (re)encontra como possibilidade topoanalítica com a ontologia fenomenológica, nas diferentes possibilidades de geograficidade, os lugares do ser-no-mundo como estares do Ser em diferentes paisagens:

Phenomenology involves the understanding and description of things as they are experienced by a subject. It is about the relationship between Being and Being-in-the-world.

Being-in-the-world resides in a process of objectification in which people objectify the world by setting themselves apart from it. This results in the creation of a gap, a distance in space. To be human is both to create this distance between the self and that which is beyond and to attempt to bridge this distance through a variety of means - through perception (seeing, hearing, touching), bodily actions and movements, and

intentionality, emotion and awareness residing in systems of belief and decision-making, remembrance and evaluation. (Tilley, 1994, p. 12, 1994).

Portanto, há uma base fenomenológica para a espacialidade que podemos buscar em autores como Heidegger e Merleau-Ponty, referência reforçada por Tilley: "I have let Heidegger and Merleau-Ponty set the scene. From rather different phenomenological perspectives, they have both stressed important ontological characteristics of the relationship between inhabited space and social Being-in-the-world" (Tilley, 1994, p. 13). O que o autor reforça para nós é trabalhado por Holzer (2010) sobre a virada topológica nos estudos ontológicos a partir de tais autores. Ser e paisagem são colocados por Tilley (1994) como uma das pontes mais profícuas à topologia do ser, e que pode contribuir para uma construção metodológica topoanalítica, que é o principal objetivo do presente estudo: "Heidegger proposes a topological model for thinking about the relationship between and the landscape as a matter of the 'thereness' of the self-disclosure of Being in and of the world" (Tilley, 1994, p. 13).

O ser-no-mundo mencionado pelo autor será a chave para o olhar fenomenológico do espaço, lugar e paisagem, a experiência de estar no mundo, como a expressão do interior e exterior da existência e o existente, ou nos conceitos sartreanos e heideggerianos, o Para-si e Em-si e o *Dasein* e facticidade, em alusão ao que é proposto por Collot (2013): "Essa troca entre o interior e o exterior não diz respeito apenas à percepção individual, mas também à relação que as sociedades humanas mantém com seu ambiente." (Collot, 2013, p. 27). Em síntese, em retomada a Tilley (1994) a centralidade e protagonismo do Eu, da intencionalidade na corporeidade e consciência comporá a experiência onto-ontológica do ser humano em seu habitar, pensar e significar o mundo.

A topoanálise destacada pelo autor, como criação da identidade de si na relação intencional com o mundo é que é explorado, fenomenologicamente, no entendimento da paisagem: "Tal como se manifesta na experiência da paisagem, nossa relação sensível como mundo não é a de um sujeito posto em frente a um objeto, mas de um encontro e de uma interação permanente entre o dentro e o fora, o eu e o outro" (Collot, 2013, p. 26). Trata-se, portanto, da experiência humana do existir-no-mundo como ser-aí em seus estares, grafias do devir-vida como paisagens: "A paisagem não é apenas vista, mas percebida por outros sentidos, cuja intervenção não faz senão confirmar e enriquecer a dimensão subjetiva desse espaço, sentido de múltiplas maneiras e, por conseguinte, também experimentado" (Collot, 2013, p. 26). A espacialidade como topologia do ser alcançada o seu ponto máximo e especial de protagonismo como paisagem e ser-em do *Dasein* e Para-si em sua relação com facticidade: "Todas as formas de valores afetivos – impressões, emoções, sentimentos – se dedicam à paisagem, que se torna, assim, tanto interior quanto exterior" (Collot, 2013, p. 26).

O mostrar-se da paisagem como facticidade, mesmo cotidiana, de latência do Ser em des-velamento, é o que destaca Prado (2008) sobre como a arte literária, neste caso mais geopoeticamente, tenta ir ao encontro da silhueta desse des-velamento das coisas e formas das paisagens e lugares: "Eu não dou conta de pegar o ser de uma rosa, de um rio, de uma paisagem ou de um rosto. Mas quando a arte faz isso e ela apreende essa coisa mais alta que está atrás das coisas, ela nos revela, nos remete à beleza suprema, se nós tivemos despidos do orgulho da razão e da lógica" (Prado, 2008).

3 TOPOLOGIAS DO SER PELAS PAISAGENS DO SERTÃO

Assim como destacado por diversos autores da literatura, a relação sujeito e objeto é (re)colocada em novas aberturas epistemológicas e metodológicas pela ontologia fenomenológica, especialmente em relação à paisagem: “A paisagem transgride a posição entre o sujeito e o objeto, o individual e o universal; embora possa assumir todos os valores da afetividade mais íntima, a convergência dos olhares faz dessa afetividade um lugar comum para mim e para os outros.” (Collot, 2013, p. 27). Há, portanto, a transgressão da imanência pela busca do ser-aí, como expressão do Ser enunciado pelo *Dasein* na diferença ontológica (Coutinho, 1976).

A transgressão da paisagem com transcendentalização da facticidade, como topologia do ser, pelo ser-aí, é o ponto de seu encontro com o lugar. Enquanto no primeiro caso há uma conceituação mais projetiva e expansiva da espacialidade, no segundo caso normalmente tendemos a uma escala mais restrita e recôndita. Nos dois casos, da espacialidade como topologia do ser, pela paisagem ou lugar, há o espaço ocupando seu protagonismo como via de percurso para que o Ser des-vele-se nos entes, fundando-o a partir do ser-aí e Para-si:

O espaço assim doado sempre já se configura em lugares reconhecíveis. Nestes dois primeiros momentos, o que temos diante de nós é a ponte em meio à paisagem, cerne de um complexo de diferentes locais que se espalham ao seu redor, como na descrição de Heidegger. Estes locais (*Plätze*) encontram-se próximos ou distantes em relação à ponte, distâncias estas que tanto podem ser percebidas a partir do percurso cotidiano dos homens, como podem também ser fixadas “como simples posições (als blosse Stellen) entre as quais subsiste uma distância mensurável” (*ein durchmessbarer Abstand*). O espaço que se deixa ler a partir de meras posições, ou seja, desmembrado em intervalos

definidos por medições é, como diz Heidegger, “um espaço bem específico”, um “espaço-entre” (*ein Zwischenraum*), como expressa a palavra latina *spatium*. (Pádua, 2005, p. 257).

Desta maneira, não é por acaso que a grafia da existência se mescla com a geo-grafia da existência, tanto como texto quanto como contexto do ser-em – neste caso, expressos na forma de arte literária, a geoliteratura, que é a base para a topoanálise. Cotidiano e facticidade aparecem, de igual modo, como formas de expressão de tais grafias da existência como ser-em, em obras literárias, por exemplo, em lugares e paisagens de singularização topológica do devir-vida das personagens, espacialidades ou narrativas ali desenvolvidas.

Tilley (1994), assim como Heidegger (2008; 2013; 2015), considera a arte literária como uma forma privilegiada de a linguagem expressar as significações do Ser no mundo, na facticidade cotidiana do viver, pensar, fazer, perceber, sentir e imaginar, os atos de intencionalização do mundo da vida como paisagens e lugares, individual e coletivamente.

Desse modo, a arte como um todo e a literatura, especificamente, possuirá como especial condição de união entre ontologia fenomenológica e Geografia o fato de conseguir expressar a situação dos saberes e fazeres, o cotidiano das narrativas, a riqueza social e natural das paisagens, as particularidades das vivências ocorridas nos lugares. Como se referia Dardel (2011) em sua obra clássica de referência para a topologia do ser e topoanálise, a espacialidade se (com)textualiza. Do mesmo modo, há uma aproximação à visualização fenomenológica do formular-se paisagem pela experiência, tornando a terra mundo, como refletido por Rocha (2020). No caso dos sertões, perpassa sua ubiquidade empírica de diferentes paisagens como

pluralidades da existência em seu existir na espacialidade.

A intencionalidade da paisagem é o ponto de conexão da orientação fenomenológica para a ciência geográfica e as conexões com a arte, linguagem e camadas de significação e predicação do Ser a partir da (in)finitude da espacialidade. Conforme trabalhado por Serpa (2016), em continuidade do que foi exposto até o momento, a “paisagem como ato intencional tem a um só tempo um “eu”- polo (noesis) e um “objeto” – polo (noema).” (Serrpa, 2016, p. 28). Esse posicionamento se conecta com o *Dasein* heideggeriano e com a posição existenciadora do ser humano defendida por Coutinho (1976) e Astrada (1942), se buscarmos o referencial latino-americano para correspondência de uma visualidade fenomenológica à paisagem.

O existir, como (in)finitude na espacialidade, volta-nos ao centro do debate proposto, pois se é possível propor uma incursão na topologia do ser pelas paisagens do sertão, é de igual modo desafiador pensarmos como os interiores territoriais vão ao encontro da (in)definição de si mesmos, seja por suas próprias características, seja por quem habita suas diferentes paisagens.

Também é possível nos aproximarmos das proposições de Monteiro (2002) no que diz respeito à relação entre a vivência geográfica por diferentes paisagens e sua transposição ao mundo literário, por diferentes representações e significações. Cada paisagem terá também sua personalidade lablachiana, um sentido próprio e único, o Em-si de sua facticidade transformado em particularidade essencial pelo *Dasein* no Para-si, como referido por Sartre (2008), quando disserta:

A concretude da situação se traduz, em particular, pelo fato de que o Para-si jamais busca fins fundamentais abstratos e universais. Sem dúvida, como veremos no próximo capítulo, o sentido profundo da escolha é universal e, por isso, o

Para-si faz com que exista uma realidade humana como espécie. É preciso ainda extrair o sentido, que é implícito; e para tal irá nos servir a psicanálise existencial. E, uma vez extraído, o sentido terminal e inicial do Para-si aparecerá como um “Unselbstständig” que, para se manifestar, necessita de uma concretude particular. (Sartre, 2008, p. 674).

A situação, se realizarmos o exercício elucubrativo aos sertões e à expressão linguística como abertura ao (des)velar do Ser, é o *Dasein* em seu ser-em, tantos quantos forem possíveis e passíveis de recorte, observação e análise. Estar situado é reter na espacialidade a unicidade do existir.

Na esteira do para-além mencionado por Sartre sobre a realidade humana há a indicação sobre o habitar como acontecimento e experiência em nível planetário, a geograficidade alcança toda a parte da totalidade. Nossa consciência, circunscrita no ente diferencial que é o *Dasein*, habita o Ser, enunciando-o como palavra ou grafia da existência por meio das formas e sentidos das paisagens. Somos conscientes da intenção de significação do mundo ao habitá-lo: “Dizer que a consciência é consciência de alguma coisa é dizer que deve se produzir como revelação-revelada de um ser que ela não é e que se dá como já existente quando ela o revela. Partimos assim da pura aparência e chegamos ao pleno ser” (Sartre, 2008, p. 34-35).

Como menciona Guimarães Rosa, o sertão está em toda parte, em uma reflexão que vai ao encontro do que problematiza Moraes (2003) sobre a não correspondência empírica única da ideia de sertão, porque o seu sentido, sua essência será aderente ao recorte espacial em que estiver atrelado, em toda e qualquer parte, pela consciência e também corpo que o habita, funda e significa: “A consciência é um ser cuja existência coloca a essência, e, inversamente, é consciência de um ser cuja essência implica a existência, ou seja,

cuja aparência exige ser. O ser está em toda parte" (Sartre, 2008, p. 34-35 -grifo nosso).

A aproximação entre a paisagem do ponto de vista fenomenológico e as contribuições de Sartre vai ainda mais além. Facticidade, cotidiano e diferença onto-ontológica unem-se na situação da existência, que dialoga com a geograficidade de Dardel (2011).

Quando relacionamos essa potencialidade do nada do eu à totalidade do Em-si intencionado pelo Para-si à paisagem, compreendemos com maior clareza a importância da ponte entre a espacialidade em sua ontologia e paisagem. E, mais que a topologia do Ser, são as aberturas à transcrição dessas grafias pela linguagem literária, como observado por autores como Alves (2020), Chaveiro (2014) e, especialmente, Monteiro (2002, p. 25), que argumenta: "Entendo que a importância conferida à trama liga-se ao fato de que ela é aquilo que, em seu dinamismo, representa a 'condição humana'". Complementa o autor que essa condição humana, o Para-si sartreano ou *Dasein* de Heidegger, em paralelismo possível de ser efetuado em nossos estudos, pode ser assim formulado: "[...] sua comunicação, o seu 'tomar vida', requer, forçosamente, a projeção dessa trama num dado espaço-tempo, um 'palco' – praticável, concreto – em que qualquer trama 'humana' está envolta nas malhas de diferentes espaços relacionais: social, político, econômico, cultura enfim" (Monteiro, 2002, p. 25).

O exercício efetuado por Monteiro, que vai ao encontro das proposições de Sartre (2008), não está distante da ideia central do olhar topológico do ser, numa fundação da existência em sua habitação, interação e imersão ao existente. A imanência e facticidade fazem o papel da estrutura ôntica, à qual haverá a emanação do sentido de ser-no-mundo, que também ocorre em estudos sobre territorialidade, que une, ao mesmo tempo, nuances

epistemológicas e ontológicas da paisagem e do lugar (Escobar, 2015; Saquet, 2007). Estamos envolvidos no e pelo mundo que habitamos, os fundamos em essência pela situação da existência, o devir-vida das geo-grafias do Para-si e *Dasein*: "O mundo, por sua vez, é tratado, não como interioridade do sujeito, mas como uma presença imediata do sujeito, como um modo de existir. Estamos diante de um ser-envolvido-no-mundo" (Holzer, 2010, p. 42).

Estudos compilados sobre Geografia Cultura e Humanista e a relação entre ontologia, fenomenologia e arte literária com a ciência geográfica exploram, em grande medida, os horizontes tanto de registro como de análise dos modos de existir colocados por Holzer (2010), que se correlacionam aos demais pontos destacados anteriormente de uma ontologia da espacialidade como topologia do Ser, em situação.

É possível realizar incursões de constatação da textualidade do espaço como grafia do Ser situado, por exemplo, em obras literárias sobre os sertões como *A Bagaceira* (1980), de Américo de Almeida. Esse umbral da imanência das paisagens sertanejas é latente, a situação do habitar a terra, geograficizá-la por este umbral da imanência, transcendendo-a pela relação existente-existência da topologia do Ser:

Afirmo que sou minha essência à maneira de ser do Em-si. Ao mesmo tempo, todavia, recuso-me a considerar essa essência como sendo historicamente constituída e como se compreendesse o ato, tal como o círculo implica suas propriedades. Capto essa essência ou tento captá-la como começo primordial de meu possível, e não admito que tenha em si mesma um começo; afirmo então que um ato é livre quando reflete exatamente minha essência. (Sartre, 2008, p. 87).

Uma ilustração geoliterária da obra *A Bagaceira* contribui como amostragem geoliterária das topologias do ser, por meio da arte literária. Vejamos, por

exemplo, como a facticidade em seu papel de imanência impacta o papel da transcendentalização promovido pelo Eu, como menciona Sartre, e que é trabalhado de forma literária por Américo de Almeida:

Ventava. Não era o vento pontual da boca da noite todo sujo de pó como uma criança traquina. Era um sopro do inferno que, alteando-se, parecia querer rasgar as nuvens para acender a fogueira.

A flora desfalecida.

Durante um ano a fio, uma gota d'água que fosse não refrescara a queimadura dos campos. Depois, não se via um pássaro: só voavam muito alto as folhas secas.

Bem. Um passarinho estava sob a última folha da umburana, como debaixo de um guarda-sol. Caiu a folha e o passarinho abriu o bico e também caiu, com as asas abertas.

O panasco pulverizara-se: girava com a poeirada chamejante.

Até onde dava a vista se achatava a paisagem cinérea. A desolação da mesma cor.

A capoeira esquelética levantava os garranchos, como dedos crispados. E dançava, à força, nessa tragédia, com o bochorno fogoso.

A catinga formava um aranhão.

Como era feia a natureza resseca na sua nudez de pau e pedra!

Os rebanhos aflitos prostravam-se no chão esbraseado.

Valentim exprimiu todo esse horror canicular:

Era uma calma! O céu branco, como um espelho, não se mexia; o mato parecia de chumbo, quieto. Como quem suspende o folgo. Um calorão, como se as profundas estivessem à flor da terra. (Almeida, 1980, p. 29).

Outro exemplo de expressão topoanalítica a partir de uma perspectiva geoliterária da paisagem como ser-em pode ser observado em Amado (1951), quando o autor faz a imersão em sua obra rumo à facticidade cotidiana, com elementos do lugar, da paisagem existência e da experiência:

Mais que a igreja, porém, o rio as atraía. Era o São Francisco, ouviam falar dele em suas terras de sol e seca. nunca tinham visto tanta água e associavam a visão da água à ideia de fartura, imaginavam que aquelas terras próximas seriam de uma fertilidade assombrosa. E se admiravam que os camponeses chegados da beira do rio fossem andrajosos e fracos, os rostos amarelos de sezão, piolhentos e sujos. Com aquele farturão de água era de esperar que toda gente por ali estivesse nadando em dinheiro. não tardaram, no entanto, em descobrir que todas aquelas terras ubérrimas pertenciam a uns poucos donos e que aqueles homens magros e paludados trabalhavam em terras dos outros, na enxada de sol a sol, nos campos de ouricuri, nos carnaubais e nas plantações de arroz e algodão, ganhando salários ainda inferiores àquelas que pagavam no sertão. (Amado, 1951, p. 94).

A perspectiva fenomenológica emerge em tais escritos a partir do momento em que, topoanalítica e topologicamente, buscamos as referências de como as intenções de significação e singularização da existência nessas paisagens se des-vela em cada ente, acontecimento, percepção, sentimento, emoção ou imagem: "Viam também a vegetação nas margens, os camponeses de rosto amarelo, e as pequenas idades onde tocavam. Escapava-lhes o mistério do rio, seus dramas, sua trágica geografia humana" (Amado, 1951, p. 112).

O escapar do mistério do rio é o Para-si em seu questionar-se e, ao mesmo tempo, intenção de des-velamento do ser daquele ente-rio, que o inquieta e que faz parte da facticidade na qual o próprio Para-si como *Dasein* está inserido: "Nem prestavam atenção à vida que os rodeava e só mostraram mesmo um interesse mais vivo quando o navio encalhou e os barqueiros do São Francisco empunharam as longas varas, as encostaram nos peitos e lutaram durante horas e horas contra o barco, a areia e o rio" (Amado, 1951, p. 112).

Em *Visões do Sertão*, Taunay (1928) é o próprio narrador que inicia o percurso de inquirição sobre o real sentido da facticidade que o rodeia como paisagem, em textualidade do espaço enquanto ser-em do seu próprio ser, que sente, escreve e tenta descrever o que está percebendo e experienciando: “Que singulares emoções as minhas, entre saudosas e terrifica, senão odiantas, ao deixar para todo o sempre esses lugares, em que tantas e tão longas agruras e dores havia curtido, mas – todos elles – tão vários, formosos e impressionantes” (Taunay, 1928, p. 6-7).

Até mesmo as palavras certas ou ideais para sua descrição são buscadas e muitas das vezes não encontradas, em uma clara correspondência entre o vivido e o percebido que perfaz mas, não necessariamente, obterá ou já possuirá o seu equivalente de expressão linguística ou artística, como problematizado por autores e estudos geográficos, literários, filosóficos, educacionais etc. Por fim, o narrador/autor tenta dar conta da predicação da paisagem que o rodeia, fazendo alusão a como tal facticidade que suplanta o concreto que percebe e sente remete ao poético de sua unicidade e singularidade em cada ente de sua condição onto-ontológica na paisagem:

O inacabamento da linguagem perante a facticidade dos lugares e paisagens é tanto a característica mais notória como a mais desafiadora de uma proposição topoanalítica. O poético destacado por Taunay possui o mesmo sentido da trama e o mapa de Monteiro (2002) que é a tentativa da linguagem em seu esforço de expressão da grafia do mundo, natural ou social. E sobre a relação entre Geografia e Literatura, Monteiro (2002) considera que “toda urdidura complexa da ação romanesca – a ‘trama’ – proposta pelo escritor, malgrado este dinamismo, pode vir a ser projetada nas malhas de uma estrutura espacial, figurativamente estática – o ‘mapa’ –

percebida pelo geográfico” (Monteiro, 2002, p. 25).

Tanto a geoliteratura quanto a geopoética emergem como caminhos para a um passo de imersão topoanalítico ao texto e seu contexto, para alcançarmos a contextura, que pode ser entendida como a expressão onto-ontológica da facticidade da ontologia do espaço, como topologia do Ser situado expresso pela arte literária. O passo fenomenológico da topoanálise ocorrerá justamente na união da análise geográfica da geopoética, ou seja, no (des)encontro do ente e Ser, pela essência emanada na (des)velação onto-ontológica da facticidade, por meio da linguagem literária.

No entanto, tanto o passo geográfico fenomenológico como o literário analítico precisam ter os pilares categoriais para que façamos tal incursão topoanalítica em diferentes autores da literatura nacional e latino-americana, que tratam dos modos de vida e estares do ser nos interiores territoriais de seus países.

Por fim, finaliza-se esta etapa do estudo por meio de uma citação que faz a ponte com o que foi exposto anteriormente: topografias da existência como topologia do ser; o papel das narrativas e espacialidade como meio de expressão das grafias da existência. A arte literária é o elo condutor da topologia do ser, que permite a apreensão onto-ontológica do ser-em em seus estares no mundo:

Então para que esse fenômeno de revelação da arte possa acontecer nós temos que estar desnudos de todo o orgulho. A razão tem de abrir mão de seu poder, a lógica tem de abrir mão de seu poder, para que a obra seja apreendida no único lugar para o qual ela quer ir, que é o centro da pessoa, aquilo que nós chamamos o sentimento, os nossos afetos, aquilo que nos constitui felizes ou infelizes. Não é o que nós sabemos mas é o que nós sentimos. Arte é para o sentimento, é para a sensibilidade, é para a inteligência do coração, e não

para a nossa inteligência lógica. (Prado, 2008, p. s/n).

É a partir de tal diretriz artística e literária que as ideias, conceitos e categorias da Geografia irão dialogar para a constituição da topoanálise. A inserção da espacialidade fenomenológica, a partir do lugar e paisagem, na perspectiva situacional dos sertões do sertão, como ser-em do Em-si, em nós. O *Dasein*, como topologia do ser, é a abertura ao (des)velar da essência dos entes em circunstância, percepção, experiência e, principalmente, pensamento e linguagem, emanados pela arte, especificamente literária, no caso do recorte do estudo realizado neste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões geoliterárias dos sertões e suas paisagens poderia seguir por outras paragens, autores, obras, em contínuo caminhar. Os sertões goianos de Bariani Ortêncio, as paisagens interiores de Manoel de Barros, nos versos de João Cabral de Melo Neto ou Cora Coralina, ou ainda a reminiscência dos sertões amazônicos em Paulo Jacob (Suzuki; Araújo; Marques, 2022). A ubiquidade ôntico-ontológica dos sertões permite essa diversidade empírico-fática que, ao mesmo tempo, multiplica-se topologicamente por diferentes grafias da existência.

O arranjo teórico e metodológico bipartite entre geoliteratura e ontologia fenomenológica desafia ainda mais a empreitada. As bases epistemológicas estão distribuídas por autores e obras igualmente diversificados entre si. O mais importante, no entanto, é, a partir de uma definição do horizonte a ser alcançado, trilhar-se o caminho que melhor fornecerá os aportes necessários, teóricos e metodológicos.

Neste estudo foram apresentados alguns caminhos topoanalíticos e de reflexão topológica do ser situado nas

diferentes paisagens do sertão. A geoliteratura se uniu ao debate como forma especial de emanação representável dos sentidos da existência na espacialidade, campo explorado e amplamente trabalhado por olhares geográficos na diversidade das paisagens dos sertões.

Espera-se, portanto, que haja mais um ponto de partida que de chegada, no sentido mesmo do retorno a mais uma das máximas rosianas, do sertão encontrado no interior da própria existência, seu sentido, seja como preenchimento ou como vazios. O percurso segue por diferentes rumos, perpassando, transpassando e transbordando as variáveis, os sentidos possíveis dos interiores territoriais, como paisagens dos sertões do sertão.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 5-59, 1999.
- AGUIAR, Flávio. O oco do mundo. BRAIT, Beth. (Org.). **O Sertão e os Sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 79-104.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- ALVES, Ida. A Literatura é uma Geografia? **Revista Geografia, Literatura e Arte**, São Paulo, v.1, n. 2, p. 20-34, 2018.
- AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995.
- AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1951.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. "Sobre a palavra sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência

geográfica)." **Ciência Geográfica**, v. 15, p. 84-87, 2011.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira. O sertão e a espacialidade edêника. **Revista Geotemas**, v. 8, p. 1, 2018.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira. Facticidade onto-ontológica e arte literária: estares do ser pela linguagem e a palavra. **Building the Way**, v. 11, p. 105-125, 2021.

ASTRADA, Carlos. **El juego metafísico**: para una filosofía de la finitud. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, 1942.

BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Org.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre paisagem e geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRAIT, Beth (org.). **O Sertão e os Sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAVEIRO, Eguimarc Felício. Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos. **Geograficidade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 40-51, 2014.

COLLOT, Michel. Pour une géographie littéraire. **Fabula-LhT - Le Partage des disciplines**, n. 8, maio 2011.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Trad. Ida Alves. Editora: Oficina Raquel, 2013.

COUTINHO, Evaldo. **O lugar de todos os lugares**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. (Trad. Werther Holzer). Perspectiva: São Paulo, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Revista Desenvolv. Meio Ambiente**, [S. l.], v. 35, p. 89-100, dez. 2015

GUIMARÃES, Humberto Goulart. O espaço existencial em xeque: uma odisséia para o espaço ontológico na geografia. **Ra'e ga** (UFPR), v. 19, p. 19-34, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 3^a Ed. Trad. Marcia Sá Cavalvante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**: Hermenêutica da facticidade. Trad. Renato Kichner. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da linguagem**: a metafísica da linguagem e a vigência da palavra. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

HOLZER, Werther. A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, p. 241-251, 2010.

MALPAS, Jeff. **Heidegger's topology**: being, place, world. Cambridge; Massachussts; London: MIT Press, 2008.

MALPAS, Jeff. **Place and Experience: A Philosophical Topography**. New York, NY: Routledge, 2018.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama - ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações**

romanescas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. In: **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasili/s/341>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP Espaço e Tempo - Online**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. Revista **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 11, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

PÁDUA, Ligia Teresa Saramago. **A “Topologia do ser”**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Janeiro: PUC-Rio, 2005.

PEREIRA, Marcos Paulo; LACHAT, Marcelo. et al. **Pelo Sertão, o Brasil**. Macapá : UNIFAP, 2016.

PRADO, Adélia. **O poder humanizador da poesia** – Programa Sempre um Papo de 2008. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=sisSITXY6bM>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ROCHA, Gabriel Kafure da. Uma topo-ontologia de Heidegger e Bachelard. **Ideas y Valores**, v. 69, p. 33-56, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAQUET, Marcos. **A Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERPA, Angelo. Fenomenologia transcendental como fundamento de uma fenomenologia da paisagem: Notas sobre um exercício prático de redução fenomenológica. **Geograficidade**, v. 6, p. 19-30, 2016.

SILVA, Moacir. A Propósito da Palavra ‘Sertão’. **Boletim Geográfico**, v. 8, n. 90, p. 637-644, set.1950.

SUZUKI, Júlio César; ARAÚJO, Gilvan Charles; MARQUES, Karina. Em busca dos sertões: a movência fronteiriça nos interiores do Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 31, n. 1, p. 53-64, 2022.

TAUNAY, Visconde. **Visões do Sertão**. São Paulo: Editora Melhoramento, 1928.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape Places, Paths and Monuments**. Oxford: Berg Publishers, 1994.

TOFANI, Frederico de Paula. Sertão: é Dentro da Gente – Um Breve Ensaio sobre o Olhar, o Deserto e a Geografia. **Boletim Mineiro de Geografia**, Belo Horizonte, v. 8, p. 175-195, 2005.



**GILVAN CHARLES
CERQUEIRA DE ARAUJO**

Geógrafo formado pela UNESP (Rio Claro), com Mestrado e Doutorado em Geografia pela mesma instituição e Pós-Doutorado pela USP. Atualmente, é Pós-Doutorando em Educação pela PUC-RS. Professor e Pesquisador Permanente no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília, além de Pesquisador Associado à Cátedra UNESCO da mesma universidade. Também integra o corpo docente do Prolam/USP e atua como

professor de Geografia na SEEDF. Possui experiência em Educação Básica, Graduação e Pós-Graduação, além de atuar na formação de professores e em políticas públicas educacionais. Participa de grupos de pesquisa na UCB e USP e é membro do CESPE. Seus temas de interesse incluem Geografia, Educação, Políticas Públicas, Ensino de Geografia, Geoliteratura, Epistemologia e Ontologia..

Vozes da Inclusão na Amazônia: experiência de acadêmicos com deficiência no Curso de Ciências Contábeis da UFT

Voices of Inclusion in the Amazon: experience of students with disabilities in the UFT Accounting Course

Lindomar Lopes dos Santos^a, Valtuir Soares Filho.

^aUniversidade Federal do Tocantins-UFT. E-mail: lindomar.lopes@mail.uft.edu.br.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a inclusão de acadêmicos com deficiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT) localizado na Amazônia Legal. A pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, utiliza a técnica documental para examinar políticas institucionais e práticas de inclusão, além de realizar entrevistas com estudantes que se identificaram como pessoas com deficiência (PCD) durante a matrícula. Os dados foram coletados a partir de documentos da Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva Inclusiva (CAEI) da UFT, bem como de normativas institucionais, como o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os resultados evidenciam tanto os avanços nas políticas de inclusão quanto os desafios persistentes, como a necessidade de maior conscientização e capacitação dos docentes. O estudo conclui que, apesar dos progressos, é fundamental um compromisso contínuo com a acessibilidade e a inclusão, visando garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. As implicações para a prática acadêmica e sugestões para futuras pesquisas são discutidas, reforçando a importância de um ambiente educacional inclusivo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação superior; Ciências contábeis; Amazônia Legal.

Abstract: This article aims to analyze the inclusion of students with disabilities in the Accounting Sciences Course at the Federal University of Tocantins (UFT) located in the Legal Amazon. The descriptive and qualitative research uses documentary techniques to examine institutional policies and inclusion practices, in addition to conducting interviews with students who identified themselves as people with disabilities (PWD) during enrollment. The data was collected from documents from the UFT's Center for Accessibility and Exclusive Inclusive Education (CAEI), as well as institutional regulations, such as the Statute and the Institutional Development Plan (PDI). The results highlight both advances in inclusion policies and persistent challenges, such as the need for greater awareness and training of teachers. The study concludes that, despite progress, a continued commitment to accessibility and inclusion is essential, aiming to guarantee the permanence and academic success of students with disabilities. Implications for academic practice and suggestions for future research are discussed, reinforcing the importance of an inclusive educational environment.

Keywords: Inclusion; deficiency; Accessibility; Higher education; Accounting Sciences. Legal Amazon.

Submetido em: 04/07/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior é um tema de crescente relevância no contexto educacional contemporâneo. A universalização do acesso à educação superior, embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas de inclusão e à adaptação das instituições de ensino para atender às necessidades específicas desse público. Nesse sentido, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) se destaca como um espaço de reflexão e prática sobre a inclusão, buscando promover um ambiente acadêmico que respeite e valorize a diversidade.

O curso de Ciências Contábeis da UFT, localizado no campus de Palmas, é um dos cursos que abriga acadêmicos com diferentes tipos de deficiência. A presença desses estudantes é um indicativo do esforço institucional em criar condições para que todos tenham acesso à educação de qualidade. No entanto, a realidade vivenciada por esses acadêmicos muitas vezes revela a necessidade de melhorias nas práticas de acolhimento e suporte acadêmico, a fim de garantir que a inclusão não seja apenas uma formalidade, mas uma realidade efetiva.

Este artigo tem como objetivo analisar as experiências de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT, buscando compreender as percepções desses estudantes sobre a inclusão e as práticas adotadas pela universidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que incluiu entrevistas com acadêmicos que se autodeclararam com deficiência, permitindo que suas vozes e relatos fossem ouvidos e considerados. A escolha desse público se justifica pela relevância de suas experiências na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

A pesquisa também se fundamenta em uma análise documental de políticas

institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI), que orientam as ações da UFT em relação à inclusão de acadêmicos com deficiência. A partir dessa análise, busca-se identificar as diretrizes que sustentam as práticas de inclusão e os desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a acessibilidade e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Por fim, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior, apresentando não apenas os desafios enfrentados, mas também as potencialidades e as experiências positivas que podem servir de modelo para outras instituições. A reflexão sobre a inclusão é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial acadêmico e profissional, independentemente de suas limitações.

O texto está organizado em capítulos. O primeiro capítulo, esse em tela, apresenta a introdução, contextualizando a importância da inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior e delineando os objetivos da pesquisa. Em seguida, o segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico, onde são discutidas as políticas de inclusão e acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com ênfase nas diretrizes que regem a UFT. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando os procedimentos de coleta e análise de dados, incluindo a descrição das entrevistas realizadas com os acadêmicos. No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, com uma análise das percepções dos acadêmicos sobre a inclusão e as práticas institucionais. Por fim, o quinto capítulo oferece considerações finais, onde são discutidos os principais achados do estudo, as implicações para a prática acadêmica e sugestões para futuras pesquisas,

reforçando a necessidade de um compromisso contínuo com a inclusão e a acessibilidade no ambiente educacional. Essa organização em capítulos facilita a navegação pelo texto e a compreensão dos diferentes aspectos que envolvem a inclusão de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Política da Inclusão da Pessoa com Deficiência

A Organização das Nações Unidas (ONU) define pessoas com deficiência como aquelas que enfrentam dificuldades em realizar atividades cotidianas devido a limitações físicas, mentais ou sensoriais. Segundo a ONU (2006), cerca de 10% da população mundial vive com alguma deficiência, sendo a maioria em países em desenvolvimento.

Para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é fundamental garantir que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, possam participar plenamente da vida social, cultural, econômica e política. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) amplia essa definição, incluindo, além de pessoas com deficiência, idosos, obesos e gestantes, como exemplos de indivíduos com mobilidade reduzida. O Censo da Educação Superior do INEP classifica como estudantes com deficiência aqueles que possuem impedimentos de longo prazo que dificultam sua participação plena na sociedade. Essa classificação, com evidenciada na Figura 1 a seguir, inclui diversas tipologias de deficiência, como física, intelectual e sensorial.

Figura 1: Conceito/classificação de deficiência



Fonte: Adaptado de Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010)

As políticas nacionais de inclusão da PCD nas IFES abrangem propostas de inclusão e assistência estudantil, que ganharam impulso nos últimos anos. Essas ações visam garantir o acesso e a permanência de acadêmicos com deficiência nas instituições, bem como de acadêmicos com baixa renda e outros fatores que configuram vulnerabilidade e desvantagens frente ao processo de ensino-aprendizagem. Tais propostas surgiram, principalmente, do reconhecimento das mudanças no perfil socioeconômico dos acadêmicos do ensino superior, considerando a ampliação do acesso às IFES.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva afirma que na educação superior, a educação especial garante que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso, permaneçam e participem das atividades acadêmicas (Aline, 2018). Isso é feito por meio de adaptações nos ambientes físicos, recursos pedagógicos e processos seletivos. Neste contexto, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é de extrema importância para as pessoas com deficiência, pois garante o acesso à educação a todos os estudantes, abordando todos os aspectos necessários

para garantir a permanência e participação dos acadêmicos PCD.

Em 2005, foi lançado o Programa Incluir, uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O objetivo principal era a implementação de uma política de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior¹. Até 2011, o programa se materializava por meio de chamadas públicas que permitiam a formulação de estratégias para superar as barreiras impostas ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. A partir de 2012, o programa foi universalizado, passando a atender todas as IFES, incentivando-as a elaborar políticas e ações de acessibilidade ampla e articulada (Giordani *et al.*, 2020).

No contexto do acesso de PCD ao ensino superior, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 13 de dezembro de 2006. A convenção estabeleceu que os países signatários – incluindo o Brasil – deveriam garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, de modo a promover a plena participação e a inclusão, adotando medidas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior e outras formas de ensino, sem discriminação e com igualdade de condições (Giordani *et al.*, 2020).

Seguindo essas concepções, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096/2007, objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007). Entre suas diretrizes, destaca-se a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (Brasil, 2007), que estão

diretamente associadas à inclusão, democratização do acesso e permanência, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendida como parte integrante de um projeto de nação (Brasil, 2007). Esta perspectiva ganhou destaque no documento Diretrizes Gerais do REUNI (2007), que orientou as IFES a explicitarem seu compromisso social por meio de políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária

Ainda em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado com o objetivo de promover o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação superior, entre outras metas. No mesmo ano, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) introduziu o Plano Nacional de Assistência Estudantil, destacando a necessidade de investimentos em políticas de inclusão no ensino superior (Brasil, 2007).

Este documento conferiu à assistência estudantil um status de direito e, através da Portaria Normativa n.º 39 de 12 de dezembro de 2007, permitiu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES definiu áreas estratégicas como moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, que são essenciais para a permanência de muitos acadêmicos com deficiência no ensino superior (Lima *et al.*, 2016).

Outros marcos legais e normativos reforçaram o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Entre eles, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, criado em 2011, visava garantir um sistema educacional inclusivo, acessibilidade em equipamentos públicos de educação, qualificação e capacitação profissional de pessoas com deficiência, entre outros.

Além disso, o Decreto n.º 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta a educação especial e o atendimento educacional especializado em todos os níveis de ensino; a Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que protege os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e o Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que trata da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, além de ser uma disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior (Brasil, 2005), são todos marcos importantes nesse contexto.

2.2 O curso de ciências contábeis e a instituição que o oferta

A UFT, uma das instituições de ensino superior do Brasil, foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032. A história da UFT começa no início do ano 2000, quando estudantes da então Universidade do Tocantins (Unitins) instauraram o movimento S.O.S Unitins, em resposta às movimentações governamentais do Estado que previam a privatização da Universidade, o que culminaria na cobrança de mensalidade (UFT, 2023).

A mobilização estudantil na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade sensibilizou toda a sociedade tocantinense, culminando na aprovação da Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, pelo Congresso Nacional, que cria a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Em 15 de maio de 2003, a UFT foi oficialmente implantada com a posse dos primeiros professores e servidores, dando início às suas atividades. Com a implantação, a UFT incorporou os mais de 5 mil acadêmicos, 25 cursos de graduação, um mestrado, equipamentos e toda a estrutura física do campus já existentes na Unitins. Assim, tornou-se uma

universidade multicampi, estando presente nas duas mesorregiões do Estado do Tocantins, nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis (UFT, 2024).

A UFT tem se destacado por sua contribuição significativa para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado do Tocantins e da região Norte do Brasil. Através de seus programas de ensino, pesquisa e extensão, a UFT tem desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável da região.

O curso de Ciências Contábeis da UFT é um dos mais tradicionais: sua existência remonta a um período anterior à federalização da instituição. Atualmente, possui 19 professores efetivos, sendo 14 deles com formação em Contabilidade. A maioria dos professores possuem mestrado e doutorado (UFT, 2023).

Destaca-se que o curso é oferecido no Tocantins, um dos estados da Amazônia Legal. A região é um arranjo político em uma área delimitada pelo governo brasileiro que abrange mais oito estados além do Tocantins: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A região conta com mais de 808 cidades que habitam o bioma Amazônia, o que representa cerca de 28 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

O Curso de Ciências Contábeis da UFT tem por objetivo formar contadores, seguindo uma linha de ação sustentada na formação técnica-científica e humanística. O mercado de trabalho espera que o contador auxilie os gestores a tomar decisões, ajude a empresa a alcançar seus objetivos, seja colaborador do empresário, tenha uma visão global (PPC, 2022).

O curso é oferecido no Campus de Palmas, com duração de 4 anos (8 semestres) e carga horária de 3.000 horas. O curso de Bacharelado em Ciências

Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, tem se destacado regionalmente (PPC, 2022)

O curso de Ciências Contábeis da UFT tem se destacado por sua excelência acadêmica e compromisso com a formação de profissionais altamente qualificados. O currículo do curso é projetado para fornecer aos acadêmicos uma sólida base teórica e prática em contabilidade, finanças, auditoria, tributação e gestão. Além disso, o curso enfatiza o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação eficaz, que são essenciais para o sucesso na profissão contábil.

2.3 Instrumentos de gestão da universidade no Brasil

As IES no Brasil, sejam elas públicas ou privadas, desempenham um papel crucial na formação de profissionais altamente qualificados e na produção de conhecimento científico. Para garantir um funcionamento eficiente, transparente e democrático, as IES utilizam uma variedade de instrumentos de gestão. Esses instrumentos são fundamentais para o planejamento estratégico, a organização administrativa e a avaliação contínua das atividades acadêmicas e administrativas. Entre os principais instrumentos de gestão utilizados pelas IES, destacam-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e os Relatórios de Gestão.

O PDI é um documento estratégico que orienta o planejamento e a execução das ações de uma instituição de ensino superior por um período de cinco anos. Ele é elaborado com a participação de diversos segmentos da comunidade acadêmica e tem como objetivo principal definir as diretrizes, metas e ações que a instituição deve seguir para alcançar seus objetivos institucionais. O PDI abrange diversas áreas, incluindo como poder ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Elementos de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Missão, Visão e Valores	Define a identidade institucional, seus objetivos de longo prazo e os princípios que guiam suas atividades.
Planejamento Acadêmico	Inclui a oferta de cursos, a expansão de vagas, a qualificação do corpo docente e o desenvolvimento de pesquisas.
Infraestrutura	Planeja a construção e manutenção de instalações físicas, laboratórios, bibliotecas e outros recursos.
Gestão de Pessoas	Estabelece políticas de recrutamento, capacitação e valorização do corpo docente e técnico-administrativo.
Inclusão e Acessibilidade	Detalha ações para garantir o acesso e a permanência de estudantes de diversos perfis, incluindo pessoas com deficiência.

Fonte: Autores (2024) e adaptado de UFT (2024)

O quadro acima apresenta os elementos de PDI, destacando a inclusão de elementos essenciais como missão, visão, valores, planejamento acadêmico, infraestrutura, gestão de pessoas e inclusão. No entanto, sugere-se que o PDI seja aprimorado com metas mais específicas e mensuráveis, maior articulação entre os elementos, definição de recursos financeiros, mecanismos de avaliação e monitoramento, e participação da comunidade. Além disso, recomenda-se que o PDI esteja alinhado com o contexto social, as políticas públicas e as tendências do ensino superior, buscando a sustentabilidade e a inovação. Em suma, o comentário aponta para a importância de um PDI completo, coerente e participativo para garantir o sucesso do desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, a IES ainda conta com um Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O PPC é um documento essencial que detalha a estrutura e o funcionamento de cada curso oferecido pela instituição. Ele é elaborado pelas coordenações dos cursos em conjunto com o corpo docente e deve estar alinhado com as diretrizes do PDI. O

PPC inclui vários elementos como pode ser observado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Elementos de um Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Objetivos do Curso	Define a finalidade do curso, suas metas educacionais e a formação pretendida para os acadêmicos.
Matriz Curricular	Detalha as disciplinas oferecidas, a carga horária, os pré-requisitos e a sequência de estudos. A matriz curricular é o “mapa” do curso, indicando o caminho que o estudante deve percorrer para alcançar a formação pretendida.
Metodologia de Ensino	Planeja a construção e manutenção de instalações físicas, laboratórios, bibliotecas e outros recursos.
Avaliação	Estabelece os critérios e métodos de avaliação do desempenho dos acadêmicos.
Recursos Didáticos e Infraestrutura	Lista os materiais, laboratórios, bibliotecas e outros recursos disponíveis para apoiar o ensino.

Fonte: Autores (2024) e adaptado de UFT (2024)

O quadro apresentado acima oferece uma visão geral dos elementos essenciais para a estruturação de um curso de graduação. Ele detalha desde os objetivos do curso e a matriz curricular, passando pela metodologia de ensino e avaliação, até os recursos didáticos e infraestrutura necessários. Essa organização permite uma compreensão clara do caminho percorrido pelo estudante durante sua formação. No entanto, para otimizar o curso, sugere-se uma maior articulação entre os elementos, objetivos mais específicos e mensuráveis, flexibilidade na matriz curricular, diversidade nas metodologias de ensino, avaliação contínua e formativa, e a inclusão de recursos tecnológicos. Além disso, a importância do alinhamento com o projeto pedagógico institucional, a revisão periódica e a participação dos docentes

são fundamentais para garantir a qualidade e a atualização do curso.

Além dos instrumentos de gestão de um curso superior, acima apresentados, as IES públicas lançam mão de um importante documento o Relatórios de Gestão. Um relatório de gestão em uma IES pública é um documento formal que visa apresentar de forma clara, objetiva e transparente as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados pela instituição em um determinado período. É uma ferramenta importante para a prestação de contas à sociedade, aos órgãos de controle e aos diversos públicos interessados na IES, como acadêmicos, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade em geral.

Os Relatórios de Gestão são documentos anuais que apresentam uma análise detalhada das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do ano. Eles são fundamentais para a transparência e a prestação de contas à comunidade acadêmica, aos órgãos de controle e à sociedade em geral. Os relatórios incluem, vários elementos, não existindo um padrão nacional, contudo alguns elementos são chaves para a divulgação das informações da gestão, como se pode observado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Elementos de um Relatórios de Gestão

(continua)

Desempenho Acadêmico	Avalia o progresso dos cursos, a produção científica, as atividades de extensão e outros indicadores acadêmicos.
Gestão Financeira	Apresenta um balanço das receitas e despesas, além de análises sobre a eficiência na utilização dos recursos financeiros

Quadro 3: Elementos de um Relatórios de Gestão

(conclusão)

Desenvolvimento Institucional	Relata as ações realizadas em consonância com o PDI, incluindo melhorias na infraestrutura, projetos de inclusão e inovação pedagógica.
Indicadores de Qualidade	Apresenta dados sobre a satisfação dos acadêmicos, a empregabilidade dos egressos e outros indicadores de qualidade.

Fonte: Adaptação dos autores de UFT (2024)

O Quadro 3 apresenta uma proposta de estrutura para um relatório de gestão de uma IES pública, delineando seções-chave para uma avaliação completa do desempenho institucional. A seção de Desempenho Acadêmico avalia a qualidade dos cursos, a produção científica e as atividades de extensão, enquanto a Gestão Financeira apresenta um balanço detalhado das receitas e despesas, demonstrando a eficiência na utilização dos recursos. A seção de Desenvolvimento Institucional relata as ações realizadas para implementar o PDI, incluindo melhorias na infraestrutura e projetos inovadores. Por fim, a seção de Indicadores de Qualidade apresenta dados sobre a satisfação dos acadêmicos, a empregabilidade dos egressos e outros indicadores que demonstram a qualidade da formação oferecida pela instituição. Essa estrutura abrangente permite uma análise completa do desempenho da IES e auxilia na tomada de decisões estratégicas.

Complementar ao PDI, PPC e Relatório de Gestão há outros instrumentos de gestão utilizados nas IES brasileiras como por exemplo: Regimento Interno, Políticas de Assistência Estudantil, Planos de Ação e Programas Específico, dentre outros. O Regimento Interno define a estrutura organizacional, as atribuições dos órgãos colegiados e os procedimentos administrativos, sendo a base legal para a gestão da IES. As Políticas de Assistência

Estudantil detalham os programas de apoio aos estudantes, demonstrando o compromisso da instituição com a inclusão e a equidade. Por fim, os Planos de Ação e Programas Específicos evidenciam a proatividade das IES em relação a temas como internacionalização, sustentabilidade e responsabilidade social.

A inclusão desses documentos demonstra a complexidade da gestão universitária e a necessidade de uma abordagem multifacetada, que abranja não apenas os aspectos acadêmicos e financeiros, mas também as dimensões social e institucional. A articulação entre esses documentos, sua atualização constante e a participação da comunidade acadêmica são fundamentais para garantir a eficácia da gestão e o cumprimento dos objetivos da instituição.

Em resumo, os instrumentos de gestão das universidades brasileiras são fundamentais para garantir a eficiência, a transparência e a participação democrática na administração das instituições. Eles permitem um planejamento estratégico robusto, a avaliação contínua das atividades e a adaptação às demandas sociais e educacionais, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do ensino superior no país. A gestão eficaz nas IES é, portanto, um elemento-chave para o sucesso e a excelência no ensino superior brasileiro

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva de abordagem utilizando a pesquisa documental como técnica de coleta de dados. A razão de conduzir um estudo de abordagem descritiva e qualitativa é entender, descrever e explicar os fenômenos por meio da análise de experiências individuais ou grupais, pela investigação de experiências, de relações ou documentos (SILVA, 2023). Nesta pesquisa buscou-se com o objetivo de elencar as políticas públicas e as medidas que têm sido implementadas visando à

inclusão de acadêmicos com deficiência em seus cursos de graduação, tendo como base o curso de Ciências Contábeis, além evidenciar a percepção dos acadêmicos que se identificaram no ato da matrícula como PCD, quanto a essas políticas.

Para instrumentalização desse trabalho, ele foi separado e realizado em 3 (três) etapas: análise documental e aferição das políticas institucionais da UFT em prol da PCD; pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas e pesquisa bibliográfica para suportar os referenciais teóricos. A pesquisa empregou uma abordagem metodológica diversificada para garantir a profundidade e a validade dos resultados. A combinação da análise documental, que forneceu o embasamento teórico-legal, com a pesquisa de campo, que permitiu a observação direta do fenômeno, e a pesquisa exploratória, que possibilitou a coleta de dados qualitativos através de entrevistas e formulários, compôs uma triangulação metodológica robusta. Essa estratégia permitiu uma compreensão mais completa e abrangente do objeto de estudo, considerando tanto aspectos teóricos quanto práticos, e as perspectivas de diferentes atores envolvidos.

A pesquisa ao utilizar-se da técnica documental, baseou-se na análise de documentos conservados em órgãos públicos e privados de diversas naturezas, como registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, regimentos, fluxogramas, organogramas e outro (VERGARA, 2005). Para isso, foram utilizados dados fornecidos pela Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva Inclusiva (CAEI) da UFT, incluindo documentos e planilhas que continham informações sobre todos os acadêmicos ingressos desde o 1º semestre de 2022 até o 1º semestre de 2024.

Em tempo, a CAEI é um espaço de atendimento de estudantes com deficiência e acolhimento da comunidade acadêmica. Vinculada ao Campus da UFT em Palmas. Ela atua na garantia da

acessibilidade e inclusão dos estudantes através da oferta de tecnologias assistivas para os estudantes com deficiência como: teclado para baixa visão, acionadores (mouse estacionário de esfera, mouse por toque, mouse óptico), software leitor de telas, linha Braille, lupa fixa, leitor autônomo, e leitor digital. O espaço também conta scanners com OCR (equipamento que digitaliza páginas, reconhece o texto e extrair, permitindo a edição) e impressora Braille. Além disso, a CAEI também produz materiais adaptados de acordo com a demanda dos estudantes e conta com uma equipe de atendimento multidisciplinar e monitores que oferecem suporte aos estudantes no uso dos equipamentos e em sala de aula (UFT, 2023).

Esses dados foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT. Além disso, foram analisados documentos normativos da UFT, como o Estatuto, o PDI, o PPI e os PPC, nesse caso o de Ciências Contábeis da IES, bem como outros materiais institucionais relacionados à inclusão de PCD de acadêmicos. Na pesquisa bibliográfica, foram buscadas referências específicas nas legislações educacionais pertinentes ao ensino superior, com foco na educação especial e na perspectiva da inclusão.

Os dados coletados foram complementados com para análise de tais documentos utilizou procedimentos: leitura seletiva dos documentos, especificamente as partes referentes ao PDI, Relatório de Gestão da UFT e o PPC do Curso de Ciências contábeis da IES para identificar de que forma eles abordam as questões ligadas a PCD.

Na condução da pesquisa qualitativa foi realizado uma entrevista com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UFT, entre os meses de agosto a outubro de 2024, que possuem algum tipo de deficiência. Os principais temas abordados incluíram: suporte durante o processo de seleção,

acolhimento e orientação no início da vida acadêmica, acessibilidade no cotidiano acadêmico, programas e iniciativas de apoio, conscientização e preparo dos professores. De posse desses dados, procedeu-se a sistematização da análise dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas, optando-se pela utilização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Essa técnica permitiu a identificação de categorias temáticas relevantes, a contagem de frequência das ocorrências e a construção de um quadro detalhado das percepções e opiniões dos participantes. A análise de conteúdo de Bardin (2016) mostrou-se útil para a interpretação dos dados e a construção das análises sobre o objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresenta-se o resultado da pesquisa realizada no âmbito do Curso de Ciências Contábeis da UFT e nos documentos institucionais da IES para o cumprimento do objetivo geral da pesquisa. Para tanto, foram feitas uma triangulação metodológica permitiu uma análise do objeto de estudo. A análise documental proporcionou um embasamento legal e histórico, a pesquisa de campo permitiu a observação direta do fenômeno em seu contexto natural e a pesquisa exploratória.

Os dados coletados na CAEI da UFT, no primeiro semestre de 2024, possibilitaram a identificação da quantidade de pessoas com deficiência em diversos cursos oferecidos pelo campus de Palmas da UFT. O Quadro 1 a seguir apresenta a distribuição de acadêmicos com deficiência por curso, evidenciando os programas com maior concentração de estudantes.

Quadro 4: Distribuição da PCD nos cursos ofertados no campus de Palmas da UFT

(continua)

CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE MEDICINA - PALMAS - INTEGRAL	39
CURSO ESPECIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - PALMAS	25
CURSO DE DIREITO - NOTURNO - PALMAS	13
CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - PALMAS	9
CURSO DE DIREITO - MATUTINO - PALMAS	8
CURSO DE NUTRIÇÃO - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - PALMAS	7
CURSO DE ENFERMAGEM - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - INTEGRAL - PALMAS	5
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NOTURNO - PALMAS	4
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - MATUTINO - PALMAS	
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS - MATUTINO - PALMAS	3
CURSO DE PEDAGOGIA (LICENCIATURA) - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DE MATEMÁTICA (EAD)	
CURSO DE FÍSICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE JORNALISMO - MATUTINO - PALMAS	2
CURSO DE JORNALISMO - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE MÚSICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - PALMAS	
CURSO DE BIOLOGIA - LICENCIATURA - PALMAS	1
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - MATUTINO - PALMAS	

Quadro 4: Distribuição da PCD nos cursos ofertados no campus de Palmas da UFT

(conclusão)

CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE COMPUTAÇÃO - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA	
CURSO DE DOUTORADO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA	
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA CIVIL - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA	
CURSO DE MESTRADO ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROF. EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENGENHARIA AMBIENTAL - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA (PROF-FILO)	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	

CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE QUÍMICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE TEATRO - LICENCIATURA - NOTURNO - PALMAS	
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO E POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - (EAD)	
MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL - PALMAS	
MBA EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADE - PALMAS	
MBA EM LIDERANÇA E FORMAÇÃO DE GESTORES - PALMAS	
MBA EM MARKETING E INTELIGÊNCIA DE MERCADO	1
MBA EM MARKETING ESTRATÉGICO - PALMAS	
PROGRAMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO À UNIVERSIDADE - PADU	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM CLÍNICA MÉDICA - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM INFECTOLOGIA - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM REUMATOLOGIA - PALMAS	

Fonte: Pesquisa documental (2024)

O Quadro 4, acima, apresenta a distribuição de acadêmicos com deficiência matriculados nos diversos cursos oferecidos pela UFT em Palmas. A coluna "Acadêmicos PCD" indica a quantidade de estudantes com deficiência matriculados em cada curso. Observa-se uma maior concentração de acadêmicos

PcD em cursos da área da saúde, como Medicina, Enfermagem e Nutrição. Entretanto no curso de Ciências Contábeis indica a ocorrência de 04 (quatro) acadêmicos que, no ato da matrícula se identificaram como PcD.

Na continuidade da pesquisa, foi investigado o perfil dos estudantes com deficiência da UFT. Dando continuidade à pesquisa, detalhamos no Quadro 5 a seguir as deficiências declaradas pelos acadêmicos da UFT no momento da inscrição. Os resultados obtidos permitiram identificar quais as deficiências mais prevalentes entre os estudantes e as áreas do conhecimento com maior concentração de acadêmicos com necessidades especiais.

Quadro 5: Identificação das deficiências entre os acadêmicos da UFT

DEFICIÊNCIA IDENTIFICADA	QUANTIDADE
DEFICIÊNCIA FÍSICA	66
AUDITIVA	20
VISÃO MONOCULAR	15
VISÃO SUBNORMAL OU BAIXA VISÃO	12
DEFICIÊNCIAS MÚLTIPHAS	11
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	10
AUTISMO	9
BAIXA VISÃO	8
CEGUEIRA	7
MOBILIDADE REDUZIDA, PERMANENTE OU TEMPORÁRIA	6
SURDEZ	5
SÍNDROME DE ASPERGER	2
ARTRITE REUMÁTICA	
DEFORMIDADE CONGENITA OU ADQUIRIDA	1
PARALISIA CEREBAL	
SURDO	

Fonte: Pesquisa documental (2024)

A análise dos dados, contidos no Quadro 5, revela uma diversidade de deficiência entre os acadêmicos da UFT. A deficiência física se destaca como a mais frequente, seguida por auditiva e visual. É importante ressaltar a presença de deficiências múltiplas e de condições como autismo e síndrome de Asperger, indicando a necessidade de uma abordagem inclusiva e personalizada para atender às necessidades específicas de cada estudante. A presença de deficiências menos comuns, como artrite reumática, deformidade congênita e paralisia cerebral, demonstra a heterogeneidade do grupo de estudantes com deficiência na instituição.

Após identificação das PcD no âmbito do Curso de Ciências Contábeis na UFT foi levantado junto ao grupo de *watss app*, geral dos acadêmicos do curso, em razão da Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva da UFT não nominar quem os são, em virtude da lei de proteção de dados, quem eram os acadêmicos que seriam PcD. Dessa forma 03 (três) acadêmicos entraram em contato com os autores dessa pesquisa e dessa forma foi realizada uma entrevista com estudantes do curso de Ciências Contábeis que possuem algum tipo de deficiência.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário no *Google Forms*, composto exclusivamente por perguntas abertas, permitindo que os participantes expressassem suas respostas por escrito. O questionário foi enviado aos acadêmicos no período entre os dias 29/08/2024 a 03/09/2024, e as respostas coletadas até 29/09/2024 foram registradas e reveladas. Contudo foram obtidas, apenas respostas de dois dos três acadêmicos regularmente matriculados que se auto identificaram.

A seguir, são apresentados os resultados da entrevista. Vale ressaltar que as respostas foram analisadas considerando-se três categorias emergidas da análise de conteúdo de Bardin (2016) a saber: suporte durante o processo de seleção; acolhimento e orientação no início

da vida acadêmica; acessibilidade no cotidiano acadêmico; programas e iniciativas de apoio bem como a conscientização e preparo dos professores.

Para qualificar as informações obtidas nas entrevistas, os respondentes foram identificados em entrevistado "A" e "B".

Quadro 6: Análise comparativa – entendimento dos entrevistados sobre as políticas da PCD na UFT

CATEGORIA PARA ANÁLISE QUALITATIVA	ENTENDIMENTO DOS ENTREVISTADOS
Supporte durante o processo de seleção	A: "durante a seleção eu enviei um documento com meu CID e solicitei que minha prova fosse ampliada. No dia da prova, eu fiz em uma sala que só tinha pessoas PCD, e minha prova estava ampliada com a fonte 16, conforme eu solicitei. Na sala também havia cadeiras grandes para pessoas obesas, mesa especial para cadeirantes e outras pessoas com provas ampliadas". B: "no processo de matrícula, tive uma reunião com a Central de Acessibilidade. Lá foi passado os tipos de tecnologia que eu teria caso fosse preciso. Conheci toda a equipe da central e soube que podia contar com eles nas minhas dificuldades/deficiência".
Acolhimento e orientação no início da vida acadêmica	A: "no início, uma pessoa da Central de Acessibilidade me ligou e me convidou para ir pessoalmente à central. Fui lá e expliquei minhas dificuldades para o coordenador que me recebeu. Ele disse que faria uma reunião com o colegiado para que os professores atendessem aos pontos específicos que solicitei" e completou "durante as aulas, não tive esse acolhimento por parte dos professores. Muitas vezes já quis trancar o curso por não conseguir acompanhar as aulas, mas como fiz boas amizades, elas são meus apoios". B: "não tive muito suporte pelo fato da pandemia. Entrei em 2020/1 e, duas semanas depois, iniciou-se a pandemia, o que creio que pesou contra isso".
Acessibilidade no cotidiano acadêmico	A: "a única acessibilidade que tenho às vezes é quando os professores ampliam minha prova. Mas eu preciso pedir todas as vezes, e, ainda assim, alguns esquecem. É como se eu tivesse que me virar sozinha para conseguir acompanhar o ritmo do professor". B: "sempre que precisei de ajuda, foi deferido o pedido. Precisei de prova ampliada em duas disciplinas (pelo fato de ter baixa visão), e os professores foram compreensíveis e atenderam ao pedido" e complementou "durante as aulas normais, apenas minhas amigas me ajudam quando preciso de acessibilidade".
Programas e iniciativas de apoio	A: "no início, eu tentei me inscrever no programa para comprar um tablet que me traz muita acessibilidade nas aulas. Mas todos os programas precisam ter a análise socioeconômica deferida no Cubo. Como minha renda passa de 1,5 salários mínimos, nunca consegui participar de nenhum programa". B: "existe a Central de Acessibilidade, e sei também da existência de benefícios/auxílios para os acadêmicos com deficiência. Porém, não sei muito mais sobre eles, porque nunca fui atrás ou procurei saber mais".
Conscientização e preparo dos professores	A: "vou falar como sinto em relação à minha deficiência (visão monocular e baixa visão). Sinto que falta um pouco de sensibilidade e empatia para adaptar aulas para um aluno PCD. No meu caso, eu não consigo enxergar nada que eles escrevem no quadro, mesmo sentando na frente. Precisei comprar um tablet para acompanhar a aula quando o professor disponibiliza o slide no AVA". B: "é de conhecimento de todos os professores que eu tenho essa dificuldade, porque está registrado até na lista de frequência. Mas, durante as aulas, eles não me dão material ampliado e também não se importam se eu estou conseguindo acompanhar".

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Análise qualitativa dos depoimentos obtidos na entrevista de campo, dispostos no Quadro 6 acima, apresentou tanto avanços quanto desafios. Dentre pontos positivos pode-se induzir que o processo de seleção na UFT já contempla medidas de acessibilidade, como a oferta de provas ampliadas e salas adaptadas, que a existência de uma central de acessibilidade demonstra o compromisso da instituição em atender as necessidades dos estudantes com deficiência, oferecendo orientação e suporte. Quanto aos docentes, há em alguns casos, evidências de estarem cientes das necessidades dos acadêmicos com deficiência e que os eles buscam atender aos seus pedidos, como a disponibilização de provas ampliadas. Um fato interessante nas oitivas é que a formação de amizades entre os acadêmicos tem sido fundamental para o suporte mútuo e a superação de dificuldades.

Quanto aos desafios ficou evidente que, embora a CAEI ofereça suporte inicial, os depoimentos indicam que o acolhimento e a orientação durante as aulas nem sempre são adequados e que falta de adaptação das aulas para atender às necessidades dos acadêmicos com deficiência é um ponto crítico. A ausência de materiais didáticos acessíveis e a dificuldade em acompanhar o conteúdo das aulas são queixas frequentes. Os depoimentos, obtidos nas entrevistas sugerem que ainda há uma necessidade de maior conscientização e capacitação dos professores sobre as questões de acessibilidade e que a dificuldade em acessar programas de apoio financeiro para aquisição de recursos tecnológicos, como *tablets*, limita a autonomia dos estudantes com deficiência. Os resultados indicam que a UFT tem avançado na oferta de serviços de acessibilidade, mas que ainda há desafios a serem superados.

Nessa perspectiva pode-se considerar como um ponto desafiador para a IES fortalecer a comunicação entre a Central de Acessibilidade e os

professores, oferecer cursos de formação continuada para professores sobre temas relacionados à inclusão e acessibilidade bem como aumentar a oferta de recursos tecnológicos e pedagógicos acessíveis, como *softwares* de leitura de tela, materiais em *braille* e audiodescrições.

Contudo o maior desafio seria desenvolver ações de sensibilização para toda a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão. Essas considerações tem como fundamento os depoimentos que evidenciam a necessidade de uma abordagem mais integral e sistemática para garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência na UFT.

Considerando os dados obtidos na CAEI e os resultados da pesquisa de campo, realizou-se uma análise nos principais documentos institucionais (PDI, PPC e Relatório de Gestão) para compreender como as questões de acessibilidade estão sendo abordadas na IES. Após a leitura intencional dos referidos documentos, foram realizados busca nos textos com as palavras chaves “Pessoas com Deficiência”. Como resultado obteve-se a consolidação dos Quadro 7, a seguir:

Quadro 7: Resumo do termo “Pessoas com Deficiência” nos documentos institucionais.

DOCUMENTO ANALISADO	OCORRÊNCIA DO TERMO	CONTEXTO IDENTIFICADO PARA O TERMO
PDI vigente (2021-2025)	Foram identificados oito vezes em que o termo ocorre. No glossário, no Eixo Acessibilidade, nas Ações afirmativas, nos Critérios de Seleção e Contratação, na adequação estrutural e nas metas a longo prazo direcionadas a pró-reitoria de graduação (PROGRAD)	Foi identificado que a IES busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, tenham oportunidades iguais e se sintam incluídas no ambiente acadêmico. Que para alcançar esse objetivo, a UFT implementou o Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI). Esse programa visa desenvolver políticas e ações que promovam a acessibilidade em todos os aspectos da vida acadêmica, desde a infraestrutura física até os métodos de ensino perpassando pelo PPC dos cursos. No quesito seleção ficou evidente que a IES apenas se adequou ao Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. Quanto a acessibilidade em 2015, a UFT reformulou seu sistema de bibliotecas para oferecer mais acesso e serviços à comunidade, incluindo pessoas com deficiência. Por fim a IES declara como meta elaborar protocolos institucionais e orientações didático-pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas.
PPC de Ciências Contábeis vigente a partir de 2023	Foram identificadas 11 ocorrências do termo.	Quando da menção da Políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito da IES, fazendo menção ao documento anterior (PDI). Na descrição da infraestrutura do curso com espaço destinado às pessoas com deficiência, explicitamente quanto aos banheiros adaptados (prédios, biblioteca, anfiteatro, restaurante universitário). Na indicação de que a IES cumpre o exigido pela legislação vigente e dispõe dos espaços destinados a pessoas com deficiência. Também faz menção a biblioteca do Campus que possui equipamentos especiais para leitura e consulta de pessoas com deficiência visual (mas não os detalha). Ressalta que não há menção explícita de nenhuma adequação metodológica/didática no documento.
Relatório de Gestão 2023		Não há menção no referido relatório à PCD ou mesmo contexto que faça menção a Pessoas com Deficiência seja no plural, no singular ou utilizando-se a abreviatura.

Fonte: Pesquisa documental (2024)

A partir do Quadro 7 pode-se deduzir que a análise dos documentos da UFT revelou que a instituição possui um arcabouço legal e normativo para promover a inclusão de pessoas com deficiência. No entanto, a implementação dessas políticas ainda apresenta desafios. Na análise do PDI esperava-se encontrar menções à inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos, como o corpo discente, o corpo docente e a gestão que não ocorreu, limitando-se ao amparo legal da inclusão na IES, na perspectiva de

projeto de desenvolvimento. Quanto ao PPC do Curso de Ciências Contábeis esperava-se encontrar menções específicas às necessidades dos estudantes com deficiência no curso, como adaptações curriculares, recursos didáticos acessíveis e apoio pedagógico. Entretanto, a análise indicou menções a espaços físicos adaptados e a política institucional da IES e não especificamente do curso. Por fim, ao analisar o Relatório de Gestão da UFT nota-se que o mesmo não apresenta dados específicos sobre o

tema. A ausência do termo já indica uma possível lacuna, já que esperava-se encontrar, no mínimo, indicadores quantitativos e qualitativos sobre a presença de pessoas com deficiência na instituição, como número de matrículas, aprovações e evasão, posto que na análise documental da CAEI, esses dados foram disponibilizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar as experiências de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT, buscando compreender as percepções desses estudantes sobre a inclusão e as práticas adotadas pela universidade. Os resultados revelaram um cenário complexo e em constante evolução. Embora a instituição tenha dado passos importantes na direção da inclusão, como a criação da Central de Acessibilidade e a adaptação de espaços físicos, ainda há desafios a serem superados.

Um dos principais desafios identificados foi a distribuição de estudantes com deficiência pelos cursos. A concentração em áreas específicas, como a saúde, exige uma análise mais aprofundada das razões por trás dessa distribuição e a implementação de medidas para promover a inclusão em todos os cursos. Além disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de uma abordagem individualizada para cada estudante, considerando a diversidade de deficiências existentes. No que tange especificamente ao curso de Ciências Contábeis pode se concluir que os acadêmicos que se declaram com PCD necessita de maior apoio pedagógico por parte da IES, inclusive urge a capacitação dos docentes para o trabalho especializado a essa temática.

Por outro lado, apenas de serem em número de apenas quatro acadêmicos, os mesmos não se sentem à vontade para discutir o assunto, uma vez que apenas

dois dos estudantes contactados se propuseram a responder a pesquisa aplicada. Outro ponto crucial é a implementação das políticas de inclusão. Apesar da existência de políticas e serviços de apoio, os estudantes do curso de Ciências Contábeis relatam dificuldades no dia a dia, como falta de adaptação das aulas e falta de apoio dos professores. A ausência de dados específicos sobre a inclusão nos documentos institucionais também dificulta o monitoramento e a avaliação das ações implementadas.

Com considerações obtidas a partir dos resultados da pesquisa aplicada observa-se que para superar esses desafios, a UFT precisa investir em diversas frentes. Tais como a formação continuada dos professores, adaptação da metodologia das aulas, disponibilizando materiais em formatos acessíveis e utilizando tecnologias assistivas. A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação é essencial para acompanhar o progresso e identificar áreas que necessitam de melhorias.

A sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão é outro ponto crucial. É preciso promover ações que combatam o preconceito e a discriminação, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos. O fortalecimento da comunicação entre a CAEI e os professores também é fundamental para garantir que as necessidades dos estudantes sejam atendidas.

Em resumo, a UFT possui um potencial significativo para se tornar uma instituição verdadeiramente inclusiva. No entanto, é preciso que a instituição continue investindo em políticas e ações que promovam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, inclusive explicitamente de forma mais clara e assertiva tais políticas nos seus documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

ALINE. A política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva (2007-2018): desafios para a constituição de Sistemas educacionais inclusivos no Brasil. Ufrgs.br, 2018.

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. **Portal PROPLAD**. [Brasília, DF], 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://proplad.ufu.br/central-de-conteudos/links/2016/07/associacao-nacional-dos-dirigentes-das-instituicoes-federais-de>. Acesso em: 1 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR 15.290/2004: Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

LIMA, Regina Edileusa Esteves. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, p. 383-406, 30 abr. 2016.

GIORDANI, C. C. O. et al. Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). **Revista Triângulo**, v. 13, n. 3, p. 143, 2 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Amazônia Legal**. [S. l., s. n.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 1 out. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

SILVA, Ana Beatriz. A importância da pesquisa documental para o entendimento de fenômenos sociais: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). A UFT através da Linha do Tempo. **UFT.** [Palmas, 202-]. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/a-uft-atraves-da-linha-do-tempo>. Acesso em: 1 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI2021-2025).** Palmas, TO: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1iklp_eqtOvgw. Acesso em: 10 set. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Ciências Contábeis.** Palmas -TO: UFT, 2022. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/AxieLuKqRui3eFExmDWNuw>. Acesso. em: 10 set. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Relatório de Gestão.** Palmas -TO: UFT, 2023. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/S8FJYZGmQPStzxJKGjGylg>. Acesso em: 10 set. 2024

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.



LINDOMAR LOPES DOS SANTOS

Formando. 8º período de Ciências Contábeis-Universidade Federal do Tocantins-UFT.



VALTUIR SOARES FILHO

Doutorado e mestrado em Ciências, Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (2017 e 2022 respectivamente). Mestrado em Tecnologías Digitales y Gestión del Conocimiento pela Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED/ES (2008). Especialista em Auditoria Governamental pela Universidade do Tocantins UNITINS (2005). Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade do Tocantins UNITINS (2000). Licenciado em Matemática pela Universidade do Tocantins UNITINS (2011). Professor Titular na Universidade Federal do Tocantins UFT. Avaliador INEP e CEE_TO de cursos presenciais e à distância. Experiência em cursos superiores e tecnológicos à distância.

SINGULAR®
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

SOCIAIS E HUMANIDADES

E-ISSN: 2596-2612



Direitos Humanos
Justiça e Educação



ULBRA
PALMAS